



A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO

ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR [EDS.]

UNIVERSIDADE ABERTA | LISBOA 2024

TÍTULO

*A PAIXÃO PELA HISTÓRIA: SABER E COMUNICAÇÃO.
ESTUDOS DE HOMENAGEM A MARIA JOSÉ FERRO TAVARES*

CAPA

"Alegoria da História", alusiva à Academia Real da História Portuguesa. Gravura sobre cobre de Pedro de Rochefort, Lisboa, 1739. Reprodução de exemplar do original setecentista. Coleção particular.

EDITORES

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOSÉ DAS CANDEIAS SALES, ANA PAULA AVELAR

EDITOR

UNIVERSIDADE ABERTA

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA, N.º 29

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

GRAFICAMARES, LDA

ISBN: 978-972-674-976-9

DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.34627/UAB.CC.29](https://doi.org/10.34627/UAB.CC.29)

D.L.: 540011/24

ANO: 2024

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-ND

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição - Uso Não-Comercial - Proibição de realização de Obras Derivadas.

Os artigos publicados neste volume são da inteira responsabilidade dos seus autores, incluindo o uso do Acordo Ortográfico de 1990.

RESUMO

Este livro de homenagem congrega estudos de vários docentes da Universidade Aberta, bem como de outras instituições, maioritariamente da área científica da História, com um enquadramento cronológico alargado que se estende da Pré-História à Contemporaneidade. Pretende-se assim prestar tributo ao percurso académico e profissional da Professora Maria José Ferro Tavares, ilustre medievalista, especialista no estudo dos Judeus em Portugal, e antiga Reitora da Universidade Aberta.

Palavra-chave: Maria José Ferro Tavares; História; Homenagem.

ABSTRACT:

This tribute book brings together studies by several teachers from Universidade Aberta, as well as other Portuguese institutions, mostly from the scientific area of History, with a broad chronological focus that extends from Pre-History to Contemporary times, as a form of recognized tribute to the academic and professional trajectory of Professor Maria José Ferro Tavares, illustrious medievalist, specialist in Jewish studies in Portugal, and former Rector of the Open University.

Keywords: Maria José Ferro Tavares; History; Homage.

ÍNDICE

Palavras Prévias	7
Apresentação	9
Curriculum Vitae de Maria José Pimenta Ferro Tavares	11
1. Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara O caminho da História: Um diálogo com Maria José Ferro Tavares	19
2. Filipe Themudo Barata Memórias da orientação de um investigador	27
3. Maria do Rosário Themudo Barata Cruz A Maria José Pimenta Ferro Tavares, com afectuoso abraço	33
4. Rui Mataloto e João Luís Cardoso As antas, marcadores simbólicos das paisagens e dos territórios medievais	35
5. Francisco Caramelo Um diálogo entre Assurbanípal e Nabû: tradução e algumas nótulas	43
6. Bernardo Vasconcelos e Sousa Nobreza Medieval Portuguesa – Dos conceitos e do seu uso historiográfico	47
7. Isabel Maria Barros Dias Reis, elites e judeus: estereótipos e didatismo historiográfico	55
8. Maria Filomena Andrade A rainha Isabel de Portugal: o poder, a vontade e a misericórdia	63
9. Manuela Santos Silva Judeus e mouros na proximidade das rainhas medievais de Portugal: contactos, serviço e antagonismos	71
10. Luís Miguel Duarte “Delles proves, delles mortos”. A mobilidade social no termo do Porto, segundo o Livro da Abertura da Rua Nova de 1438	79
11. Saul António Gomes Isaac Abravanel: breves elementos para a sua biografia	87
12. Julieta Araújo A família e as legitimações na chancelaria de D. Afonso V. Alguns exemplos	97
13. Carlos Carreto O <i>real</i> e as suas dobras. Notas sobre o maravilhoso na literatura medieval	105
14. Nunziatella Alessandrini Uma viagem pelas quintas italianas em Portugal no século XVI	115
15. Ana Isabel Buescu Poder, diplomacia e circulação cultural no século XVI	123
16. Ana Paula Avelar A “Fortuna” como signo de um discurso imperial no Portugal do século XVI	133

17. Pedro Flor	
‘Dar água pela barba’: algumas notas sobre a figura do Judeu nos Painéis de S. Vicente	141
18. Carlos Castilho Pais	
Judeus e ‘línguas’ – pai e filho ao serviço dos portugueses no Oriente	151
19. Teresa Campos Coelho	
Alguns aspectos da Nobreza do <i>Portugal Restaurado</i> intuídos a partir de um manuscrito de João Nunes Tinoco (c.1616-1690)	157
20. Paulo Oliveira Ramos	
Fialho de Almeida: um patrimonialista singular	165
21. José das Candeias Sales	
José de Souza Larcher e Sua Alteza o Khediva Abbas Hilmy II – Memória ilustrada sobre a construção de um sistema de ponte-barragem no Nilo (1898)	175
22. Mário Avelar	
História, memória e autobiografia. Uma leitura de <i>Robles, Duelo al Sol</i> , de Sonia Tercero Ramiro	185
23. Carla Aurélia de Almeida	
A Língua Portuguesa em (inter)ação: mecanismos de mitigação e <i>envolvimento conversacional</i>	191
24. Ana Pinto Moura	
Adesão às escolhas alimentares saudáveis: intervenção dos fatores psicológicos modificáveis	199
25. Hermano Carmo	
A educação num quotidiano instável: desafios e trilhos de intervenção	207
26. Ana Nobre	
Elementos de um trabalho bem feito: a arte de ser professor	217
Tábula Gratulatória	225

PALAVRAS PRÉVIAS

Cada percurso individual tem a sua “impressão digital”, única e indelével.

O percurso multifacetado da Professora Maria José Ferro Tavares sempre me surpreendeu pela intensidade, diversidade e relevância das suas atividades no seio da Academia e, sobretudo, pela ética e firmeza das suas convicções e a forma assertiva como as defendia.

Foi na e para a universidade pública que fez a sua carreira universitária. Do ensino à gestão académica, da investigação científica à produção editorial, são inúmeras as atividades que testemunham uma enorme vontade de aprender, uma vigorosa consciência crítica e uma inabalável crença no valor intelectual do ensino da História para explicar a importância do respeito pelo outro e a compreensão da função do indivíduo na sociedade.

A Professora Maria José Ferro Tavares é uma Historiadora de renome nacional e internacional e são inúmeras as evidências e testemunhos que atestam e validam tão justo atributo, mas que aqui não irei enumerar.

Cabe-me, sim, lembrar algumas das “memórias” e ensinamentos que guardo dos vários anos em que tive o privilégio de trabalhar ao seu lado.

Sempre me impressionou a intensidade e o entusiasmo que dedicava ao estudo e à investigação da História, em particular a diáspora dos judeus e cristãos-novos, as questões relacionadas com a evolução das técnicas e o seu impacto na sociedade portuguesa ou as dinâmicas sociais e culturais em Portugal.

Apesar da Professora ter conhecimento de que a História não era Ciência pela qual sentia particular “atração”, relembro frequentemente as várias ocasiões em que me falava do seu trabalho de investigação, com a segurança e emoção que lhe eram tão características.

Em várias ocasiões, aproveitava o final de uma reunião de trabalho ou um qualquer outro momento para tentar convencer-me que a História, à semelhança da Química, era uma área do conhecimento apaixonante. Para me estimular e despertar curiosidade, partilhava comigo artigos, livros ou referências bibliográficas.

Professora, apesar da minha renitência, com o seu entusiasmo e perseverança aprendi acima de tudo que a História, para além de contribuir para uma compreensão mais profunda de aspetos cruciais do passado da Humanidade, é transformadora e vai muito além dos factos, convocando e exigindo do historiador não apenas um olhar analítico, mas também a sensibilidade, capacidade e competência para dialogar, estabelecer pontes, cruzar e integrar conhecimentos multidisciplinares.

Por estes ensinamentos e memórias de natureza mais pessoal, que preservo e revisito, sinto-me muito grata.

Vanguardista em termos de gestão académica, sob a sua liderança a Universidade Aberta chegou aos países lusófonos e reafirmou a sua função humanista e transformadora da sociedade, expandindo a oferta educativa de graduação, estabelecendo várias parcerias e protocolos de colaboração com diferentes instituições de ensino nacionais e estrangeiras e organizações da sociedade civil e promoveu o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação.

A sua intenção de ampliar a área de intervenção da UAb, resultou numa “manifestação de interesse” de grande relevância pessoal e profissional, ao nomear-me pró-reitora para a Cooperação com os Países de Expressão Portuguesa.

Mais uma vez, só posso manifestar a minha gratidão à Professora Maria José pela confiança que em mim depositou e, simultaneamente, pelo desafio lançado: iniciar os primeiros contactos para a criação de parcerias e projetos de cooperação com várias instituições de ensino superior de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor-Leste.

Nesse cargo, sob o olhar atento da Professora Maria José, ganhei experiência, aprendi a melhor gerir expectativas e tensões, a pensar e avançar para novos desafios.

Durante o tempo em que integrei a equipa reitoral da Professora Maria José, pude trabalhar em prol da democratização da educação e difusão do conhecimento e contribuir para a afirmação do Ensino a Distância fora das nossas fronteiras geográficas.

Mas o mais importante deste meu testemunho de homenagem à Professora Maria José é perpetuar o meu grande e sincero reconhecimento por todos os ensinamentos, dos princípios éticos que presidiam às decisões, à postura firme e franca, por vezes pertinaz e absoluta, que caracterizam a sua Pessoa, o seu Agir e a sua Escrita.

Carla Padrel de Oliveira
Reitora da Universidade Aberta

APRESENTAÇÃO

O presente Volume de Homenagem teve origem em proposta apresentada em nome da Secção de História do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta ao Conselho Editorial em 2023, proposta que, tendo sido de imediato acolhida com o maior interesse, recolheu, entretanto, o decisivo apoio da actual Reitora da Universidade Aberta, Prof.^a Doutora Carla Oliveira.

Trata-se de uma iniciativa que se justifica plenamente não só pelos importantes contributos científicos que se ficam a dever à homenageada, que concluiu a sua carreira como Professora Catedrática da nossa Universidade, mas também tendo presente o seu legado para a formação de novas gerações de historiadores, em diversas Universidades, os quais prosseguem, no presente, a sua Obra. A estas duas vertentes – Investigação e Ensino – mobilizadas sempre ao serviço da Universidade e do País, soma-se a sua qualidade de Reitora da Universidade Aberta em dois mandatos sucessivos, tendo então enfrentado desafios cruciais, numa fase decisiva para a afirmação da nossa Universidade.

Para o cumprimento deste objectivo, que já tardava, foram convidados a colaborar todos os antigos colegas da homenageada na Universidade Aberta, mas também aqueles que, fora dela, se destacaram pela sua relação profissional ou científica com a mesma estabelecida, dos quais resultaram, muitas vezes, sólidos laços de construtiva partilha de saberes, em especial por parte de todos aqueles que se têm dedicado ao estudo da Idade Média portuguesa. Foi ainda dada a possibilidade aos que, não podendo colaborar com um contributo original, quiseram juntar os seus nomes na Tábula Gratulatória que encerra o presente volume.

Assim se reuniram relevantes contributos que, desde a Pré-História até à Época Contemporânea, e contemplando diversas temáticas, com destaque, naturalmente, para as de natureza histórica, resultaram em obra de evidente alcance e interesse, doravante à disposição de todos, quer em formato e-book, na Coleção Ciência e Cultura da Universidade Aberta, quer em formato scripto.

A obra integra também, além do *Curriculum Vitae* resumido, de evidente interesse para o acesso à produção científica mais relevante da Homenageada, contributos de cariz pessoal, evocando convívios, constituindo depoimentos na primeira pessoa, que se afiguram do maior interesse e oportunidade, dentro do espírito que animou os editores da obra.

A terminar, é com sentimento de dever cumprido, que cabe agradecer a todos os autores que, nesta oportunidade em boa hora concretizada, quiseram homenagear a Prof.^a Doutora Maria José Ferro Tavares, bem como os colegas da Secção de História que conosco participaram directa e activamente na organização do presente volume: Maria Alexandra Gago da Câmara, Maria Filomena Pimentel de Andrade e Glória Marina de Sousa Évora. Uma palavra de agradecimento é ainda devida à responsável dos Serviços de Produção Digital da Universidade Aberta, Dr.^a Fátima Ferreira da Silva, pela colaboração prestada na preparação desta obra. Para todos vai o nosso reconhecimento muito grato.

João Luís Cardoso
José das Candeias Sales
Ana Paula Avelar

CURRICULUM VITAE **DE MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO TAVARES**

Nascida em Lisboa, em 1945, foi professora catedrática de nomeação definitiva na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (1991) e na Universidade Aberta, encontrando-se, desde 2006, na situação de aposentada.

Licenciou-se em História pela Universidade de Lisboa (1969), com a tese de licenciatura *Os Judeus em Portugal no século XIV*, publicada, em 1970, pelo Instituto de Alta Cultura, Centro de História, e que mereceu o prémio Laranjo Coelho *ex-aequo* da Academia das Ciências de Lisboa.

Doutorou-se em História Medieval pela Universidade Nova de Lisboa (1981), com a tese *Os Judeus em Portugal no século XV*, e obteve a sua Agregação na mesma instituição, onde foi professora Auxiliar, Associada e Catedrática.

Foi membro dos Conselhos Diretivos da Faculdade de Letras (1974-77) e presidente do Conselho Científico do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (1992-93). Na Universidade Aberta foi coordenadora da área das Ciências Humanas (1991), diretora do Instituto de Ensino a Distância (1992-1994), vice-reitora (1994-1998) e reitora da Universidade Aberta (1998-2006), sendo a primeira mulher em Portugal a ocupar tal cargo. Foi ainda membro cooptado do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior (2013-2016).

Entre outras áreas de investigação, dedicou-se ao estudo da história social, económica e monetária dos séculos XIV e XV, bem como ao estudo das minorias religiosas na Idade Média portuguesa, nomeadamente ao estudo dos Judeus e dos Muçulmanos, investigação que prosseguiu também sobre os Cristãos Novos, tendo vários livros publicados sobre estes temas, em Portugal e em Espanha.

Entre os assuntos que foram objecto da sua investigação ao longo dos anos contam-se a moeda portuguesa medieval, as crises sociais de finais do século XIV, em particular no reinado de D. Fernando e a designada “revolução de 1383-85”, a doença, a assistência, a pobreza e a morte em Portugal na Idade Média. Estudou as correntes milenaristas-messiânicas na dinastia de Avis e o pensamento heterodoxo com elas relacionado nos escritos do Padre António Vieira. Investigou também as mudanças climáticas em Portugal durante a Idade Média.

Assim se evidenciou o mérito das investigações desenvolvidas sobre temáticas pouco ou nada estudadas anteriormente entre nós, que conduziram a resultados que se vieram a revelar profundamente inovadores, marcando fortemente o progresso do conhecimento histórico da nossa Idade Média.

Orientou cientificamente várias teses de doutoramento e dissertações de mestrado, tendo participado em numerosos júris de provas académicas.

É autora de vários artigos editados em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Israel, França, Estados Unidos, Reino Unido), bem como de materiais e blocos didáticos para o ensino superior a distância, designadamente manuais, vídeos, audiogramas, CD-roms e e-books. Ao longo da sua carreira, proferiu numerosas conferências e comunicações em Congressos, Colóquios e Seminários nacionais e internacionais (Madrid, Estela, Olivença, Paris, Viterbo, etc.).

A sua extensa produção científica encontra-se plasmada em numerosas revistas e capítulos de obras de natureza histórica, como a *Revista NVMMVS*, da Sociedade Portuguesa de Numismática (artigos sobre a história da moeda portuguesa na Idade Média), na *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva (capítulos sobre a moeda portuguesa, os judeus e a Inquisição em Portugal), na *História Religiosa de Portugal* – vol. II, com direção de Carlos Azevedo, editada pelo Círculo de Leitores e na *História de Portugal*, dirigida por João Medina (capítulos sobre a moeda medieval, Judeus e Inquisição), na *Sefarad*, CSIC, Madrid (volumes 68, 69, 74, 75), na *Hispania Judaica*, de Jerusalém, nos *Estudos Orientais* (Vols. II e VI), editados pelo Instituto Oriental da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, nos *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade* (volumes temáticos



I-VII), da Universidade Aberta, de cuja III Série foi coordenadora, nos *Monumentos*, vol. 24 (volume temático sobre a Covilhã), na revista *Oceanos*, editada pela Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses e na *História da Gastronomia*, com direção de Isabel Drummond Braga.

Colaborou na redacção dos conteúdos para o Museu Judaico de Belmonte, com Paulo Monteiro e David Canelo (2017), Sinagoga de Tomar, Museu, com a equipa de Paulo Monteiro e outros (2020), Museu de Alenquer, com a equipa de Paulo Monteiro (2020) e Tikva, Museu Judaico de Lisboa (em construção), a convite de Esther Mucznik.

Entre a sua produção científica, destacam-se os seguintes **livros**:

- 1969** – *Subsídios para o estudo dos judeus em Portugal: de D. Dinis a D. Fernando*, Lisboa, [s.n.].
- 1970** – *Os Judeus em Portugal no século XIV*, IAC, Centro de História, Faculdade de Letras de Lisboa (prémio da Academia das Ciências de Lisboa, ex-aequo); 1980, 1ª e 2ª edições, ed. Guimarães (esgotado).
- 1974** – *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, ed. autor.
- 1978** – *Catálogo de moedas portuguesas do Gabinete de numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa, Volume I - 1185 a 1383*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- 1979** – *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores.
- 1982** – *Os Judeus em Portugal no século XV. Vol. I*, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
 - *A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades*, Lisboa, Edições Estampa.
- 1984** – *Os Judeus em Portugal no século XV. Vol. II*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (esgotado).
- 1985** – *Pobreza, assistência e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença.
- 1987** – *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Editorial Presença.
- 1989** – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença.
- 1990** – (coord.), *Sociedade e Cultura portuguesas – Textos complementares. Vol. 1*, Lisboa, Universidade Aberta.
 - (coord., com António Camões Gouveia e Manuel Filipe Cruz Canaveira), *Sociedade e Cultura portuguesas – Textos complementares. 2ª parte*, Lisboa, Universidade Aberta.
 - (coord.), *Sociedade e Cultura portuguesas- 2*, Lisboa, Universidade Aberta.
- 1992** – *Los Judíos en Portugal*, Colecciones Mapfre-1492, Madrid.
 - *História de Portugal medieval: economia e sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta.
- 1993** – (coord.), *A Cidade: jornadas inter e pluridisciplinares : actas, Vols. 1 e 2*, Lisboa, Universidade Aberta.
- 1995** – *Os Judeus na época dos descobrimentos*, Lisboa, Edição ELO / Instituto Camões e Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses.
- 1996** – com Paulo Oliveira Ramos, *História da Idade Moderna – caderno de apoio*, Lisboa, Universidade Aberta.
- 1997** – *Sociedade e Cultura portuguesas- 1*, Lisboa, Universidade Aberta.
- 1998** – (coord.), *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas interdisciplinares*, 2 vols., Lisboa, Universidade Aberta.
- 1999** – *História social das técnicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- 2000** – *Judaísmo e Inquisição*. Lisboa, Editorial Presença.
- 2004** – *A herança judaica em Portugal*, Lisboa CTT.
- 2010** – *As Judiarias de Portugal*, Lisboa CTT.
- 2013** – *Fernando e Leonor. Um reinado (mal)dito*, Lisboa, Chiado Editora - Prémio Lusitânia da Academia Portuguesa de História.
- 2021** – *Tomar. A Comunidade Judaica. Entre as teias do judaísmo e do catolicismo*, Tomar, Câmara Municipal de Tomar.

Entre os **artigos e capítulos de livros** de sua autoria, destacam-se:

- 1971** – “A vigairaria de Tomar, nos finais do séc. XV”, *Do Tempo e da História*, vol. 4, pp. 139-151.
- 1972** – “Para o estudo da numária de D. Dinis”, *Do Tempo e da História*, Vol. V, pp. 201-230.
- 1973** – “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro” in *Pobreza e Assistência na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, pp. 371-400.
- 1976** – “História monetária: um novo campo da pesquisa numismática”, *Nummus*, Vol. 10, 3/4, pp. 27-36.
- 1976-1977** – “Algumas reflexões sobre a legislação monetária de Afonso III”, *Revista da Faculdade de Letras, Série IV, n.º 1*, pp. 455-494.
- 1978** – “A revolta dos mesterais de 1383”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas. Vol. I*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 359-383.
- 1979** – “A política monetária do regente D. Pedro (1439-1448)”, *Nummus*, Série 2, Vol. 2, pp. 15-26.
- 1980** – “A assistência na Idade Média” in António Alberto Banha de Andrade (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol. 1, Lisboa, Editorial Resistência, pp. 635-640.
- 1981** – “As doações de D. Manuel, Duque de Beja, a algumas Igrejas da Ordem de Cristo”, *Anuario de Estudios Medievais*, Vol. 11, pp. 869-882.
- “As comunidades judaicas das Beiras durante a Idade Média”, *Revista Altitude (Guarda)*, Série 2, Vol. 2, pp. 5-15.
 - “A vigairaria de Tomar, nos finais do séc. XV”, *Anuario de Estudios Medievais*, Vol. 11, pp. 859-868.
- 1981/1983** – “Subsídios para o estudo da história monetária do século XV (1448-1495)”, *Nummus*, Série 2, Vols. 4/6, pp. 9-59.
- 1982** – “Para o estudo da numária de D. Fernando”, *Estudos Medievais*, Vol. 2, pp. 3-32.
- “Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (Tentativa de Estudo Comparativo)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, pp. 75-89.
 - “A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades”, *Estudos de Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, vol. 1*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 327-342.
- 1983** – “Para o estudo do pobre em Portugal na Idade Média”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 11, pp. 29-54.
- “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, pp. 45-89.
 - “A moeda portuguesa durante a Primeira Dinastia: 1128-1245”, in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 295-303.
 - “A moeda portuguesa de 1383 a 1481”, in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 283-291.
 - “Os judeus em Portugal”, in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 259-271.
 - “A moeda de D. João II aos Filipes: 1481-1640”, in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 273-289.
- 1984** – “Revoltas contra os judeus no Portugal medieval”, *Revoltas e Revoluções – Revista de História das Ideias*, Vol. 6, pp. 161-174.
- 1985** – “O judeu na mentalidade portuguesa do séc. XVI”, in *As dimensões da alteridade nas culturas de língua portuguesa - o outro. I Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses: Actas*, Vol. 1, Lisboa, Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 147-169.
- “Os estratos sociais em 1383-85”, *Beira Alta*, Vol. 44, pp. 232-244.

- “Para o estudo dos judeus de Trás-os-Montes no século XVI: a 1ª geração de cristãos novos”, *Revista Cultura, História e Filosofia*, Vol. 4, pp. 371-417.
- “A moeda medieval portuguesa no seu contexto peninsular”, *Anuario de Estudios Medievais*, Vol. 15, pp. 127-137.
- “Conflitos sociais em Portugal no século XIV”, in *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV. Actas das jornadas de História Medieval*. Lisboa: História e Crítica, pp. 311-321.
- 1986** – “Judeus de sinal em Portugal no século XVI”, *Revista Cultura, História e Filosofia*, Vol. 5, pp. 339-363.
- “As minorias religiosas no reinado de D. Fernando e em 1383-85” in *Actas das Jornadas de História Medieval Portuguesa*, Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, pp. 469-477.
- 1987** – “Judeus e Conversos Castelhanos em Portugal”, *Anales de La Universidad de Alicante. História Medieval*, 6, pp. 341-367.
- “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos”. *Estudos Medievais*, vol. 8, pp. 55-72.
- “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, pp. 17-32.
- “Inquisição: um ‘compellere intrare’ ou uma catequização pelo medo (1536-1547)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, pp.1-28.
- “A comuna judaica de Évora”, *Anuario de Estudios Medievais*, Vol. 17, pp. 551-558.
- 1988** – “Cristãos Novos: um ‘barco com dois lemes’ (Diáspora judaica no século XVI)”, in *Estudos e Ensaios Em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 239-250.
- “Judeus, Cristãos Novos e os Descobrimientos Portugueses”, *Sefarad*, Vol. 48, pp. 293-308.
- 1989** – “Judeus peninsulares: mobilidade e relacionamento”, in Humberto Baquero Moreno, Luís Adão da Fonseca, José Marques (eds.), *Actas das 11 Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Vol. III*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 875-892.
- “La noblesse portugaise au XIVe siècle”, in *La noblesse dans l’Europe méridionale du Moyen-Âge: acte set renouvellement. Actes du Colloque, Paris, 14-15 janvier 1988*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, pp. 369-380.
- “A religiosidade judaica” in *Bartolomeu Dias e a sua época*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 369-380.
- “Judeus e cristãos novos no distrito de Portalegre”, *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre*, n.º 3 (nova série), pp. 37-53.
- “Os Judeus nos séculos XIV e XV”, *Revista Aquae Flaviae*, Vol. 1, pp. 15-22.
- 1991** – “Características do messianismo judaico em Portugal”, *Estudos Orientais, II. O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, pp. 245-266.
- “D. Leonor e a fundação das Misericórdias”, *Oceanos*, n.º 8, pp. 89-93.
- 1992** – “Judeus e criptojudáizantes na ilha da Madeira (séculos XV e XVI)”, in *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INIC, Centro de Arqueologia e História, Universidade de Lisboa, pp. 117-132.
- “Judeus, cristãos novos e o Oriente”, *Estudos Orientais, III*, pp. 49-63.
- “A Judiaria de Tomar”, in J. M. Santos Simões (ed.), *Tomar e a sua Judiaria*, Tomar, Museu Luso-Hebraico, pp. 1-17.
- 1993** – “Linhas de Força da História dos judeus em Portugal das origens à actualidade” *Espacio, Tiempo y Forma, Série III, Historia Medieval, vol. 6*, pp. 447-473.
- “O medo à pobreza”, *Oceanos*, n.º 13, pp. 61-63.

- “Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano”, in Maria José Ferro Tavares (coord.), in *A Cidade: jornadas inter e pluridisciplinares: actas*, Vol. 1, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 141-153.
- 1994** – “O criptojudaísmo: a afirmação de alteridade dos cristãos novos portugueses”, in *Xudeus e Conversos na História, vol. I – Mentalidades e Cultura, Actas do Congresso Internacional Ribadavia, Deputacion de Ourense, Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, pp. 311-324.
- “Os judeus na época do Infante D. Henrique”, *Mare Liberum*, vol. 7, pp. 65-73.
- “Portuguese jews and the Portuguese discoveries”, in *Proceedings of the Eleventh World Congress of Jewish Studies*, Jerusalem, World Union of Jewish Studies, pp. 123-129.
- “Pobreza e assistência: uma análise histórica”, *Communio. Revista Internacional Católica*, Vol. XI, Lisboa, pp. 424-429.
- 1994-1995** – “Judeus e Cristãos Novos de Évora: a propósito de Diogo Pires”. *A Cidade de Évora*, 2.^a série, 1, pp. 247-248.
- 1996** – “Bandarra e o Messianismo judaico português” in João Medina (dir.) *História de Portugal. Dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias, vol. VI, Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, Amadora, Clube Internacional do Livro, pp. 35-40.
- “A festa, uma ruptura no quotidiano das comunas judaicas peninsulares”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 31, pp. 131-155.
- 1997** – “Finanças e fiscalidade das comunas judaicas peninsulares”, in *Finanzas y fiscalidad municipal. V Congreso de Estudios Medievales*, Leon, Fundación Sanchez Albornoz, pp.137-166.
- “Expulsion or Integration. The Portuguese Jewish Problem”, in Benjamin R. Gampel (ed.) *Crisis and Creativity in the Sephardic World (1391-1648)*, New York, Columbia University Press, pp. 95-104.
- “O crescimento económico e o antijudaísmo no Portugal Medieval”, in *Actas III Jornadas Hispano-portuguesas de história Medieval. La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492)*, Sevilla, Consejería de Cultura, pp. 51-67.
- “A expulsão dos judeus de Portugal: conjuntura peninsular”, *Oceanos*, n.º 29. pp. 10-20.
- “O impacto do édito da expulsão dos judeus em Lisboa”, in *Actas das sessões do I Colóquio Temático: o município de Lisboa e a dinâmica urbana – séculos XVI-XX*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 253-265.
- 1998** – “Judeus e Cristãos Novos: o ante e pós baptismo nas terras de Riba Côa e arredores”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das Terras de Riba Côa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 271-284.
- 1999** – “O messianismo na obra do Padre António Vieira”, in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Actas do Congresso Internacional, vol. I*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Província Portuguesa da Companhia de Jesus, pp. 135-164.
- “Poder local e regiões”, *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*, n.º 1, pp. 13-23.
- 2000** – “Os cristãos novos e o povoamento do Brasil”, *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade – n.º especial: Estudos em memória do Prof. Doutor Luís Sá*, pp. 17-31.
- “A diáspora judaica”, *Janus 1999-2000*, pp. 2-5.
- “O édito de expulsão e a diáspora dos cristãos novos: o exemplo do bispado do Porto” in Fermín Miranda García (coord.), *Movimientos migratorios y expulsiones en la diáspora occidental: terceros encuentros judaicos de Tudela, 14-17 de julio de 1998*, Navarra, Universidad Pública de Navarra(Gobierno de Navarra), pp. 165-183.
- “O difícil diálogo entre Judaísmo e Cristianismo” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal, vol. I*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 53-89.

- “Assistência. I. Época Medieval”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal – Vol. A-C*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica portuguesa, pp. 136-140.
- 2001** – “D. Manuel e o Império Português”, in *D. Manuel e a sua época, III Congresso Histórico de Guimarães*, 1ª Secção, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 93-114.
- “A construção da identidade nacional”, *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*, n.º especial, pp. 273-281.
- “Ricos y pobres en un siglo de crisis”, *Edade Media. Revista de Historia*, Vol. 4, pp. 23-36.
- 2002** – “Cristãos e Judeus no Portugal medievo: Entre a convivência e o afrontamento”, in Elena Romero (ed.), *Judaísmo Hispano. Estudios en memoria de José Luis Lacave Riaño. vol. II*, Madrid, Junta de Castilla y León, Diputación Provincial de Burgos, The Ridh Foundation, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 427-448.
- “Construir, desconstruindo a Europa: tensões e medos (séculos IV a XVII)”, *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*, n.º 4, pp. 169-211.
- “O milénio e a história”, *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade*, n.º especial, pp. 13-38.
- 2003** – “Proselitismo, segregação e apologética: a convivência entre cristãos, judeus e muçulmanos no Portugal medievo” in Guilhermina Mota (coord.), *Minorias étnicas e religiosas em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 53-60.
- “O Padre António Vieira, os judeus e os Cristãos Novos”, in *Em louvor da linguagem: homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, Colibri, pp. 415-428.
- 2004** – “Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI)”, António Augusto Tavavres; Maria José Tavares e João Luis Cardoso (eds.), *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, história, arqueologia e climatologia. Actas do colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*. Lisboa, Universidade Aberta, pp. 451-515.
- com Filomena Amador e Manuel Serrano Pinto, “O terramoto de Lisboa de 1755: tremores e temores” *Cuad. diecioch.*, 6, pp. 43-77.
- 2006** – “Os Cristãos Novos em terras da Comarca da Beira: subsídios para o estudo das primeiras gerações”, in Maria de Fátima Reis (coord.), *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 557-573.
- 2007** – “D. Manuel, o rei dos “Últimos Dias ?”, in *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Centro de História, Faculdade de Letras, ed. Caleidoscópico, pp. 499-541.
- “Os Cristãos Novos em terras da comarca da Beira (subsídios para o estudo das primeiras gerações”, in *Rumos e Escrita da História. Estudos de Homenagem a A.A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 557-580.
- 2008** – “A construção de um estereótipo. O judeu no Mediterrâneo ocidental e o seu reflexo na arte (séculos XII a XVI)”, in Maria Filomena Lopes de Barros e José Hinojosa Montalvo (eds.), *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica. Período Medieval e Moderno*, Universidade de Évora, CIDEHUS, pp. 17-78 (versão integral em e-book Open Editions Books).
- “Os Judeus da Beira interior: a comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição”, *Sefarad, Revista de Estudios Hebraicos, Sefardíes y del Próximo Oriente*, vol. 68-2 Madrid, CSIC, pp. 369-411.
- “Profecias, sonhos premonitórios e sinais na construção ideológica dos reis das duas casas de Avis”, in António Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (orgs.), *Estudos da cultura no Brasil e em Portugal*, Salvador. Edufba, pp. 67-114.
- 2009** – “Os Judeus da Beira interior: a comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição (Final)”, *Sefarad, Revista de Estudios Hebraicos, Sefardíes y del Próximo Oriente*, vol. 69-1, Madrid, CSIC, pp. 101-129.
- “A construção da imagem do poder do rei”, in Diana Pelaz Flores, María Isabel del Val Valdivieso, Pascual Martínez Supena (eds.), *Castilla y el mundo feudal: homenaje a Julio Valdeón, Vol. 2*, Valladolid, Junta de Castilla y León, pp. 423-442.

- “Judeus e Cristãos Novos nas Beiras – retalhos de um quotidiano”, *Coimbra Judaica*, Coimbra, pp. 43-95.
- “Os Judeus, os astros e a astrologia”, in António Costa Canas e Maria Eugénia Ferrão (eds.), *A Matemática no tempo de Mestre José Vizinho*, Lisboa, Gradiva, pp. 15-49.
- “Os Cristãos Novos no Oriente”, in Fernando Díaz Esteban (dir.), *América y los judíos hispanoportugueses*, Madrid, Real Academia de História, pp. 247-281.
- “A pesca: uma riqueza em extinção?”, in Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus (dir.), *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, pp. 639-665.
- 2010** – “The Castilian Jews in Portugal: an approach to their history”, *Hispania Judaica Bulletin*, Jerusalem, The Hebrew University of Jerusalem, pp. 175-192.
- 2013** – “Entre a história e a lenda: a memória judaica em Portugal ou o desconhecido Portugal judaico”, in Carlos Guardado da Silva (coord.), *Judiarías, Judeus e Judaísmo*, Universidade de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, pp. 229-267.
- “Entre religiões e negócios: a sobrevivência”, *Lusitânia Sacra*, vol. 27, pp. 15-34.
- 2014** – “A presença judaica em Portugal: o confronto dos vestígios materiais com a documentação escrita”, in Javier Castaño e Santiago Palomero (eds.), *Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España*, Córdoba, Ediciones El Almendro, pp. 221-283.
- “Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Média: onomástica familiar e mobilidade”, *Sefarad*, Vol. 74:1, pp. 89-144.
- “Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Média: Onomástica e Fontes Documentais”, *Sefarad*, Vol. 74:1, pp. 303-342.
- 2015** – “Mobilidade e alteridade: quadros do quotidiano dos cristãos novos sefarditas” in José Alberto R. Silva Tavim, Maria Filomena Lopes de Barros e Lúcia Liba Mucznik (eds.), *The Iberian Peninsula and beyond. Muslims and Jews in Portugal and Diaspora. Identities and Memories (16th-17th centuries). Vol. 1*, Cambridge, Cambridge Schollars Publishing, pp. 24-63.
- “Os Judeus portugueses no século XV”, in *O livro e a iluminura em Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, BNP, pp. 19-40.
- 2016** – “Para o estudo de Viseu medieval: a judiaria. O seu espaço e os seus habitantes”, *Beira Alta*, vol. LXXVI, pp. 9-30.
- “O povoamento judaico no território da diocese da Guarda (período medieval e moderno)”, *Praça Velha, Revista Cultural da Cidade da Guarda*, vol. 36, pp. 65-87.
- 2017** – “Os primórdios da Casa dos Contos”, *Revista do Tribunal de Contas n.º 66/67*, pp. 357-374.
- 2018** – “O registo do património judaico. Entre a chancelaria da comuna e a chancelaria régia” in José Alberto Rodrigues da Silva Tavim e outros (eds.), *Os Judeus na Península Ibérica durante a Idade Média. Análise das suas fontes*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 141-160.
- 2019** – “As judiarías no Portugal Medieval”, in *Iberia judaica. Asociación Hispana de Estudios Hebraicos*, vol. XI, Madrid, Asociación Hispana de Estudios Hebraicos, pp. 71-93.
- 2020** – “The New-Christians of Tomar. A web of social relations between Christianity and Judaism”, in José Alberto R. Silva Tavim, Hugo Martins, Ana Pereira Ferreira, Ângela Sofia Benoliel Coutinho e Miguel Andrade (org.), *As Diásporas dos Judeus e Cristãos-Novos de Origem Ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico. Estudos*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 33-71.
- 2023** – “A marca judaica na alimentação” in José Eduardo Franco (dir.), Isabel Drumond Braga (coord.), *História global da alimentação portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 301-306.

No prelo:

- “Famílias, a Lei de Moisés e os negócios”, in *Actas do IV Congresso de Estudos Sefarditas*, Tomar, Cátedra de Estudos Sefarditas, Faculdade de Letras de Lisboa.
- “Cristãos novos da Beira interior em diáspora”, in *Homenagem a Herman Salomon*, Cátedra de Estudos Sefarditas, Faculdade de Letras de Lisboa.

1

O CAMINHO DA HISTÓRIA: UM DIÁLOGO COM MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

THE PATH OF HISTORY: A DIALOGUE WITH MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

Maria Alexandra Trindade GAGO DA CÂMARA
ID: 0000-0003-1423-9824
[UAb / CHAIA – INT2PAST]
matgc@uab.pt

RESUMO

Reflexos de um olhar sobre a história do mundo medieval, o de Maria José Ferro Tavares, este texto assenta numa conversa que pretende cruzar interesses pessoais, académicos e da experiência de um quotidiano de prática e ofício de historiador.

A ideia de realizar uma entrevista no contexto deste livro de Homenagem prende-se não só com o contacto desde algum tempo estabelecido com a homenageada, com o sentido mais informal de descobrir e desvendar os interesses e a sólida experiência da Autora, sendo deste modo e só por si um testemunho de vida universitária e um percurso pela História Medieval em Portugal.

Palavras-chave: Maria José Ferro Tavares; Universidade Aberta; História Medieval; Historiografia.

ABSTRACT

This text, which reflects Maria José Ferro Tavares's view of the history of the medieval world, is based on a conversation that sought to combine personal and academic interests with the experience of a historian's daily practice and craft.

The idea of conducting an interview in the context of this book of homage is not only linked to the long-standing contact with the honorees, but also in a more informal sense of discovering and revealing the author's interests and solid experience, and is thus in itself a testimony of university life and a journey through medieval history in Portugal.

Keywords: Maria José Ferro Tavares; open university; medieval history; historiography.

Distinguindo-se como uma das mais importantes e reputadas historiadoras do período medieval, Maria José Ferro Tavares abriu, ao longo de vários anos, novas perspectivas sociais, materiais e económicas sobre o entendimento do universo da História medieval portuguesa. Como temas de investigação tem trabalhado temáticas como a assistência, pobreza e morte em Portugal, o estudo das minorias étnico-religiosas e a moeda medieval.

A sua obra está na base dos *curricula* das disciplinas dos cursos de História, persistindo a sua importância no ensino e nas práticas historiográficas sobre a Idade Média.

A sua obra assume-se como matriz fundamental na formulação e discurso dos problemas e do debate científico sobre a época medieval no nosso país.

E é essa a razão para a presente entrevista...

A fim de organizar esta nossa conversa¹, decidi apresentar-lhe alguns tópicos, sobre assuntos em que gostaria de a ouvir, tais como o seu testemunho dos caminhos percorridos pela História Medieval em Portugal, por vivências e amizades pessoais, por encontros e experiências de grandes mestres, pelo tempo da Universidade Aberta e, por fim, pelo ensino da História hoje e no mundo da História Digital.

MATGC – Prof^a Maria José Ferro Tavares, agradeço-lhe a sua disponibilidade em aceitar o convite para esta conversa. E começo pelo início... A opção do caminho da História e da licenciatura que fez na Faculdade de Letras de Lisboa foi tomada cedo? Quais eram os seus interesses nos anos de estudante da Faculdade de Letras e como nasceu o gosto pela História Medieval Portuguesa?

MJFT – Todos nós somos como o barro que se vai moldando com as mãos do oleiro... O meu interesse pelos Judeus e pela Inquisição bebi-o em família com as leituras da *Vida Mundial*, revista semanal de *O Século*, jornal que o meu avô costumava comprar. Os temas do Holocausto chocavam-me e interrogavam-me desde os meus 10 anos... O meu pai, amante da História apesar de ser militar, comprava na altura os livros de uma coleção editada pela Bertrand, “Para que a memória não esqueça”. Os assuntos eram invariavelmente temas sobre os campos de concentração e a morte de milhares de pessoas cujas vidas foram destruídas de forma tão abominável... Era necessário que a memória não esquecesse... Já no secundário a leitura da História da Inquisição de Herculano foi o meu “prato forte” e marcou-me, sem dúvida alguma.

No ano letivo de 1968-69 entregava a minha tese de licenciatura. Enquanto os meus colegas, acabado o 5.º ano do curso, mesmo com 10 valores de média, tinham sido colocados em Lisboa, eu ficara desempregada... Claro que fiquei irritada e quis protestar. O meu pai opôs-se e disse para eu acabar a tese. Passei aquele ano na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, ao mesmo tempo que escrevia e ia levando à Dra. Iria Gonçalves para ela ler. Defendia-a em Julho de 1969. No ano seguinte, comecei a dar aulas no liceu de Oeiras, perto de casa. Adorei.

Falo disto porque tenho a consciência – o meu marido ficaria furioso ao ler estas linhas – de que fui sempre uma “segunda opção”. Acaso, Destino, a mão de Deus como lhe queiramos chamar... No ano em que comecei a dar aulas no liceu, a Professora Virgínia Rau convidou-me para fazer parte do Centro de História e, no ano seguinte, iniciava a minha tarefa como sua assistente eventual, na Faculdade de Letras: Numismática e Epigrafia e as práticas de Paleografia. Fartei-me de trabalhar. Não queria desiludir quem tinha confiado em mim e também não queria perder a oportunidade que me tinha sido oferecida.

¹ Siglas utilizadas: MJFT – Maria José Ferro Tavares; MATGC – Maria Alexandra Trindade Gago Câmara

E os meus alunos marcaram a minha investigação, como assistente: a História Monetária que não era Numismática, mas que entendi ser mais importante para um estudante de História pelas implicações que tem na sociedade e nas mentalidades; as crises do século XIV, com o seu cortejo de pobres, de marginais e de revoltas populares, tendo presente os movimentos no departamento de História após o 25 de Abril; o governo de D. Fernando e o seu casamento com Leonor Teles, a fidalga que estaria bem como amante mas que foi rainha; a morte e a assistência aos pobres; as minorias religiosas, obviamente, porque nunca esqueci os Judeus que a Professora Virgínia Rau tinha deixado que continuasse a estudar como tema de doutoramento. Ou seja, a minha investigação crescia em função dos meus interesses como docente e em função do que estudava e aprendia, sobretudo, com a historiografia francesa.

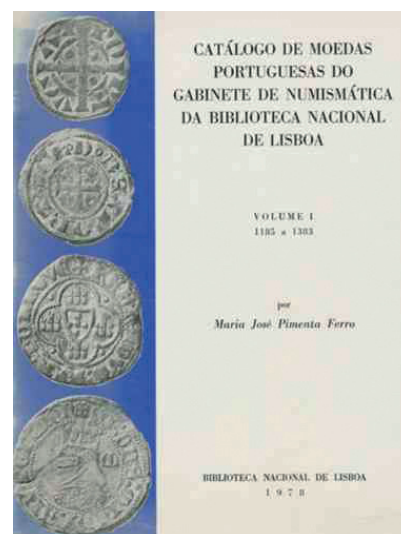


Fig. 1 – Ferro, Tavares Maria José Pimenta. *Catálogo de moedas portuguesas do gabinete de numismática da biblioteca nacional de lisboa*. BNL, 1978.

MATGC – Dos seus mestres de então, costuma destacar Virgínia Rau, entre outros. De que modo cada um deles influenciou na sua maneira de entender a História (Medieval) como disciplina no plano teórico e no da prática metodológica? Que outras personalidades conheceu e gostaria de recordar aqui?

MJFT – Tive a sorte de ter tido professores que me marcaram e, em parte, marcaram o meu percurso académico. Sem desprimor para os demais, não posso esquecer três deles: a Professora Virgínia Rau e a sua assistente Iria Gonçalves e o Professor Borges de Macedo. Aprendi muito com eles e até o meu interesse pelo reinado de D. Fernando se deve a uma pergunta que o Professor Borges de Macedo me fez na prova oral – no meu tempo não havia dispensas de exame final (escrito e oral) – e que volta não volta me vinha à memória: se as crónicas de Fernão Lopes, nomeadamente a de D. João I, não eram propaganda... Para uma estudante do 1.º ano era forte. Não sei o que respondi, mas não esqueci a questão. E, claro, tive de concluir que o exaltamento do primeiro casal da dinastia de Avis tinha como contraponto o apagamento do governo de D. Fernando, que o próprio cronista subliminarmente admirava...

Também não posso esquecer que a Professora Virgínia Rau aceitou a minha proposta de trabalho para a disciplina de História de Portugal I – estudar os Judeus em Portugal. Mandou-me para as *Leges et Consuetudines* e para os Judeus no tempo dos Visigodos. Depois propor-me-ia o tema para tese de licenciatura. E foi assim que a bola de neve do Acaso se começou a desenrolar...

O Centro de História era o cadinho de todas estas aprendizagens graças à biblioteca que tinha, às conversas e discussões sobre os avanços da investigação de cada um, às conferências feitas por historiadores de renome, a maioria pertencente à Escola dos *Annales*. Assim, conhecemos Braudel, Isaac Révah, Michel Mollat, Peter Russell, Emilio Saez, Benito Ruano e outros cujos nomes não recordo. Logo no meu primeiro ano, a Professora Virgínia Rau entendeu que todos devíamos participar nas Jornadas Luso-Espanholas sobre as Ordens Militares... Completava esta atividade a Revista do Centro, *Do Tempo e da História*.

MATGC – A Professora entrou na Universidade Nova entre finais de 80 e inícios de 90 tendo sido presidente do Conselho Científico do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em 1992-93. A “Nova” estava com uma dinâmica extraordinária. Que vivências recorda desse tempo?

- MJFT – Com o falecimento da Professora Virgínia Rau e o caos que se instalou no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, após Abril de 1974, fui obrigada a escolher um medievalista para meu orientador. Nessa altura, o Professor Oliveira Marques tinha regressado a Portugal, assim como o Professor Magalhães Godinho. Apesar do meu interesse pela História da Moeda e pela História Económica e Social fui procurar o Professor Oliveira Marques que conhecia mal, mas fora meu professor durante três meses. Aceitou ser meu orientador mas quis que o meu doutoramento fosse sobre história monetária, assunto que acabaria por ser a tese complementar pois a informação documental não dava para escrever centenas de páginas... E, assim, os Judeus continuaram a ser o meu tema forte... Deste contacto surgiu o convite em 1978, para fazer parte do grupo de docentes que ia trabalhar no curso de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde já estavam os Professores José Mattoso e António Augusto Tavares. O objetivo era inovar o ensino e a investigação histórica, ao mesmo tempo que se iniciava a publicação das chancelarias reais.
- O curso de História foi durante muitos anos a primeira opção, a nível nacional, dos estudantes que queriam obter a sua licenciatura nesta área científica. Tinha um grupo de professores de craveira internacional, sem dúvida alguma, a que se juntavam Magalhães Godinho, José Augusto França, Silva Dias, Alexandre Gusmão, aos nomes acima indicados.
- Iniciou-se uma tentativa de reforma curricular da História, muito marcada pelas orientações da Escola dos *Annales* e da Nova História, onde se integravam as mentalidades, a psicologia social, a sociologia, a arte que se foram autonomizando assim como a arqueologia. Novos cursos foram surgindo como o de Sociologia, o primeiro a ser autónomo, o de História de Arte e, por fim, o de Arqueologia.
- No élan que se procurava dar aos novos cursos, nomeadamente aos Mestrados, a Faculdade investia em novos nomes que iam fazer conferências como Jacques Heers, Le Goff, entre outros, na componente medieval, ou em novas áreas como a História Antiga. Para o efeito, convidavam-se especialistas da Sorbonne e da *École des Hautes Études* como Jean Perrot, Pierre Amiet, Pascal Vernus, entre outros.
- MATGC – Fui sua aluna há 40 anos na Universidade Nova, e também recorro bem estes tempos. Integrei o primeiro curso da variante de História de Arte, um projeto curricular novo e ambicioso.
- Colaborou com a Universidade de Évora na criação do curso de História, tendo igualmente ali lecionado nos cursos de licenciatura e mestrado nos finais dos anos 80 do século XX. Que lugar teve esta cidade no seu caminho, quer de investigação, quer também de vivência universitária?
- MJFT – Colaborei com a Universidade de Évora, juntamente com António Augusto Tavares, David Justino e Esteves Pereira. Saí em 1989, quando aceitei o convite do Prof. Rocha Trindade para colaborar com a Universidade Aberta.
- Todas as cidades têm a sua história. São como um livro que se abre, se começa a ler e não tem fim, porque este está ainda em construção. Évora e Lisboa são duas cidades fascinantes que se lêem nas pedras das suas calçadas, na memória das suas ruas e dos diferentes estilos da sua arquitetura.
- Se Lisboa foi a cidade onde nasci, Évora é a cidade do meu coração. Ela vive a História no interior das suas muralhas e no dourado e verde da planície que a circunda, de onde em onde, pontado pelo casario de um monte alentejano. Fiquei feliz quando tomei conhecimento da sua escolha para “capital europeia da cultura”, título e honra há muito merecido.
- MATGC – Évora será em 2027 – Capital Europeia da Cultura, iniciativa que coloca o Alentejo numa dimensão local e internacional? Poderá trazer este acontecimento novas dinâmicas para o território, ligando o passado ao presente?

- MJFT – Fiquei feliz quando tomei conhecimento da sua escolha para “Capital Europeia da Cultura”, título e honra há muito merecido.
Sendo um museu aberto, Évora é um polo de desenvolvimento do turismo cultural que poderá estender-se a outros concelhos, cidades e vilas suas vizinhas, como Elvas, Castelo de Vide e Marvão, na raia alentejana, ou Estremoz, Alvitto e Viana do Alentejo, por exemplo. Dentro do projeto do turismo cultural poderia ser englobada Olivença com o seu rico património manuelino e em azulejaria bem portuguesa.
- MATGC – Chegamos agora ao *tempo* da Universidade Aberta onde nos voltámos a encontrar. Foi diretora da Unidade de Ensino a Distância, vice-reitora e reitora desta universidade entre 1989-2006. Quais foram aqui os seus projetos de eleição?
- MJFT – Apaixonei-me pelo ensino a distância e pelas hipóteses que ele oferecia aos Portugueses. Uma nova metodologia de ensino, a abertura do ensino superior independentemente do lugar onde o estudante estivesse, pareceu-me um sonho que se podia tornar realidade. Era a divulgação da língua e da cultura portuguesas a nível global, ou seja, onde houvesse um Português ou alguém interessado pela cultura lusófona. A RTP com o seu canal RTP Internacional dava essa possibilidade antes do impulso dado à internet e ao digital na divulgação da cultura. Mas, tudo dá muito trabalho e os sonhos pertencem a quem os sonha...
- MATGC – A Professora integrou e dirigiu o Centro de Estudos Históricas e Interdisciplinares da Universidade Aberta, com encontros regulares e que teve o mérito de reunir os docentes de História, apresentando as suas investigações e os seus projetos. Neste contexto, recorda-se das *Jornadas Inter e Pluridisciplinares sobre a Cidade* organizadas pela Universidade Aberta no Auditório da Biblioteca Nacional, em 1992, de que se publicaram as respectivas actas, em dois volumes. Foi uma experiência bastante enriquecedora, onde se cruzaram olhares e diferentes perceções sobre a cidade. Três anos depois, em 1995, realizaram-se também as *Jornadas Interdisciplinares Poder e Sociedade*, na Universidade Aberta, de que se publicaram também, mais tarde (1998), dois volumes de Actas.



Fig. 2 – A cidade : jornadas inter e pluridisciplinares: Actas II – Coord. Maria José Ferro Tavares, Universidade Aberta, 1993.

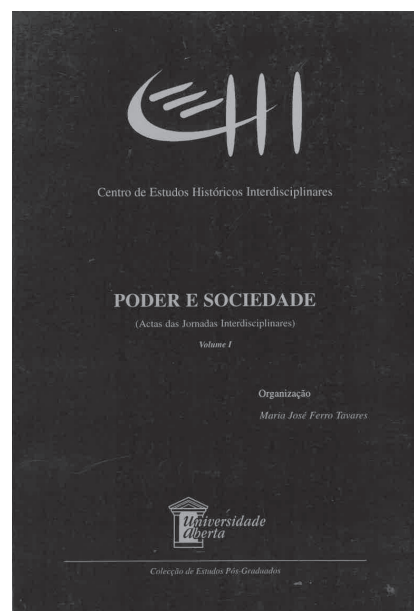


Fig. 3 – Poder e Sociedade : Jornadas Interdisciplinares: Actas I – Org. Maria José Ferro Tavares, Universidade Aberta, 1998.

MJFT – Surgiu a hipótese de criação do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares e da respetiva Revista *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade* com temas em que todos pudessem participar e publicar, no meu primeiro mandato como reitora da Universidade Aberta. Sob a minha Direcção, ao ritmo de um por ano, publicaram-se seis números.



Fig. 4 – Revista *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade* – números 1-6. Lisboa: Universidade Aberta, 1999-2025.

Assim surgiram igualmente os colóquios desde a Cidade à História do Clima e da Evolução Geohistórica do Litoral Português, o primeiro realizado em Portugal sobre esta temática com a colaboração da Universidade do Algarve, e outros, como os dedicados à Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal e aos Fenícios. Mas nem todos estavam interessados... porque o sonho de uns não significa que também o seja de outros...

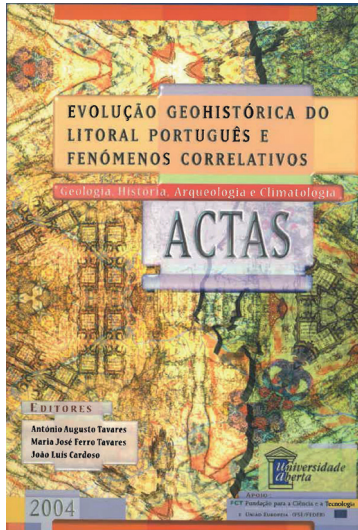


Fig. 5 – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: actas.* António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares, João Luís Cardoso [Eds.]. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

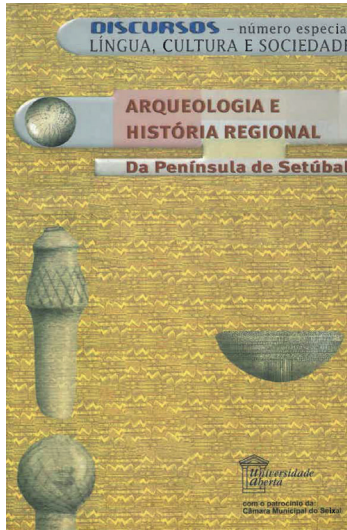


Fig. 6 – *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal.* António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares, João Luís Cardoso [Orgs.]. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

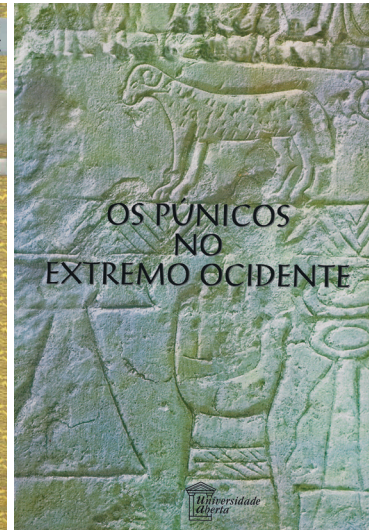


Fig. 7 – *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do colóquio organizado na Universidade Aberta, em Outubro de 2000.* António Augusto Tavares, João Luís Cardoso [Orgs.]. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

MATGC – O facto fundamental para se conhecer a essência de um aglomerado populacional urbano é o seu lugar e a sua estratificação de "tempos". Concorda com esta ideia? Qual o tempo e momento histórico que mais a fascina em Lisboa, cidade de que é natural? e qual o acontecimento que mais a marcou na vivência desta cidade?

MJFT – Lisboa é a cidade da minha infância e dos meus tempos de estudante. Recordo com uma certa nostalgia a Lisboa de ontem com os carros eléctricos abertos, os chamados “carros operários” que circulavam do Cais do Sodré até Dafundo entre as 6h e as 8h da manhã, os pregões desde a “fava rica” às varinas que nas suas canastras vendiam o peixe fresco, ao leiteiro e ao padeiro, os tronos de Santo António, ladeados por vasos de manjericos, a decorarem as portas da rua ou o vão das escadas.

Lisboa sempre viveu para o Tejo e para o mar. Quer queiramos, quer não, os descobrimentos marítimos marcaram-na, transformando-a numa cidade de múltiplas e variadas gentes, línguas e culturas. Uma cidade multicultural mais do que intercultural...ontem como hoje. Talvez por isso seja a zona ribeirinha aquela que recordo, desde o Terreiro do Paço à Torre de Belém, sem esquecer os pastéis de Belém ou os pastéis de cerveja, passando pelas Janelas Verdes e o seu museu ou pela Baixa pombalina, onde



Fig. 8 – Panorâmica de Lisboa a partir do rio Tejo, com o cais das colunas e a praça do Terreiro do Paço em primeiro plano.

podíamos passear em família, a pé, jantar num restaurante e ir ao cinema ou ao teatro. A cidade que recordo desapareceu hoje, mas mesmo tendo desaparecido, Lisboa é a cidade mais bela vista do mar ou vista de um avião..

MATGC – As ferramentas digitais alteraram hoje a forma como percebemos e transmitimos o passado e subentendemos a realidade que nos rodeia. Como sente o ensino da Universidade hoje? O que pode dizer agora a um estudante que termina o secundário que quer fazer uma Licenciatura em História. Que conselhos lhe daria?

MJFT – Não é fácil responder, tanto mais que a História tem sido tão maltratada no ensino secundário que até admira que um(a) jovem a queira estudar. Mas, é verdade que novos estímulos podem ser encontrados para aguçarem a curiosidade dos jovens, como os filmes e romances históricos, agora em voga, a arqueologia e a arte ou até a banda desenhada e a designada história digital. A História é saber, conhecimento e é comunicação. Ou seja, a História não existe se não houver conhecimento seguro e empatia na sua transmissão. Se não houver estas qualidades comunicacionais, será certamente aborrecida para a generalidade das pessoas que a identificam com “empinango”, mera memorização sem compreensão.

Assim, eu diria que quem quiser tirar uma licenciatura em História, tem de amar esta ciência, tem de amar a Humanidade e a sua evolução no tempo e no espaço, pois é disso que ela trata. Ela ensina-nos a compreender o presente a partir do passado. Ela é necessária para compreendermos os povos, as instituições e os seus símbolos.

Mas, acrescentaria: se quiser enriquecer... não conte com a História... Em Portugal, as saídas profissionais – embora agora sejam mais diversificadas do que no meu tempo – pertencem maioritariamente à área do ensino. Hoje, o grupo de docência incide na área da História, antes associada à Filosofia ou à Geografia. No entanto, a licenciatura em História ou nas suas variantes Arqueologia, História de Arte a que acrescento Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia permite outras saídas profissionais em Câmaras Municipais, Arquivos nacionais, municipais, diocesanos, Museus, etc para além de permitir uma bagagem cultural útil para cada um compreender o mundo atribulado em que vivemos e nos é transmitido pela comunicação social e que a torna tão importante para complementar, na função de consultora/comentadora, as notícias mundiais.

Em suma, o mundo da História é apaixonante e tal facto é visível na transmissão dos canais digitais televisivos, na produção de *ebooks* onde a escrita interage com a imagem e o som. Ou seja, a nova História não se inibe do uso de novos suportes ... e permite ensinar, transmitir o conhecimento de uma maneira lúdica, como já o salientava Marc Bloch, a que não é estranha a própria banda desenhada, desde os Astérix e Obélix ao Sapiens de Yuval Arari... E, porque não, jogos de computador... tão queridos aos adolescentes e jovens, sem esquecer os graúdos...

Portanto, a(o) estudante que queira tirar o curso de História deve deixar-se apaixonar e comunicar a sua paixão pela Humanidade. Eu não estou arrependida.

MATGC – Muito obrigada pelo seu testemunho e disponibilidade, recordando um caminho e um percurso que seguramente não acaba nesta *conversa*...

2

MEMÓRIAS DA ORIENTAÇÃO DE UM INVESTIGADOR

MEMOIRS OF THE SUPERVISION OF A RESEARCHER

Filipe Themudo BARATA
ID: 0000-0002-3905-2380
[CIDEHHUS – UÉ]
ftbarata@uevora.pt

RESUMO

Este texto tem um lado pedagógico que quero sublinhar. Ele é não só uma homenagem, mas, em particular, um agradecimento a quem me ajudou e apoiou no percurso de investigador e professor universitário. Faço-o com prazer e a convicção de que é importante sabermos reconhecer quem foram os nossos mestres, em especial quando estamos a trabalhar em temas pouco explorados na historiografia portuguesa. A Professora Maria José Ferro Tavares foi minha Orientadora nos meus trabalhos académicos sobre o Mediterrâneo.

Palavras-chave: Maria José Ferro Tavares; Orientação de teses académicas; Medieval.

ABSTRACT

This text has a pedagogical purpose that I want to highlight. It's not just a tribute, but, above all, thank you to the person who helped and supported me on my journey as a researcher and university professor. I do it with pleasure and with the certainty that it's important to know for sure who our masters were, especially when we are dealing on subjects that haven't been explored in Portuguese historiography. Professor Maria José Ferro Tavares was my advisor in my academic works on the Mediterranean.

Keywords: Maria José Ferro Tavares; Supervision of academic theses; Medieval.

UMA INTRODUÇÃO

Conheci a Prof. Maria José Ferro Tavares em condições muito especiais. Talvez pelo ano de 1978, um dia, entrei numa sala da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e vi imensas caixas de cartão, cheias de papéis que me pareciam terem as antigas cópias stencil. Estou a falar, sem exagero, de milhares de folhas A4 nessas largas dezenas de caixas. Perguntei o que era aquilo e explicaram-me que era o resultado de uma parceria entre a Prof^a Virgínia Rau e um Prof^o italiano, Frederigo Melis, que tinham começado a levantar a documentação de arquivos italianos respeitante a Portugal.

Pouco anos depois, como assistente estagiário da Universidade de Évora, tinha de escolher um tema para as antigas Provas de Avaliação Pedagógicas e Científica para poder passar à categoria de Assistente e soube imediatamente qual o tema que ia escolher: trabalhar esse enorme conjunto de fontes que ninguém reclamava, já que o Mediterrâneo e a sua história sempre me tinham atraído a atenção que expliquei em muitas publicações. Depois de me informarem que a legitimidade para trabalhar essa documentação pertenceria, prioritariamente, às assistentes da Prof^a Virgínia Rau, percebi que deveria falar com as Professoras Iria Gonçalves e Maria José Ferro Tavares, na altura, ambas já na Universidade Nova de Lisboa, que se começava a instalar.

Quando voltei à tal sala, para consultar o conteúdo das caixas e começar a trabalhar, a maior surpresa foi que a documentação já lá não estava e, julgo, perdeu-se para sempre. Foi no contexto dessa situação e de uma série de conversas que tivemos, que eu solicitei à Professora Maria José Ferro Tavares que fosse a minha orientadora dessas provas e, depois, do Doutoramento. Essas conversas relacionavam-se com o facto de eu conhecer a obra desta professora, à qual não eram estranhos os problemas financeiros e monetário ligados ao comércio, que ocupariam um lugar importante, tinha a certeza, na minha investigação. Além disso, como trataria de comércio, mais uma vez, se justificava plenamente uma orientação com este perfil.

Esta pequena nota meio pessoal, tem um objetivo muito simples: com a orientação que terá começado pelos anos de 1982 ou 1983, quero que fique registado o meu agradecimento em relação a quem me ajudou e me tratou sempre de uma forma impecável. Por isso, o que se segue é o registo de como, cientificamente, essa ajuda se foi consolidando.

OS ARQUIVOS DO MEDITERRÂNEO

Perdida a tal documentação e pelo que tinha visto, pelo menos percebi que os arquivos pouco explorados do Mediterrâneo poderiam providenciar fontes absolutamente excecionais para a história de Portugal.

Uma das primeiras conversas com a orientadora foi a de começar por escolher os arquivos por onde deveria começar. Na altura, parecia claro que havia 2 grupos de arquivos desconhecidos e que poderiam providenciar resultados. O primeiro grupo abrangia os arquivos italianos, em que a parceria dos dois professores antes referidos, já tinham comprovado a existência de muito material. O segundo, eram os arquivos catalães e valencianos. Por essa altura, muitas publicações de fontes do antigo reino de Aragão tinham trazido a público um ou outro documento em que eram partes portuguesas.

Foi neste contexto que, nas conversas com a orientadora, se acordou que os arquivos catalães eram objetivos mais seguros, até pelo lado prosaico de estarem mais próximos. Com o apoio da antiga JNICT, lá parti para Barcelona, dado que os arquivos desta cidade eram pouco conhecidos em Portugal e prometiam novidades. Estes arquivos eram bem conhecidos dos historiadores de Espanha, entre os quais se destacavam alguns: o *Arquivo Histórico da Cidade*, com documentação variada, ligada à atividade portuária medieval de Barcelona, o *Arquivo Histórico dos Protocolos de Barcelona*, que ainda guarda os livros notariais da cidade desde meados do século XIII até aos dias de hoje, o *Arquivo da Catedral*, já que existe um importante arquivo muito variado da atividade religiosa, política e económica do Cabido e do Arcebispo e, mais importante, o *Arquivo da Coroa de Aragão*, onde está toda a riquíssima documentação dos reis aragoneses e tem uma amplitude cronológica e temática gigantesca.

Quando passei para a investigação do doutoramento, além de continuar nos arquivos de Barcelona, consultei também os de Valência, em especial o *Arquivo do Reino de Valência* e aventurei-me com o *Arquivo de Estado de Génova*, o *Arquivo Dattini* do Prato e bibliotecas florentinas e de pisanas com documentação avulsa. Ainda hoje tenho, em microfilme, muita documentação inédita que trouxe de alguns desses arquivos e não tive tempo para aproveitar.

Mas talvez seja mais importante referir que, à medida que andava por estes arquivos e conversava com outros investigadores, fui percebendo que, por todo o Mediterrâneo, há arquivos que mereceriam ser consultados e poderiam disponibilizar informações importantes para a história de Portugal. É o caso dos arquivos dos antigos consulados franceses do Norte de África, por onde muitos judeus encontraram apoio na sua fuga nos séculos XV e XVI; da mesma forma, na Turquia, no Líbano e no Egipto fui tomando conhecimento de documentação de importância variada, mas que existia, e que era desconhecida dos investigadores portugueses.

Como qualquer leitor pode imaginar, a descoberta de tantas fontes de informação e documentação inédita implicava a necessidade de definir uma cronologia e uma área de observação prioritária. Neste caso, a orientação foi essencial para definir que iria trabalhar nos séculos XIV e XV e só no Mediterrâneo ocidental, sendo que as primeiras provas foram uma espécie de introdução ao que seria o doutoramento (Barata, 1998).

AS SOCIEDADES COMERCIAIS MEDIEVAIS EM PORTUGAL

Como jovem investigador e no início da minha carreira de historiador, defrontava alguns problemas, no mínimo, delicados. Propunha-me contrariar opiniões quase unânimes da historiografia portuguesa e, ainda por cima, defendidas por Virgínia Rau, que era, para todos e para a minha orientadora, uma figura de referência. Era precisamente o caso das sociedades comerciais medievais portuguesas.

Historiadores consagrados como Jorge Borges de Macedo e A. H. Oliveira Marques (Macedo, 1979: 122; Marques, 1987: 74-75), além de Virgínia Rau, defendiam que as sociedades comerciais só existiram em Portugal, depois do século XVI e XVII. O acordo, digamos assim, entre mim e a orientadora foi de que só seria possível demonstrar uma nova realidade se os argumentos e documentos fossem irrefutáveis.

Lembro que Virgínia Rau, a esse propósito, teve, em 1953, uma discussão pública contra Hedwig Fittler, criticando a sua posição em defender a existência dessas sociedades para o período medieval. Entrar nessa discussão tantos anos depois, implicava definir, do ponto de vista jurídico, o conceito de sociedade comercial e apresentar documentos que demonstrassem como os portugueses, pelo menos na Baixa Idade Média, dominavam esses instrumentos comerciais e estavam inseridos de uma forma natural nos fluxos comerciais regulares de então.

Foi precisamente essa novidade que permitiu, depois de tantos anos de investigação nos arquivos catalães e italianos, a utilização de muitos documentos que mostravam a entrada de portugueses em sociedades comerciais, em que vários sócios formavam fundos para realizar operações lucrativas, participando nos lucros e nas perdas na forma que estivesse definida. Serem estáveis, ou não, não era um ponto básico de definição das sociedades comerciais, ao contrário do que a historiografia tradicional defendia.

O facto de ter enveredado por este caminho, ou seja, investigar os instrumentos comerciais e financeiros que os comerciantes portugueses poderiam ter utilizado nas suas práticas negociais na Idade Média, levou a minha orientadora, pessoa que tanto publicou sobre moeda¹, a encaminhar-me para analisar essa perspetiva da atuação dos portugueses. A publicação do seu "Catálogo de Moedas" medievais, por

¹ Das várias publicações da autores, referentes a moeda e economia monetária, escolho duas: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Catálogo de moedas portuguesas do gabinete de numismática da biblioteca nacional de lisboa*. BNL, 1978, Volume I e único – 1185-1383; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro "A moeda medieval portuguesa no seu contexto peninsular" in: *Anuario de Estudios Medievales*, vol 15 (1985), pp. 127-137.

exemplo, foi-me de extrema utilidade, pois, muitas vezes, quando precisava de avaliar a especulação monetária que se fazia com as letras de câmbio, tal só era possível com a avaliação do peso dos metais preciosos de cada emissão.

Aliás, devo confessar que foi com surpresa que descobrimos como os mercadores portugueses conheciam tudo, ou quase tudo, acerca das práticas comerciais correntes de então: letras de câmbio, empréstimos marítimos, operações bancárias, incluindo operações de crédito corrente, penhoristas, compra e venda de créditos, especulação financeira e monetária, censos e títulos da dívida pública e até seguros tudo isto não lhes era estranho.

Através do negócio dos fretes e das vantagens bastante informais que ele permitia, percebeu-se também como os portugueses eram capazes de encobrir os seus ganhos comerciais de forma a não colocar em risco a sua posição face à forma como a Igreja punha limites aos lucros e aos juros excessivos. Deste ponto de vista, para os séculos XIV e XV, foi uma novidade.

Era esta forma verdadeiramente científica de olhar a História que me encantava com a minha orientadora e nunca se alterou, por mais que eu pudesse introduzir roturas na forma de ver os problemas. A consequência desta maneira de trabalhar ajudou-me a compreender uma coisa que, antes, parecia impossível: os portugueses desses séculos, participavam de forma natural nas grandes tendências europeias, no que diz respeito à atuação económica e eram agentes regulares dos fluxos comerciais medievais.

TEMAS DIFÍCEIS E ASSUNTOS INTERMINÁVEIS

Nessas investigações de arquivo deparei-me, algumas vezes, com documentos referentes a judeus que circulavam pelo Mediterrâneo, umas vezes como sujeitos ativos de negócios, outras vezes e mais interessante, referindo-se uns aos outros como concorrentes comerciais, mas também pertencendo a correntes religiosas diferentes.

Resolvi começar a indagar essas diferenças, muitas vezes de carácter teológico, no interior das comunidades judaicas, até que fui aconselhado, mais uma vez pela minha Orientadora, para não me meter por aí, sob pena de me estender por temas muitas vezes afastados do comércio medieval e correndo o risco de me perder na compreensão de correntes de pensamento religioso que, só por vezes, podiam afetar relações económicas entre judeus.

Hoje, depois da extensa bibliografia que vai sendo publicada, percebo muito bem essa advertência e a sua razão de ser. A historiografia portuguesa e estrangeira tem-nos dado a conhecer rivalidades que existiam entre as várias comunidades judaicas de então e que, em certas ocasiões, estava espelhada em documentação encontrada nos arquivos. Ainda bem que alguém com conhecimento do tema² me deu esse conselho.

Havia outros temas cuja dificuldade tinha relação com as narrativas que se tinham criado com a falta de documentação e que se tinham transformado numa espécie de versões oficiais. Um bom exemplo era o que passava com a vida em Ceuta, depois da tomada da cidade pelos portugueses em 1415.

Em relação ao primeiro Governador da praça, Dom Pedro de Meneses, as fontes existentes, eram dominadas pela sua crónica composta por Gomes Eanes de Zurara e documentos régios. Para quem conhece a crónica, é evidente o tom apologético e heroico em que foi escrita. Todavia, à medida que se foram fazendo os levantamentos da documentação de vários arquivos, foi-se percebendo que, a partir

² Maria José Ferro Tavares foi, talvez, a principal historiadora sobre a história dos judeus em Portugal. Na ocasião em que fazia as minhas provas, em meados dos anos 80 do século XX, os seus escritos eram obras de referência. É impossível aqui listar os seus escritos sobre o tema, pelo que ficam aqui 2 obras clássicas: TAVARES, Maria José Ferro. *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães Editores: Lisboa, 1979; TAVARES, Maria José Ferro. *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 1982; IDEM. *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II, INIC: Lisboa, 1984.

de Ceuta, se foram desenvolvendo negócios absolutamente extraordinários e que davam à cidade vantagens comerciais acrescidas.

Assim, através de uma atividade de curso sistemática, os moradores da cidade, em especial o seu governador, conseguiram participar, cada vez com mais importância, no tráfico de escravos, que corria riscos de abastecimento com a expansão Otomana no Mediterrâneo oriental.

Mais uma vez, a regra era a de que as conclusões tinham de ser consistentemente suportadas por um tratamento de fontes irrepreensível. Foi assim possível conhecer o modo como se formou uma parte da riqueza da casa de Vila Real e como os portugueses se foram introduzindo no mercado de escravos do Mediterrâneo, em que o comércio português chegou a ter um papel de relevo por todo a região central desse mesmo mar.

Há duas notas que ainda quero lembrar; a primeira, foi o prazer que me deram as reflexões e conversas em torno dos chamados livros de mercadorias (o mais conhecido: Pegolotti, 1936 [1342]), em regra elaborados por agentes de grandes casas comerciais. Conheciam-se vários na Europa e, hoje, até conhecemos pelo menos um produzido na China (Ju-Kua, 1911). O leitor pode imaginar o que era partir desses documentos, confrontá-los com os documentos inéditos encontrados nos arquivos e, pouco a pouco, ir reconstituindo as rotas e fluxos comerciais portugueses do Mediterrâneo ocidental e central.

A segunda prende-se com o esforço que foi, no final da investigação, tentar perceber como as crises europeias, de cada reino ou cidade, foram beneficiando, ou prejudicando, a capacidade externa da economia portuguesa.

COMO UMA CONCLUSÃO

Tenho plena consciência de que este artigo não é um tema muito comum numa obra deste género. Depois da minha própria jubilação, este é um texto que sempre quis escrever, já que tive poucas oportunidades de o fazer em público. A conclusão só podia também ser diferente da habitual. Espero que o registo deste agradecimento fique claro. Depois de ter orientado e discutido, sem exagero, centenas de provas académicas, fica-me sempre o prazer de ver como é relevante ajudar a pensar um investigador e a resolver um problema.

Nos primeiros anos da minha estadia em Évora como Assistente estagiário, a Professora Maria José Ferro Tavares foi a Professora Convidada do Departamento de História para Orientar os programas de História Medieval e os respetivos docentes e, também aí, ganhei com a sua segurança e o seu conhecimento.

Uma única vez estive em desacordo radical com a minha Orientadora. Quando acabei de lhe entregar a última versão da tese de doutoramento, dela a rever e termos conversado sobre o seu conteúdo, ela disse-me que a tese ficaria melhor com um mais capítulo sobre um assunto que a minha memória, hoje, não é capaz de reter. Lembro-me bem foi de lhe ter dito que, do ponto de vista legal, ainda tinha prazo, mas, na minha cabeça, esse prazo tinha terminado. Com um sorriso de alguma cumplicidade, ela aceitou a minha decisão!

Obrigado, Professora Maria José Ferro Tavares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, FILIPE THEMUDO (1998)– *Navegação, comércio e relações políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, JNICT/Fundação C. Gulbenkian: Lisboa.

JU-KUA, CHAU (1911) – *On the Chinese and Arab Trade in the Twelfth and Thirteenth Centuries*, tradução e notas de Friedrich Hirth e W.W. Rockhill. S. Petersburg: Printing Office da Academia Imperial das Ciências. Disponível online em 24 de Junho de 2024: b29353087 (wellcomecollection.org).

- MACEDO, JORGE BORGES DE (1979) – “Companhias comerciais” in: *Diccionario da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, p. 122.
- MARQUES, A.H. DE OLIVEIRA (1987) – “Portugal na crise dos séculos XIV XV” in: *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, p. 74/75.
- PEGOLOTTI, FRANCESCO BALDUCCI (1936 [1342]) – *La Pratica della Mercatura*, ed. Allan Evans, Cambridge MA: The Mediaeval Academy of America.
- TAVARES, MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO (1978) – *Catálogo de moedas portuguesas do gabinete de numismática da biblioteca nacional de lisboa*. BNL, Volume I e único – 1185-1383.
- TAVARES, MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO (1985) – “A moeda medieval portuguesa no seu contexto peninsular” in: *Anuario de Estudios Medievales*, vol 15, pp. 127-137.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1979) – *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Guimarães Editores: Lisboa.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1982) – *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1984) – *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II, INIC: Lisboa.

3

A MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO TAVARES, COM AFECTUOSO ABRAÇO

TO MARIA JOSÉ FERRO TAVARES WITH A WARM EMBRACE

Maria do Rosário Themudo Barata CRUZ
[Academia Portuguesa da História]
rosariothemudo@gmail.com

RESUMO

Breves palavras de expressão de amizade e admiração pela homenageada, sinalizando alguns dos seus principais contributos para a historiografia portuguesa.

É igualmente enfatizada a sua indelével ação enquanto medievalista.

Palavras-chave: Maria José Ferro Tavares; Historiografia portuguesa; Medievalista.

ABSTRACT

Brief words of friendship and admiration for the honoree, highlighting some of her main contributions to Portuguese historiography.

Her indelible action as a Portuguese medievalist is also emphasized.

Keywords: Maria José Ferro Tavares; Portuguese historiography; Medievalist.

Um imperativo de amizade e admiração me leva a escrever estas breves palavras. Admiração pela coragem, determinação e clareza em inovar, mantendo aquela alegria que manifestava nos anos em que foi Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, assistente a cujas conferências concorriam Professores Seniores tanto como os colegas de trabalho – guardando para momentos de mais difícil passagem a invocação que se tornou estribilho e de que bem me lembro: “Valha-me Santo Ambrósio”. E ao mesmo tempo recordarei a ternura com que falava da sua Família e a que devotará, em especial, a seus Filhos.

Da sua vasta obra deveria e gostaria de assinalar apenas alguns momentos . Desde logo, os estudos que dedicou à história monetária portuguesa, que, centrada nos anos de 1383/5-1438, recua até ao reinado de D. Afonso III, ancora-se no de D. Fernando e nas reformas de D. João I, estende-se desde a regência do Infante D. Pedro para abarcar todo o século XV (1495), estudos que surgem desde a década de 70 do século XX e que continuarão presentes na sua produção em que se assinala o catálogo das Moedas Portuguesas do Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa, surgido em 1985, especialização de análise a que se vem juntar a procura da caracterização de mentalidades e comportamentos. Estudos de renovação de temática e de formas de abordagem, que retiveram a atenção dos colegas, como foi, também, o caso do tema a seguir enunciado.

Efectivamente Maria José Pimenta Ferro acometia outro grande tema – o da actuação da nobreza no reinado de D. Fernando, na crise de 1383-1385 e no reinado de D. João I, amplamente tratado no artigo publicado na *Revista de História Económica e Social* em 1983, com três importantes Gráficos – Síntese, em que a renovação de dados e a sua co-relação têm a maior abrangência – que continuará a ser praticada e que terá decerto reflexos na obra que apresenta 30 anos volvidos: *Fernando e Leonor, um reinado (mal)dito*.

No entretanto, brindava-nos com notabilíssimos e numerosíssimos estudos sobre Judeus e Cristãos-Novos, desde o século XIV, no contexto europeu e da expansão europeia, com obras premiadas e procuradas, tema a que voltará sempre, como foi o caso na escolha de tema para a obra *Um mundo para além da palavra*, de homenagem ao Professor Luís Crespo Fabião, publicada também em 2013, em que trata de “Os Cristãos Novos: um elo de ligação entre Portugal e os Países Baixos”. E durante este percurso no tempo seria de assinalar outras tantas temáticas : pobreza e assistência aos pobres na Idade Média, política municipal, a actividade da pesca e a sua importância, tema incluído no livro *Olhares sobre a História* de homenagem à Professora Iria Vicente Gonçalves (2009), sínteses sobre sociedade e cultura portuguesa, sobre a História de Portugal medieval, sobre a Inquisição, sobre a expansão portuguesa e europeia em que se inclui o estudo sobre D. Manuel e a construção ideológica do Império português e a sua vertente messiânica ou milenarista em que retoma o tema tratado por Luís Filipe Thomaz e o aborda a partir da corte da Dinastia de Avis, e contrariando a tendência de heresia em que alguns pretendem interpretar o Padre António Vieira, no artigo que me foi oferecido para o livro *Problematizar a História*, em 2007, com o título “D. Manuel, o Rei dos “Últimos Dias” – artigo que se deve lembrar neste ano em que se celebra o Cinquentenário de Luís Vaz de Camões.

São breves estas palavras pois a sua única função será a de representar, com um afectuoso abraço, a amizade e admiração votadas a Maria José Pimenta Ferro Tavares desde os tempos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e que continuaram nos seus anos de ensino na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e depois nos da Universidade Aberta, onde determinadamente integrou a equipa que ensaiou e estabeleceu a experiência inovadora do ensino universitário a distância, vindo a ser a sua Magnífica Reitora.

4

AS ANTAS, MARCADORES SIMBÓLICOS DAS PAISAGENS E DOS TERRITÓRIOS MEDIEVAIS

DOLMENS, SYMBOLIC MARKERS OF MEDIEVAL LANDSCAPES AND TERRITORIES

Rui MATALOTO
ID: 0009-0009-9849-9279
[Município de Redondo]
rmataloto@gmail.com

João Luís CARDOSO
ID: 0000-0003-2234-2266
[UAb]
cardoso18@netvisao.pt

RESUMO

Os monumentos megalíticos marcaram de forma indelével a paisagem do território actualmente português, constituindo um sinal de perenidade através dos tempos. Este sentido de permanência conduziu à sua utilização como marcos territoriais ao longo dos tempos, especialmente em épocas de verdadeira “refundação” da paisagem. Pretende-se aqui compilar diversos exemplos de época medieval do território alto-alentejano, onde, fosse na definição dos termos municipais ou na delimitação fundiária das grandes propriedades, foram tais monumentos assim utilizados, demonstrando o aproveitamento daquelas estruturas ancestrais para finalidades práticas, dada a sua visibilidade na paisagem e as particularidades que os individualizavam. No final, aborda-se um “caso de estudo” com base em observações mais recentes, de natureza religiosa que abrirá o caminho para a futura “Arqueologia”.

Palavras-chave: antas; marcadores simbólicos; paisagens medievais.

ABSTRACT

Megalithic monuments have left an indelible mark on the landscape of what is now Portugal, constituting a sign of permanence throughout time. This sense of permanence has led to their use as territorial landmarks throughout time, especially in periods of true “refoundation” of the landscape. The aim here is to compile several examples from the medieval period in the Alto Alentejo region, where, whether in the definition of municipal boundaries or in the land demarcation of large properties, such monuments were used in this way, demonstrating the use of these ancestral structures for practical purposes, given their visibility in the landscape and the particularities that individualized them. Finally, a “case study” is addressed based on more recent observations, of a religious nature, which will pave the way for future “Archaeology”.

Keywords: dolmens; symbolic markers; medieval landscapes.

1. TRAÇAR FRONTEIRAS, CRIAÇÃO DE PAISAGENS

Os meados do século XIII correspondem a período conturbado da História nacional. Por um lado, agrava-se a tensão interna que culminará na guerra civil 1245-1248 que levou à excomunhão e deposição de D. Sancho II e ascensão de D. Afonso III; por outro, será concomitante a notável expansão territorial, com o avanço sobre todo sul do país. A base da disputa desenrolou-se em torno da centralização do poder régio, e consequente limitação do poder e possessões quer do Clero quer da Nobreza. Efectivamente, o futuro D. Afonso III jurou em Paris respeitar os foros escritos e não escritos estabelecidos pelos seu avô e bisavô, de modo a assegurar o apoio do Clero, da Nobreza e dos Concelhos. É importante sublinhar este aspecto pela relevância que teve em futuras delimitações consignadas em forais e outros documentos régios.

Será durante o reinado de D. Sancho II que, depois do desaire de Elvas em 1226, se desenrolará o avanço militar em território alentejano, com auxílio das Ordens Militares e em concomitância com o avanço leonês, que acabou por provocar o abandono de Elvas em 1229 e conquista de povoações como Moura e Serpa em 1232, Beja, 1232-1234, Mértola, 1238, ou Tavira provavelmente já em 1242.

Assim, no decurso da segunda metade do século XIII, observa-se, no Alentejo, à consolidação da conquista cristã e a uma efectiva apropriação do território, que se irá fazer através da outorga de terras e cartas de Foral, por D. Afonso III e por D. Dinis, traçando-se então a malha fundiária que ainda hoje rege o território alentejano.

Esta realidade irá inscrever-se no território, definindo limites concelhios que se mantiveram via de regra até aos nossos dias. Apesar de tal ocorrer sobre um território controlado há escassas dezenas de anos e pouco povoado – justamente o facto que se procurava inverter –, este processo de delimitação de fronteiras, tal como o processo toponímico que lhe vemos associado, evidencia um conhecimento directo do território, que foi efectivamente calcorreado, e meticulosamente reconhecido, num acto de evidente apropriação da Paisagem.

O território terá sido assim assimilado a paisagem que se assumiu desde logo, como ancestral, como fica patente na integração de diversas antas, penedos e cabeços como marcas delimitadoras irrevogáveis.

A delimitação de fronteiras, enquanto acção criadora de Paisagem, com a integração de elementos naturais e de origem antrópica de reconhecida origem ancestral é fenómeno conhecido desde antes da fundação da nacionalidade portuguesa, encontrando-se bem estudado na Galiza, onde a análise aprofundada de muita da documentação medieval permitiu verificar um uso reiterado de sepulcros pré-históricos como delimitadores de propriedades, mas igualmente de freguesias, ao ponto de se ter desenvolvido a designação de *megalitos de término* (Martíñon-Torres, 2001).

Continua a faltar um estudo sistemático da documentação medieval portuguesa orientado para a inventariação das ocorrências pré-históricas integradas e descritas na documentação de termos medievais. Todavia, um breve repasso pelas grandes compilações de fontes, como a *Portugaliae Monumenta Historica* ou os livros de Chancelaria de D. Afonso III¹ deixam clara indicação de como estes terão sido reconhecidos e utilizados de modo frequente. Se aqui se irão tratar alguns casos referentes ao território centro alentejano, onde um de nós (R.M.) tem centrado a sua análise, de modo idêntico encontramos interessantes referências, algumas bem mais antigas, à utilização destes monumentos como marcos delimitadores, como a carta de foro dada por D. Afonso Henriques, em 1162, aos povoadores de Castelo de Mós, em cuja delimitação menciona “*inde a Anta do Serro Dumasouto*” (Livro de Chancelaria de D. Afonso III, na transcrição de Ventura e Oliveira, 2011: 49); também na Carta de Foral de Roalde, hoje concelho de Sabrosa, D. Sancho I, em 1208, assinala na delimitação do termo “*et ferit in annta da Cabeça da Loura*”; ou ainda na Carta de Foral de Gouvães, Vila Pouca de Aguiar, concedida por D. Afonso III em 1257 onde se menciona “*ad Anta de Saugueyro*” (Ventura e Oliveira, 2011: 81). Fica pois patente que a designação de Anta a estes sepulcros não é apenas muito

¹ Aqui consultados na versão de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006 e 2011.

antiga, como se utiliza em todo o território português, sendo também geral a sua utilização como marco delimitadores, deixando entender a sua perenidade e identidade na Paisagem.

A Guerra Civil que se viveu em Portugal em meados do século XIII, onde se confrontavam duas visões do Estado e do Poder do Rei, e a necessidade de respeito pelos antigos foros e privilégios, impôs constrangimentos adicionais sobre as novas transacções de terras e especialmente sobre as novas delimitações concelhias. Efectivamente, o flanco oriental de Portugal tinha-se mostrado frágil durante a Guerra Civil, especialmente agora que um ainda mais poderoso vizinho ali emergia, com a união das Coroas de Castela e Leão em 1230. Assim, o processo de fundação de novas povoações fortificadas, com a delimitação de novos concelhos de origem régia irá transformar o território alentejano da raia nos tempos de D. Afonso III e de D. Dinis, desbravando uma paisagem que então se reconhece e delimita.

2. ANTAS ALENTEJANAS NA DOCUMENTAÇÃO MEDIEVAL

O foral de Monsaraz², na delimitação do qual, em 1276, além de se mencionarem diversas penedias, ribeiras e cabeços, alguns dos quais mantêm o mesmo topónimo, como Degebe, Zambujal, Travessa, Çiada (Asseada) ou Redondo, é particularmente interessante na passagem onde uma anta é mencionada como marco delimitador: “et de ipso marco comodo atravessat ipsam carrariam et supradictam moutam et vadit ad quasdam antas de una arca de tempore antico et ipsa arca stat pro marco”³. Esta passagem assume de grande interesse, por um lado pelo reconhecimento do monumento dolménico como construção de tempo antigo, ou seja, a percepção de uma Paisagem longeva, ancestral, cuja apropriação se pretende agora fazer pela identificação de elementos conspícuos. Por outro lado, apresenta grande interesse linguístico pela diferenciação que faz entre “antas”, sinónimo de esteios, e “arca”, a construção antiga, recordando-nos que “*antae*” em latim eram as pilastras de ambos lados de uma porta. De há muito se propõe que este sepulcro deveria corresponder à Anta do Viseu (Leisner e Leisner, 1951: 312), hoje situada já no concelho de Évora por escassas centenas de metros. Efectivamente, dos sepulcros cujo conhecimento chegou até nós, poucos poderiam ser associados ao mencionado no foral, dada a sua localização no extremo dos concelhos, e entre as estradas antigas de Évora para as Perolivas ou para Monsaraz, sabido que era então ainda inexistente a povoação de Reguengos.

Outro documento medieval, a Carta de aquisição da Herdade do Esporão, constante do Livro dos Bens de D. João de Portel (1267) assinala diversas realidades antigas, tornando bastante evidente o profundo esquadrinhar que o Homem medieval efectuou do território. Tal como a própria toponímia indica, este conhecimento da paisagem é ancestral, anterior à conquista portuguesa, revelando um conhecimento detalhado do território assente em marcas de antiguidade que se incorporaram nas novas delimitações administrativas. Na delimitação acima referida, menciona-se a presença da “*Cabeça da Anta*”, mas igualmente uma “*mamoia redonda*” que se encontra sobre a “*represa da Argamassa*” (terminando por mencionar o “Castelo Vello” dito do “*Udigebe*” (Azevedo, 1906-1910 [2003], p. 43). Além destas referências assinala-se a criação de outras, como marcos e cruzeiros em penedos. Recentemente, algumas tentativas foram feitas para certificar diversas ocorrências referidas por J. Pires Gonçalves, que nos chegaram por Georg e Vera Leisner (1951: 204). Já os investigadores alemães as não viram, recorrendo a informações daquele, que se socorreu, apenas, de informações antigas. Crê-se que tanto a Anta de Vale Castelo, ainda com restos de mamoa, como a Anta 1 do Esporão (Mataloto e Pereira, n.p.), bastante bem conservada, poderiam efectivamente ter correspondido a estas menções dada a sua adjacência aos limites da Herdade do Esporão.

O trabalho de campo em Reguengos de Monsaraz permitiu verificar que os sepulcros megalíticos terão sido com frequência incorporados na delimitação de diversas herdades, como ficou patente nos limites da herdade do Passo (Anta 5 e 6 do Passo), ou na de Vale Carneiro (Anta 4 de Vale Carneiro), evidenciando a sua conspícuo num momento em que a paisagem seria mais profundamente

² Foral de Monsaraz acessível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4694053>;

³ Transcrição da Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, fl. 135 v., seg. Ventura, Oliveira, 2006: 213.

conhecida, lida e percebida do que hoje, em que os símbolos de ancestralidade são erradicados com denodada indiferença e desconhecimento.

Pela mesma época (1257) surge a menção a uma anta na definição do termo de Montemor-o-Novo, na confrontação, ainda actual, com Coruche (Oliveira, 2001: 41), a qual nos revela um outro dado de relevo. O documento de termo menciona “et inde ad cabezam ubi jacebat centenum et inde ad portum veterem de carraria veteri de Caya et inde recte ad Antoaz (?) et inde ad locum quam vocitant de donno Martino Lupiz et inde quomodo venit per semedarium de Vite et inde ad m[sic]autam d’ Chafaliar”⁴, a qual se reporta claramente à anta do Chapelar, demonstrando a grande antiguidade da atribuição toponímica, como acto fundador de uma paisagem que permanece até hoje. Alguns quilómetros a sudeste, ainda que se desconheça qualquer menção antiga, também a Anta 4 da Aldeia de Bertianos se localiza justamente na divisão do concelho de Coruche com o de Arraiolos. É ainda o caso da Anta da Caeira entre os Concelhos de Arraiolos e de Mora. Todavia, neste caso, como a reforma administrativa marcou a extinção de muitos antigos concelhos, como os de Pavia e de Vimieiro, é necessário alguma cautela e análise mais aprofundada.

A Carta de couto da herdade de Alvito (1260), contemporânea da anterior documentação, contém a referência a uma anta, que presumimos poder ser a Anta de Valongo (CNS 22136) ainda hoje no concelho de Alvito, cerca da fronteira entre os distritos de Beja e Évora, tal como à época, quando os concelhos de Alvito e de Viana do Alentejo ainda não existiam, mas já aqui se separavam os termos daquelas cidades. Nesse mesmo documento se encontra, talvez, a mais antiga referência a um menir, assinalando-se “Videlicet de patrono de Marcabron eundo directe per marcos ad patronum qui stat prope rivum de Udivelis...”, sendo, segundo se crê, o menir de Mau Cabrão (CNS 6324), por padrão situado junto ao limite dos concelhos, então ainda inexistentes, de Vidigueira e de Cuba.

Este processo continuará durante o reinado de D. Dinis, sendo que a desafectação de parte do território do concelho de Evoramonte para a criação do concelho de Redondo, em 1318, leva a nova menção a uma anta, uma vez mais utilizada como suporte de marca delimitadora: “(...) anta do alocasto da mamoa hu fezerom hũa cruz na pedra da dicta anta descontra o Redondo” (Coelho, 2024: 349). Em Redondo procurou-se identificar qual seria o sepulcro a que se reportaria o documento, ainda que as alterações sofridas no limite concelhio a Poente, através da integração da freguesia do Freixo pelo desmembramento do concelho de Evoramonte, em 1832, na sequência da guerra civil, não facilitasse a tarefa. A identificação de uma pedra com covinhas e cruciformes no alto do Paço durante os trabalhos da Carta Arqueológica de Redondo (Calado e Mataloto, 2001: 70) serviu como indício da proximidade da mesma. Esta pedra surge na proximidade da Anta do Paço, a qual julgámos inicialmente poder corresponder à mencionada no foral (Mataloto, 2019: 32), dado o seu destaque na paisagem. No entanto, trabalhos de campo posteriores permitiram verificar que a anta mencionada corresponde ao sepulcro inédito da Anta 7 do Colmeeiro, na qual, sobre a tampa disposta em cutelo, “*descontra o Redondo*”, se documentou a presença de um cruciforme. Um outro cruciforme, também com covinhas, foi registado na Herdade da Maroteira (Calado e Mataloto, 2001: 44), devendo também coincidir com o limite do concelho de Redondo. Na verdade, a percepção do território e a construção de uma Paisagem através dos elementos físicos particulares, neste caso afloramentos rochosos nem sempre destacados, conhece semelhanças entre os tempos da Pré-História e os da Idade Média, deixando entrever processos de entendimento e leitura do território comparáveis. De facto, a manutenção de um modo de vida marcado pelo ciclo das culturas e das estações, conduziu à percepção do território de forma convergente, explicada por se tratarem em ambos os casos de sociedades com escassa capacidade de transformação do meio em que viviam.

A Anta 7 do Colmeeiro corresponde a um sepulcro com câmara e corredor de esteios de xisto, com tampa de granito, com uma mamoa relativamente bem preservada. Importa aqui realçar como na documentação medieval a anta e a mamoa são entendidas como duas realidades distintas e complementares, revelando uma percepção atenta do conjunto monumental edificado. Este sepulcro

⁴ Transcrição da Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, fl. 135 v., seg. Ventura, Oliveira, 2006: 134.

implanta-se numa linha de cumeeada que claramente marca a paisagem, limitando a visibilidade para Poente a partir da planície na margem Sul da Serra d'Ossa, criando uma barreira visual. Este aspecto deve ter sido de fulcral relevância tanto na Pré-História como na medievalidade, demonstrando uma forma semelhante de percepção do território em duas épocas, de certa forma e à sua maneira, fundadoras da Paisagem.

A percepção destes elementos ancestrais na paisagem medieval surge, na margem da Serra d'Ossa, no testamento de Catarina Pires Folgada, datado de 1408 (Moreira e Calado, 2010), onde se menciona a Herdade de Valdanta, correspondente *lato sensu* à actual propriedade homónima, na qual, de facto, se conhecem os restos de um sepulcro megalítico – *Valdanta* (CNS – 1941). Este é um caso particularmente interessante, na medida em que este sepulcro, que deu nome à herdade, nunca foi terminado (Mataloto, 2019: 39), mas ainda assim foi reconhecido como elemento identitário da herdade, justificado pelo porte da parte edificada do mesmo.

3. A MARCA EREMÍTICA: AS ANTAS DA SERRA D'OSSA

Durante o século XIV dá-se início à ocupação dos ermos da Serra d'Ossa por uma comunidade eremítica, realçando o aspecto liminar deste território onde, adjacente aos principais caminhos naturais de acesso às principais portelas, se concentravam as antas.

Terá sido, uma vez mais, a sobreposição dos espaços criados e ocupados na Idade Média com as paisagens pré-históricas pré-existentes que explica a reutilização da Anta da Candeeira, atestada na intervenção aí levada a efeito (Boaventura *et al.*, 2014). O facto dos restos pré-históricos ali recolhidos – uma conta e dois fragmentos de placa de xisto – provirem do alvéolo do lado sul, misturados com matéria medievais, leva a crer que terá sido então que os esteios do corredor foram arrancados. Reforçando essa ideia, e constituindo prova dessa estreita relação deste monumento com Passado, é a gravação, no verso de um pequeno fragmento de placa, ainda com a decoração original, um signo composto por dois triângulos equiláteros sobrepostos, formando uma estrela de seis pontas, usualmente conhecido como “signo-Salomão”, ou “Saimão”, correspondente a representação muito comum até à actualidade, com forte valor apotropaico e profilático (Martins, *et al.*, 2012).

O facto de as fracturas estarem levemente alisadas, reforça a reutilização medieval daquele pequeno fragmento de objecto pré-histórico. Se tivermos em conta que este signo é popular entre povos que viveram na região em época medieval, nomeadamente judeus, árabes e cristãos, é plausível admitir a sua realização por populações coevas dos eremitas da serra d'Ossa.

A Anta da Candeeira encontra-se precisamente num dos acessos a duas das mais importantes portelas da Serra, São Gens e Meio Mundo, uma vez mais assinalando a entrada num espaço liminar. Efectivamente, tanto quanto é possível verificar na actualidade, existe uma especial concentração das antas das abas da serra d'Ossa nas áreas de afunilamento de passagem e acesso a importantes portelas da serra, demarcando, de certa forma, como o fizeram em época medieval, quer a entrada, ou saída, de um espaço liminar, de fronteira, como se a marca simbólica dos antepassados continuasse ainda a delimitar os espaços dos grupos que depois nos mesmos se fixaram. Por outro lado, a sua concentração em áreas de passagem pode associar-se, como aconteceu ao longo de muitos séculos, à possibilidade de reconhecimento e veneração por parte dos viandantes dos antepassados, como sabemos acontecer na Idade do Ferro ou em época romana, com a instalação dos espaços sepulcrais ao longo dos caminhos.

Estas perspectivas vêm reforçar a noção dos sepulcros megalíticos, em diversos momentos históricos, não apenas como marcadores de territórios, mas igualmente como marcos de ancestralidade que subsistiram em época medieval, como ficou patente no já mencionado foral de Monsaraz. As antas seriam, pois, não apenas marcadores de espaços liminares e de passagem, mas igualmente balizadores de uma espessura de tempo que reforçaria a sinalização dessa zona de transição. Talvez seja esta a razão que impele os autores da carta de foral de Monsaraz não apenas de utilizar a anta como

marcador do limite concelhio, mas igualmente a enunciar ser “*arca de tempo antigo*”, legitimador da sua utilização.

As antas da aba Sul da Serra d’Ossa concentram-se nas áreas de mudança de paisagem, marginando vias naturais de passagem. Este facto fica bem patente no conjunto de sepulcros da Herdade das Casas, Pinheiro e alguns do Colmeeiro. Enquanto a necrópole das antas das Casas, com 5 sepulcros, se concentra no limite da planície, antecedendo as primeiras elevações do patamar que margina a serra, sobre estas, sobranceiros ao plaino, implantam-se sepulcros de médio porte como a Anta do Pinheiro, a anta da Godinha de Cima e a Anta 7 do Colmeeiro, justamente a utilizada para marcar o limite do concelho na Idade Média. Igual processo deverá ter sucedido em outras áreas das abas da serra, como se poder entrever na portela do Convento, ou São Gens, mais a nascente nesta aba Sul da Serra d’Ossa, marcada pela Anta da Candeeira, como já se assinalou, a par de outras desmanteladas em tempo antigo junto ao Convento, como nos foi relatado na Crónicas dos Eremitas da Serra d’Ossa (Frei Henrique de Santo António, 1745: 81-82). Nesta obra de cariz apologético reproduz-se o conteúdo de uma carta redigida por Frei Martinho de São Paulo, em 1571, aquando da visita do rei Dom Sebastião ao Convento de São Paulo da Serra d’Ossa. Até ao momento a dita carta ainda não foi identificada nos arquivos do convento, onde supostamente estava integrada. Tomando-se como válida a sua existência, é de aceitar que uma anta de grandes dimensões existia então dentro da cerca do convento, mas que fora desmontada, contra a vontade de Frei Henrique de Santo António, por ordem do Reitor do convento, dela restando apenas uma cova cinzas e carvões. Na verdade, é certo que uma anta se localizaria próximo de uma das entradas da cerca do convento, tendo-se mantido a sua memória pela designação “Porta da Anta”. Mas além destas duas antas, Frei Henrique de Santo António menciona a existência de “outra mais pequena chamada a Antinha junto à entrada do sítio, em que hoje está fundado o Mosteiro, no lugar da qual está hoje huma fonte, que para memoria conserva o mesmo nome da Antinha” (Frei Henrique de Santo António, 1745: 84). Apesar dos trabalhos de prospecção realizados não foi possível descobrir indícios da existência de qualquer um destes sepulcros. Contudo, quer a presença da Anta da Candeeira, situada à entrada do vale que se dirige para a portela em que se encontra o convento, quer a identificação recente de um outro sepulcro ao longo do caminho que se dirige daquela anta para Norte, parece reforçar a verosimilhança de existência de sepulcros destruídos na envolvente do convento, complexo arquitectónico de grandes dimensões, cuja edificação, a par da sua enorme cerca, careceria de abundante pedra e modulação do terreno que facilmente poderia ter conduzido ao desmantelamento daqueles sepulcros pré-históricos.

A passagem da “Chronica dos Eremitas da Serra d’Ossa” que se reporta às antas surge enquadrada num contexto mais alargado do entendimento da realidade envolvente canalizando-se o conhecimento que se havia do terreno para, de forma apologética, demonstrar que certos acontecimentos do passado, relatado pelos autores clássicos, haviam ocorrido justamente ali, nas terras do convento, aumentando o seu prestígio. Assim, os vestígios de ocupação humana pré-histórica conhecidos nos pontos mais elevados da Serra d’Ossa, desde logo se associaram às deambulações de Viriato e de Sertório na região, relatadas nas fontes clássicas (Frei Henrique de Santo António, 1745: 75 e 82), sendo o Alto de São Gens associado ao célebre Monte Vénus, reduto de Viriato, de onde saiu a dar combate aos romanos:

(...) sendo a Serra de Ossa em tudo acomodada ao intento, e onde se divisão ainda hoje os alojamentos, que fez Viriato no monte de S. Gens, e aparecem os vestígios, que são tão grandes, e capazes, que dentro deles se podia alojar hum exercito de mais de quarenta mil homens, com toda a sua bagagem, e correm da mesma torre de S. Gens até defronte da cerca de Vale de Infante, e até ao Castelo Velho, tomando de huma, e outra parte da serra, onde Viriato esperou ao exercito Romano, e dahi desceo a dar-lhe batalha: como se manifesta também das muitas Antas, que estão ainda em nossos tempos ao redor, e fraldas desta serra, cujos sítios conservão hoje os nomes das ditas Antas. (Frei Henrique de Santo António, 1745: 81).

As já citadas antas foram então entendidas como altares sacrificiais:

Dentro da cerca do nosso Convento da Serra esteve huma, que eu ainda alcancei, tão grande, que o Reitor, que então era do dito Convento, mandou contra o meu voto derrubar para se aproveitar da muita pedra, que tinha, ficando ahi de presente a cova, donde se tirarão as pedras; e juntamente sinal das cinzas, e carvoens de fogo, com que se fazião os sacrificios; e da outra, que estava fora da cerca persevera huma porta da mesma cerca que se chama a porta da Anta. E estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offerecião sacrificio a seus Deoses em gratificação da vitória alcançada ou antes, para os terem propícios na guerra. (Frei Henrique de Santo António, 1745: 82).

Ambas as passagens remetem para um tempo ainda muito longe das raízes do pensamento arqueológico que viria a emergir mais tarde. Efectivamente, quer as observações sejam do século XVI e ainda um reflexo do espírito renascentista, quer sejam já do século XVIII e resultem da emergência do gosto neoclássico, num grupo onde o estudo dos textos clássicos se manteve, representam uma época de transição, consubstanciada em Portugal pelo notável ensaio sobre as antas da autoria de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, mais conhecido por Martinho de Mendonça, apresentado doze anos antes à Academia Real da História (Mendonça, 1733). O autor, por observações que efectuou da própria superfície dos esteios da antas que então visitou, concluiu não terem as mesmas sido feitas com instrumentos de ferro, pois não conservavam vestígios do seu uso, sendo por isso muito mais antigas do que a época da invasão romana, associando-as a povos de origem semita. As ilacções então apresentadas pelo ilustre académico, revelam o pensamento pré-científico dos eruditos setecentistas, que renunciou a emergência da Arqueologia no século XIX (Cardoso, 2022). Também neste sentido concorre a observação directa dos vestígios observados no terreno em resultado da destruição da anta outrora situada na cerca do convento da Serra d'Ossa: ali foi possível atestar a presença de cinzas e carvões cuja interpretação configura pensamento dedutivo: "(...) ficando ahi de presente a cova, donde se tirarão as pedras; e juntamente sinal das cinzas, e carvoens de fogo; com que se fazião os sacrificios; (...). Estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offerecião sacrificio a seus Deoses (...)" (Frei Henrique de Santo António, 1745: 82). Se as observações realizadas no terreno estavam certas, as conclusões delas decorrentes teriam ainda de esperar quase um século para se afirmarem na sua verdadeira dimensão...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, PEDRO A. (1906-1910) [2003] – *Livro dos Bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Colibri, Câmara Municipal de Portel.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J.; PEREIRA, A. (2014) – O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. *Actas VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*: 5372.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do concelho de Redondo*. Redondo: Câmara Municipal de Redondo.
- CARDOSO, J. L. (2022) – Os estudos arqueológicos na Academia Real da História. In MENDONÇA, M.; REIS, F. (coord.), *300 anos da fundação da Academia Real da História Portuguesa e do Alvará de lei de 1721*. Lisboa: Academia Portuguesa da História: 187-235.
- COELHO, M. H. (2022) – *Forais de D. Dinis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SANTO ANTÓNIO, FREI HENRIQUE DE (1745) – *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no posmegalitismo altoalentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1): 123140.
- MATALOTO, R. (2019) – Valdanta: o vale da anta que nunca foi... *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22: 3142.
- MATALOTO, R.; PEREIRA, A. (n.p.) – *De Tempore Antico: Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz*. Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

- MARTIÑON-TORRES, M. (2001) – Los megalitos de término. Crónica del valor territorial de los monumentos megalíticos a partir de las fuentes escritas. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 58 (1): 95108.
- MARTINS, A.; LOPES, G.; SANTOS, H.; PEREIRA, M.; LIBERATO, M.; CARPETUDO, P. (2012) – O registo arqueológico de uma superstição: o signo-Salomão no Alentejo – séculos XV-XVIII. In TEIXEIRA, André.; BETTENCOURT, A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. CHAM, Vol. 1, p. 579-582.
- MOREIRA, I.; CALADO, J. (2010) – *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*. Redondo: Santa Casa da Misericórdia.
- OLIVEIRA, C. (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa: Ed. Colibri.
- VENTURA, L.; OLIVEIRA, A. R. (2006) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Livros I e II. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0411-4>
- VENTURA, L.; OLIVEIRA, A. R. (2011) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Livros II e III. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0221-9>

5

UM DIÁLOGO ENTRE ASSURBANÍPAL E NABÛ: TRADUÇÃO E ALGUMAS NÓTULAS

A DIALOGUE BETWEEN ASHURBANIPAL AND NABÛ: TRANSLATION AND SOME NOTES

Francisco CAMELO
ID: 0000-0001-5865-1699
[CHAM – FCSH – UNL]
caramelo@fcsh.unl.pt

RESUMO

O texto que nos propomos traduzir para língua portuguesa é um texto de carácter literário, com origem no tempo de Assurbanípal, isto é, no séc. VII a.C. O reinado deste monarca assírio corresponde a um período de integração política da Babilónia, importante centro religioso, na Assíria. A legitimidade, a afirmação e até a segurança do rei dependiam da relação fiel, devota e piedosa, sobretudo para com as divindades mais importantes, que, apesar da sua implantação regional, revelavam uma difusão que se estendia a toda a Mesopotâmia.

Palavras-chave: Assíria; Religião; Monarquia.

ABSTRACT

The text we propose to translate into Portuguese is a literary work originating from the time of Ashurbanipal, that is, the 7th century BCE. The reign of this Assyrian monarch corresponds to a period of political integration of Babylon, an important religious center, into Assyria. The legitimacy, affirmation, and even the security of the king depended on his faithful, devout, and pious relationship, especially with the most important deities, who, despite their regional roots, had an influence that extended throughout Mesopotamia.

Keywords: Assyria; Religion; Monarchy.

TRADUÇÃO

Proclamo incessantemente a tua glória, Nabû, na assembleia dos grandes deuses! Que aqueles que me querem mal não afectem continuamente¹ a minha vida!

No templo da Rainha de Nínive², oro constantemente a ti, herói dos deuses, os seus irmãos. Tu és o amparo de Assurbanípal no futuro e para sempre!

Desde a minha infância que me deitei aos pés de Nabû. Não me abandones, Nabû, na assembleia daqueles que me querem mal!

Atenta, Assurbanípal! Eu sou Nabû! Até ao fim dos dias, os teus pés não vacilarão e as tuas mãos não tremerão. Estes teus lábios não se cansarão de me pedir continuamente em oração. A tua língua não se oporá insistentemente aos teus lábios porque eu dar-te-ei uma e outra vez um discurso excelente³. Erguerei a tua cabeça e elevarei o teu corpo no templo do É.MAŠ.MAŠ⁴.

Nabû torna a falar: Essa tua magnífica boca, que incessantemente ora a Urkittu⁵. O teu corpo, que eu criei, ora a mim, sem parar, no É.MAŠ.MAŠ. O teu destino, que eu criei, ora incessantemente a mim, dizendo: “traz a ordem ao É.GAŠAN.KALAM.MA⁶!” A tua vida não deixa de orar a mim, dizendo: “Prolonga a vida de Assurbanípal!”

Assurbanípal está ajoelhado, orando repetidamente a Nabû, o seu senhor. Atenta, Nabû, não me abandones, a mim! A minha vida está escrita diante de ti⁷. A minha vida é confiada ao colo de Mullissu. Atenta, poderoso Nabû, não me abandones, a mim, no meio dos que me querem mal.

Um sonho veio como resposta de Nabû, o seu senhor: Não temas, Assurbanípal! Dar-te-ei uma vida longa. Trarei brisas agradáveis à tua vida. Esta minha boca esplêndida abençoar-te-á incessantemente na assembleia dos grandes deuses.

Assurbanípal abriu as suas mãos, orando sem cessar a Nabû, o seu senhor. Que aquele que abraçou os pés da Rainha de Nínive não caia em vergonha na assembleia dos que lhe querem mal.

Não me abandones, Nabû, na assembleia dos que me querem mal! Não abandones a minha vida na assembleia dos meus inimigos!

Eras uma criança, Assurbanípal, quando te deixei com a Rainha de Nínive. Eras um menino, Assurbanípal, quando te sentaste no colo da Rainha de Nínive. As suas quatro tetas estão postas na tua boca. Mamas duas e, as outras duas, ordenha-las para a tua cara.

Os que te querem mal, Assurbanípal, voarão como insectos aquáticos⁸ sobre a superfície das águas. Tal como insectos⁹ na Primavera, serão esmagados diante dos teus pés. Permanecerás, Assurbanípal, diante dos grandes deuses e louvarás Nabû.

¹ Verbo *kašādum* no sistema Ntn. Vd. CAD K, p.284. O verbo tem aqui o sentido de “atingir”, a propósito de doenças, de demónios, de desgraças (CAD K, p278). Consideramos mais adequado optar por “afectar”.

² Trata-se de Ishtar de Nínive.

³ O deus dotará Assurbanípal de uma eloquência notável.

⁴ Templo de Ishtar de Nínive.

⁵ Trata-se de Ishtar de Uruk.

⁶ Templo de Ishtar de Arbela.

⁷ Uma referência ao destino, que está determinado e escrito.

⁸ A espécie concreta é impossível de determinar.

⁹ É referida uma espécie de insectos, *burbillātu*, não identificada.

ALGUMAS NÓTULAS E COMENTÁRIO

O texto apresenta-se sob a forma de um diálogo entre o rei e a divindade. As instâncias do discurso vão-se alternando ao longo do texto. Ora fala Assurbanípal, ora fala Nabû, ora é uma espécie de narrador que toma a palavra. O texto inicia-se precisamente com uma primeira secção, uma espécie de invocação. Assurbanípal invoca Nabû e glorifica-o. Fá-lo perante a assembleia de todos os deuses, que é uma congregação, uma instância em que todos as divindades assinalam a sua presença e em que toda a palavra e todo o gesto se tornam quase definitivos, isto é, definitivos na sua não-definitividade. A palavra ganha a forma de um decreto, declarado definitivo e absoluto, mas condicionado pela sua relatividade concreta e prática. O lugar da assembleia, onde todos os deuses estão presentes, é o lugar total onde o inocente se confessa, onde invoca e pede, onde clama por socorro, cercado por todos quantos lhe querem mal. O inocente teme o seu próprio abandono e a sua solidão e submete-se totalmente a deus, só nele crendo e só nele confiando.

Segue-se uma segunda secção em que Assurbanípal evoca a sua relação única e pessoal com Nabû. Essa relação remonta à sua própria infância, desenhando uma espécie de predestinação. A evocação da infância traz a dimensão da temporalidade, de uma continuidade que inspira confiança, de uma devoção ininterrupta. Não há razão para temer. O passado confirma a ideia de que nada há a temer no presente e no futuro.

A terceira secção traz a resposta de Nabû. O deus toma a palavra de forma categórica. A sua palavra assume a forma de promessa. É um discurso de dimensão profética em que o deus assegura ao inocente, àquele que teme o abandono e a solidão, que não lhe faltará na hora de angústia. Garante a sua condição física, que não claudicará nos instantes de maior aflição, e promete-lhe que a sua palavra será eloquente. O inocente não verá os seus pés tropeçarem, as suas mãos tremerem ou a sua palavra confundir-se. O deus promete-lhe firmeza.

Na quarta secção, Assurbanípal, submisso, passivo, ajoelhado, toma de novo a palavra. O apelo do inocente, temendo a solidão e o abandono, é lancinante. Diz, com gravidade, “não me abandones”. As suas palavras tomam a forma de um pedido de socorro desesperado, de alguém vulnerável e cercado por todos quantos lhe querem mal e que nele convergem. A invocação de Mullissu, deusa consorte de Ashur, a principal divindade assíria, estabelece a união harmoniosa entre a Assíria e a Babilónia.

Na quinta secção, Nabû responde sob a forma de um sonho. O sonho era uma das manifestações proféticas. Os deuses serviam-se dos sonhos para comunicar com os humanos e faziam-no de duas formas diferentes. Ou o sonho constituía uma mensagem cifrada, eivada de símbolos que careciam de uma interpretação especializada e nesse caso a decifração do significado do sonho correspondia a espécie de adivinhação; ou o sonho consistia numa mensagem auto-explicativa, de leitura imediata, sem a necessidade de qualquer leitura de mediação. Nabû promete e reconforta o piedoso Assurbanípal.

Na sexta secção, o inocente volta a suplicar. Teme a humilhação e a vergonha de se ver cercado pelos seus inimigos. Joga-se o efeito contrastante das diferentes referências à assembleia. Antes, o inocente encontrava-se no meio da assembleia de todos os deuses; agora está cercado por uma assembleia constituída pelos seus inimigos. Em ambos os casos, a assembleia representa a totalidade. No segundo caso, o inocente vê-se assim atormentado pela totalidade dos que lhe querem mal, a expressão não de um mal absoluto, mas de todo o mal. O inocente submete-se totalmente, abrindo as mãos em sinal de oração, prostrando-se e lançando-se aos pés da divindade.

Nesta sétima secção, é, de novo, evocada a infância de Assurbanípal. A referência a Ishtar é constante neste texto. Ter sido deixado em criança com Ishtar significa a sua preparação para o lugar especial que ocupará no futuro, a preparação para a condição especial de rei, a qual pressupõe a construção de uma intimidade com Ishtar que vem mesmo da mais tenra infância e da amamentação. Através desta flui a sabedoria que tornará o menino especial e único no futuro.

Na oitava e última secção, o discurso assume novamente uma dimensão profética, com referências aos inimigos como insectos. Trata-se de um estereótipo recorrente. A imagem dos insectos e da sua

agitação e movimentação errática pretendem representar o caos, associado ao inimigo. A promessa divina assegura que o rei, inocente, prevalecerá, que esmagará os seus adversários como insectos. Não será mero acaso a referência à Primavera. Efectivamente, esta época correspondia ao início do novo ano, à renovação da totalidade, de um tempo em que voltava a triunfar a ordem.

Estamos perante um texto poético-literário que reafirma a natureza única da realeza, sustentada na intimidade da sua relação com o divino. Na afirmação da sua inocência, submissão e entrega total ao deus, encontrar-se-á a possibilidade da evasão, da sua salvação e através dele a salvação do resto.

6

NOBREZA MEDIEVAL PORTUGUESA - DOS CONCEITOS E DO SEU USO HISTORIOGRÁFICO

PORTUGUESE MEDIEVAL NOBILITY - CONCEPTS AND THEIR HISTORIOGRAPHICAL USE

Bernardo Vasconcelos e SOUSA
ID: 0000-0002-8621-7838
[IEM – FCSH – UNL]
bves@fcsch.unl.pt

RESUMO

Neste ensaio analisam-se e discutem-se alguns dos conceitos a que recorre a historiografia actual que se debruça sobre a Idade Média e, sobretudo, a que se dedica à investigação cujo tema central é a nobreza do século XIV, em Portugal. São, assim, tratados termos e expressões como *aristocracia* e *nobreza*, *família* e *linhagem*, *Estado* e *guerra civil*. Procura-se aferir do seu rigor conceptual e da sua adequação ou inadequação ao estudo especializado sobre as realidades sociais ou as respectivas representações que pretendem descrever.

Palavras-chave: Idade Média; Nobreza; Linhagem; Estado; Guerra Civil.

ABSTRACT

This essay analyses and discusses some of the concepts used in current historiography on the Middle Ages and, above all, in the research on the Portuguese nobility in the 14th century. It deals with terms and expressions such as *aristocracy* and *nobility*, *family* and *lineage*, *State* and *civil war*. The aim is to assess their conceptual rigour and their suitability or unsuitability for the study of social realities or the representations they are intended to describe.

Keywords: Middle Ages; Nobility; Lineage; State; Civil War.

1. O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE A NOBREZA MEDIEVAL

Após uma longa tradição de registos documentais e de estudos sobre a nobreza medieval portuguesa que podemos fazer remontar à literatura genealógica da própria Idade Média com os três nobiliários que chegaram até nós – o *Livro Velho*, o *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* –, o objecto de estudo “nobreza medieval” ganhou novos contornos e profundidade com as investigações de José Mattoso. A partir dos anos Sessenta do século passado, para além de uma rigorosa crítica das fontes, a genealogia foi encarada por este autor numa perspectiva de História Social da nobreza, com uma abordagem interdisciplinar que incorporou conceitos, métodos e técnicas da Antropologia e da Sociologia.

Foi esta visão que conferiu uma renovada atenção aos nobiliários medievais portugueses, como até aí não tinham tido, enquanto fontes para o estudo da nobreza.

Na senda de Mattoso e, em geral, sob a sua orientação, ao longo da década de 1990 e já no início deste século, foram produzidas teses de doutoramento e de mestrado de carácter essencialmente monográfico que incidiram sobre linhagens, sobre as relações entre a Coroa e a nobreza, sobre a implantação, os cargos, a cultura e a ideologia nobiliárquica e que, em alguns casos, permitiram, até, rever algumas das posições do Mestre ou, pelo menos, afinar a sua cronologia (a título de exemplo, vejam-se: Ventura, 1992; Oliveira, 1994; Krus, 1994; Rosa, 1995; Pizarro, 1999; Sousa, 2000; Oliveira, 2009). A temática da nobreza foi e continua também a ser tratada por diversos outros investigadores, em termos monográficos (por exemplo, a destinatária da presente Homenagem Tavares, 1983; Cunha, 1990; Campos, 2011) ou incluída em obras de índole mais alargada (Gomes, 1995; Fernandes, 1997; Tavares, 2013), a que se podem acrescentar, entre outros, alguns estudos mais recentes (Aguar, 2018 e 2021; Ferreira, 2019).

2. A NECESSIDADE DE UM BALANÇO E DE REGRESSAR AOS CONCEITOS

Hoje, numa conjuntura académica (e não só) bastante diferente da do último quartel do século XX, importa voltar a olhar para o grupo nobiliárquico e para alguns dos conceitos centrais na sua análise, a partir dos inegáveis progressos que este campo de estudo tem conhecido. É, pois, tempo de encetar um esforço de balanços, de troca sistemática de experiências, de confronto e aferição de perspectivas, colocando a análise num plano mais genericamente reflexivo do que estritamente factual ou casuístico. Será um bom início para um longo caminho que se poderá começar a percorrer.

Este ensaio pretende ser um breve contributo para essa reflexão. Por isso, convém esclarecer desde já duas questões, a fim de delimitar o âmbito da presente análise e assim evitar equívocos. A primeira é que o que se segue resulta sobretudo de uma avaliação pessoal, limitada e parcial, com troca de ideias com alguns colegas, oficiais do mesmo ofício com estudos sobre a nobreza, mas que só responsabilizam o autor destas linhas e que foram suscitadas pelos contributos de diversos investigadores em textos mais antigos ou mais recentes, ou que surgiram em comunicações e intervenções orais, neste caso ainda não publicadas. Foi nomeadamente o caso do Colóquio Internacional Parentesco, Aristocracia e Reprodução Social na Idade Média, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 3 e 4 de Fevereiro de 2020, em que algumas destas reflexões críticas foram apresentadas e suscitaram reacções diversas.

Alargar e discutir estes temas de reflexão permitirá corrigir desvios empiristas ou generalizações abusivas, aprofundar ou corrigir as interpretações aqui esboçadas e que estão longe de ser definitivas. A segunda advertência é sobre o quadro cronológico a que se limitam as presentes observações: elas cingem-se ao século XIV, só muito pontualmente dele podendo sair, seja para a centúria anterior, seja para a seguinte. De facto, parece claro que tudo ou quase tudo muda em Portugal a partir do século XV, com a nova dinastia e, sobretudo, com o início, a prossecução e o peso social e político que a expansão ultramarina terá na Coroa, na nobreza e no conjunto do reino.

3. REFLECTIR SOBRE ALGUNS CONCEITOS OPERATIVOS

Feitas estas advertências, tratar-se-á de seguida de alguns conceitos que se têm constituído simultaneamente como objectos e instrumentos de análise na nossa historiografia sobre a nobreza medieval. E o primeiro é, sem dúvida, o próprio conceito de *nobreza* e a sua adequação ou inadequação ao objecto estudado, nomeadamente no confronto com o conceito de *aristocracia*, que nalguns casos e em certos autores tem vindo a ser preferido face ao primeiro. De resto, esta tendência encontra respaldo e manifesta a influência de autores de referência estrangeiros (como exemplo, Morsel, 2004). Em segundo lugar, vale a pena reflectir acerca de designações relativas ao próprio sistema de parentesco, nomeadamente em torno dos vocábulos *família* e *linhagem* ou, em menor medida, de outros que lhes estão associados, como, por exemplo, *parentela*. Em terceiro lugar, não será mera perda de tempo voltar à velha questão do *Estado* e da banalização de uma certa ideia apriorística sobre a sua existência, patente em composições historiográficas que tendem a retroprojectar na Idade Média esse “aparelho” onnipresente e historicamente específico que começa a ganhar a sua forma concreta na Época Moderna, mas só atingindo o seu auge de especialização e complexidade a partir do século XIX. Finalmente, e sem nenhum intuito de lançar uma polémica “aguerrida”, abordar-se-á a questão da *guerra civil* ou das guerras civis na época medieval.

4. NOBREZA VS. ARISTOCRACIA

Sobre o significado destes dois conceitos, vale a pena começar pela etimologia. *Aristocracia* vem do Grego Clássico *Ἀριστοκρατία*, cuja transliteração para caracteres latinos é *Aristokrateia*, palavra formada por *kratos*, que significa domínio, comando, poder, e por *aristoi*, que designa aqueles que se destacam pelas qualidades que possuem, os notáveis, os melhores (não necessariamente pela riqueza ou pelo nascimento, mas pelas suas qualidades pessoais, incluindo as morais). Para os autores da Grécia Clássica, a aristocracia como forma de governo significava “o governo dos melhores”.

Esta acepção da aristocracia, *enquanto grupo social*, como “os melhores”, “os notáveis”, “aqueles que se destacam” pelas suas capacidades e qualidades, tem sido utilizada por diversas correntes historiográficas, aplicando o termo a grupos sociais e até profissionais em épocas muito diferentes. É assim que podemos encontrar em variadíssimos autores referências a uma “aristocracia rural”, a “aristocracias urbanas” ou mesmo, para a Época Contemporânea, a “aristocracias financeiras” ou até a uma “aristocracia operária”.

Ou seja, a palavra aristocracia remete para uma condição privilegiada, uma situação hierárquica superior no seio do grupo de origem. Mas, por si só, não define nem caracteriza um grupo social. Só ganha especificidade e rigor quando surge seguida de um qualificativo (rural, urbana, financeira, etc.). Por outras palavras, dá conta de uma posição hierárquica cimeira no âmbito de um grupo social, mas não define esse grupo social.

É verdade que o vocábulo *nobreza* praticamente não surge na documentação portuguesa até ao final do século XIV. Mesmo o termo *nobre*, quando aparece nos nobiliários, não é como substantivo, mas sim como adjectivo: “os nobres fidalgos da Espanha”, diz, por exemplo, o Conde D. Pedro no Prólogo do seu nobiliário. Aqui, o substantivo *fidalgos*, no plural, abrange o conjunto do grupo social de que se seguirão as genealogias e o plural confere essa abrangência colectiva. Quanto ao adjectivo *nobres*, serve, neste contexto, para reforçar a distinção dos fidalgos, aquilo pelo qual se notabilizam e que, independentemente dos seus feitos, aponta para um carisma que advém do seu nascimento, do “sangue”, entenda-se da transmissão hereditária. Como é sabido, a palavra *fidalgo* é composta por “filho de algo”, no sentido de que tal indivíduo descende (é filho) de alguém que se distingue, que se afirma pela sua origem social. Uma distinção e uma condição que, portanto, são inatas.

A principal componente da fidalguia aponta, assim, nas fontes genealógicas do século XIV, para uma “nobreza de sangue”, mesmo que a expressão não surja de forma explícita. E o que é que caracterizava esta nobreza como grupo social e independentemente da hierarquização que existia no seu seio? Em

termos sumários, estamos perante um grupo dominante, cuja superioridade social se expressa em várias áreas e através de múltiplos privilégios: i) na área jurídica, com o favorecimento face à lei; ii) na área militar, com o porte de armas e a capacidade de organizar grupos armados ou de se enquadrar em grupos armados; iii) na área administrativo-judicial, detendo jurisdição sobre territórios, aplicando a justiça e cobrando tributos; iv) na área económico-social, detendo propriedade fundiária, cobrando rendas e exercendo domínio sobre os dependentes; e, v) finalmente, mas não menos importante e como que constituindo a cúpula deste quadro de hegemonia, transmitindo o seu estatuto privilegiado por via hereditária, assim marcando a superioridade social congénita dos *filhos d'algo*.

Estas características são, no seu conjunto, elementos caracterizadores e identitários do grupo nobiliárquico, permitindo que ele se distinga e não se confunda com nenhum outro grupo social. Algumas destas características podem ser também encontradas em membros do clero ou mesmo em indivíduos das elites urbanas; mas todas essas características, tomadas em conjunto e embora podendo ter níveis diferentes, eram apanágio exclusivo dos *filhos d'algo*, da nobreza tal como a definimos, nomeadamente pela faculdade da transmissão hereditária dos seus privilégios de geração em geração. É claro que existia uma estratificação interna à nobreza como grupo social. Essa hierarquia permitia deprimir um rico-homem de um daqueles infanções caricaturados e ridicularizados em cantigas de escárnio e de maldizer. Mas, no seu conjunto, os fidalgos reviam-se, assumiam-se e representavam-se a si mesmos como detentores de qualidades e privilégios que eram fonte e expressão de prestígio e do seu estatuto de superioridade. No seu sistema de auto-representação, na sua ideologia, era esse o seu carisma, transmitido pelo sangue.

Na acepção aqui apresentada, o conceito de *nobreza* exprime esta realidade, exprime as características essenciais dos fidalgos enquanto grupo privilegiado e socialmente dominante; ou melhor, expressa a sua identidade colectiva. O que não sucede com o conceito de *aristocracia*, susceptível de ser aplicado a diversos grupos sociais muito diferentes entre si e que nunca chegam a concentrar todas aquelas características apontadas à definição de nobreza.

5. PARENTESCO

Vejamos agora algumas designações relativas ao sistema de parentesco. Na documentação latina do Ocidente nos séculos XI a XIII, o vocábulo *familia* associado à nobreza designava, em geral, o conjunto do grupo doméstico de um senhor. Englobava o núcleo central dos parentes próximos que habitavam com esse senhor, mais os seus servidores (*ministeriales* ou simples criados). O termo latino *familia* não correspondia, portanto, a uma forma de organização do parentesco, mas sim a uma unidade residencial comum, sujeita à autoridade do referido senhor.

É por projecção da actual ideia de família, entendida como grupo formado pelos *parentes*, que o termo veio a ser aplicado à Idade Média pela historiografia da Época Contemporânea. Esta acepção é patente em muitos estudos bem conhecidos (Mattoso, 2001; Lett, 2009), mesmo que tal ideia – de um grupo amplo formado pelos parentes – se expresse de forma mais correcta pelo conceito antropológico de *parentela*.

Aliás, este termo *parentela* surge em documentação latina do Ocidente na Alta Idade Média e nele se incluem a) todos os consanguíneos de um determinado indivíduo, mais b) os elementos que com esse indivíduo mantinham uma relação de afinidade, como era o caso dos consanguíneos do respectivo cônjuge e os cônjuges de todos os consanguíneos, podendo ainda c) envolver os parentes espirituais (padrinhos e afilhados, por exemplo).

Nas fontes narrativas portuguesas do período em apreço, com particular destaque para os nobiliários, o termo que, em geral, surge para designar relações de parentesco é *linhagem*. E tanto aparece em sentido restrito, aplicado à cadeia sequencial de gerações “de padre a filho” (recorde-se a organização essencialmente “vertical” e “em profundidade” das genealogias dos nossos nobiliários ou o título do Prólogo do *Livro do Conde D. Pedro*, que se inicia precisamente com a expressão “Do linhagem dos

homees como vem de padre a filho des o começo do mundo...”), como também aparece o mesmo vocábulo *linhagem* num sentido lato, englobando o conjunto dos que de alguma forma se relacionavam entre si através do parentesco.

Por esta razão e porque o parentesco abarcava tanto as relações de consanguinidade como as de afinidade, os elos da envolvência linhagística e das respectivas solidariedades não se limitavam a uma cadeia estabelecida entre ascendentes e descendentes ou à linha vertical referida por Georges Duby (Duby, 1989: 79-106; Duby, 1989a: 133-155), mas podiam incluir também a *rede* de colaterais e afins.

Assim sendo, o conceito de linhagem deixa de corresponder a um grupo homogéneo de parentes para assumir antes a forma de um conjunto complexo e não apenas linear de relações de parentesco entre indivíduos que podem pertencer a diferentes *linhas* de filiação. É por isso que tanto o parentesco como a linhagem “mais do que grupos constituídos de forma rígida, designam relações”, (Barthélemy, 1990: 98).

Nos nobiliários portugueses, uma mesma linhagem – apresentada como tal – pode conter e contém, na maioria dos casos, várias linhas verticais de gerações sucessivas descendentes de um antepassado masculino comum.

Mesmo sendo a matriz predominante da *linhagem* presente nos nobiliários a do parentesco “vertical”, isso não implica uma concepção exclusivamente centrada numa única linha genealógica, mesmo que se destaque uma linha como sendo a principal. Pelo contrário, a *linhagem* pode contemplar a eventual inclusão no seio da mesma de vários ramos distintos a partir de determinada geração, bem como a existência de linhas ou ramificações secundárias.

Deste modo, o critério essencial para a definição e delimitação da linhagem nos nobiliários, principalmente no *Livro do Deão* e no *Livro do Conde D. Pedro*, é a existência de um antepassado masculino comum ao qual remontam todas as linhas sucessórias, geralmente associado ao uso e transmissão de um nome identificador da própria linhagem e que em geral tem origem num topónimo (Sousa, 2000).

6. O ESTADO, UM CONCEITO A-TEMPORAL?

Passemos agora à questão do *Estado*. O uso indiscriminado que vários autores fazem, não tanto de um conceito bem definido e rigoroso, mas da palavra para referir o poder central identificado com a monarquia é uma herança da historiografia tradicional que tinha no paradigma “estadualista” um dos principais pilares. Vulgariza-se entre nós a partir da corrente liberal e da tradição que esta inaugura, ressurgindo em autores republicanos, mas também em arautos da corrente nacionalista e até em historiadores que se reclamam do marxismo ou por ele influenciados.

O uso e, por vezes, o abuso do termo Estado, sem caracterização rigorosa e como entidade que paira acima de todos os tempos concretos, acaba muitas vezes por fazer com que se tenda a projectar na Idade Média elementos de anacronismo que são fontes de equívocos. Isto porque o conceito de Estado, *tal como o entendemos hoje*, é anacrónico para a época medieval. O Estado contemporâneo, para abreviar razões, é um aparelho político, administrativo, judicial, económico, fiscal, militar, securitário e até assistencial que se apresenta como “neutro”, “separado” ou “acima” do conjunto da sociedade e que exerce uma autoridade de domínio público, delegada não a título pessoal, mas institucional.

Ora na monarquia feudal e mesmo no processo de afirmação de um poder central que é o poder da realeza, não se distingue de modo claro a componente pública do poder do régio da componente “privada”, pessoal, desse mesmo poder. O próprio poder do rei não separava a sua autoridade pública da privada, nem fazia a distinção entre a autoridade política e o poder pessoal do monarca. Este é amiúde designado como “*Dominus Rex*”, como “*Senhor Rei*”, e o reino é o seu senhorio. Ou seja, ele é também um *senhor*, o mais importante dos senhores, detentor de grandes poderes senhoriais, mas tantas e tantas vezes em conflito de raízes jurisdicionais com outros senhores laicos ou eclesiásticos. Se o Estado contemporâneo, como aparelho político complexo, detém o monopólio, o exclusivo de

vários dos poderes anteriormente enunciados (por exemplo, o exclusivo da cunhagem de moeda e da cobrança fiscal, uma certa acção de regulador económico, ou a prática de violência legal), essa não era, de todo, a situação na Idade Média. Nesses tempos, o que imperava era a existência de poderes concorrentes com o da monarquia, detidos por várias entidades e indivíduos leigos ou clérigos, também eles detentores de competências e de faculdades que coexistiam, não raramente em conflito, com as da Coroa.

Sintetizando, o que caracteriza as estruturas de exercício do poder na Idade Média não é a concentração e centralização das funções políticas próprias do Estado dos nossos dias, mas, pelo contrário, a dispersão dessas funções e a existência prolongada no tempo de fortes poderes concorrentes e que reclamam para si a legitimidade e a continuidade das suas prerrogativas pessoais, de grupo ou institucionais.

Significa isto que a Idade Média portuguesa não conheceu um polo central de poder? É claro que o houve e, até, com propósitos precoces de afirmação acima dos poderes concorrentes. Em termos institucionais, esse polo central de poder foi indubitavelmente incarnado pela monarquia, pela Coroa, pela realeza, conforme lhe queiramos chamar. Mas, qualquer que seja o termo que utilizemos de entre estes, por mais descritivos que sejam, eles são historiográfica e ideologicamente neutros, não incorrendo no risco de deslizarem quase imperceptivelmente para anacronismos tão vulgares como os que estão por trás da velha e relha polémica sobre se foi o Estado que antecedeu a Nação ou se foi esta que de modo transcendente deu origem ao Estado. Ou, num sucedâneo que ainda hoje sobrevive, a preocupação de fixar a data em que “nasceu Portugal”, assim evacuando por completo um *processo histórico* que foi longo, nada linear, multifacetado e complexo. Como são, por natureza, todos os fenómenos inseridos no devir social e político.

7. UMA IDADE MÉDIA SEM GUERRAS CIVIS?

Finalmente, a questão das *guerras civis*. Será lícita a utilização desta expressão para os séculos finais da Idade Média portuguesa, ou estaremos também aqui perante um anacronismo conceptual com origem na nossa contemporaneidade? Sem entrar em qualquer espécie de lógica de compensação face ao que ficou dito a propósito da inadequação do conceito de Estado aplicado à medievalidade, o recurso à noção de *guerra civil é perfeitamente admissível. Vejamos o seu sentido.*

Numa acepção genérica, entenda-se por guerra civil um confronto bélico entre sectores sociais da mesma entidade política (reino, país...), em que está em causa a ocupação e a condução das instâncias do poder central. A motivação tanto pode ser a defesa desse poder como, pelo contrário, a sua conquista e manutenção.

Será isto que estará em causa, no caso da Idade Média portuguesa, pelo menos no conflito entre Sancho II e o seu irmão, o futuro Afonso III, que derrota e substitui o primeiro no trono (Mattoso, 2002: 51); ou no enfrentamento entre D. Dinis e o seu filho e herdeiro do trono, o futuro Afonso IV, nos últimos anos de reinado do primeiro (Mattoso, 2002a); ou, embora com menor duração, no embate entre Afonso IV e o seu sucessor D. Pedro, no seguimento da morte de Inês de Castro (Sousa, 2009); ou ainda na crise dinástica de 1383-1385 e na sucessão de acontecimentos revolucionários que dividiram profundamente a sociedade portuguesa, entre os partidários do Mestre de Avis, depois rei D. João I, e os que seguiram a via legitimista de D. Beatriz e Juan I de Castela (Coelho, 2005). Neste último caso e no ponto culminante de Aljubarrota tivemos mesmo uma singular convergência de conflitos em três planos: uma batalha de guerra civil entre aqueles dois “partidos” pelos quais se distribuiu a nobreza de Portugal, uma batalha da guerra externa contra Castela e, em terceiro lugar, importa não o esquecer, um combate que se inseriu igualmente na Guerra dos Cem Anos.

Em todas estas conjunturas dos séculos XIII e XIV o que esteve em causa foi a disputa pela assunção do poder central, do trono régio, assim definindo quem detinha e quem exerceria o poder da Coroa do reino. Os desfechos foram diversos, nuns casos manteve-se o monarca, noutros operou-se uma nova

ocupação do trono, mas sempre no seguimento de conflitos graves, de confrontos violentos que se repercutiram em profundas clivagens sociais, sobretudo entre a nobreza e, inclusive, no seio da família real. Não foram simples recontros nem, sequer, meras guerras feudais. Foram confrontos de carácter amplo que opuseram sectores sociais alargados e com peso significativo no reino, com elevado grau de violência e com decisivas consequências políticas. Em todas aquelas situações, para cada um dos contendores o inimigo estava no próprio reino. E se os sentimentos eram plurais, o trono – entenda-se o poder régio, o polo central do poder – só podia ser ocupado por um dos campos em litígio. A via recorrente para resolver a questão do poder do soberano foi a guerra aberta entre naturais do reino. Chamemos-lhe, pois, guerra civil ou evitemos a expressão, seja por convicção, ou seja, por pudor.

Mas deixemos falar os coevos. Em *Las Siete Partidas*, “Partida Segunda”, Título XXIII, Ley I, atribuídas a Afonso X de Leão e Castela, onde se definem os quatro tipos de guerra existentes, refere-se a primeira que “llaman en latin *justa*, que quiere tanto decir en romance como derecho; et esta es quando home la face por cobrar lo suyo de los enemigos, ó por amparar á sí mismo et á sus cosas dellos”; quanto à segunda, “llaman *injusta* que quiere tanto decir como guerra que se mueve con soberbia et sin derecho”; por seu turno, a terceira maneira de fazer a guerra – aquela que aqui nos ocupa – “llaman *civilis*, que quiere tanto decir como guerra que se levanta entre los moradores de algunt logar en manera de bandos, ó en el regno por desacuerdo que ha la gente entre si”; a quarta e última, “llaman *plus quam civilis*, que quiere tanto decir como guerra en que combaten non tan solamente los cibdadanos de algunt logar, mas aun los parientes unos con otros por razón de bando” (Alfonso X, 1807: 227-228).

Não restam, pois, dúvidas acerca da utilização do conceito de guerra civil na Idade Média peninsular, objecto de definição num texto normativo com tanta difusão como foi o caso de *Las Siete Partidas*. Na passagem que antecede as definições das “quatro maneiras de guerra” na mesma Lei, invocam-se os “sabios antiguos” como argumento de autoridade, sem acrescentar nem alterar nada ao que se considera serem as suas lições. Entendia-se, portanto, que a definição era correcta e, sobretudo, que mantinha toda a actualidade.

Afonso X e os seus legistas conheciam a realidade daqueles tempos e sabiam bem do que falavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO X (1807) – *Las Siete Partidas Del Rey Don Alfonso El Sabio*, Tomo II – *Partida Segunda y Tercera*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- AGUIAR, MIGUEL (2018) – *Cavaleiros e Cavalaria. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV*. S. I.: Teodolito.
- AGUIAR, MIGUEL (2021) – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Paris e Porto: Université Paris 1 e Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada.
- BARTHÉLEMY, DOMINIQUE (1990) – Parentesco. In ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (dir.). *História da Vida Privada*, II – *Da Europa Feudal ao Renascimento*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 96-161.
- CAMPOS, NUNO MIGUEL SILVA (2011) – *Os Teles de Meneses: uma linhagem entre Castela e Portugal na Baixa Idade Média (1161-1385)*. Évora: Universidade, dissertação de doutoramento policopiada.
- COELHO, MARIA HELENA DA CRUZ (2005) – *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CUNHA, MAFALDA SOARES DA (1990) – *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1348-1483)*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- DUBY, GEORGES (1989) – Linhagem, nobreza e cavalaria no século XII na região do Mâcon. Uma revisão. In *A Sociedade Cavaleiresca*, Lisboa: Teorema, pp. 79-106.
- DUBY, GEORGES (1989a) – Estruturas de parentesco e nobreza no Norte da França nos séculos XI e XII. In *A Sociedade Cavaleiresca*, Lisboa: Teorema, pp. 133-155.

- FERNANDES, FÁTIMA REGINA (1997) – *O Reinado de Dom Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada.
- FERREIRA, JOÃO PAULO MARTINS (2019) – *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Xunta de Galicia, Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento.
- GOMES, RITA COSTA (1995) – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: Difel.
- KRUS, LUÍS (1994) – *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- LETT, DIDIER (2009) – *Famille et parenté dans l'Occident médiéval (Ve-XVe siècle)*. Paris : Hachette.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980). Edição crítica de MATTOSO, José, 2 vols.. Lisboa: Academia das Ciências.
- Livros Velhos de Linhagens* (1980). Edição crítica de PIEL, Joseph e MATTOSO, José. Lisboa: Academia das Ciências.
- MATTOSO, JOSÉ (2001) – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, in *Obras Completas*, 7, Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, JOSÉ (2002) – *A Crise de 1245*. In MATTOSO, José, *Obras Completas*, 8 – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 47-60.
- MATTOSO, JOSÉ (2002a) – *A Guerra Civil de 1319-1324*. In MATTOSO, José, *Obras Completas*, 8 – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 217-227.
- MORSEL, JOSEPH (2004) – *L'aristocratie médiévale. Ve-XVe siècle*. Paris, Armand Colin.
- OLIVEIRA, ANTÓNIO RESENDE DE (1994) – *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*. Lisboa: Colibri.
- OLIVEIRA, LUÍS FILIPE (2009) – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve.
- PIZARRO, JOSÉ AUGUSTO DE SOTTO-MAYOR (1999) – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 vols. Porto: Universidade Moderna.
- ROSA, MARIA DE LURDES PEREIRA (1995) – *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*. Lisboa: Estampa.
- SOUSA, BERNARDO VASCONCELOS E (2000) – *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SOUSA, BERNARDO VASCONCELOS E (2009) – *Aguerra Civil de 1355*. In *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas*. I. Porto de Mós-Alcobaça-Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, pp. 393-407.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1983) – *A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385*. *Revista de História Económica e Social*, N.º 12. Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 45-89.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (2013) – *Fernando e Leonor: Um Reinado (Mal)Dito*. s.l.: Chiado Editora.
- VENTURA, LEONTINA (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 vols. Coimbra, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada.

7 REIS, ELITES E JUDEUS: ESTEREÓTIPOS E DIDATISMO HISTORIOGRÁFICO

KINGS, ELITES AND JEWS: STEREOTYPES AND HISTORIOGRAPHICAL DIDACTICISM

Isabel Barros DIAS
ID: 0000-0003-3479-6660
[UAb / IELT | IEM – FCSH – UNL]
Isabel.Dias@uab.pt

RESUMO

A *Crónica de 1344*, à semelhança de outras crónicas ibéricas de matriz afonsina, raramente refere judeus. O texto centra a sua atenção nos feitos dos reis e, ocasionalmente, nos comportamentos de alguns grandes senhores. No entanto, por vezes, também existem referências a judeus que teriam tido entrada na corte e acesso aos soberanos sobre os quais terão exercido alguma influência, regra geral, considerada negativa. Esta ideia está patente em dois episódios concretos: o primeiro sobre um judeu que teria aconselhado Afonso VI quanto ao casamento da sua filha Urraca e a lenda da judia de Toledo. Estas duas passagens podem ser enquadradas nos objetivos didáticos da historiografia, como breves *exempla*, que alertam soberanos e elites para os perigos da proximidade com judeus e para a sua má influência. Sugerem ainda prováveis antagonismos decorrentes de disputas pela obtenção de posições de influência, bem como um processo de formação e consolidação de estereótipos relacionáveis com uma mentalidade antisemita que, alguns séculos mais tarde, atingirá o seu apogeu.

Palavras-chave: *Crónica de 1344*; antisemitismo; *exempla*; elites; didatismo.

ABSTRACT

The *Chronicle of 1344*, like other Iberian chronicles with an Alfonsine basis, rarely mentions Jews. The text focuses on the deeds of the kings and, occasionally, on the actions of some major lords. However, there are also occasional references to Jews who would have had access to the court and to sovereigns over whom they would have exerted some influence, generally considered to be negative.

This idea can be seen in two specific episodes: the first about a Jew who advised Alfonso VI on the marriage of his daughter Urraca and the legend of the Jewish woman from Toledo. These two passages can be framed within the didactic objectives of historiography, as brief *exempla*, which warn sovereigns and elites of the dangers of proximity to Jews and their bad influence. They also suggest probable antagonisms arising from disputes over positions of influence, as well as a process of formation and consolidation of stereotypes related to an anti-Semitic mentality that would reach its apogee a few centuries later.

Keywords: *Chronicle of 1344*; antisemitism; *exempla*; elites; didacticism.

As crónicas universais e régias medievais que, pela sua natureza, se dedicam a relatar os feitos de soberanos e de grandes senhores, são escassas em referências a judeus. No entanto, é possível encontrar, pontualmente, breves alusões que permitem traçar um perfil ilustrativo do modo como estes eram vistos e veiculada a sua imagem. Para exemplificar esta situação, no presente estudo, analisaremos dois episódios presentes na segunda e terceira redações da *Crónica de 1344*¹, um texto português, porém, devedor, em grande parte, da tradição cronística que, na sua vertente em vernáculo, tem origem nos trabalhos historiográficos desenvolvidos no *scriptorium* do rei Afonso X, o Sábio².

Nos séc. XIII e XIV, em Portugal, os judeus gozaram de alguma proteção régia³. Em casos específicos, médicos, astrólogos / astrónomos, artistas e intelectuais judeus, terão frequentado cortes ibéricas⁴, onde terão exercido alguma influência, nomeadamente sobre soberanos. Esta presença poderá ter sido sentida como uma ameaça por parte de elites e, conseqüentemente, contribuído para o fortalecimento de sentimentos antissemitas que, mais tarde, terão chegado ao seu auge. Os dois episódios que analisaremos a seguir enquadram-se, precisamente, neste contexto. Sendo veiculados pela historiografia e dado o seu carácter exemplar, por um lado, remetem para uma vertente didática, na sequência da máxima ciceroniana que entende a História como “mestre da vida” e, pelo outro lado, permitem vislumbrar a existência de sentimentos antissemitas possivelmente decorrentes de tensões e disputas por posições de influência. Os dois episódios em que nos focaremos são duas breves histórias, que põem em cena judeus que influenciam negativamente soberanos⁵: o judeu que aconselha Afonso VI acerca do casamento da sua filha Urraca e a lenda da judia de Toledo, amante de Afonso VIII.

O JUDEU CONSELHEIRO DE AFONSO VI

O episódio é contado da seguinte forma, no ms. de Paris⁶ da *Crónica de 1344*:

Os côdes ouverõ acordo de fallar cõ un judeu que era almoxarife del rey, que avia nome Çidilho. E, depois que lhe cõtarõ todo seu acordo, rogarõlhe que, quando vise tẽpo e logar, que o disese a el rey. E o judeu, atrevẽdose ã sua privãça, foise pera el rey e cõtoulhe todo. E el rey, quando o ouvio, foy maravilhado do judeu commo fora ousado de lhe dizer tal cousa e disse:

- Nõ ponho eu a ti culpa por me ousares fallar en casamẽto de minha filha, mas a culpa he minha por que te cheguey a minha privãça. Mais eu te farey tomar pẽedença deste pecado; e guardate que te nõ pares mays ante mĩ, ca sabe por certo que, si o fezeres, que te mãdarey matar, ca minha filha a mi cõvẽ de a casar commo perteeçe a minha hõrra ca nõ commo querẽ os côdes.

¹ Na sequência da sua primeira versão, de 1344, esta crónica foi objeto de uma reformulação cujo principal testemunho é o ms. 1 Azul da Academia das Ciências de Lisboa, que terá sido composto no *scriptorium* do rei D. Duarte (designada “versão de D. Duarte”). Para além disso, regista-se uma terceira versão, representada pelo manuscrito Português 9 da BNF, que terá sido mandado copiar pelo Condestável D. Pedro, filho do infante D. Pedro (“versão do Condestável ou de D. Pedro”). A descrição destes manuscritos é feita por Cintra, 1951: CDXCIII-DXVIII. A edição crítica de Lindley Cintra baseia-se sobretudo no ms. de Lisboa, porém, completa-o mediante o texto do ms. de Paris, processo que, como veremos, é significativo para os episódios analisados neste estudo.

² Salvaguardamos assim que as narrativas que aqui estudamos não são exclusivas da crónica portuguesa, constando já das suas fontes.

³ Sobre a presença e ação das comunidades judaicas em Portugal existe ampla bibliografia, com destaque para o trabalho da homenageada neste volume, nomeadamente: Ferro, 1970.

⁴ O caso mais notório é o dos intelectuais e artistas que frequentavam a corte e o *scriptorium* de Afonso X de Castela e Leão, onde judeus conviviam com cristãos e muçulmanos.

⁵ Para além deste perfil, as menções a judeus incluem também referências a este povo em geral e a figuras com diversas atividades, caso de um judeu almoxarife (*Cr.1344*, 1990: 29) ou de um judeu mensageiro do rei Afonso VI de Castela e Leão (*Cr.1344*, 1990: 31). Refira-se ainda o caso positivo do judeu Diego Gil que se converte e cuida do monumento funerário do Cid (*Cr.1344*, 1990: 190-192).

⁶ O ms. de Lisboa tem uma lacuna extensa que Lindley Cintra colmatou recorrendo ao texto do ms. de Paris e de outros testemunhos (cap. DCLXXIV a DCXCVIII) – Cintra, 1951: DXLI.

E privou êtõ o judeu d'âte si e mãdoulhe tomar quanto avia. E, quando os cõdes esto ouvirõ, teverõse por muy envergõnhados e confusos e nõ ousarõ mais cometer este feito. (*Cr.1344*, 1990: 196)

Neste episódio, o judeu surge como uma personagem manipulada, insensata e voluntariosa. É porta-voz de um conjunto de condes e ricos-homens que consideravam que o rei deveria casar a sua filha Urraca (herdeira do trono e viúva do conde D. Raimundo de Borgonha) com outro conde, D. Gómez González de Candespina. Temendo que o rei levasse a mal a sua opinião, convencem um judeu a veicular a ideia, com o resultado que a citação acima descreve. Seguidamente, o rei aconselha-se com o arcebispo de Toledo e um conjunto de prelados, decidindo dar a sua filha em casamento ao rei de Aragão (*Cr.1344*, 1990: 197), um enlace que acabou por dar origem a graves confrontos.

A leitura da passagem dá-nos imagens pouco positivas dos distintos intervenientes. Os condes mostram-se covardes por se esconderem atrás do judeu, implicitamente considerado como um elemento passível de ser exposto à ira régia, logo menosprezado e descartável. O judeu, tal como o texto o qualifica, será atrevido, desconhecedor do seu verdadeiro lugar. O rei, por seu turno, para além de culpabilizar o judeu pela sua atitude e de o castigar em conformidade (confiscação de bens e afastamento), assume-se como culpado por ter permitido a proximidade de alguém indigno. Esta ideia ecoa princípios já enunciados numa amplificação própria da segunda redação da *Crónica de 1344* (Dias, 2005: 118n), as recomendações que o rei Teodorico dá ao seu neto Amalarico quando lhe entrega o reino das Espanhas. Neste discurso, o velho e sábio soberano indica o perfil do conselheiro que o rei deve chamar a si:

Porê vos rogo, meu filho, que aprendades esto que vos digo e que ajades sempre ã vosso conselho homens de boas conciências e sabedores e fidalgos e boos conselheiros e de grandes coraçõoes, ca taaes compre ao rey aver em seu conselho, por que, quando lhes demandar conselho em os grandes feitos, que lho possam e saybam dar. Nunca cheguedes a vos e a vosso conselho homens de baixo sangue e vyl condiçon, ca taaes como estes nom ham bõo conselho em feyto d'armas nem som pera grandes feytos, ca estes nõ sabem conselhar os reys senom ã tirãnya do poboo e desaveenças dos fidalgos e todos maaos costumes e esto por fazeren de sy grandes e ricos, a qual cousa elles nõ ham de sua natureza; ca nom pode o rey aver mais perigosos ãmiigos que maaos conselheiros. Grande myngua he ao rey cõverssar com homens viis. (*Cr.1344*, 1954: 168)

Verifica-se ainda coincidência com os conselhos veiculados em espelhos de príncipes, caso dos *Castigos del rey don Sancho IV*, um texto castelhano datado de 1292-1293, onde se afirma:

Non quieras para tu consejo omne que non ama a Dios e se non tenga con Él, nin tema la su alma. Non quieras para tu consejo omne cobdiçioso, ca la su cobdiçia le fará errar en ti. Non quieras para tu consejo el omne que despendió su tienpo en mentir e en ordir mal entre los omnes. Non quieras para tu consejo omne que non aya seso nin sentido para saberte consejar e dezir aquello que deue. Non quieras para tu consejo el omne que non sabe ser sennor del vino que beue e da el vino sennorío sobre sí. (*Castigos*, 2001: 252)

O perfil do judeu que aconselha Afonso VI enquadra-se nestas molduras. Num nível mais explícito, trata-se de alguém que, pela sua religião, deve ser considerado alheio à religião católica e que demonstra não ter bom senso, uma vez que se deixa manipular e ousa transmitir um conselho que, à partida, já se saberia que irritaria o rei. Por isso, o excerto qualifica-o como ousado e atrevido, uma vez que verbaliza o que não deveria dizer. Ao ser judeu, pode ainda ser considerado como de baixa e vil condição, cobiçoso e, em última instância, traidor, característica comumente atribuída aos elementos desta etnia⁷.

⁷ Sobre este assunto, veja-se a associação habitualmente estabelecida entre Judas, como protótipo do traidor e o povo judeu, o que conduziu à associação entre “traição” e “infel” (Iglesia Ferreiros, 1971: 90-93 e 123). Veja-se ainda a seguinte afirmação: “Sy el omne conseja mal a su sennor, faz en ello trayçion.” (*Castigos*, 2002: 243).

A LENDA DA JUDIA DE TOLEDO

Esta lenda é protagonizada pelo rei Afonso VIII de Castela que, sendo casado com D. Leonor, filha do rei Henrique II de Inglaterra e de Leonor da Aquitânia, se perde de amores por uma judia de Toledo. Por causa desta relação, desleixa os afazeres do reino. Posteriormente, arrepende-se, mas ainda é castigado por Deus.

O primeiro testemunho conhecido deste relato encontra-se nos *Castigos del rey don Sancho IV* (*Castigos*, 2001: 205-206), como um *exemplum* histórico⁸, antecedido por um excursão que alerta: “guárdate non quieras pecar nin auer grand afazimiento con judía nin con mora, ca la judía es muger de otra ley contraria a la tuya, (...) que la judía es de generaci3n e de linaje de aquellos que mataron a tu Sennor Ihesu Christo (...)” (*Castigos*, 2001: 201) seguindo-se o escarpelizar da atua33o dos judeus contra Cristo e a fé cristã (*Castigos*, 2001: 202). Seguidamente, a lenda entra na historiografia de matriz afonsina também sob Sancho IV, mais concretamente, na “Vers3o amplificada de 1289 ou de Sancho IV”⁹, chegando à *Cr3nica de 1344* via a *Cr3nica de Castela* e a denominada *Tradu33o galega*. O relato est3 em conson3ncia com a maior integra33o de elementos moralizadores, did3ticos e novelescos pela historiografia pós-afonsina, contendo elementos inverosímeis e tra3os de maravilhoso crist3o. Independentemente disto, j3 foi salientado que m3ltiplos pontos de veracidade discutível (Ciroto, 1922: 297ss) desta lenda poder3o esconder inten33es pol3ticas menos nobres¹⁰, tendo servido para explicar um conjunto de factos hist3ricos: por um lado, a derrota militar de Alarcos e a morte, em tenra idade, dos filhos var3es do rei (os castigos que Deus inflige ao rei pelo seu pecado) e, pelo outro lado, a constru33o de um hospital e de um mosteiro em Burgos (como emenda por parte do rei), elementos que integram as vers3es mais antigas do relato, nomeadamente a existente nos *Castigos de Sancho IV*, sendo v3rios deslocados em vers3es posteriores. Na *Cr3nica de 1344*, a lenda é contada nos seguintes termos:

Despois que el rey dom Afonso foy casado como ja ouvistes, esteve en Burgos quanto tempo lhe prouve e despois foisse pera Tolledo con sua molher. E, estando hy, vyo h3a judya que era mui fremosa e pagousse tanto della que leixou a raynha, sua molher, e 3çarrouse c3 a judya h3u grande tempo, en tal guisa que o non podyam della partir nem se pagava t3to doutra cousa como della. E (...) esteve en3arrado con ella sete meses, assi que se non nembrava de sy nem de seu reyno nem de outra cousa. E dizem alg3us que este tam grande amor que elle avya a esta judya que non era se non por feiti3os que lhe ela sabya fazer.

Mas os condes e cavaleiros e ricos homeens, veendo como o reyno estava en grande perigoo por esta razom, ouveron seu acordo como posessem em recado este feito tam maa e assy sem c3ciencia. E o acordo foy que a matassen. E com esta enten33o entraron onde el rey estava, fazendo finta que lhe queriam falar. E, despois que todos foron ante el rey, entretanto que h3us falav3 con elle, os outros entraron onde estava aquela judya e achar3na seer en muy nobres estrados e degolaron ella e quantos con ella estavam. E desy foronse logo.

E, quando el rey esto soube, foy tam coitado que non sabia que fazer, ca tanto a amava que se queria perder por ella. Ent3 o tomar3 alg3us de seus vassalos e levar3no fora de Tolledo (...).

E, el rey estando hy e jazendo h3a noite cuydando en feito daquela maldita judia, apareceu lhe h3u angio que lhe disse:

⁸ Sobre o conceito de *exemplum* hist3rico ver Bizzarri, 2019.

⁹ Sobre eventuais origens da lenda, ver Arizaleta (2005: 38) e Hijano Villegas (2020: 484). A lenda entra na historiografia mediante a integra33o de uma nota marginal (vd. *PCG*, cap 1006: 685b).

¹⁰ Hilty (2005) considera que poder3 haver um fundamento de verdade no que se refere a uma eventual aventura amorosa de Afonso VIII. Por3m, a este fundo ter3o acrescido detalhes inverosímeis, por raz3es pol3ticas, a fim de justificar um conjunto de factos hist3ricos, com destaque para o branqueamento do nome de Diego L3pez de Haro, considerado o traidor respons3vel pela derrota de Alarcos (nas vers3es mais antigas diz-se explicitamente que esta derrota foi castigo pelos pecados do rei). Arizaleta aceita a leitura de Hilty, sugerindo ainda a possibilidade de articular esta hist3ria com a lenda da blasf3mia de Afonso X, estrat3gias para desacreditar os soberanos da denominada “linhagem maldita” (Arizaleta, 2005: 62-68).

- E como, Afonso, ainda estás cuidando no mal que has feito, do qual Deus recebeu gram desserviço? Mal fazes, ca sabe por certo que caramente o demandará a ty e ao teu reyno.

E el rey lhe preguntou quẽ era. E elle lhe disse que era angio de Deus que era envyado a elle con aquella messagen. El rey, quando esto ouvyo, pos os geolhos en terra e pediolhe mercee que rogasse a Deus por elle. E o angio lhe disse:

- Sey certo que tam gram sanha ha Deus de ty por este pecado que to demandará e ao teu reyno por que o consentyo. E, por este pecado que tu fezeste, non ficará de ty filho que reyne no logar que tu reynas, mas ficará do linhagen de tua filha. E, daquy adeante, partete de mal obrar e non faças cousa por que Nosso Senhor tome de ty mayor sanha.

E, logo que lhe esto ouve dito, desapareceo e ficou a camara comprida de maravilhoso odor e con grande claridade.

Mas el rey ficou muy triste por o que lhe disse o angio e des aly adeante andou nos caminhos de Deus e fez boas obras e emendou muito en sua fazenda, (*Cr. 1344*, 1990: 281-283)

Também aqui vemos um elemento de etnia judaica a influenciar negativamente os assuntos de estado, uma vez que leva o rei a esquecer-se de cumprir com as suas funções de soberano. Deste modo, o rei comete traição a vários níveis, não só familiar, como também política e religiosa.

A versão da segunda redação da *Crónica de 1344*¹¹ é uma versão tardia, que segue o relato existente na *Crónica de Castela*, do início do séc. XIV (cap. 10 do livro VII: §40-44) e na respetiva *Tradução galega* (cap. 491: 716-717). Sobretudo na *Crónica de Castela* e na *Crónica de 1344*, verifica-se o aumento gradual de um tom mais novelesco e emotivo (veja-se a descrição do desespero do rei quando percebe que a judia foi morta), o que acresce dramatismo à cena, em detrimento das questões políticas patentes nas versões mais antigas que, não sendo completamente esquecidas, são atenuadas mediante a sua deslocação¹².

Verifica-se também a demonização da judia, sendo aqui sugerido que se trataria de uma bruxa, uma observação a que poderá não ser alheia a fama de Toledo como o local onde a necromancia era estudada e praticada. Enquanto nos relatos anteriores a vontade e a ação do rei eram os motores da história, a partir do momento em que se sugere que a judia enfeitiçou o rei, o ónus da culpa transita para ela. O rei pode assim manter o seu estatuto privilegiado de quem recebe comunicados emanados da divindade, exortando-o a comportar-se adequadamente, como convém a um rei. Ao centrar-se no pecado e assumindo um tom didático e exemplar, o relato articula-se, não só com a vertente didática da historiografia, como também com o contexto da primeira versão escrita conhecida da lenda, um espelho de príncipes.

Finalmente, há que notar o modo como o papel das elites é visto. Enquanto o testemunho da *Crónica de Castela*, atribui o plano para matar a judia a um conjunto indefinido de “homens bons”, ou seja, figuras destacadas, geralmente de uma cidade, a crónica portuguesa especifica um pouco mais, afirmando que o estratagema é montado por “condes e cavaleiros e ricos homeens”¹³, que surgem aqui como salvadores do rei e do reino, em oposição à má influência da judia. Por seu turno, o anjo justifica a extensão do castigo de Deus ao reino aludindo a alguma inação prévia (“por este pecado que to demandará e ao teu reyno por que o consentyo.”), o que sublinha a bondade da ação do grupo que decidiu perpetrar o assassinato e aponta para uma corresponsabilização das elites no bom governo do reino. Este traço parece sugerir um maior protagonismo das elites, eventualmente na sequência da postura pró-senhorial habitualmente atribuída a Pedro Afonso de Barcelos, autor da primeira

¹¹ A lenda também se encontra na versão do ms de Paris, editada por Cirot (1922: 295-296).

¹² Veja-se, na *Cr.Cast.*, lv. VIII, cap. 7, § 26 e cap. 8, § 28; na *Trad.Gal.*, cap. 503: 734 e cap. 502: 732; na 2ª redação da *Cr.1344*, vol. IV, cap. DCCLIII: 310 e cap. DCCLVI: 316; Cirot (1992: 296) transcreve estes dois apontamentos, tal como se encontram no ms. de Paris da *Crónica de 1344* (fls. 221 e 222).

¹³ “condes e ricos homeens” no ms. de Lisboa; “condes e cavaleiros e ricos homẽes” no ms. de Paris (*Cr.1344*, 1990: 282n).

redação da *Crónica de 1344*, presente também na *Crónica de Castela* e nas outras redações da crónica portuguesa. Podemos assim dizer que a versão da lenda da judia de Toledo, tal como referida na *Crónica de 1344*, não só procura desculpabilizar o rei (que, nas primeiras versões do relato era apresentado como o grande culpado), mas também procede à valorização das elites, da sua atuação junto do rei e colaboração no bom governo do reino.

As duas narrativas analisadas põem em cena um triângulo constituído por reis, elites e judeus, transmitindo imagens mentais específicas, sobretudo dos judeus como elementos indignos cuja entrada na corte e no círculo régio deve ser evitada uma vez que só traz más consequências. No primeiro relato, vemos um rei que se apresenta como culpado de compactuar com conselheiros indignos, mas que demonstra capacidade para reparar o seu erro, por um lado, castigando e afastando o judeu e, pelo outro lado, procurando conselho junto de membros do clero. No segundo relato, temos um soberano enfeitado por uma judia que falha no cumprimento dos seus deveres. Neste caso, o rei tem de ser ajudado, sofre castigos e emenda-se, mantendo, no entanto, o seu carácter de exceção ao ser agraciado por comunicações divinas. No que se refere às elites, no primeiro caso têm uma atuação dúbia, ao usarem o judeu, porém, esta atuação também mostra que têm consciência do que devem ou não fazer. No segundo relato, são proativos e corresponsáveis pela salvação do reino ao eliminar a “bruxa”, o que aponta para os benefícios da colaboração entre as elites e o rei no governo do reino. Finalmente, a imagem dos judeus apresenta-se como a mais negativa. No primeiro relato vemos uma personagem ousada que se imiscui onde não deve, tendo de ser expulso. No segundo caso, encontramos um ser explicitamente demonizado a quem são atribuídas culpas com consequências nefastas para o rei e para o reino, devendo ser liquidada. Poderemos identificar ainda alguma acentuação ou radicalização das imagens delineadas no texto do ms. de Paris (p.ex. ao usar a expressão “maldita judia”), eventualmente atribuível ao facto de se tratar de uma versão elaborada num contexto mais articulado com as elites ibéricas e em época posterior à versão do ms. de Lisboa.

Vemos assim que as duas narrativas coincidem totalmente quanto aos valores que veiculam e ao modo como os transmitem. Os dois relatos podem ser considerados como *exempla*, cuja integração na historiografia terá sido facilitada graças à vertente didática que esta possui. Para além da educação de soberanos e de elites (alertando para os perigos de maus aconselhamentos decorrentes de proximidades com elementos não recomendáveis), estes textos também refletirão o que poderá ter sido um sentimento de antagonismo que teria oposto alguns vassallos cristãos, de estatuto mais elevado e a quem, por tradição, caberia o dever de *consilium*, face a influências / ingerências exercidas por parte de elementos de estatuto inferior e, pior, de distinto credo.

BIBLIOGRAFIA

- ARIZALETA, AMAIA (2005) – “Una historia en el margen: Alfonso VIII de Castilla y la Judía de Toledo”. *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*. 28, 37-68.
- BIZZARRI, HUGO O. (2019) – *La otra mirada: el exemplum histórico*. Zürich: Lit Verlag.
- CASTIGOS (2001) – *Castigos del rey don Sancho IV* (ed de BIZZARRI, Hugo Oscar) Frankfurt am Main-Madrid: Vervuert-Iberoamericana.
- CINTRA, LUÍS FILIPE LINDLEY (1951) – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: IN-CM (Vol I – introdução).
- CIROT, GEORGES (1922) – “Alphonse le Noble et la Juive de Tolède”. *Bulletin Hispanique*. 24 / 4, 289-306.
- CR.1344 (1954 e 1990) – *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. de CINTRA, Luís Filipe Lindley) Lisboa: IN-CM (1954 – vol. II; 1990 - vol. IV).
- CR.CAST (2010) – *Crónica de Castilla* (ed. de ROCHWET-ZUILLI, Patricia) Paris: SEMH-Sorbonne – CLEA.
- DÍAS, ISABEL BARROS (2005) – “Modelos teóricos e descrições aplicadas: imagens de soberanos na cronística ibérica de inspiração afonsina (sécs. XIII-XIV)”. In LARANJINHA, Ana Sofia e MIRANDA, José Carlos Ribeiro (coord.). *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: FLUP, p.117-128.

- FERRO, MARIA JOSÉ PIMENTA (1970) – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos.
- HIJANO VILLEGAS, MANUEL (2020) – “Poética e ideologia em la crónica postalfonsí”. In FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (ed.). *El legado de Ramón Menéndez Pidal (1869-1968) a principios del siglo XXI*. Madrid: CSIC, 471-497 (Tomo II).
- HILTY, GEROLD (2005) – “¿Tiene raíces históricas el motivo de la judía de Toledo?”. In PARRILLA, Carmen e PAMPÍN, Mercedes (ed.). *Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. La Coruña: Toxosoutos, p.505-516.
- IGLESIA FERREIROS, AQUILINO (1971) – *Historia de la Traición. La traición regia en Leon y Castilla*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- PCG (1997) – *Primera Crónica General* (ed. de MENÉNDEZ PIDAL, Ramón / reed. de CATALÁN, Diego) Madrid: Gredos.
- TRAD.GAL (1975) – *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla* (ed. de LORENZO, Ramón) Orense: Instituto de Estudios Orensanos 'Padre Feijoo'.



A RAINHA ISABEL DE PORTUGAL: O PODER, A VONTADE E A MISERICÓRDIA

QUEEN ISABEL OF PORTUGAL: POWER, WILL AND MERCY

Maria Filomena ANDRADE
ID: 0000-0001-7771-8844
[UAb / CEHR – UCP / IEM – FCSH – UNL]
maria.andrade@uab.pt

RESUMO

A infanta Isabel de Aragão é uma mulher cujas características e ação no mundo revelam não apenas a sua autoridade, mas acima de tudo, a sua vontade forjada numa educação e num ambiente, onde o poder se exercia de forma até violenta, mas também se sentia a forte influência do franciscaníssimo e da sua forma de viver, de acordo com o seguimento de Cristo.

Uma vez rainha, Isabel não esquece os exemplos familiares, mas exercita, de forma particular, a sua vontade, na entrega aos outros e no uso da misericórdia para com todos. Não esquecendo o poder que detém, utiliza-o ao serviço de uma entrega e de uma assistência a todos aqueles que, entre o seu povo, mais precisam do seu apoio, os pobres. A pobreza, na sociedade urbana dos séculos XIII e XIV é um flagelo a que uma rainha pode e deve fazer face.

Palavras-chave: D. Isabel de Portugal; assistência; pobreza; caridade; poder.

ABSTRACT

The Infanta Isabel of Aragon is a woman whose characteristics and actions in the world reveal not only her authority, but above all, her will, forged in an upbringing and environment where power was exercised even violently, but also the strong influence of Franciscanism and her way of living by following Christ.

Once queen, Isabel didn't forget her family's example but exercised her will in a particular way, giving herself to others and showing mercy to all. Not forgetting the power she held, she used it to give of herself and to help all those among her people who most needed her support: the poor. Poverty, in the 13th and 14th centuries urban society, is a scourge that a queen can and must deal with.

Keywords: D. Isabel of Portugal; assistance; poverty; charity; power.

A Europa dos séculos XIII e XIV é um espaço em que os homens e mulheres vivem já não dentro dos seus campos e dos seus senhorios, mas habitam um conjunto de urbes de diferentes dimensões, rodeadas pelos seus campos e relacionadas entre si por vias de contacto e, especialmente, de comércio, o que tornam esta Europa mais dinâmica, mais rica, mas simultaneamente mais insegura, e também sujeita à pobreza.

Isabel à semelhança de outras rainhas medievais tem uma educação, em Aragão, muito próxima do poder. Vê o seu avô, Jaime I e o seu pai em luta por esse poder e simultaneamente a consolidar o reino e a debater-se para se manterem como um dos principais potentados ibéricos de então (Bisson, 1986). Como mulher tem ainda o exemplo da sua mãe, D. Constança e da tia-avó, Isabel da Hungria, como mulheres devotas e empenhadas em fazer face às misérias do mundo (Schneider, 2005).

Ao entrar em Portugal pelo seu casamento com Dinis, parece nunca esquecer as suas origens e ao longo dos tempos na corte portuguesa consegue construir laços de poder e dependência em que os aragoneses desempenham um importante papel, tal é o caso de Raimundo de Cardona, entre outros (David, Barros e Antunes, 1987: 69-87).

Isabel nunca esquece o que é ser rainha e o poder que lhe confere a família de onde é originária, e a quem muitas vezes pede auxílio e conselho. Os irmãos Afonso III e depois Jaime II são, para ela, exemplos de governo que ela segue e não esquece. Mas para esta atitude contribuíram, com certeza, as obras dos seus familiares, especialmente da mãe e da tia-avó que Isabel admira e a quem reconhece o valor (Folz, 1992).

Na sua vida torna-se uma cristã empenhada no serviço dos pobres e dos desafortunados. Mas, quem eram e quais eram os principais meios e formas que reveste essa carência? Olhar para Isabel, corresponde a saber onde estão esses focos de desgraça e onde é preciso intervir (Andrade, 2014).

Esta faceta dá-lhe também consciência de que é rainha para o povo, e em especial, para o povo que carece de meios, para os pobres que podem ser de qualquer origem ou grupo social, mas que são essencialmente aqueles que carecem de algo para viver. Isabel como boa rainha tem estes em mente e preocupa-se com ele. No caso desta mulher, uma rainha a proximidade do seu povo é urgente e para ela há que deitar mão a todas as desgraças do seu povo.

Ser pobre na Idade Média não tem a ver com o estatuto social, é pobre aquele que nada tem para se sustentar. Até pode ser um nobre ou uma dama caída na pobreza, mas também um doente ou um peregrino que dependem dos outros para sobreviver (Geremek, 1989: 233-248).

Numa sociedade em que os laços de solidariedade se quebraram, para a maioria das gentes que deixa o campo e que na cidade não encontra os meios de subsistência ou não entram nas solidariedades que também aí se estabelecem (confrarias, irmandades ou corporações) a vida não é fácil.

Muitas das profissões que existem, de alguma forma, marginalizam, os comportamentos e as pessoas e dão-lhes estatuto de dependência ou de desamparo e me torna marginalizam os seus detentores, uma dessas profissões é a prostituição que acaba por fazer muitas mulheres marginais e o fruto das suas práticas as crianças enjeitadas, sem pai e muitas vezes abandonadas à sua sorte.

Num mundo em que o dinheiro começa a ser o senhor de um mercado que se organiza em torno das trocas internacionais, estas gentes são marginalizadas e tomadas como um peso para a sociedade.

Neste contexto, a princesa Isabel tem, para com todos eles, uma postura de caridade e de solicitude, na esteira do franciscanismo e das suas práticas (Vauchez, 1995: 127-139).

Francisco encontra a sua vocação no contacto com os pobres, no seu caso, os gafos que ele temia, mas que foram as suas solicitações que acabaram por levar Francisco a deixar tudo e a querer viver no meio da pobreza absoluta (humilde e nu) como o Senhor Jesus que nada tinha e convivia com os pobres, A Santa Pobreza é para franciscanos, clarissas e até dominicanos, a virtude a cultivar quer a nível interior quer mesmo exterior. Pobre com os Pobres, Isabel da Hungria, tia-avó de Isabel é assim que vive após a morte do seu marido.

De toda a sua atividade podemos assim destacar a preocupação com os pobres e viajantes, com as mulheres e com as crianças, ou seja, os mais desfavorecidos numa sociedade em que os problemas eram muitos e muito frequentes. Importa, neste âmbito referir as inundações em Coimbra, em 1331, e a seca e fome registadas também na mesma urbe, dois anos depois (Tavares, 2004: 501).

Nas principais cidades do Reino, como Lisboa e Santarém, a mendicidade e os problemas sociais avolumavam-se e estendiam-se mesmo a pequenos centros, como Leiria e Torres Novas, pertencentes ao património da Rainha.

As dificuldades sentidas pelos povos, acrescidas da taxa de mortalidade, sempre muito elevada, que deixava grande número de viúvas e órfãos, terão preocupado a rainha e levado à sua ação “remediadora”. Isabel é uma mulher consciente do que se passa à sua volta e ainda da sua capacidade de intervenção e atuação em casos extremos.

Assim, escolher a pobreza é uma Forma de Vida que Isabel não adota, mas proteger e amparar os pobres é a sua forma de vida, especialmente, os do seu reino. Rainha de todos, a todos Isabel quer chegar.

Com base em quatro documentos, os dois testamentos (e um codicilo) e o regulamento do “Hospital dos meninos órfãos”, vamos tentar mostrar como, em Isabel, o poder de que ela não abdica, a vontade como cristã de seguir a Cristo e a misericórdia vivida à semelhança de Francisco de que não abdica, a transformam num exemplo de rainha para a sociedade do seu tempo.

No seu primeiro testamento, em 1314, além de instituições religiosas, o que é comum fazer-se nas mandas à época, começa por contemplar os necessitados e pobres (Vasconcelos, 1993: 3-7). Entre eles destaca os cativos (100 libras), os pobres (1000 libras), as emparedadas de Lisboa, Santarém, Leiria, Óbidos e Coimbra (200 libras) e os gafos das mesmas vilas (100 libras). Ao Hospital dos Meninos de Lisboa (100 libras) e a todos os hospitais e albergarias do reino (500 libras). Estes dinheiros destinam-se a libertar cativos, e a vestir os pobres e meninos órfãos. Só às emparedadas não é referido o objetivo da doação e aos gafos também não, mas com certeza que se destinavam a minorar as suas carências e a conceder-lhes possibilidade de viver.

Nalgumas doações que faz a instituições religiosas contempla especialmente as enfermarias e os pobres, como é o caso do mosteiro de Alcobaça (a quem doa cama e roupa para a enfermaria), o mosteiro de Odivelas (cama e 1000 libras), a albergaria de Odivelas, o Mosteiro de Santa Cruz (500 libras para a enfermaria), o Hospital de Roncesvales (500 libras para os enfermos) e o mosteiro de Santa Cruz de Barcelona (500 libras para a enfermaria).

Tudo isto revela bem a preocupação em vestir os nus, dar de comer a quem tem fome e sede, acolher os peregrinos, assistir aos doentes e ainda tratar dos que estão presos, num verdadeiro compêndio de vida cristã assente na gratuidade do dom e no cumprimento das bem-aventuranças. Procurando, desta forma, como diz no início do seu testamento “parar mentes”, ou seja, dar atenção e importância à “... piedade de Jesu Christo nosso Senhor que veo morrer por nos saluar que a compridamente aaqueles que fazem por el aquelo que deuem fiando da sa merçee mui grande.” (Vasconcelos, 1993: 4).

No seu segundo testamento, em dezembro de 1327 (Vasconcelos, 1993:12-18), Isabel revela as mesmas preocupações, anteriormente expressas, pelas populações marginalizadas de alguns dos principais centros urbanos portugueses e das terras da sua “casa”¹ e acrescenta o Hospital dos meninos por ela, entretanto, criado, a quem doa 100 libras e que deixa e o de Santarém (100 libras). Este último, por ela criado e que deixa encomendado, de forma particular, à proteção dos seus testamentários.

A 12 de Dezembro de 1321, a rainha e o bispo da Guarda, D. Martinho, instituem o Hospital dos Inocentes de Santarém, junto à porta de Leiria e dão-lhe um regimento (*Portugaliae*, 2003: 425-428). O hospital foi fundado junto ao paço, lugar por excelência de legitimidade do poder, como extensão desse mesmo poder e à semelhança do que irá acontecer em Coimbra, no paço da rainha.

¹ Sobre a “Casa” de D. Isabel e de outras rainhas: Rodrigues, 2007: 139-153.

O documento da instituição do Hospital dos Inocentes de Santarém revela bem os sentimentos de ambos, em especial no que toca à rainha e no que respeita à prática da caridade e ao bem-fazer. Assim, é dito pelos fundadores, a rainha e o bispo:

(...) nos emtendemdo que em nenhũa cousa nam podiamos tamto servir a Deus como fazer bem e acrecentamento e mantiimento a linhagem dos homeens que ell criou pera seu serviço outrossy emtendemdo que he muy bem empregada a esmolla em a quall que per nenhũa guisa nam pode gaanhar nem aver homde viva.

Diz ainda o bispo referindo-se a D. Isabel:

(...) a Reynha Dona Isabell nossa senhora que hii geitou a primeira pedra no fundamento e o ajudou e ajuda a fazer e fez hii e fara ajuda e bem e merece per as allmas pera aver parte e quinham no bem que se per hi fezer ca ella foy e he gramde ajudador pera se hy fazer e fundar esse ospital ca avia gram doo e gram pesar no coração das criaturas que se perdiam e polla piedade que lhes ouve com ajuda de Deus e com a sua fez ella e nos este ospital.

Com estas puras e exigentes motivações, cria a rainha este hospital, em Santarém, dotando-o com um conjunto apreciável de bens por ela comprados. Institui um aniversário (missa, missa de *requiem* e recitação das horas) por eles, pelo rei e por todos os benfeitores deles e do referido hospital, sendo este o primeiro objetivo de qualquer instituição pia e de assistência

Este recolhimento destina-se a criar meninos e enjeitados, entendendo-se por tal:

aquelles que algũas mulheres conceberam e tamto que os parem com medo e com vergomça ou outros seus gramdes pecados queremdo ante perder as almas que lhi lo saberem e mandam-nos deitar pellas augoas e pellas carreiras e pellas carcovas e pollos rios e em outros lugares hu os nam possam achar senam de ventura. E asy se perdiam as almas suas e daquelles que asy deitavam que morriam sem baptismo.

Estas crianças, fruto de situações na maioria pecaminosas, abandonadas à sua sorte e indefesas constituem os pobres mais pobres de todos, porque totalmente incapazes de suprir às suas necessidades mais básicas e essenciais.

Os enjeitados por uma sociedade que não os deseja são criados (por amas) e mantidos no hospital para aprenderem um mester, até aos dez ou doze anos. Quando tivessem aprendido um ofício, então poderiam ir à sua vida. Cria-se desta forma um programa de institucionalização que prevê a criação e o sustento de todos os que são acolhidos neste hospital: criar, educar e dar um ofício será o que contribui em tudo para dar uma vida material e espiritual a estas crianças, salvando-as do flagelo do abandono, fruto de uma época de crise e de carências (onde predomina a mortalidade, especialmente a infantil) e tornando-os membros ativos, pela aprendizagem de um ofício que os integraria na sociedade de então.

Após a morte do bispo, em 1322, será a rainha que administrará o hospital e, após o seu falecimento, competirá ao concelho lá colocar um bom hospitaleiro. Se os bens do hospital forem muitos, então poder-se-á aí ainda manter 6, 8 ou até 12 pobres envergonhados, no paço que aí existe.

A sua preocupação era, pois, criar os que não tinham tido mãe, aliás esta era uma das grandes missões a que Isabel dedicou toda a sua vida. Preocupada com a educação dos filhos (incluindo os de seu marido e de outras senhoras da corte²), e apoiando as mulheres que, por várias razões, sendo mães tinham dificuldades em sobreviver e sustentar os seus filhos.

A função deste hospital é exemplar e prende-se, possivelmente, com certeza com o trabalho realizado pela Ordem do Espírito Santo, fundada em 1160, em Montpellier, espalhando-se por toda a Europa, especialmente do sul. A regra composta nos finais do século XII, foi aprovada pelo papa Inocêncio III e inspira-se na de Santo Agostinho (Blevec, 1988: 171-190). Pressupõe-se que a Rainha Santa Isabel, vinda do reino de Aragão e aí criada, nos primeiros tempos, pelo seu avô, Jaime I, dela tivesse

² Sobre estas mulheres e, em especial, uma delas, Vataça: Coelho, Ventura, 1987: 159-193.

conhecimento e a tentasse implantar em Portugal, ou pelo menos a sua benéfica ação caritativa³.

Do ponto de vista legal, às crianças acolhidas eram dadas todas as possibilidades de se afirmar na vida, pois não se tratava de órfãos (sobre os quais se tem de legislar acerca da partilha de bens e respetiva tutoria), mas de crianças abandonadas, por isso mais sujeitas ao infanticídio e que importava dignificar e tornar úteis socialmente. O programa estabelecido neste Hospital tem claramente esse objetivo⁴.

Entre 1485 e 1502, o Hospital dos Inocentes de Santarém foi integrado no de Jesus Cristo, no âmbito da ação centralizadora hospitalar levada a cabo pelos monarcas portugueses D. João II e D. Manuel.

Falemos agora das suas fundações no que concerne ao alívio à pobreza. Muitas são as obras de misericórdia que a este nível lhe são atribuídas, assim, é apontada como fundadora da albergaria do Espírito Santo de Alenquer e da albergaria de Odivelas., do Hospital do Rocamador de Santa Maria do Amial, em Torres Vedras, em 1312, e o mesmo em relação às albergarias de Azueira e Estremoz e das gafarias de Óbidos, Torres Novas e Leiria. E ainda um hospital de mulheres envergonhadas, em Leiria, um hospital em Coimbra para mulheres arrependidas e, em Torres Novas. De todas estas instituições não a podemos considerar a fundadora, algumas até já existiam, mas sim impulsionadora e patrona, através das suas doações e protecção, em épocas de dificuldade como estes anos em que viveu e estendeu a sua acção.

Apesar de toda esta intensa atividade sócio caritativa temos de discernir, com base na documentação, o que terá sido sua fundação e o que foi por ela incentivado e apoiado, mas não propriamente fundado. O século XIII é o século áureo destas instituições, uma vez que no XIV (especialmente a partir da segunda metade da centúria) não só diminuem os legados como começam a surgir as estalagens e as vendas nos caminhos, aliadas aos esforços centralizadores e reformadores dos monarcas que as tendem a diminuir e a "racionalizar".

Quanto a estas instituições já nomeadas como tendo sido criadas ou "inspiradas" pela ação da soberana, destacamos, a gafaria de Torres Novas que foi contruída em 1322, possivelmente a expensas da rainha, e no findar do século XV já era administrada pelo concelho (ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 275, fl. 61v-69). A gafaria era uma casa pequena que se erguia junto à ermida de Santo André e tinha a possibilidade de acomodar cerca de quatro leprosos. Tinha, como qualquer leprosaria, um hospitaleiro e uma hospitaleira sustentados pelos respetivos bens e que estavam ainda ligados ao serviço da albergaria para pobres que lhe era anexa, e junto da qual tinham a sua casa de morada. Também em Alenquer, quando a rainha aí esteve exilada terá recebido pobres e a assisti-los bem como a viajantes e doentes.

Outra das suas preocupações são as mulheres "caídas em desgraça", ou seja, as prostitutas, criando para estas os dois primeiros recolhimentos do reino, um em Coimbra e outro em Torres Novas (de acordo com a sua Legenda). Demonstrando uma preocupação pouco comum com as mulheres "públicas" e que podiam também cair em pobreza.

Mas, é ainda conhecido, embora mais velado, o apoio por ela concedido a outras fundações, como as dos mosteiros de Odivelas e Almoster. Isabel está assim presente junto de ordens mais tradicionais, mas igualmente importantes no contexto religioso português, nomeadamente cistercienses, pelo apoio que concede e pelo desvelo e interesse que revela no seu prosseguimento e na sua obra.

É o caso do mosteiro cisterciense de Almoster que, fundado por Berengária Aires (segundo alguma dama de honor de Isabel), terá recebido da rainha o beneplácito e o apoio, não apenas no seu testamento, como já referimos, mas ainda no sentido de completar as obras deixadas por fazer pela fundadora, entretanto falecida (Rêpas, 2021: 105-113). A rainha tomou a seu cargo a realização do claustro,

³ Não sendo, por isso de estranhar, que a criação e a difusão do culto do Espírito Santo, em Portugal e que depois se espalhou pelo mundo com destaque para o Brasil, lhe seja atribuído.

⁴ "O seu número cresceu com o aumento da pobreza ligada ao desenvolvimento das cidades e, por isso, estas casas tornam-se indispensáveis na Baixa Idade Média. Pois para compreender o aparecimento deste tipo de instituições temos de nos fixar nas três questões/problemas fundamentais: a pobreza, a caridade e o infanticídio, em torno das quais surge a especialização desta instituição destinada a acolher, criar e socializar órfãos de pais vivos.

enfermaria e outras obras, fazendo-as a suas expensas. Tendo ainda em vida de D. Berengária, em 7 de junho de 1304, tomado sob a sua proteção a fundadora, o mosteiro e os seus bens.

Mas, não fica por aqui o seu interesse pelas instituições cistercienses que, de acordo com o seu primeiro testamento, parecem constituir o seu primeiro objeto de devoção, em solo português. Também protege Odivelas, onde teria tido um projeto comum de sepultura num panteão com o seu marido, que depois foi abandonado.

Certo é que no seu primeiro testamento fala-se mesmo de uma albergaria sua em Odivelas que dota, o que já não acontece na segunda manda. Sobre essa instituição nada mais se sabe, mas inscrever-se-á neste mesmo projeto “cisterciense” de Isabel, depois abandonado.

Mas, a soberana tem ainda, no conjunto da sua obra social, outras preocupações, de foro mais intelectual; destas fazem parte a proteção (ou mecenato) a escolares que incentiva a estudarem e a serem elevados a novas dignidades. Assim, está no primeiro caso, Estêvão Dade, que em 16 de maio de 1323 recebe do papado, a pedido da rainha, a possibilidade de ler e ouvir, durante dois anos, Direito Civil nos Estudos Gerais. No segundo caso, estão Mestre Lourenço de Dornelas (Doutor em Decretos), Estêvão Moguel (bacharel em Direito), Mestre Gonçalo Martins (Doutor em Leis), João Aires (jurisperito) que, respetivamente, em junho de 1327, agosto de 1329, novembro de 1329 e junho de 1335, são elevados o primeiro ao canonicato de Coimbra, o segundo ao de Évora e o terceiro e quarto ao de Lisboa (Rodrigues, 1982: 63-66).

A grande obra da sua vida é, no entanto, o mosteiro das clarissas de Santa Clara e Santa Isabel (da Hungria) de Coimbra que ela resgata da situação “algo confusa” em que a tinha deixado a sua fundadora, D. Mor Dias, após a sua morte em 1302 e quase 30 anos de conflito com o mosteiro de Santa Cruz que não aceira a fundação deste mosteiro nem a desanexação de um conjunto de bens que tinha sido feita pela fundadora (acolhida à época em Santa Cruz) em favor do novo mosteiro⁵.

Isabel pede autorização ao bispo de Lisboa e ao papa para intervir e restaurar a comunidade de pobres menoretas, e como “regedora” da comunidade providencia a conclusão das suas obras, colocando ao serviço da mesma parte do seu património e instalando-se, num paço que manda aí construir, junto ao mosteiro (que será para os membros da família real) e onde se instala com a sua corte, bem como um hospital (para trinta pobres) a ser gerido pela abadessa da comunidade clarissas. Neste mosteiro se manda sepultar, com o hábito de clarissa⁶, num túmulo, por ela mandado fazer a Mestre Pero, junto do da sua neta D. Isabel (1324-1326), que é colocado no coro da capela-mor do mosteiro (1.º no coro baixo e depois no coro alto) (Vairo, 2001: 139-170).

Patrona de mosteiros e instituições de caridade, mecenas de estudantes e provavelmente de artistas, Isabel reúne à sua volta um grupo de pessoas que a ajudam a levar à prática os seus desígnios de caridade e de promoção social.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. [ANTT]. Núcleo Antigo, n.º 275, fl. 61v-69.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, (2003) – Vol II, *Antes da Fundação das Misericórdias*, PAIVA, José Pedro, ROSA, Maria de Lurdes e GOMES, Saúl António (ed.). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

⁵ Sobre esta fundação e os seus problemas, entre outros, vejam-se: Lopes, 1953: 166-192; Monteiro, Sousa, 1981: 81-93; Santos, 2000: II, 10-12.

⁶ Sem ter professado, como diz em: Vasconcelos, 1993: vol. II, 10-12.

ESTUDOS

- ANDRADE, MARIA FILOMENA (2014) – *Isabel de Aragão. Rainha Santa e Mãe exemplar*, Lisboa, nova edição (revista) em Temas e Debates.
- BLEVEC, DANIEL LE (1988) – Le role des femmes dans assistance et la charité, *Cahiers de Fanjeaux*, n.º 23, Toulouse: Ed Privat, p. 171-190.
- BISSON, T. N. (1986) – *The medieval crown of Aragon. A short history*, Oxford: Clarendon.
- COELHO, MARIA HELENA DA CRUZ, E VENTURA, LEONTINA (1987) – Vataça – uma dona na vida e na morte. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1.º volume, Porto: I.N.I.C., p.159-193.
- DAVID, HENRIQUE, BARROS, AMÂNDIO E ANTUNES, JOÃO (1987) – A família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis. *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto: Universidade do Porto, II série, vol. IV, p. 69-87.
- FOLZ, ROBERT (1992) – *Les Saintes Reines du Moyen Age en Occident (Vie-XIIIe siècles)*, Bruxelles: Société des Bollandistes,.
- GEREMEK, BRONISLAW (1989) – O Marginal. In GOFF, Jacques Le (dir.) – *O Homem Medieval*, Lisboa: Editorial Presença, p. 233-248
- LOPES, FERNANDO FÉLIX (1953) – Fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problema de direito medieval”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 4, p. 166-192.
- MONTEIRO, MARIA TERESA E SOUSA, JOSÉ JOÃO RIGAUD DE (1981) – Notas sobre o pleito entre D. Mór Dias, fundadora do convento de Santa Clara, e os cônegos do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra). In *Estudos Medievais*, n.º 1, Porto, p. 81-93.
- RÊPAS, LUÍS MIGUEL MALVA DE JESUS (2021) – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 volumes.
- RODRIGUES, ANA MARIA S. A. (2007) – Rainhas medievais de Portugal: funções, patrimónios, poderes. *Clio Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Nova Série, Volume 16/17, p. 139-153.
- RODRIGUES, SEBASTIÃO ANTUNES (1982) – *7.º centenário do casamento de D. Dinis com a princesa de Aragão D. Isabel. A cultura da Rainha Santa*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.
- SANTOS, ANA PAULA PRATAS FIGUEIRA (2000) – *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)*, 2 Vols., dissertação de Mestrado em História da idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SCHNEIDER; REINHOLD (2005) – *Santa Isabel da Hungria (Santa Isabel da Turíngia)*, Castelo Branco: Evoramons.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (2004) – Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI). In *Evolução Geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Actas do Colóquio de Geografia, História, Arqueologia e Climatologia*, Lisboa: Universidade Aberta, p. 451-515.
- VAIRO, GIULIA ROSSI (2001) – Isabella d’Aragona, “Rainha Santa de Portugal”, e il monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336). In *Collectanea franciscana*, 71 (1-2), p. 139-170.
- VASCONCELOS, ANTÓNIO DE (1993) – *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894, vols. I e II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VAUCHEZ, ANDRÉ (1995) – *A espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*, Lisboa: Editorial Estampa.



JUDEUS E MOUROS NA PROXIMIDADE DAS RAINHAS MEDIEVAIS DE PORTUGAL: CONTACTOS, SERVIÇO E ANTAGONISMOS

JEWES AND MOORS IN THE CLOSENESS OF THE MEDIEVAL QUEENS OF PORTUGAL: CONTACTS, SERVICE, AND ANTAGONISMS

Manuela Santos SILVA
ID: 0000-0001-6856-8207
[CH – FL – UL]
msilva15@edu.ulisboa.pt

RESUMO

Os novos estudos sobre as monarquias têm-se debruçado sobretudo sobre a composição social das casas das famílias reais, embrionárias das futuras sociedades de Corte. Por entre os servidores dos reis e das rainhas dos reinos ibéricos, é curioso ver surgir indivíduos que prestam serviço quer ao monarca, quer à sua mulher e até aos seus filhos e que não seguem a religião Cristã e, por vezes, são originários até de outros reinos.

O que pretendemos com este pequeno texto foi tentar levantar alguns desses dados que nos indicam haver todos estes contactos entre os monarcas – no caso específico, de Portugal, nos séculos medievais – e esses seus servidores. Tentámos saber quais eram os tipos de servidores que eram bem recebidos na corte e, sobretudo, na casa da rainha, e compreender porque, muitas vezes, se ignoravam as determinações da Santa Sé em prol de uma segregação das minorias religiosas. Na realidade, até ao final do século XV, a corte portuguesa continuou a privilegiar os contactos entre os cortesãos e sobretudo a família régia com físicos judeus e até muçulmanos e o serviço de artífices destas minorias continuaram a ser muito apreciados pelas rainhas e a sua família.

Apesar disso, há indícios de que as diferenças religiosas e culturais se continuavam a fazer sentir e a gerar animosidades.

Palavras-chave: Judeus; Mouros; Casa da Rainha; serviço; antagonismo.

ABSTRACT

The latest studies on monarchies have predominantly focused on the social composition of royal households, which were the precursors to future court societies. Among the servers of the kings and queens of the Iberian kingdoms, it is intriguing to observe the emergence of individuals who serve not only the monarch but also his wife and even his children. These individuals do not adhere to the Christian religion and sometimes originate from other kingdoms.

What we aim to achieve with this brief text is to highlight some data that indicate the existence of various contacts between monarchs – in this specific case, those of Portugal

in the medieval centuries – and their servers. We sought to identify the types of servers who were well-received at court, particularly in the queen's household, and to understand why, the decrees of the Holy See advocating the segregation of religious minorities were often ignored. In fact, until the end of the 15th century, the Portuguese court continued to favour interactions between courtiers and the royal family with Jewish and even Muslim physicians. And the services of artisans from these minorities remained highly valued by the queens and their families.

Despite this, there are indications that religious and cultural differences continued to be felt and to generate animosities.

Keywords: Jews; Muslims; Queen's Household; service; antagonism.

Os estudos empreendidos, desde as últimas décadas do século XX, sobre os poderes e os papéis desempenhados pelas rainhas consortes, abriram novas perspectivas relativamente ao conhecimento da monarquia. A ideia de um rei poderoso que concentrava na sua pessoa toda a autoridade e governava de forma despótica, independentemente do período cronológico, foi imposta ao público durante décadas por conceções nascidas da percepção da realeza do período moderno, que não tomavam em devida conta a circunstância de muitas monarquias terem emergido do seio de sociedades igualitárias de guerreiros, em que os membros masculinos das elites tinham não só um papel importante na escolha do chefe, como exigiam, depois, exercer a sua quota parte de funções na governação da comunidade e do território.

Ao se tornarem hereditárias a maior parte das monarquias do Ocidente Medieval, o papel da rainha consorte enquanto mãe do herdeiro do trono ganhou também relevância. Ainda que normas estipulando um estatuto próprio para as esposas do rei – não se limitando a impor-lhes uma visão puramente moldada pela moral cristã¹ – tenham demorado muito a surgir, a crescente consciência de que o rei escolhia criteriosamente a sua companheira em determinados círculos, com objetivos concretos, e assegurando-se de que a eleita possuía determinadas qualidades², alertaram para o facto de as rainhas não serem meras figuras decorativas numa corte fátua, mas terem, tal como os homens e as mulheres que a rodeavam, e os que circulavam em torno do rei, funções próprias que contribuíam de formas diversas para o ofício real de governação do reino. Ao mesmo tempo despertaram a atenção para as características colaborativas da monarquia, quer ao nível da corte, com órgãos colegiais com os quais o monarca contava para a tomada de decisões, quer ao nível da ligação às comunidades que habitavam o seu território e cujos representantes consultava quando achava necessário.

O alargamento do estudo das elites à composição dos séquitos, especialmente dos séquitos reais e com grande enfoque nos membros das famílias reinantes, permite-nos considerar o poder real como uma instituição plural, dentro da qual cada membro tem seu papel e importância. O rei e, a um nível ligeiramente inferior, a sua rainha, e ainda a sua família – filhos, filhas, irmãos, e até mesmo os filhos do rei naturais ou bastardos reconhecidos – presidem à comunidade de cortesãos que deve serviço à família real (Silva, 2019: 70-88).

O rei, encarregado da governança do reino, tinha o grupo mais numeroso de servidores, pertencentes a diferentes níveis sociais, que eram responsáveis pela representação do monarca nas várias partes do seu domínio. Mas havia também muitos servidores encarregados de serviço doméstico, cuja proximidade à pessoa do rei, lhes conferia uma importância inusual³.

Além da casa do rei, existia a casa da rainha. Nos reinos ocidentais da Península Ibérica, as rainhas controlavam várias vilas reais que lhes eram concedidas por altura do casamento. Para representar localmente a sua autoridade e recolher as rendas devidas, as rainhas tinham vários oficiais em cada uma de suas vilas (Rodrigues & Silva, 2010: 209-228). E para gerir a sua casa, assim como para servir à rainha durante os períodos de itinerância, muitos homens leigos e alguns eclesiásticos – como confesores, esmoleres e capelães – também estavam a seu serviço. A casa da rainha não era, portanto, uma comunidade inteiramente feminina (Rodrigues, 2011: 278). A administração estava quase toda nas mãos dos seus oficiais, mas o corpo e a alma da rainha deveriam ser mantidos sãos pela convivência com as suas servidoras⁴.

Os estudos já feitos sobre a casa das rainhas em Portugal não têm sido completamente esclarecedores sobre a forma de recrutamento dessas damas. Rita Costa Gomes, que estudou a corte real portuguesa no final da Idade Média, expressa a opinião de que a maioria das aias das rainhas eram familiares de

¹ Como sucedia ainda em obras da época de Alfonso X de Castela e Leão, nomeadamente no “Especulo de todos los derechos” in *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos*. vol.I. (1807) Madrid: La Real Academia de la Historia, Libro II, Título III e em “La Segunda Partida” in *Ibidem*, vol.II, Título VI, Ley II.

² “La Segunda Partida”, Título VI, Ley I.

³ “La Segunda Partida”, Título IX “Qual debe el rey ser a sus oficiales, et ellos a el”.

⁴ “Especulo”, Libro II, Título XV, Ley I-X.

cortesãos masculinos – suas esposas, filhas, irmãs ou mães (Gomes, 1995: 60). No entanto, o exame da casa de Filipa de Lencastre, rainha de Portugal entre 1387 e 1415, revelou-me uma realidade diferente. As mulheres que tinham mais proximidade com a rainha eram, na sua maioria, viúvas ou senhoras solteiras de posses, que possuíam as suas próprias casas. Além disso, havia também um grupo de órfãs que dependiam totalmente da rainha para sua manutenção diária e para conseguir um casamento aceitável, tanto em estatuto quanto em riqueza, (Silva, 2010: 214).

Apesar de não ser inusual que as rainhas consortes, vindas de outros reinos, trouxessem consigo da corte dos seus pais algumas companheiras pertencentes à nobreza e, às vezes, até as suas antigas amas, não há informações de que algumas dessas suas servidoras fossem de origem judaica ou muçulmana. No entanto, num reino onde a ocupação moura durou mais de 500 anos e onde as cidades quase sempre tinham uma comunidade judaica residente, cujo tutor era o rei, era praticamente impossível que não houvesse membros dessas minorias cercando tanto os monarcas como os seus filhos e filhas.

A importância dessas duas comunidades no período medieval português não é equivalente. Os muçulmanos acabaram por perder continuamente as batalhas contra os exércitos cristãos ibéricos, e muitos deles permaneceram no território, mas reduzidos à escravidão ou condenados a uma vida humilde nas cidades do sul do reino. No entanto, não é incomum detetar, entre os membros anónimos da comunidade, aqueles que se tornaram mais visíveis ao serem chamados de Mestre, frequentemente como uma distinção profissional artesanal.

Ao estudar a corte dos reis de Portugal, Rita Costa Gomes detetou uma certa tendência para que o ofício de estrabeiro-mor fosse ocupado por um mouro, pelo menos nos reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I. Em ambos os casos o detentor do ofício era designado por Mestre: Mestre Ali é agraciado com uma quinta em Muge por Afonso IV para criar éguas, potros e demais gado; Mestre Brefeme, que se lhe segue no mesmo ofício no reinado de D. Pedro também receberá a mesma quinta, que passará depois para o estrabeiro-mor de D. Fernando (Gomes, 1995: 158-159).

Mas, Mestre era também uma forma de reconhecimento académico ou de especialização em Direito ou Medicina e que designava físicos de diversas origens étnicas e religião. E, pelo menos no reinado de D. Fernando, para tentar encontrar a cura para a longa doença do rei, chamou-se pelo menos um Mestre Mafamede (Gomes, 1995: 159).

Ao serviço das rainhas, porém, não parecia haver mulheres mouras envolvidas em tarefas prestigiadas. No entanto, dentro da casa das rainhas, havia escravas domésticas que surgiam designadas por “servas” e “mouras”, nomeadamente em testamentos das suas senhoras, que lhes garantiam a sua libertação à hora da sua morte (Gomes, 1995: 57-58).

Não se encontram, porém, judias em situações de tal humilhação. Talvez por isso, torna-se muito complexo detetar na casa da rainha, mulheres de ascendência judaica. Os judeus na proximidade do rei eram, no entanto, muito mais numerosos, e podiam ocupar, ao seu serviço, ofícios de grande importância. O “Levantamento Populacional referente aos Judeus de Corte elaborado por Maria José Ferro Tavares para o século XV” permite-nos agrupá-los por famílias dentro das quais se vão recrutar quase sempre os principais oficiais judeus da Corte Régia (Tavares, 1982: 228-229, 233-235). Nos rabis-mores, os monarcas portugueses delegavam tarefas de grande responsabilidade e até de confiança pessoal na gestão das comunidades mouras e, não poucas vezes, confiavam-lhes também tarefas difíceis na corte, principalmente relacionadas com a arrecadação de impostos. Os laços de fidelidade que os uniam aos seus senhores não parecem ser de natureza diferente daqueles que faziam depender os oficiais cristãos de quem os tinha nomeado e a quem tinham jurado fidelidade. No volume I da sua *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes, mostra a lealdade com que Dom Yuda, antigo Tesoureiro do rei D. Fernando, serviu sempre D. Leonor Teles, sendo “muito seu privado della”, vindo por isso a envolver-se numa acusação de traição ao rei de Castela D. Juan I (Lopes, 1983: 147, 159). Na mesma crónica, também Dom David Negro, outro grande privado de D. Fernando, muito rico, é considerado como sendo “da parte da Rainha” (Lopes, 1983: 33-35).

Os médicos judeus também eram uma presença constante na corte real. Embora o seu número estivesse longe de alcançar o dos médicos cristãos, quase todos os reis confiavam a sua saúde, especialmente em situações críticas, a esses especialistas, aos quais se atribuía a compilação de conhecimentos científicos de diversas origens – muçulmana, semítica, oriental – e a astrologia, um assunto muito respeitado, cuja popularidade parecia aumentar no século XV, particularmente na Corte Real Portuguesa⁵. As advertências dadas pelas estrelas eram levadas em consideração nos tratamentos médicos, bem como constituíam um complemento para outros campos do saber, como a farmacopeia e, claro, a navegação de longo curso.

A medicina era, indiscutivelmente, um campo no qual os monarcas portugueses confiavam nos judeus. Um Mestre Martinho do Rosmaninhal – que Rita Costa Gomes acredita ser um judeu convertido - era, em meados do século XIV, físico quer da rainha D. Beatriz de Castela, quer do rei Afonso IV de Portugal (Gomes, 1995: 47). Algumas décadas depois, a rainha Leonor Teles de quem já falámos, foi tratada por um cirurgião judeu, Mestre Jusepe, que se supõe tê-la acompanhado no exílio em Castela, pois sofreu o confisco dos seus bens por parte de D. João I⁶.

No entanto, este mesmo rei acolheu também vários físicos judeus na sua corte. Entre os vários servidores de formação médica, surgem Mestre Moisés de Leiria⁷ e os cirurgiões Isaque⁸ e Jacob Goleima (Ventura, 2013: 91). E, durante o reinado de Dom Duarte, Judas Benziza foi físico da rainha D. Leonor, sua mulher (Coelho, 1966: 160), enquanto o rei teve a seu lado o físico e astrólogo Mestre Guedelha (Coelho, 1966: 41), de quem, aliás, guardou no seu *Caderno de Apontamentos* algumas informações astronómicas (Marques & Dias, 1982: 156).

Esta abertura da corte régia aos físicos judeus não cessará até finais do século XV. Rita Costa Gomes fala mesmo de “um inegável sucesso dos físicos judeus no ambiente cortesão de Quatrocentos” (Gomes, 1985: 128). Já antes, no reinado de D. João I, o rei reconhecia que os [judeus] – da corte, naturalmente, sempre foram e som da nossa camara e da dos reis que ante Nos foram sendo per nos guardados e defendidos⁹. Ora a “camara” do rei era o organismo íntimo da corte, o de maior proximidade ao monarca, ao mesmo tempo que aquele que tratava de matérias relativas ao património. E o mesmo sucedia em relação à câmara da rainha, a sua casa.

Apesar disso, a corte régia portuguesa não deixava de se preocupar com o facto de parecer “avançar em contra-mão” face aos restantes reinos da Cristandade. Margarida Garcez Ventura estudou duas súplicas enviadas ao Papa Eugénio IV pelo rei português Dom Duarte, em 1434, a favor da manutenção de físicos judeus na Corte, o que foi aceite pelo Sumo Pontífice (Ventura, 1992).

Mas o serviço prestado pelos judeus à corte régia também incluía a confeção de armaduras, uma habilidade que provavelmente estava relacionada com o trabalho tradicional em metal por membros da comunidade (Gomes, 1995: 166-168). A ourivesaria era uma das artes em que os judeus eram exímios e à qual a família real não era indiferente. Precisavam, continuamente, para uso próprio ou para delas fazerem presente a embaixadores, vassallos ou familiares, para selar contratos e pactos políticos e matrimoniais, de peças, em metais preciosos, como baixelas, joias ornamentais ou alfaias litúrgicas. A rainha Leonor Teles, por exemplo, tinha um joalheiro judeu que era muito habilidoso na fabricação de objetos preciosos para a mesa e ornamentos, assim como joias pessoais. Os privilégios que a rainha lhe conferiu em 1377 eram os mesmos de que gozavam os grandes oficiais reais: deveria acompanhar a itinerância da corte e, quando viajasse sozinho, a serviço da sua rainha, tinha direito a alojamento, alimentação e cavalos gratuitos, além de poder viajar livremente por todo o reino (Gomes, 1995: 153).

⁵ Veja-se Carvalho, 2011.

⁶ *Chancelarias Portuguesas. D. João I* (2004), Volume I, Tomo I, [117], 66.

⁷ *Chancelarias Portuguesas. D. João I* (2005), Volume II, Tomo I, [II-568], 292.

⁸ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, Tomo 2, 1988, [1026], 290.

⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. João I*, L^o 4, fol. 64v.

Alfaiates judeus também eram apreciados na corte real, sendo considerados especialistas na escolha de têxteis e outros materiais para a confecção das roupas da moda da corte. Na corte de Dom Duarte, a rainha Dona Leonor tinha dois alfaiates judeus: Samuel Beirão e Abraão. Um deles – Samuel Beirão – permaneceria na corte no reinado seguinte, servindo a rainha Dona Isabel, mulher de Dom Afonso V (Rodrigues, 2012: 161, 337). O segundo, “que se pensa pertencer à família “Amigo”,” terá provavelmente acompanhado a viúva de Dom Duarte no seu exílio e viria a integrar a casa da rainha de Aragão depois da morte de Dona Leonor (Rodrigues, 2012: 161, 240).

E também sabemos de outros judeus servindo as rainhas de Portugal, dentro de suas próprias casas. Era o caso de um Trovador chamado Yuda Negro, que serviu a rainha Filipa de Lencastre, esposa de João I de Portugal, por volta de 1413-1414 e que é protagonista de um episódio que foi narrado pelo cronista português do século XV, Gomes Eanes de Zurara, sugerindo-nos que se trataria de alguém que praticaria as artes de adivinhação. Segundo o narrador, durante a preparação da armada destinada à praça militar de Ceuta, Yuda Negro teria enviado uma trova a um escudeiro do infante Don Pedro revelando que os mais sensatos entendiam que El-Rei iria sobre a cidade de Ceuta, o que causou um enorme susto na corte (Zurara, s.d.: 70).

Toda esta proximidade entre alguns membros da comunidade judaica e a família real portuguesa não nos deve fazer esquecer que a desconfiança em relação a estes infiéis, sobre os quais pesava o pecado de terem sido responsáveis pela morte de Cristo, podia, porém, pairar sempre nas mentes de, pelo menos, alguns dos cristãos. O Infante D. João, filho da mesma rainha Filipa de Lencastre e do rei João I, numa resposta ao conselho que pretendia saber a sua opinião sobre “se deue el rey meu senhor fazer guerra aos mouros de benamarym ou não”, respondera “non deujamos ousadamente cometer tal guerra, e non digo tam somente contra mouros, mas aJnda contra Judeus que som a mays Roym gente do mundo” (Marques & Dias, 1982: 43-44). E D. Duarte, seu irmão, também fala de “refiarias (...) de mouras e de Judias, e doutras royndades que em esta terra se vsauão”, como exemplo de ações que deviam ser evitadas pelos nobres e fidalgos de Portugal, de modo a viverem virtuosamente (Marques & Dias, 1982: 238). A própria rainha Filipa de Lencastre é descrita pelo cronista Gomes Eanes de Zurara como “uma mulher muito amiga de Deus (...) natural de Inglaterra, nação que é a que entre todas, mais odeia todos os infiéis” (Zurara, s.d.: 78-80).

E, talvez o passado comum entre a monarquia portuguesa e as comunidades mouras – embora os seus membros recebessem alguns privilégios importantes dos reis, que os consideravam “seus servidores” no mesmo nível dos “seus judeus” – mantinha entre eles uma desconfiança inegável.

A narrativa de um curioso episódio diplomático oferece-nos uma perspetiva curiosa da rainha inglesa de Portugal. De acordo com Gomes Eanes de Zurara, pela mesma época em que o como trovador Yuda Negro sobressaltou a casa da rainha e a corte régia, uma embaixada do Rei Muçulmano de Granada foi enviada a Portugal, alarmada pela perspetiva de um ataque iminente ao seu território pelo exército português. Diante dos embaixadores muçulmanos, D. João I negou ter tal intenção e não lhes mentiu pois, o seu objetivo era a captura da cidade de Ceuta, do outro lado do Estreito de Gibraltar, e não a conquista de Granada, o último reduto muçulmano na Península Ibérica. No entanto, a embaixada muçulmana trazia consigo alguém, cuja tarefa era confirmar, por meio de uma audiência com a rainha, a informação previamente dada pelo rei.

Como nos conta o cronista, a *rica forra*, que era a principal esposa ou concubina do Rei Mouro, pediu uma audiência com Filipa, explicando que também ela, juntamente com os outros embaixadores do Reino de Granada, estava encarregada de uma missão que precisava de cumprir. E, segundo Gomes Eanes de Zurara, a mulher argumentou que porque sabia o quanto os bons desejos das mulheres tocavam os corações de seus maridos, ao pedir o que desejavam, implorou a Filipa que obtivesse de seu marido uma resposta definitiva, para dar aos seus companheiros, sobre o assunto que os havia trazido a Portugal.

Como compensação, prometia a *rica forra* à Rainha Cristã, que como tinha uma filha que se casaria em breve, ela enviaria o melhor e mais rico enxoval que já havia sido dado a qualquer princesa moura

ou cristã. Ou seja, este processo diplomático feminino tinha características específicas, utilizando argumentação adequada ao género e interesses das interlocutoras.

A rainha Filipa, no entanto, foi perentória ao recusar interferir nos assuntos político-militares do seu marido:

Eu não sei, respondeu ela, o modo como os vossos reis se comportam com as suas mulheres, porém, entre os cristãos, não se considera bem que alguma rainha ou princesa se intrometa nos feitos de seu marido, pois que, em tais casos eles têm os seus conselhos onde resolvem os feitos como entendem e as mulheres são tanto melhores quanto maior diligência se abstém de tentar saber o que não lhes compete, pois conhecem seguramente que os seus maridos com seus conselheiros têm maior cuidado sobre o que convém à honra do seu estado, do que o que elas podem conhecer.

Assim se comportando, concluía D. Filipa, as rainhas conseguiam que os desejos que exprimiam lhes fossem sempre atendidos, pois *os pedidos são tais que os maridos não têm motivo para lhos negar*. E as que assim não faziam, *não são havidas por bem educadas e discretas*.

E rematava assim, recusando a oferta dos reis de Granada – *com a graça de Deus, à minha filha não faltará enxoval para o seu casamento* – e recomendando à enviada granadina que, se assim o entendesse, se dirigisse diretamente a D. João I solicitando-lhe as informações desejadas: *se vós lhe solicitardes o que é justo, ele concordará com muito boa vontade* (Zurara, s.d.: 78-80).

Ou seja, e como conclusão deste texto: embora nunca esquecendo, fundamentalmente, as diferenças de credo que colocavam os Cristãos numa posição dominante, as rainhas de Portugal do período medieval, consideravam que, tal como os restantes “naturais” do seu reino, judeus e mouros que aí habitavam lhes deviam serviço, e mereciam em troca a proteção que elas lhes pudessem dar. Sem essa relação de proximidade e de serviço, contudo, a intolerância entre credos emergia e tornava o contacto inadmissível.

A legislação portuguesa considerava os judeus tão somente como súbditos do monarca, sujeitos à jurisdição do rei e não à eclesiástica, embora com deveres e direitos particulares, como notou Margarida Garcez Ventura (Ventura, 2005: 65). Por isso, se achava natural que ao visitar uma cidade do reino durante a frequente itinerância da corte, os monarcas portugueses fossem recebidos pela comunidade judaica local ostentando a sua Torah – o rolo sagrado que continha suas orações. Muitos viajantes estrangeiros consideravam este hábito extremamente exótico.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO [ANTT]. *Chancelaria de D. João I*, L^o 4, fol. 64v.

Chancelarias Portuguesas. D. Duarte. (1988), vol. I, Tomo 2, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Chancelarias Portuguesas. D. João I. (2004), Volume I, Tomo I, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Chancelarias Portuguesas. D. João I. (2005), Volume II, Tomo I, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara (s.d.), MIRANDA, Carlos (ed.) Lisboa: Editorial Escol.

Crónica de D. João I de Fernão Lopes (1983), Volume I. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Crónica do rei D. Duarte de Rui de Pina (1966), COELHO, António Borges (ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Livro dos conselhos de el-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa) (1982). Edição diplomática. MARQUES, A. H. de, DIAS, João José Alves (eds). Lisboa: Editorial Estampa.

Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos (1807) 4 vols., Madrid: La Real Academia de la Historia.

ESTUDOS

CARVALHO, HELENA AVELAR (2011) – *Vir sapiens dominabitur astris: astrological knowledge and practices in the Portuguese medieval court (king João I to king Afonso V)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval – Lisboa: FCSH/UNL.

GOMES, RITA COSTA (1995) – *A corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL.

PELAZ FLORES, DIANA (2017) – *La Casa de la Reina en la Corona de Castilla (1418-1496)*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

RODRIGUES, ANA MARIA S. A. (2012) – *As Tristes Rainhas. Leonor de Aragão – Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores.

RODRIGUES, ANA MARIA S. A. (2011) – La Casa de Doña Leonor de Aragon, Reina de Portugal (1433-1445): Formación y desintegración de un instrumento de poder femenino. In VAL VALDEVIESO Isabel del, SEGURA, Cristina (coords.). *La participación de las mujeres en lo político: mediación, representación y toma de decisiones*. Al-Mudayna, pp.239-278.

RODRIGUES, ANA MARIA S. A., SILVA, MANUELA SANTOS, (2010) – Private properties, seigniorial tributes and jurisdictional rents: the income of the Queens of Portugal in the Middle Ages. In EARENFIGHT, Theresa (ed.), *Women and Wealth in Late Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, pp.209-228.

SILVA, MANUELA SANTOS (2010) – A Casa e o Património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média. *Revista Signum*, Revista da ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais), 11-2 pp. 207-227. URL: <http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignum11/article/view/29/28>.

SILVA, MANUELA SANTOS (2019) – Regal power and the royal family in a thirteenth-century Iberian legislative programme. In WOODACRE, Elena; DEAN, Lucinda H. S. et alia (eds). *The Routledge History of Monarchy*. Reino Unido: Routledge, pp. 70-88.

SILVA, MANUELA SANTOS (2018) – The Portuguese Household of an English Queen: Sources, Purposes, Social Meaning. In Earenfight, Theresa (ed), *Royal and Elite Households in Medieval and Early Modern Europe. More than Just a Castle*. Leiden-Boston: Brill, pp.271-287.

TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1982) – *Os Judeus em Portugal no século XV*, Vol. I, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

VENTURA, MARGARIDA GARCEZ (2013) – *A Corte de D. Duarte. Política, Cultura e Afectos*, Vila do Conde: Verso da História.

VENTURA, MARGARIDA GARCEZ (2005) – Entre Deus e César. Para a definição do estatuto dos judeus em Portugal nos finais da Idade Média. In *Cadernos de Estudos Sefarditas* 5, Lisboa, p. 63-73.

VENTURA, MARGARIDA GARCEZ (1993) – Médicos Judeus na Corte e no Reino: a excepção consentida pelo Papa Eugénio IV, sep. De *Os Judeus e os Descobrimentos*. Actas do Simpósio Internacional Tomar: Secretariado do Simpósio Internacional.

10

“DELLES PROVES, DELLES MORTOS”
A MOBILIDADE SOCIAL NO TERMO DO PORTO, SEGUNDO O LIVRO
DA ABERTURA DA RUA NOVA DE 1438

“SOME OF THEM POOR, SOME OF THEM DEAD”
SOCIAL MOBILITY AROUND PORTO, ACCORDING TO THE *LIVRO DA
ABERTURA DA RUA NOVA*, IN 1438

Luís Miguel DUARTE
ID: 0000-0001-5671-625X
[FL – UP / CITCEM]
lmroduarte@gmail.com

RESUMO

A partir de um rol fiscal do termo do Porto de 1438, dividido em dois pagamentos anuais, procura-se analisar o número e as razões da mobilidade fiscal entre três escalões, e formular a partir dessa análise algumas perguntas económicas, sociais e de valores e crenças.

Palavras-chave: fiscalidade; mobilidade social; deslocações; mulher; morte.

ABSTRACT

Based on a fiscal list from the Porto hinterland of 1438, divided into two annual payments, we seek to analyze the number and reasons for the mobility between three fiscal levels, and to formulate, based on this analysis, some economic, social and economic questions. values and beliefs.

Keywords: taxation; social mobility; displacements; woman; death.

INTRODUÇÃO

Sendo a história social uma das áreas desde sempre mais estudadas do Antigo Regime, ao preparar este texto dei-me conta de que, na cronologia em que me movo, os séculos XIII a XVI, continuam por responder várias perguntas que me parecem centrais para termos uma ideia bem aproximada do que eram as sociedades daqueles tempos. Apenas alguns exemplos: continuam confusos os limites entre os estratos superiores do povo e os sectores inferiores da nobreza, e os meios de passagem dos primeiros para os segundos¹. Há bastante para investigar sobre as hierarquias sociais no seio do “Povo”; sabemos menos do que desejaríamos sobre mecanismos de ascensão social contínua e correspondente despromoção, para além de alguns exemplos clássicos como o do portuense João Martins Ferreira (pai caldeireiro e negociante de ferro, filho mercador, neto fidalgo da câmara do rei) (Mouta, 2022); há estudos sobre os cabidos urbanos e as elites locais. Como funcionavam e se combinavam, numa promoção social, o dinheiro ou a posse de terras ou de meios de produção, as alianças matrimoniais, o serviço à cidade, a um senhor ou à Coroa, a carreira eclesiástica? Como se subia de estatuto nos campos?, como se chegava a lavrador rico, com jornaleiros por conta? Acumulando terras e comercializando eficazmente os excedentes? E havia sequência para um lavrador rico, ou apenas comprava mais terra, mais vinhas, mais olivais? Seria o comércio um dos melhores ‘elevadores sociais’, sobretudo o internacional? De que forma os homens do trato investiam os seus lucros? Aumentando a escala dos negócios ou comprando terras e casas para arrendarem, desse modo fazendo crescer também a sua influência social? E como se protegiam? Através de seguros ou da bolsa dos mercadores? Como se relacionavam entre si as hierarquias sociais rurais e urbanas? Os homens-bons mais ricos do Porto tinham vinhas no Alto Douro. Podia enriquecer-se depressa? Tenho dúvidas; mas julgo que se podia empobrecer, até cair na miséria, quase de um dia para o outro (darei exemplos disso nesta apresentação). Um ano mau podia ser fatal para uma modesta família camponesa? E para um artesão e a sua família? Um mesteiral próspero podia ascender ao topo da elite da sua terra, mesmo no Porto, em Lisboa, Évora ou Santarém? E meter-se no comércio? Até que ponto o comércio internacional, ou o simples transporte, permitiu a algumas famílias nobres manterem-se à tona? A propósito, como jogava a família em todos os estratos sociais, promovendo-se pelo casamento, às vezes enfraquecendo por partilhas? Que papel podia jogar a fiscalidade em tudo isto?

1. Para este trabalho, analisei apenas uma fonte bem conhecida. Na sequência quer da reorganização urbana da parte ribeirinha do Porto, quer do financiamento da compra do senhorio da cidade por D. João I aos bispos, foi decidido rasgar, na Ribeira, uma rua larga, a direito, e bordada de casas de pedra ricas, com rés-do-chão e dois andares. As rendas elevadas dessas casas de elite da Rua Nova, pertencentes ao rei, seriam totalmente alocadas ao pagamento anual que o soberano devia efectuar ao prelado portuense: uma obra literalmente de engenharia financeira. Para financiar esta empresa caríssima, a cidade, que estava muito interessada em adquirir pela primeira vez o estatuto de regalia, foi obrigada a lançar uma finta anual na qual pagariam não só os vizinhos intramuros, dos arrabaldes e da judiaria, como todos os habitantes do muito extenso e muito povoado termo do Porto². A finta provavelmente começou a ser cobrada nos últimos anos do século XIV ou inícios do XV e prosseguiu talvez durante grande parte do século XV; não sabemos quando acabou, que os impostos têm vida dura: fáceis de criar, difícilísimos de extinguir. Mas apenas chegou até nós um livro, correspondente ao ano de 1438, embora com notações dos anos anterior e seguinte. Inclui totais não discriminados para a cidade, a judiaria e alguns arrabaldes, e depois é extremamente pormenorizado para todo o termo, coberto por uma quadrícula apertada de circunscrições fiscais, sobretudo as juradias.

¹ Por todos, o exemplo da cidade do Porto. ‘Confusão’ levantada por Oliveira Marques.

² Sensivelmente o actual distrito (Sousa, 2000: 167). Se D. João I, logo após subir o trono, presenteou a cidade com o domínio sobre a margem sul, Gaia e Vila Nova, o impressionante aumento do termo do Porto ocorreu em 1369, com D. Fernando. Explica Armindo de Sousa: “Desde o Douro ao Ave e do mar ao Tâmega, quase todos os julgados ficaram sob jurisdição do município do Porto. (...) De uma assentada entram na dependência da cidade nada menos que 181 freguesias.”

O funcionamento da colecta foi o habitual ao tempo: a cidade nomeou recebedores responsáveis, sacadores e escrivães. Estes vão percorrer todos os lugares do termo do Porto, dialogando com um ou mais jurados em cada um deles. Trazem consigo o livro de 1437, e comparam, em cada local, se houve alterações no número ou no estatuto dos pagantes. Se há casos muito raros em que a entrega do dinheiro é anual, na esmagadora maioria dos lugares, para suavizar a contribuição, ela é dividida em primeira e segunda pagas, separadas entre si por cerca de seis meses. Quer dizer, o escrivão toma nota dos contribuintes que, numa determinada aldeia, procedem à primeira paga, comparando-os com os da última paga de 1437, e depois volta lá para receber a segunda paga, comparando-a com a primeira de 1438³.

Portanto, depois de registar no livro quem pagou quanto, esse escrivão, fiando-se na palavra do jurado, nota se coincide com a paga anterior: em bastantes casos constata que “concerta com a paga anterior”, mas na larga maioria verifica-se que “nom concerta”, não bate certo – houve alterações no universo contribuinte. Nesta finta havia quatro estatutos possíveis: os privilegiados (temos uma ideia de quem eram, mas não sabemos quantos; o número seria certamente elevado, sobretudo na cidade do Porto; os que pagavam a totalidade – os *inteiros*; os que pagavam metade, os *cabaneiros*, assim chamados por, em princípio, “não terem casal nem bois e viverem numa cabana”; estes pagavam metade da quantia; e os isentos, que não tinham meios para pagar nem um real.

O que eu fiz foi registar todos os casos em que uma paga “nom concerta” com a anterior e tomar nota dos motivos. Eis uma listagem das razões pelas quais as listas de contribuintes podem mudar:

1. Por morte do/a contribuinte, evidentemente:
 - a. Separei as mortes de casais, de que já falarei;
 - b. As mortes de homens, cujo registo com frequência diz o que aconteceu às viúvas, e
 - c. As mortes de mulheres.
2. Porque alguns “cresceram”, isto é, foram acrescentados à lista de contribuintes de determinada juradia. As duas razões principais são a promoção de cabaneiros a inteiros, mas sobretudo a chegada de gente de fora da terra, sempre dentro do termo do Porto.
3. Porque havia constantes ‘promoções’ e ‘despromoções’ internas. Começamos pela ascensão social:
 - a. Alguém que não pagava nada começava a figurar como *cabaneiro*, testemunhando uma melhoria nas suas possibilidades económicas ou de trabalho; ou simplesmente o passar do tempo – uma criança tornou-se jovem, e capaz de trabalhar o suficiente para começar a juntar algum património e poder pagar. Não são raros os casos em que cabaneiros são nomeados apenas pelo seu nome próprio, sem patronímico, o que denuncia essa juventude. E num caso excepcional, um jurado informa que “cresceu uma cabaneira”⁴.
 - b. Um *cabaneiro* (sublinho o masculino) pode passar a inteiro, depreendendo-se que adquiriu terras, meios de produção, estatuto, riqueza suficientes para pagar pelo escalão máximo – por exemplo através de uma herança. E sublinhei o masculino por uma razão simples: é que em todo o *Livro da Abertura da Rua Nova* não há um único caso de uma *inteira*, isto é, de uma mulher a pagar a taxa máxima. Dito de outra maneira, nenhuma mulher foi

³ Em alguns lugares, paga-se 30 reais (ou metade, os contribuintes menos desafogados), em outros 21 e 10,5 respectivamente. Ainda não é clara, para mim, a razão desta diferenciação fiscal: juradias mais ricas e desenvolvidas do que outras? Como se avaliava isso? E, se assim fosse, não poderia haver igualmente mudanças no estatuto fiscal do lugar? Privilégios antigos? Para tudo isto, veja-se Amaral, 1985, e Ferramosca, 2001.

⁴ Uma viúva que veio morar para a terra?

considerada “chefe de família”, “cabeça de casal”, sujeito contribuinte pelo escalão máximo. E quando morria um homem e deixava à mulher posses suficientes, alguma riqueza até? Certamente que ela não ia engrossar o rol dos cabaneiros; antes desapareceria sob o nome de um filho ou de outro familiar do sexo masculino. Isto não está escrito em nenhum lado, em nenhuma ordenação e postura, mas é o que se depreende deste documento. A razão mais frequente para um cabaneiro passar a inteiro é o *casamento*: casar significa geralmente (nem sempre) sair da casa dos pais, fundar um lar e começar a trabalhar sobretudo para a nova família. Isso pressupõe que o novo par tivesse algum património para começar. O processo foi exemplarmente estudado por Iria Gonçalves, a propósito de Loulé, em 1468 (Gonçalves, 1984). Portanto, insisto, o casamento podia ser um factor de alguma ascensão social. Em momento algum se diz que um cabaneiro ascendeu a inteiro porque enriqueceu, porque comprou um casal ou uma junta de bois.

4. Porque se registava despromoção social/fiscal:

- a. A mais frequente é a *passagem de um inteiro a cabaneiro*, ficando a pagar metade da finta. As razões variadas que os jurados apontam exigiriam um trabalho à parte. Por vezes recorre-se à explicação estereotipada, até etimológica, mas nem por isso menos eloquente: “*Fulano* passou de inteiro a cabaneiro porque não tem casal nem bois e vive numa cabana”. Por outras palavras, empobrecera durante os seis meses entre esta paga e a anterior. Em alguns casos, poucos, ficaram motivos concretos para essa queda económica. Uma vez mais o casamento mostra a sua importância decisiva: muitos homens cujas mulheres faleceram passam a cabaneiros. Tenho explicado isto da forma mais simples: marido e mulher são indispensáveis para o sustento económico da família: o trabalho no campo ou na oficina, a criação de gado ou de outros animais, cuidar da horta, da vinha; depois todo o trabalho ‘doméstico’, tratar da roupa, “amassar o pão”, cozinhar, limpar, e já não falo de pequenas e grandes ocupações produtivas que as mulheres tinham com frequência dentro de casa; ou ir vender à feira ou ao mercado; tratar dos filhos que, logo que fosse possível, ajudariam eles também... Muitos casais devem ter penado para levar a vida; a morte da mulher foi (não digo *podia ser*, digo *foi*, porque os documentos me sustentam e obrigam) uma tragédia, suficiente para que o marido, sem a ajuda dela, não conseguisse pelo menos manter o património que tinham e ganhar o que os dois ganhavam (e poupar o que os dois poupavam). Em muitos *items*, anota-se simplesmente que a um homem morreu a mulher, e por isso foi tornado em cabaneiro.
- b. A despromoção pode ser mais dramática: um inteiro é pura e simplesmente *abatido* na sequência de uma qualquer desgraça pessoal, tantas vezes ligada a problemas de saúde (física ou mental), ou a um incêndio. Vários desaparecem, e “nom som achados na terra”⁵ – porque fugiram? Exemplos concretos: “um homem morreu; e a molher nom sabem onde se foy”; “hum homem que foy a molher”; um homem morreu, “a molher fugiu por nom ter bens”; fugiu *cicrano* “porque matou um homem” (não é caso único) (Ferramosca, 2001: 98) e deixou a mulher por cabaneira; “fugiu Martim Esteves por ladrom da terra” (Ferramosca, 2001: 94).
- c. Muitos cabaneiros, e em especial muitas cabaneiras, são isentos de pagar seja o que for, porque não têm nada, “nem nimigalha”: ou sobrevivem de esmolas (“Pedem por Deus”) ou são sustentados pela comunidade, por um sacerdote ou um abade. Sendo as cabaneiras quase sempre viúvas, podemos reconstituir trajetórias descendentes em que, entre duas pagas, passam de esposas de um *inteiro* a cabaneiras, por morte do marido, e pouco depois, na paga seguinte, são isentas, por pobreza total. Pelo meio da desgraça, perdem o nome: morreu *fulano*, e Margarida, sua mulher, passa a cabaneira; na segunda paga, escreve-se

⁵ Em diversas versões: “foi-se dali nom sabe para honde”; uma viúva “he fugida”; um homem “foy-se da terra e a molher nom he achada”;

só a mulher que foi de fulano. As muitas dezenas de cabaneiras representam, ainda assim, lares de mulheres sozinhas ou com filhos pequenos (que posso cruzar com a realidade das *cartas de perdão* e descobri-las, a essas mulheres, algo vulneráveis, por exemplo a invasões nocturnas do lar). Quando vemos cabaneiras só com o seu nome próprio, estaremos face a jovens que vivem sozinhas, viúvas ou não?

Vamos aprofundar alguns destes assuntos. Há uma ideia central neste trabalho, que eu gostava de propor para debate. De acordo com a minha análise do *Livro de Abertura da Rua Nova*, por estes anos (1437 a 1439), o Porto e o seu termo – sobretudo o termo – fervilhavam de vida, de movimento, de constantes alterações económicas e sociais, de deslocações internas. Começo por falar das mudanças de local de residência: contabilizei muito mais de uma centena de homens (de famílias?) sobre os quais se diz “fulano foi morar para a terra x e lá paga”; sobre alguém se escreve que foi para outro lugar “porque nom tinha nada”; um vizinho da terra da Feira veio casar a uma aldeia do termo do Porto. Há também casos de gente que se afasta um pouco mais: para o Arcebispado (Braga), para Coimbra, para Guimarães, para a cidade do Porto. Quero dizer: é normal um jurado dizer que a paga em curso “nom concerta” com a anterior porque chegou gente de fora, ou partiu gente da terra⁶. Uma das grandes motivações para mudar de terra é, uma vez mais, o casamento: sabemos-lo para alguns homens, mas sobretudo para mulheres, muitas viúvas, sobre as quais se diria, como na canção popular, “não casei na minha terra, fui casar em terra alheira”. O facto de as viúvas, quando decidiam contrair novo matrimónio, preferirem mudar de terra, justifica só por si tema para um outro trabalho. Já há muito que o estereótipo de uma Idade Média imóvel e fossilizada entre fronteiras minúsculas foi substituída pela certeza de que foram séculos de intensa mobilidade, individual e em grupo, pelos mais variados motivos. “As pessoas deslocadas podem passar de uma mobilidade geográfica sofrida a uma mobilidade social ou económica escolhida.” (Arnoux, 2010: 66). Nas fontes individuais, prossegue o mesmo autor, encontramos “centenas de itinerários forçados ou escolhidos, que ilustram todos quanto os percursos de vida são também deslocações no espaço”.

Falemos das mortes. Os dados que o *Livro* faculta não me permitem fazer contas sobre taxas de mortalidade (desde logo porque não temos totais de população). Permitem-me sim, e isso é outra ideia-força, constatar que no espaço de meio ano podia morrer muita gente em cada uma destas circunscrições, alterando de forma decisiva o universo fiscal, mas sobretudo a vida social e até o perfil de uma aldeia ou de um lugar. Conteí o óbito de 37 *casais* entre duas pagas: ou seja, em seis meses morreram marido e mulher, ou simultaneamente ou com um curto intervalo entre os dois⁷. Não resisto a deixar aqui mais uma pequenina nota sobre o estatuto da mulher por estes tempos: uma fórmula repetida pelo escrivão, em mortes de casais: “nom concerta porque Joham Martinz morreu e ha molher” – assim, nesta sequência sintáctica. Mulher que nem teve direito a nome, nem a verbo.

Contei 153 mortes de homens, num espaço de tempo relativamente curto, mas numa região muito povoada. Principais conclusões: um dos registos mais frequentes é “Morreu fulano e a mulher ficou por cabaneira”. Este é um destino recorrente das mulheres que enviuvaram⁸. Que pode ser expresso de um modo mais cru: “Gil Vasquez he finado e tornou a molher em cabaneira”. Abundam informações preciosas: “fulano morreu e a molher (sempre sem nome) levaram-na os seus irmãos” (Ferramosca, 2001: 91); as viúvas podem também ir viver com filhos, filhas ou genros; e os viúvos também; outra “foy casar com o forneiro da Arrifana”; “jurou o jurado que Fernam Gonçallvez era morto, que ardera num fogo” (Ferramosca, 2001: 151). Multiplicam-se os casos de viúvas que mudam de terra, ou para casar

⁶ Excepcionalmente percebe-se que a mudança de residência se explica por uma possibilidade de trabalho.

⁷ Nunca saberemos quantos casos dizem respeito a casais com uma ligação muito longa, devido à qual o desaparecimento de um quase provoca o desaparecimento próximo do outro (por razões afectivas, de sentido de vida, ou pura e simplesmente materiais ou de saúde).

⁸ Mas também se diz que tendo morrido um homem, o seu filho sobe de cabaneiro a inteiro; ou que a outro falecido sobreviveu a viúva que era cega, ou “he entrevada e pobre”; “ou “manca e pobre”; ou a viúva que é tão pobre *que lhe pedem por Deus*”. Há notas mais secas: “Salvador de Riall morto. Para o anno nom paga.” “A Vasco Bulinho mataram-no”.

noutra, ou apenas porque sim. Não raro apenas se diz que “fugiram da terra”, o que nos dá que pensar.

Conhecemos o conceito de *limiar fiscal*, o limite máximo de impostos que uma população consegue pagar; mas há também um *limiar psicológico*, quando os contribuintes não aceitam ou não compreendem porque lhe está a ser cobrado dinheiro anualmente (a juntar a todas as taxas e impostos com os quais já se conformou). Para construir uma rua larguíssima, que parece uma praça, no Porto? Obra com a qual nada lucrarão, e que, como escreveu Armindo de Sousa, a esmagadora maioria nunca verá nem conseguirá imaginar como é? Como resistir? Indo para mais longe (o arcebispado de Braga, Guimarães, Coimbra), ou simplesmente fugindo (para onde, durante quanto tempo)?

Mulheres, apenas contei 26 óbitos: cerca de um quinto dos homens. Porque morriam menos? Não creio: porque estavam muitíssimo sub-representadas nos róis fiscais. Cerca de 80% dos contribuintes são inteiros, e não há mulheres ‘inteiras’. Quase todas estas mulheres falecidas eram cabaneiras. Saído do nada, um nome, um lamento: “morreu Antónia!” E, num processo que já descrevi: “Joham Gill morreo lhe a molher e elle he merceeiro” – sempre a tónica no homem. Quase parece que a culpa da pobreza deste homem foi da mulher, por ter morrido.

Passarei agora a um pequeno inventário da desgraça e da miséria: os que foram “tirados” por terem batido no fundo da condição humana. Apresento-os numa sequência sem especial organização: a cegueira e a velhice são as principais responsáveis por este tipo de isenção fiscal (não falta quem sofra das duas). Abundam também os entrevados e as entrevadas (várias enfermidades possíveis, desde logo mentais), os mancos; outro era pobre “e lhe ardeu o que tinha”; outro ainda era tão velho “que se nom allçava” – isento, portanto? Não, passou simplesmente a cabaneiro. Houve quem fizesse o triste pleno: um homem foi *abatido* por pobre, cego e velho. “Gonçalo da Granja foi tirado porque se danou”; o mesmo aconteceu a Álvaro do Real; ao falecido marido sobreviveu uma viúva “entrevada e pobre”. Muitos viram-se reduzidos a pedir “por Deus”, “nas Igrejas”; de um casal sabemos que “ele era tolheyto e ha molher de parallisya” e “pediam por Deus”; “Joham Dominguez dos Paços era gafo”; outro casal: o homem cegou e a mulher morreu (por que ordem?); alguns miseráveis foram acolhidos como merceeiros por priores (o de Grijó, duas vezes) ou por abades (o de Válega e o de Veire). “Jurou o jurado que Martim Estevez ensandecera e andava pella terra sem teer casall nem migalha”. “Gonçalo André era homem de 80 anos e nom tinha molher; era tam prove que antes lhe davam de comer por Deus, e nom tinha per honde pagar”. Adiante se afirma que foram isentos dois homens, mais uma mulher, mais hum casal, “deles mortos e deles pobres” (cinco baixas fiscais num lugar); uma viúva foi abatida por “pobre, velha e manca”. Mas a um homem que não tem casal nem bois e é pobre, tornou-o o vedor em cabaneiro, não o isentou. “Acharom por honde pagasse?”; um inteiro que cegou passou também a cabaneiro. Remeto para o que escreveu Iria Gonçalves sobre a composição múltipla dos patrimónios (Gonçalves, 1984: 13-14); é possível que aquele homem que perdera a vista dispusesse ainda de uma casa e de alguns bens rústicos que lhe permitissem pagar pelo escalão mais baixo. Há casos mais complicados: “Nom concerta porque tornaram hum inteiro em cabaneiro porque he preso na cadeia d’El Rey e nom tem per hu pagar” (mas pelos vistos alguma coisa teria) (Ferramosca, 2001: 83).

Isto leva-nos a questionar de que forma o jurado avaliaria o património e a força de trabalho dos moradores no seu lugar, e reavaliava-os seis meses depois. Entre os “inteiros”, “cabaneiros” e “isentos” evidentes, haveria certamente muitas zonas cinzentas, muitas situações transitórias, alguma subjectividade de quem avaliava; eventuais conflitos por favorecimento ou prejuízo. Para alguém bastante pobre, pagar 4, 25 reais por semestre, em 1438, parece ter pesado.

Em síntese, intensa, constante e percentualmente significativa mobilidade social ascendente e descendente – e aqui seria necessário termos formas de comparar conjunturas ou regiões. Reproduzo uma anotação recorrente: “É maior do que a do outro anno porque crescerom Joham Dominguez que veio de Fajozes, e Gonçalo Vasquez e Afonso da Agra por inteiros, e abateu o vedor Afonso Anes de Vilarinho em cabaneiro porque achou per juramento de jurado que nom tinha bois nem casall e que

estava com o filho.”⁹. Numa freguesia de 20 contribuintes (16 inteiros e quatro cabaneiros) morrem cinco pagantes (um quarto); outro mudou de terra; três foram tornados a cabaneiros; três cresceram por inteiros – doze mudanças em vinte; ou sete mudanças de estatuto em onze; ou nove em 21; ou onze em 21; ou nove em 22; ou oito falecimentos num universo de 26 contribuintes (sempre entre duas pagas).

Sobe-se de estatuto sobretudo pela passagem a adulto que funda um novo lar, e pelo casamento eles e elas (não se fala em enriquecimentos, fosse qual fosse a razão); baixa-se de estatuto pela viuvez, pela velhice, pela falta de saúde física ou mental, por acidentes da vida (um incêndio, um homicídio). Troca-se de terra para ir casar fora; chegam de fora a uma nova terra, sem se dizer porquê¹⁰. Foge-se da terra para não se ser achado. Apesar da sua importância transcendente na economia e na vida da família e da comunidade em geral, a mulher nunca paga por inteiro e na maior parte dos casos nem sequer tem direito ao nome: é “a mulher que foi de...”, e numa única juradia, quatro mulheres são “a mãe de”, seguidas do nome de um filho. Quando morre, o marido cai na pobreza; quando o marido morre, sempre que pode ela vai casar de novo a outro lugar. Quase todas estas chegadas e partidas ocorrem dentro do termo do Porto.

Ideias finais: as elites portuenses têm os habitantes do termo bem inventariados e controlados: sabem onde moram e que possibilidades económicas têm. Acompanham cada deslocação (“*Fulano* foi para o couto de Leça e há-de pagar lá”). Como dizia a Igreja castelhana, em Castela, querem saber, de cada um, “onde rezam e onde pagam a dízima”. Por fim, entre o muito que esta fonte ainda tem para nos dar, interessa-me especialmente a mobilidade geográfica dos mestirais: fica a clara sensação de que, quando saem do lugar um sapateiro, um ferreiro, um forneiro, chegam de fora para a terra artesãos do mesmo ofício. Numa região de habitação dispersa, com núcleos entre cinco ou seis casas, ou vinte ou trinta, ferreiros e sapateiros quase nunca faltam. E não foi certamente por acaso que, num local pequeno que parecia estar a perder gente, um dos que foi embora fosse o sapateiro.

Em aldeias, lugares, juradias, comunidades, a fervilhar de vida – e de morte – tocam-me os esforços para tomarem conta dos seus, dos fracos, dos que não podem, de modo que, como escreveu Duby, os totalmente miseráveis são acolhidos pela caridade a uma simples pobreza (ao contrário do que acontece aos sem abrigo nas nossas grandes cidades contemporâneas). Até os que enlouqueceram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, LUÍS CARLOS; DUARTE, LUÍS MIGUEL (1985) – Os Homens que pagaram a Rua Nova. Fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista. *Revista de História*, 6 (1985), 7-96.

ARNOUX, MATHIEU (2014), Déplacements collectifs, encadrement des populations et organisation des activités humaines. In Société des historiens médiévistes de l'Enseignement supérieur public (Ed.), *Des Sociétés en mouvement. Migrations et mobilité au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 61-71.

FERRAMOSCA, FABIANO; DUARTE, LUÍS MIGUEL (2011) – *Livro da Abertura da Rua Nova*. Cascais: Patrimonia (“Introdução” de Luís Miguel Duarte; publicação da fonte, por Fabiano Ferramosca, 25-197).

GONÇALVES, IRIA (1984) – Um começo de vida. O património de jovens casais louletanos de Quatrocentos. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos 3(1989), 7-20.

MOUTA, FERNANDO (2022) – *João Martins Ferreira, mercador-cavaleiro*. Porto: CITCEM.

⁹ LARN, p. 52. Como se explica no ponto 1, o *Livro da Abertura da Rua Nova*, de 1438, é um códice de papel guardado no Arquivo Histórico Municipal do Porto, e que contém o registo do pagamento anual de todos os habitantes do termo do Porto (com uma soma única para os da cidade e para a judiaria), listando, julgado por julgado, os que pagavam a finta anual por inteiro, os que pagavam apenas metade e os que estavam isentos. W anotando se havia variações em relação aos pagamentos anteriores, e porquê.

¹⁰ Excepto num caso em que, após se declarar a morte de três mestirais, se diz que vieram de fora outros tantos com a mesma profissão dos que faltaram.

SOUSA, ARMINDO DE (2000) – Tempos Medievais. In Ramos, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História do Porto*. 3ª ed. Porto: Porto Editora, 118-253.

11

ISAAC ABRAVANEL: BREVES ELEMENTOS PARA A SUA BIOGRAFIA

ISAAC ABRAVANEL: BRIEF ELEMENTS FOR HIS BIOGRAPHY

Saul António GOMES
ID: 0000-0001-7188-610X
[CHSC – FL – UC]
saulgomes@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe-se contribuir para o conhecimento da história da vida de Isaac Abravanel, no período histórico em que residiu em Portugal, através da edição de um conjunto de fontes documentais, pouco conhecidas ou mesmo inéditas, que elucidam aspetos relativos ao seu património e ao destino que lhe foi dado depois da confiscação do mesmo pela Coroa portuguesa em 1484.

Palavras-chave: Isaac Abravanel; Portugal; judeus; propriedade.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the knowledge of the life story of Isaac Abravanel, in the historical period in which he lived in Portugal, through the edition of a set of documentary sources, little known or even unpublished, which elucidate aspects relating to his heritage and the fate given to it after its confiscation by the Portuguese Crown in 1484.

Keywords: Isaac Abravanel; Portugal; jews; property.

Isaac Abravanel terá nascido aproximadamente por 1437-40. Era filho de Juda e neto de Samuel Abravanel, mercadores e financeiros ligados à família real de Avis. Benquistos na corte do rei D. Afonso V, Isaac e os seus familiares, pai, tios e primos, relacionam-se de perto com a mais rica e influente nobreza do reino. Isaac Abravanel afirmou-se como um dos vultos intelectuais mais notáveis da cultura judaica da sua época em que florescia o Humanismo europeu (Tavares, 1982: 227-228, 424; Netanyahu, 2012; Lipinier, 1997).

Na sequência das denúncias feitas por um criado do Duque de Bragança, Lopo de Figueiredo, a D. João II, em 1482-83, Isaac Abravanel e alguns dos seus familiares viram-se acusados de traição ao rei, nas conjuras que custariam a vida, como se sabe, aos duques de Bragança e de Viseu (Freire, 1903-04; Moreno, 1970; Serrão, 1978: 104-107).

A 30 de maio de 1485 foi proferida sentença condenatória de Isaac Abravanel, o qual todavia se refugiara preventivamente em Castela, de onde não regressaria a Portugal, tendo todos os seus bens sido confiscados em favor da Coroa (Freire, 1903-04: 31-33).

O principal beneficiário dos bens de Isaac Abravanel foi Lopo de Figueiredo, o delator do duque D. Fernando (Silva (ed.), 1857). Lopo de Figueiredo era escudeiro da casa de D. João II, quando recebeu das mãos deste, por carta de 11 de abril de 1484, as rendas de várias casas na Judiaria de Lisboa, entre elas as de Samuel Abravanel, avaliadas em 16 174 reais brancos, em parte dos 50 mil reais que o rei lhe atribuíra, mercê que lhe seria confirmada por D. Manuel I, em 1497 (doc. 1).

D. Manuel I, por carta de 8 de novembro de 1495, Montemor-o-Novo, doou, ao Hospital de Todos os Santos, certas casas, vinhas e olivais situados junto do Barco de Sacavém, em Santa Maria dos Mártires de Lisboa, bens estes que haviam sido justamente de Isaac Abravanel, por conta de uma dívida de dinheiro que lhe tinha D. Gonçalo de Castelo Branco, pai de D. Martinho de Castelo Branco, governador da Casa do Cível e senhor de Vila Nova de Portimão. Tais bens ingressaram na Coroa, sendo por esta, dados ao Hospital de Todos os Santos de Lisboa (doc. 2).

Uma outra carta do rei D. Manuel I, datada 4 de fevereiro de 1517, Lisboa, transfere para o referido Hospital de Todos os Santos, um padrão de 15 mil reais de renda anual para sempre. Este rendimento ficava imposto no património do Casal de Queluz, que havia pertencido, revela esta fonte, a “Isabel Abravanel” e, depois, a Lopo de Figueiredo, agora referido como cavaleiro da Casa Real (doc. 4).

O nome efetivamente escrito no diploma, que é uma confirmação assinada pelo rei D. Sebastião, em 1576, é o de “Isabel Abravanel”, mas deve tratar-se de lapso do copista, tendo lido e escrito Isabel em vez de “Isaque”¹.

O “Casal de Queluz”, citado no documento em causa, aliás, só pode ser aquele que D. Manuel I doou, por carta de 1 de maio de 1503, ao Hospital de Todos os Santos da cidade de Lisboa, mas com reserva do seu usufruto precisamente para Lopo de Figueiredo, em sua vida (doc. 3). Esta doação foi confirmada, em 1517, ao Hospital de Todos os Santos (doc. 4). O diploma em causa tem especial importância porque traz a relação de boa parte dos bens de raiz que de Isaac Abravanel passaram a Lopo de Figueiredo, o citado delator da conspiração de 1482-83, revertendo, por morte deste, para a Coroa, a qual, por seu lado, os dotou ao Hospital de Todos os Santos, instituição beneficiária de numerosos bens das comunas judaicas e mouras de Portugal aquando da sua extinção, em 1496-97 (Salgado, 1986: 653-669).

Quer seja quer não, a verdade é que esta fonte (doc. 4) – pouco divulgada e com particular interesse também para a história do destino dos mouriscos portugueses após o Édito de conversão ou expulsão de judeu e muros, de 1496 – oferece uma extensa relação da muita fazenda que Isaac Abravanel detinha, em Portugal, antes da sua queda em desgraça perante D. João II. Entre as muitas propriedades de Dom Isaac Abravanel, contavam-se mais de cinco dezenas de casas na Mouraria de Lisboa, assim

¹ Poderia admitir-se corresponder ao nome da mulher de Isaac Abravanel, mas Isabel é nome cristão, o que não faz sentido no seio da tradição cultural judaica dos Abravanel.

como um elevado número de hortas, vinhas e olivais em Arroios, Alvalade, Carnide, Enxobregas e, ainda, significativa quantidade de propriedades urbanas localizadas nas freguesias de Santo Estêvão e de Santa Justa da cidade de Lisboa. Estes bens, anote-se, andavam em “arrecadação”, ainda em 1517, pelo Armazém Real em Lisboa.

Doc. 1

1497 janeiro, 10, Estremoz – *D. Manuel I confirma a Lopo de Figueiredo, cavaleiro da sua casa, a carta de doação, de 16 174 reais brancos, que lhe fizera o rei D. João II, a 11 de abril de 1484, Santarém, impostos nos foros de casas de Lisboa, da fazenda real, que tinham sido de diversos judeus nomeadamente de Samuel Abravanell.*

ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, livro 21, fls. 13-13v.

<Lopo de Figueiredo de certos foros.>

Dom Manuell ct. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de Lopo de Figueiredo cavaleiro de nossa casa nos foy apresentada hũa carta del rey Dom Joham, meu senhor, que Deus aja, asynada por elle e asellada do seu seello pendemte, da quall o teor tal he:

§ Dom Joham per graça de Deus rey de Purtugall e dos Algarves daquem e dallem mar em Africa. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nos a hum grande e asynado serviço que Lopo de Fegueiredo escudeiro de nossa casa nos teem feito e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem e queremos que des dya de Sam Joham Bautista do anno passado de mill e iijc lxxxiiij em diante em cada hum anno em dias de sua vida elle tenha e aja de nos dezasseis mill e cento e seteenta e quatro reaes branquos em conprimento dos cinquenta mill reaes que lhe em cada hum anno temos assentados tambem em sua vida, porque os triinta e tres mill e biiij xxbj reaes teve elle per outra nossa carta de padram.

Hos quaes xbj- Clxxiiij^o reaes nos praz que aja asy em cada hum anno em sua vida por estes foros abaixo spritos que de nos trazia Moose Letam em a nossa cidade de Lixboa, scilicet, pollo foro de seis moradas de casas que traz Moosem Almale mercador, e pollo foro de hũas casas que traz Rina judia, e pello foro d’outras casas que traz Jusepe Caterrebas judeu, e pello foro doutras casas que trazia Jacob Abaz, e pello foro das casas que traz Isaque Var, e pollo foro das casas que traz o filho de Faim Bolaaes, e pello foro das casas que traz o filho de Faim Bixorda, e pollo foro das casas que traz Samoell Abravanell, e pollo foro das casas que traz Josepe Negro, e pollo foro das casas que traz Vidal, filho de Guedelha Nacim, e pollo foro das casas que traz Abraão Abecar, e pollo foro das casas que traz Sallamaão Abete, e pello foro das casas que traz Mem Gonçallvez, nosso escudeiro, e pello foro das casas que traz Samoel Amado, e pollo foro das casas que traz Mousem de Liam.

Os quaaes foros lhe damos com tal entendimento que esperando alguũas delles per falcimento dalguũas pessoas que as trazem ou per qualquer outra maneira ante delle dito Lopo de Fegueiredo falecer da vida deste mundo e ficando em demenuyçam alguũa os ditos foros dos ditos xbj- CLxxiiij^o reaes que que [sic] lhes asy temos dado que nos no sejamos obrigado a lhe refazer o que asy demenuyrem da dita comtya e se mais renderem que façam por elle dito Lopo de Fegueiredo. E contanto que o nosso allmoxarife do nosso almazém da dita cidade de Lixboa afore os ditos foros a quaaesquer pessoas que os aforar quiserem quando quer que asy espirarem segundo nossa hordenamça e como sentir que he mais nosso serviço. E porem mandamos ao nosso contador moor em a dita cidade e ao dito almoxarife e a outras qãaesquer pessoas a que o conhecimento desto pertencer e esta nossa carta for mostrada que metam em posse dos ditos foros ao dito Lopo de Figueiredo e lhos leixe aver e arrecadar em cada hum anno em sua vyda per sy ou per quem lhe aprouver e fazer delles o que lhe beem vir como de sua cousa propia porquanto nos lhe fazemos delles per esta nossa carta merce pera por elles aver asy em sua vida os ditos xbj- CLxxiiij reaes e o dito nosso almoxarife fara registrar esta esta [sic] nossa carta e o livro dos nossos propiões que anda no dito almazem pera per elle se sempre saber como e em que maneira o dito Lopo de Fegueiredo tem de nos os ditos foros, o que huuns e outros assy compri sem outro embargo que a ello ponham porque asy he nossa merce. Dada em a nossa villa de Samtarem, a xj dias do mês d’abrill. Gaspar Luis a fez. Anno de nosso senhor Jhesu Christo de mill e iijc lxxxiiij^o

annos.

Pidindo nos o dito Lopo de Fegueiredo por merce que lhe confirmassemos e ouvessemos por confirmada a dita carta asy como nella he contheudo. E visto per nos seu requerimento e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem e lha confirmamos e avemos por confirmada asy como se nella conthem. Porem mandamos ao nosso contador moor em a dicta [fl. 13v] cidade e ao almoxarife do dito almazem e quaaesquer outros nossos officiaes a que esto pertemcer que lhe cumpram e guoardem e façam comprir e guoardar assy como nella he contheudo porque asy he nossa mercee. Dada em a nossa villa d'Estremoz, dez dias de janeiro. Gaspar Rodriguez a fez. Anno do nascimento de nosso senhor Jhesu Christo de mill e iiii c IRbij.

Doc. 2

1503 maio, 1, Lisboa – *D. Manuel I doa ao Hospital de Todos os Santos, de Lisboa, o Casal de Queluz, que fora de Isaac Abravanel, o qual traria, enquanto vivesse, todavia, Lopo de Figueiredo.*

ANTT – Chancelaria de D. Manuel I, livro 21, fl. 17v.

<Lopo de Figueiredo, doaçam>

<Estremadura. O espitall gramde de Todollos Samtos desta cidade, doaçam do Casall de Queeluz, o qual foy de Isaque Abravanell.

Dom Manuell ct. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer esmola ao Espiritall de Todollos Samtos desta nossa cydade de Lixboa, temos por bem e lhe fazemos doaçam do nosso Casall da Queluz que ora de nos traz Lopo de Fygueiredo em sua vida em em [sic] termo da dita cidade e ficou de Ysaque Abravanell, o quall parte no benavente com Casa de Samta Loy e da bamda do ponemte com outro seu casall e com terra de de [sic] Sam Francisco, e da lfamte e da parte do sull com Sam Christovão e com Sam Francisco e com o Casall do Guovernador e outro do dito Ispritall. A quall doaçam lhe asy fazemos despoys do falecymento do dito Lopo de Fegueiredo dhy em diante pera senpre porque des aguora pera emtam lhe damos e doamos na maneira que dito he. E porem mamdamos ao nosso contador mor e pessoas e outros a que esto pertemcer que quando quer que o dito casall vagar dem a posse delle ao dito Ispritall e lho leyxem ter e lograr e pesuir como eramça sua propia. E o nosso proveador do dito Ispritall o fara loguo assentar no lyvro do propyos delle com decraçam das comfromtaçõeess. E por fyirmeza dello lhe mandamos dar esta carta per nos asynada e selada do nosso sello pendente. Dada em Lixboa no primeiro dya do mes de mayo. Guaspar Rodriguez o fez. Anno de nosso senhor Jhesuu Christo de myll e quynhemtos e tres annos.

Doc. 3

1576 junho, 6, Lisboa – *D. Sebastião confirma a doação feita por D. Manuel I, por carta de 8 de novembro de 1495, Montemor-o-Novo, em favor do Hospital de Todos os Santos, de certas casas, vinhas e olivais situados junto do Barco de Sacavém, em Santa Maria dos Mártires de Lisboa, bens esses que tinham sido de Isaac Abravanel, por certa dívida de dinheiros que lhe tinha D. Gonçalo de Castelo Branco, pai de D. Martinho de Castelo Branco, governador da Casa do Cível.*

ANTT – Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique: Confirmações Gerais, livro 5, fls. 237v-238v.

Dom Sebastião ct. Aos que esta minha carta de confirmação vyrem faço saber que por parte do provedor e irmãos da Misericordya desta cidade de Lixboa ha que esta anexo ho governo e administração do Spiritall de Todos os Samtos da dita cidade me foy hapresentada hũa carta de del rey Dom Manoel, meu vysavo, que samta gloria aja, per elle hasynada, de que o trelhado he o seguymte:

Dom Manuel ct. A quamtos esta nosa carta vyrem fazemos saber que Dom Martynho de Castello Bramquo, senhor de Vylla Nova de Portymão, do nosso comselho e governador da nossa casa do cível em Lixboa, nos dyse ora que hera verdade que Dom Gomçallo, seu pay, governador que foy da dita casa, que Deus aja, em semdo vyvo declarou em seu testamento como estando Isaque Abarbanell judeu e estes reynos, tyvera comta com elle e lhe parecia lhe ser aimda devedor em allguns dinheyros. E que pera esto lhe tynha apropriadas hũas casas com certas vynhas he olivaeas que são ao nosso

Barquo de Sacavem junto com Samta Maria dos Marteis, termo da nossa cidade de Lixboa, que era todo² haforado huum em vyda de três pessoas em preço de [fl. 238] mill trezemtos e cincoemta reaes em cada huum anno e que por lhe a elle dito Dom Martynho parecer que esstes dinheiro que assy o dito seu pay devia ao dito Isaque Abarbanel podyão pertencer ha nos como toda outra fazemda sua que delle ouvemos por suas cullpas e herros e nolo dyse asy pera nos sobre ello mamdarmos o que nos bem parecese por seu descarguo e da alma do dito seu pay. E porque todollos bens e cousas que fiquarão do dito Isaque Abarbanel são nosas e nos perteemcem de dereyto por nos hasy serem jullguadas per semtemça e asy por nos o dito Dom Martynho dizer que pela enformação que ouvera da dita comta e divida poderiam chegar chegar [sic] ate trimta mill reaes o que bem podyão valer os ditos beens, tomamos pera nos as ditas casas, vynhas e olivaall sobreditos que asy o dito governador deyxou e hordenou por descarguo de sua comciemcia ao dito Isaque Abarbanell e quisesemos loguo por serviço de nosso senhor dotar e dar as ditas casas, vynhas he olyvall sobreditos pera todo sempre ao Stprital de Todollos Satos que ora mamdamos fazer na dita cidade de Lixboa como ora loguo de feyto damos e fazemos doação iredovguavel amtre vyvos valedoura pera todo sempre como dito he. E porem mamdamos ao provedor e officiaees e peoas que ora são do dito stprital que loguo vão ou mandem toar pose dos sobreditos beens pera o dito stprital e asemtar todo no livro do tombo delle e receber os foros, uso he fruyto dos ditos beens e asy aforar e arrecadar toda pera o dito stprital e despesas delle. E por esta nosa carta avemos por desobriguado o dito Dom Martinho e asy todolos outros herdeyros he testamenteyros do dito governador e damo los de todo por quytes he lyvres deste dya pera todo sempre. He mamdamos ha todollos houtros hoficiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertemcer que guardem esta nossa carta de doação e a fação cumprir he guardar em todo pela maneyra que se nella conthem porque asy he nossa merce darmos todo ao dito stprital pela guysa sobredita. Dada em a nossa villa de Momtemoor ho Novo, aos biiij^o dias do mês de novembro. Framcisquo de Matos a fez. Anno do nascimento de nosso senhor Jhesu Christo de mill quatrocentos noventa e cimquo annos.

Pedymdo me ho provedor e irmãos da Misericordya por merce que lhe confirmase a dita carta. E vysto seu requerimemto queremdo lhe [fl. 238v] fazer graça e merce tenho por bem e lha comfirmo e ey por confirmada e mamdo que se cumpra he guarde emteyramente asy he da maneyra que se nella conthem. Amtonyo Carvalho a fez. Em Lixboa, aos bj dias do mês de junho de j- bc Lxxbj. E eu Duarte Diaz a fiz stprever.

Doc. 4

1576 junho, 6, Lisboa – *D. Sebastião confirma a carta outorgada por D. Manuel I, de 4 de fevereiro de 1517, Lisboa, ao Hospital de Todos os Santos, entregando-lhe bens no valor de 15 mil reais de renda anual para sempre. Entre os bens doados estava um casal em Queluz, que havia pertencido a Isabel Abravanel e, depois, a Lopo de Figueiredo, para além de um elevado número de casas na Mouraria de Lisboa e hortas, vinhas e olivais em Arroios, Alvalade, Carnide, Enxobregas e nas freguesias de Santo Estêvão e de Santa Justa. Estas propriedades andavam em “arrecadação” pelo Armazém Real em Lisboa.*

ANTT – Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique: Confirmações Gerais, livro 5, fls. 231v-236v.

Dom Sebastião ct. Aos que esta minha carta de confirmação vyrem faço saber que por parte do provedor e irmãos da Misericordya desta cidade de Lixboa ha que estaa hanexo ho governo e administração do Espital de Todos os Samtos da dita cidade me foy apresetada hũa carta dell rey Dom Manuel meu vysavo que samta gloria aja, per elle asynada e pasada pela chamcelaria, de que o treslado he o seguinte:

Dom Manoel ct. Há quamtos esta nossa carta vyrem fazemos saber que ho Stprital de Todolos Samtos desta nossa cidade de Lixboa tynha de nos dous padrões nosos de coremta he hum myll reaes, scilicet, xb- reaes pera sempre per carta gerall hasemtados em a nossa casa da marçaria da dita cidade que della ouve em troquo he escambo da ribeyra e praya do maar, scilicet, des ho postyguo

² Riscado: temos.

do Furadouro athe ho postyguo d'Alfama que estaa acima das Alcaçarias que ho dito stprital tynha he lha leyxou, e esto dos vymte he hum mill reaes que ha dita cidade de nos tynha pelo direito da hamarajem das nosas naãos e navyos [fl. 232] que nella navegūao. E vymte e seis mill reaes per graça por temça obriguatorios que ouve de Vasque Anes Corte Reall veedor de nossa casa por três mill cemto e dezasseis coroas e dous terços de coroa, scilicet, dez mil e dozentos por mill dozentas sesemta e seis coroas e dous terços que ouve per compra de Dom Dyoguo de Lima, separados, e dez mill e oytocentos por mill he trezentos e cimcoemta coroas separadas que ouve isso mesmo per compra de Gaspar de Mello, filho de Joane Memdez d'Oliveyra, e cimquo mill reaes por quynhemtas coroas que se tyrarão das duas mill coroas que Dona Joana da Syllva, sua molher, tynha per hum padrão que ouve da senhora infamte minha madre, que Deus aja. E esto em troquo e escambo de hum casall que nos tynhamos he avyamos no termo da dita cidade homde chamaão Queeluz que foy de Isabel Abarbanel e depois de Lopo de Fegueyredo e per seu falecimentto ho demos ao dito stprital, em maneyra que o dito casal ficou ao dito veedor e a dita temça ao dito stprital seguundo mais compridamente hera comtheudo no dito padrão.

E ora vemdo nos como o dito stprital tem necesydade de os dinheiros que lhe demos pera gasto he despesa delle lhe serem asemtdados em luguar que lhe posão crecer ao diamte e lhe sejam bem paguos, he queremdo lhe niso fazer graça e esmola temos por beem e nos praz que des primeyro de janyro que ora passou da hera presentte de quynhemtos dezasete em diamte pera sempre ho dito stprital tenha e aja de nos as casas e heramças que são em esta nossa cidade de Lixboa e seu termo que se ate ora recadarão em o nosso almazém adiamte declaradas, as quaees ao presentte remdem xxix-reaes como ao dyamte vay declarado. E ouvemos por escusado poer haquy outra declaração nem comfromtações somemte ho nome das pessoas que as trazyão asy enfatyota como em pessoas e o foro que dellas pagūao porque o mais quamdo comprir se veraa pelos livros do tombo do dito nosso almazém. E as ditas casas e heramças são estas que se seguem. E posto que em cima dygua que nas ditas heramças he propriedades momta xxix- reaes, momta se nellas xxxij- xxbij^o reaes.

Mouraria.

Item hūas casas que tras Ruy Pirez enfatyota por foro de sesemta reaes. Item hūas casas que tras Afomso Hamriques em três pesoas por foro de novecentos e cimcoemta reaes. Item hūas casas que tras Caterina Lopez enfatyota por foro de dozentos e dezasete reaes. [Fl. 232v] Item hūas casas que tras Lopo Rodriguez enfatyota por foro de cemto vymte sete reaes. Item hūas cassas que tras Mestre Jorge enfatyota por foro de cemto e vymte sete reaes. Item hūas casas que tras Afomso Rodriguez, oleyro, em três pesoas por foro de dous mill reaes. Item hūas casas que tras o dito Afomso Rodriguez em duas pesoas com estas mistycas por foro de novemta e cimquo reaes. Item hūas casas que tras Pero Lopez em duas pesoas por foro de setecentos he setemta reaes. Item hūas casas que tras Lopo Rodriguez na primeyra pessoa per foro de quynhemtos e cimcoemta reaes. Item hūas casas que tras ho dito Lopo Rodriguez, tambem na primeyra pessoa, por foro de cemto vymte cimquo reaes. Item hūas casas que tras Lianor Eannes em duas pesoas por foro de quatrocentos reaes. Item hūas casas que tras João Hafomso, hatafoneyro, na rua que vay da Porta de Samto Amdre pera Allbalade enfatyota por foro de cimcoemta e dous reaes. Item hūas casas que tras Dyoguo Alvarez Vyeyra enfatyota por foro de cemto e oyto reaes. Item outras casas que tras o dito Dyoguo Alvares enfatyota por foro de dezoyto reaes. Item hūas casas que tras Bras Fernãodez enfatyota por foro de quymze reaes. Item hūas casas que tras Maria Gently enfatyota por foro de quymze reaes. Item hūas casas que tras Dyoguo Sallguado enfatyota por foro de cimcoemta reaes. Item hūas casas que tras Amtonio Neto enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Isabel Alvarez enfatyota por foro de oyttemta reaes. Item hūas casas que tras Caterina Leall enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Gomçale Annes enfatyota por foro de cimcoemta reaes. Item hūas casas que tras Dona Briatiz de Miramda enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Isabel Fernamdez enfatyota por foro de cimcoemta e dous reaes. Item hūas casas que tras Isabel Alvarez enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Ines Hafomso enfatyota por foro de vymte sete reaes. Item hūas casas que tras João de Coimbra enfatyota por foro de sesemta reaes. Item hūas

casas que tras Isabel Alvarez em [fl. 233] fatyota por foro de coremta e sete reaes. Item hūas casas que tras Fernão Rodriguez d'Allmeyda enfatyota por foro de cemto e cimcoemta reaes. Item outras casas que tras o dito Fernão Rodriguez enfatyota por foro de cimcoemta reaes. Item hūas casas que tras João Fernamdez enfatyota por foro de cimcoemta reaes. Item as casas que tras Dyoguo Fernamdez, moedeiro, enfatyota por foro de cemto vymte reaes. Item hūas casas que tras Fernão Velho enfatyota por foro de trezemtos cimcoemta e seis reaes. Item hūas casas que tras Fernão d'Eanes, oleyro, enfatyota por foro de setemta e huum reaes. Item hūas casas que tras João d'Arruda enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Guarcia Lopez enfatyota por foro de cemto e vymte reaes. Item hūas casas que tras Fernão Rodriguez d'Allmeyda enfatyota por foro de setemta e dos reaes. Item outras casas que tras o dito Fernão Rodriguez enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item mais outras casas que tras ho dito Fernão Rodriguez enfatyota por foro de cemto e vymte quatro reaes. Item hūas casas que tras Pero Vãaz enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Vycemte Martinz enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Bertolameu Vycemte enfatyota por foro de setemta e dous reaes. Item hūas casas que tras Mateus Pirez enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Mestre Jorge, solorgyão, enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Lopo Rodriguez enfatyota por foro de oyttemta reaes. Item hūas casas que tras Jorge Afomso enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que tras Dyoguo Pirez enfatyota por foro de trimta e seis reaes. Item hūas casas que trasem os filhos de Allvoro Diaz enfatyota por foro de cemto e dezasseis reaes. Item hūas casas que tras Joana da Costa enfatyota por foro de trimta seis reaes. Item hūas casas que tras Caterina Fernamdez enfatyota por foro de cimcoemta e dous reaes. Item hūas casas que tras Martym Vãaz enfatyota por foro de cemto e dous reaes. Item hūas casas que tras Allvare Annes, laguareyro, enfatyota por foro de cimcoemta reaes. [Fl. 233v] Item hūas casas que tras Fernão Velho enfatyota por foro de setemta reaes. Item hūas casas que tras João Torrado enfatyota por foro de cimcoemta e quatro reaes. Item hūas casas que tras Maria Diaz enfatyota por foro de cimcoemta he quatro reaes. Item hūas casas que tras Bramca Rodriguez em duas pessoas por foro de trezemtos e oyto reaes. Item hūas casas que tras Symão Fernamdez enfatyota por foro de seteemta he quatro reaes. Item hūas casas que tras Dyoguo Leytão enfatyota por foro de setemta reaes. Item hūas casas que tras Ruy Pirez enfatyota por foro de cimcoemta e quatro reaes.

Heranças de fora da cidade.

Item Luis Allveres prometer da justyça hum talho de vynha em Arroyos enfatyota por foro de cemto trimta e cimquo reaes. Item Marguarida Gyl, pescadeyra, tras huum olivall em Arroyos, enfatyota de que pagua em cada hum ano trimta e seis reaes. Item Dyoguo Gomez, cordoeyro, tem no lugar das Quatro Portas hum sarrado d'olivall e hūa vynha demtro nelle que comprou ha Marquos Fernamdez, barbeiro do bispo d'Evora, o quall he a primeyra pessoa por foro de quatrocemtos e trimta reaes. Item Allvare Annes, tabalyão do civil, e Caterina Fernamdez, pescadeyra, trazem hum talho de vynha e olivall em Arroyos que foy de Mafamede Xerife por foro de trezemtos noventa e seis reaes.

Olivaeas e comdado e quynhões que forão de Dona Maria de Boym.

Item Pedre Annes tras todos os holivaees em sua vyda e doutra pessoa por nove camtaros d'azeyte, dos quaees são do Moesteiro d'Arouqua seis camtaros he ficão a nos três que avera o dito stprital a rezão de dozemtos he cimcoemta reaes camtaro, momta setecemtos he cimcoemta reaes. Item a molher que foy de Fernão Nunez tras hy quatro olyveyras acima do comoro por [fl. 234] hūa canada d'azeyte por vynte reaes e seis pretos (?). Item João Diaz d'Allvallade tras duas courelas de vinhas e olivaeas em Allvallade o Pequeno que emtestão com vallado da sua quymtam e com ha estrada do Lumiar em sua vyda e doutra pessoa por dozemtos cimquoemta reaes e dous pretos. Item ho Doutor João Pirez, filho de Pedre Annes, comtador, tras hum laguar com seu asentamemto de casas, orta e vynhas em Allvallade ho Gramde, com hūa herdade e oliveyras que he amtre os Allvallades em sua vyda e doutra pessoa por dous mill dozemtos e sesemta e seis reaes e oyto pretos. Item João Hafomso, morador em Allvalade, tras no dito loguo hūa herdade gramde que foy vynha, que sohia de trazer João Pirez Forcado pera sempre por foro de cemto oyttemta reaes. Item Mestre Pedro, botycayro, tras hum eyrado que foy vynha que estaa acerqua de Samta Maria do Parayso, com holiveyras e mais duas courelas que estão halem

das Heyras de Samto Agostynho em sua vyda e de duas peoas por foro de dozemtos sesemta reaes. Item Pero Gomçallvez, corretor, tras duas courelas que forão vynhas e mais hum sarrado que tambem foy vynha e agora he feyto em olivall em sua vyda he doutra pesoa, por foro de setecemtos reaes.

Hortas he heramças que estão no Valle d'Emxobreguas.

Item Pero Louremço tras hũa horta em sua vyda he doutra pesoa por foro de seiscentos doze reaes e oyto pretos. Item Margarida Alvarez, molher que foy de Gomçallo Louremço, tras outra orta em sua vyda e de duas pessoas por foro, scilicet, seiscentos e treze reaes pera o Moesteyro d'Arouqua e cemto e cimcoemta e três reaes pera nos que avera o dito stprital. Item Breatiz Eannes, molher de João Gomez, ho Velho, tras duas hortas com seu asemtamento de casas he poços e arvores hem sua vyda e doutra pesoa, por foro de mill e trezemtos reaes. Item Gracia Gomçallvez, filha de Gomçallo Afomso, hortelão, tras duas hortas em duas vidas e de duas pessoas por foro de tres mill coremta e cimquo reaes. Item Dyoguo Louremço, hortelão, tras hy hũa orta com seu hasemtamento de casas e poços e arvores em sua vyda e de duas pessoas [fl. 234v] por foro de mill cemto e trimta reaes comtando dous capões a coremta raes cada hum. Item Pero Esteves, midydor do Reguemguo d'Aljez, tras duas ortas com seus hasemtamentos de casas he poços e arvores em sua vyda e de duas pessoas por foro de mill e oytocemtos reaes. Item Isabel Anes, molher que foy de Vasquo Cimza, hum cerrado que foy vynha e agora he olivall em sua vyda e doutra pessoa por foro de trezemtos e coremta reaes.

Freguesya de Samto Estevão.

Item o filho de Gomez Fernandez tras huas casas com hum forno e hũa fornalha de cozer pão tudo demtro nas casas em sua vyda e doutra pesoa por foro de setecemtos reaes. Item Pero Diaz, careyro, tras houtras casas em tres pessoas por foro de cemto vymte cimquo reaes. Item Jeronimo Rodriguez, carpimteyro, ha Porta da Cruz, tras huas casas em duas pessoas por foro de trezemtos e novemta e nove reaes e meo. Item Lope Annes tras hum chão de fora dos muros a Porta da Cruz que tem hũa lapa e hum forno de cal he hũa fornalha já derribada que sohya trazer João de Lameguo por foro de oytemta reaes. Item João Vaaz, telheyro, tras hum forno de cal em tres pessoas por hum moyo de cal levado em cemto e cimcoemta reaes. Item João Afomso, acima de São Bras, tras hũa casa com seu sobrado que elle fez de novo enfatyota por foro de sesemta e cimque reaes e hum capão comtado em coremta reaes e são assy cemto e cimquo reaes. Item Martym d'Ourem tras hum chão abayxo do Cilleyro del Rey em que lavra por foro de trezemtos reaes. Item Gomes Eanes, barbeiro, tras n'Alcaçova hũas casas com hum quymtall em sua vyda e de duas pessoas por foro de oytocemtos e coremta e sete reaes. Item Lianor Gomçallvez tras hũas casas pequenas térreas de fumdo de hum sobrado que dizem que he de São Ber [fl. 235] tolameu que sohya de trazer Allvoro Martym, allfayate, que he amtre as casas da Ordem de Cristos e as casas de São Bras em sua vyda e de duas pessoas por foro de cemto he vymte cimquo reaes. Item João d'Abreu tras no lugar da Charnequa, termo desta cydade, hum olivall cerrado he valado que tem demtro vymte e dous pees de oliveyras cabedaees e huns pardyeyros com allguas paredes em tres pessoas por foro de seiscentos reaes cada anno. Item ho dito João d'Abreu tras mais loguo hy jumto hũa casa e outra casynha com hum forno e hum quymtall pequeno com arvores enfatyota por foro de dozemtos reaes. Item Ruy Fragoso nosso comtador tras quatro courelas de vinhas com duas herdades e com certas holiveyras e arvores de fruyto junto com ho lugar de Quatro Portas em sua vyda e de duas pessoas por foro de setecemtos e novemta reaes. Item Maria Estvez, ama de Amrique de Figueyredo, tras hũa orta com seu asento de casas e arvores de fruyto e poços que he halem de São Lazaro que sohya de trazer Amtão Gomez, filho de Gomez Rodriguez, em sua vyda he mais não por foro de cemto he oytemta reaes. Item Mafamede Laparo capelão dos mouros e sua molher Doayra tras hũa vynha homde chamão o Azujall em vyda dambos e de duas pessoas por foro de cem reaes. Item ho Bacharell Pero Careyro tras hũa vynha que sohya de trazer seu pay que he a Malapardo em duas courellas e estão mystycas com ha sua quymtam, as quaes courelas tem hum poço em sua vyda e doutra pesoa por foro de trezemtos reaes.

Casas e allmoynhas que estão ao Resyo, freyguesya de Samta Justa.

Item João Alvarez filho de Brisyda Estevez tras hũas casas e dous quymtaes e mais hũas casas novas

que fez em hum do quyntal pera sempre por foro de quatrocentos e cimquoemta reaes, e o Marquês leva cemto coremta reaes que ficãao a nos trezemtos e seis reaes que haverá o dito stprital. Item Nuno Martinz, tabalião do civil, tras has casas he hum quimtal e poço que sohia de trazer Dona Ines por foro de vymte sete reaes. Item ho Doutor João Pirez tras hy hũas casas pera sempre que sohya de trazer João Vycente por foro de cimquoemta he quatro reaes. Item mais o dito João Pirez tras outra casa que comprou a Lopo Allvarez que são enfatyota [fl. 235v] por foro de cemto e oyto reaes. Item ha molher e filhos de Ruy Gomes Labetessar trazem hũas casas enfatyota por foro de cemto he oyto reaes. Item a molher e filhos que forão de Ruy Taveyra trazem hũas casas que forão d'allmoynha por foro de três lyvras de sete³ a livra que fazem cemto e oyto reaes. Item Amtonio Fernamdez tras hy outras casas que sohya de trazer Nuno Pereyra filho de Thomas Luis enfatyota por foro de cemto e oyto reaes. Item ho Doutor Afomso Serrão tras hũas casas que forão de Pero Fernamdez, tanoeyro, enfatyota por foro de cemto e oyto reaes. Item Dyoguo Louremço, hortelão, tras ha metade de hum olivall que estaa hacima do Valle d'Emsobreguas porque outra ametade demos ao dito mosteyro em sua vyda e de duas pesoas por foro de setecentos he cimquoemta reaes e mais duas gualynhas e oytemta reaes. Item João Vãz de Carnyde tras no dito luguar hũa casa em sua vyda e doutra pesoa por foro de dozemtos reaes e duas gualinhas em oytemta reaes. E asy são dozemtos e oytemta reaes. Item Dom Allvoro de Castro governador tras hum chão jumto com ho Moesteyro d'Emxobreguas em sua vyda e de duas pesoas por foro de trimta reaes. Item Dyoguo Allvares tras hum olivall que estaa detrás do Chafariz d'Amdeluços de que pagua de foro vymte reaes. Item Dyoguo Allvares, gemrro d'Allvaro Gonçallvez, tras huũa vynha a Mata Porcos, sua propia, e porque foy de mouros e hera obriguada a nos na dizima foy feyto concerto com ho dito Allvoro Gomçallvez que paguase em cada hum ano vymte reaes que haverá ho dito stprital. Item ho Allcoforado tras na Allcaçova hum lamço de muro que sohya de trazer Pero Machado enfatyota por foro de cemto e vymte reaes. Item o Allcoforado tras hy mais ha barbacã enfatyota por foro de cem reaes. Item Barbora Fernamdez tras na Rua das Mudás hũa logea na deradeyra pesoa por foro de mill he trezemtos reaes. Item João Gomçallvez, botycayro, tras huas casas na Rua do Loureyro enfatyota por foro de trezemtos e treze reaes. Item Branca Afomso tras hũas casas na Rua do Ouro enfatyota por foro de seiscentos e cimcoemta reaes, [Fl. 236. Item hũa quimta que esta em Carnide que foy de João Fernandez Pacheco que ora tras Mestre João Lyão e agora não pagua foro nenhum. Item hũa orta que estaa a Samto Amtão que trazya Martym Afomso de Miranda. Item huuns casaes que estão em Momte Hagraaço sobre guardas e a quyntã de Carnide e o casall de Mouro, e a quyntã que foy do Rico em Friellas, e o casall de Palhacana. Das quaes cousas não se pagua foro nem se sabe como hamdão somente hamdão em os nosos tombos amtyguos. E semdo caso que se ache que as ditas heranças nos pertemcem por cahyrem em comyso ou per qualquer outra maneyra que seja a nos praz fazer dellas doação he esmola ao dito stprital como per esta fazemos das outras heranças aquy contheudas.

Das quaeas casas he heranças lhe asy fazemos doação e lhas damos e doamos pera sempre em troqua e escaymbo dos ditos coremta e hum mill reaes de temça que o dito stprital de nos tinha per as ditas duas nosas cartas. E esto asy e pela maneyra que ellas ha nos e a coroa de nosos reynos pertemcem he pertemcer podem per qualquer guysa que seja he tyramos de nos e de nosos sobcesores e todo o direito he senhorio e aução que nellas temos e avemos he o damos e outorguamos ao dito stprital e queremos que elle logre e pusua as ditas casas, heranças e propriedades e as hafore, arremde e arrecade os foros e alugueres dellas como lhe milhor vyer e quando vaguarem ou per direito espirarem segundo regra e forma de nossas ordenações o dito stprital as tornara a aforar e harremdar a quem eles bem vyer e pelo preço he foro que bem poder em que se comvyerem amdando sempre em pregũao. E fara dellas he em ellas todo seu proveito como em herança e propriedade forra he isemta do dito stprital asy como a nos fariamos e poderíamos fazer se lhas dadas não tivessemos. E bem asy nos praz que todo o que as ditas heranças e propriedades ao diamte mais crecerem nos foros he alugueres dellas asy por vaguarem como por se dessemhearem e trazer bem a boa arrecadação ou qualquer outra vya que seja todo seja pera o dito stprital e assy mesmo mimgoando e abayxando nos

³ Corrigido de: setecentos.

não seremos obrigado a lhe satisfazer nem cumprir por isso cousa allgũa. E porem mandamos ao nosso almotacel dygo comtador mor desta cidade e ao nosso allmoxarife e stprivães do dito allmazem he a todolos outro nosos oficiaees e pessoas ha que esto perteemcer que metão hem pose de todas [fl. 236v] as ditas heranças, casas come em esta carta he comtheudo sem lhe niso ser posto duvyda nem embargo algum porque asy he nossa merce. E por firmeza dello lhe mandamos dar [sic] per nos hasynada e asellada do nosso sello pendemte. Dada em a nossa cidade de Lixboa, a iij dias do mês de fevreyro. Jorge Fernamdez a fez. Anno do nacimiento de nosso senhor Jhesu Christo de j- bc xbij.

Pedimdo me o provedor e irmãos da Misericordya, ha que esta hanexo o governo e administração do dito stprital, que lhe confirmasse a dita carta. E visto seu requerimemto, queremdo lhe fazer graça e merce tenho por bem e lha comfirmo e ey por confirmada e mando que se lhe cumpra e guarde imteyramente asy he da maneyra que se nella conthem. Amtonio Carvalho a fez. Em Lixboa, aos b dias do mês de junho. Anno do nacimiento de nosso senhor Jhesu Christo de j- bc Lxxbj. E eu Duarte Diaz a fiz esprever.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

Chancelaria de D. Manuel I, livro 21

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique: Confirmações Gerais, livro 5.

ESTUDOS

FREIRE, A. BRAAMCAMP (1903-04) – As conspirações do reinado de D. João II. *Archivo Historico Portuguez*, I e II, Lisboa, 393-397 e 27-46, respetivamente.

LIPINIER, ELIAS (1997) – *Two Portuguese Exiles in Castille, Dom David Negro and Dom Isaac Abravanel*, Jerusalém: The Magnes Press, The Hebrew University.

MORENO, HUMBERTO BAQUERO (1970) – A conspiração contra D. João II. *Arquivos do Centro Cultural Português*, II, 47-103.

NETANYAHU, BENZION (2012) – *Dom Isaac Abravanel, Estadista e Filósofo*, Coimbra: Ed. Tenacitas.

PINTO, PAULO MENDES e MATEUS, SUSANA BASTOS (2012) – Quinhentos anos após a morte de Isaac Abravanel. Uma figura incontornável da cultura portuguesa. In NETANYAHU, Benzion (2012) – *Dom Isaac Abravanel, Estadista e Filósofo*, Coimbra: Ed. Tenacitas, 17-34.

SALGADO, A. MESTRINHO (1986) – O Hospital de Todos-os-Santos e os bens confiscados aos mouros, judeus e cristãos-novos, *Culturas: História e Filosofia*, 5, 653-669.

SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO (1978) – *História de Portugal*. II. *Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, Lisboa: Ed. Verbo.

SILVA (ED.), L. A. REBELLO DA (1857) – Tratado de Lopo de Figueiredo. *Annaes das Sciencias e Lettras. Sciencias Moraes e Políticas, e Bellas Artes*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, Tomo 1, 412-23, 551-561.

TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1982) – *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

12

A FAMÍLIA E AS LEGITIMAÇÕES NA CHANCELARIA DE D. AFONSO V. ALGUNS EXEMPLOS

THE FAMILY AND LEGITIMATIONS IN THE CHANCELLERY OF D. AFONSO V. SOME EXAMPLES

Julieta ARAÚJO
ID: 0000-0002-5162-2884
[CH – FL – UL]
julietaeestes@edu.ulisboa.pt

RESUMO

Durante a Idade Média a igreja vai continuar a criar o seu corpo teológico e conceptual, intervindo em todos os aspetos da vida do homem. O casamento ganha importância como sacramento, as outras formas de casamento que existiam até aqui são recusadas, principalmente com a reforma gregoriana, regulando-se os relacionamentos familiares e penalizando as relações extraconjugais num esforço de moralização dos comportamentos na sociedade. O estabelecimento da primazia do casamento, como sacramento religioso, antes da geração de descendência, era muitas vezes ignorado, do que resultavam os chamados “ilegítimos”. Nascer fora do casamento excluía ou deixava de forma indefinida, o seu lugar na sociedade, pelo que alguns dos progenitores pediam aos monarcas para legitimar os filhos e assim reinseri-los na sociedade com um estatuto definido, do que resulta uma rica documentação que se encontra nas diversas chancelarias.

Palavras-chave: Idade Média; legitimação; D. Afonso V; família; sociedade.

ABSTRACT

During the Middle Ages the church continued to create its theological and conceptual body, intervening in all aspects of man's life. Marriage gains importance as a sacrament, other forms of marriage that existed until now are rejected, mainly with the Gregorian reform, regulating family relationships and penalizing extramarital relationships in an effort to moralize behavior in society. The establishment of the primacy of marriage, as a religious sacrament, before the generation of descendants, was often ignored, resulting in the so-called “illegitimate”. Being born out of wedlock excluded or indefinitely left their place in society, which is why some of the parents asked the monarchs to legitimize their children and thus reinsert them into society with a defined status, resulting in rich documentation that can be found in the several chancelleries.

Keywords: Middle Ages; legitimation; King Afonso V; family; society.

Ao longo da Idade Média, as legitimações, de filhos e filhas nascidos fora do casamento eram frequentes, e os monarcas regularmente acediam a legitimar, alguns, dos chamados filhos naturais. Como refere Mattoso “Temos de recorrer a observações inspiradas na Antropologia para explicar os fenómenos e acontecimentos suscitados pela relação peculiar que na Idade Média se estabeleceu entre parentesco e ordem jurídica.” (Mattoso, 2011: 2). Nascer ilegítimo podia impedir de ascender a cargos e limitar os seus direitos, como se fossem, por exemplo, estrangeiros.

A temática da legitimação tem sido abordada por diferentes autores, como Gama Barros, na História da Administração Pública em Portugal, ou Humberto Baquero Moreno, Subsídios para o estudo da legitimação em Portugal na idade média (D. Afonso III a D. Duarte) ; Valentino Viegas, Subsídios para o Estudo das Legitimações Joaninas: 1383-1412; Leontina Ventura, As legitimações do reinado de D. Dinis ou Carla Teixeira, Moralidade e costumes na sociedade de Além-Douro: 1433-1521 (a partir das legitimações), entre outros, sendo sempre uma temática atual pois permite ter um olhar sobre a realidade familiar da época.

Dentro das fontes que podemos utilizar, das crónicas às chancelarias¹, optámos por analisar alguns documentos de chancelaria de D. Afonso V. A análise de chancelarias fornece bastante informação, apesar de que diminui a quantidade de pormenores apresentados nas mais recentes, sendo cada vez mais sucintos os dados explicitados, comparativamente, por exemplo, com as chancelarias de D. Dinis ou de D. Fernando, que incluíam muito mais informações. Refere Leontina Ventura

Com base na legislação, em doações feitas a barregãs do rei e em todas as cartas de legitimação existentes nas Chancelarias de D. Afonso III e na de seu filho, o rei D. Dinis, ele próprio nascido em situação de ilegitimidade, estuda-se a gestação e o tímido início do processo de legitimação em Portugal ao tempo do primeiro daqueles monarcas(...), durante o qual são expedidas duas centenas de cartas de legitimação cujas características são detalhadamente enunciadas (Ventura, 2013: 237).

A fonte que utilizámos foi o livro I da Chancelaria de D. Afonso V, correspondente ao ano de 1468. A escolha foi por considerarmos ser uma boa amostra da diversidade e da regularidade, de casos que havia de legitimação na época. Analisámos cerca de uma dezena de documentos de legitimação.

Após a reforma da igreja, e à medida que avançamos para a idade moderna, legisla-se no sentido de terminar as legitimações, o que não significa de forma alguma que os comportamentos tenham mudado, apenas significa que se deixam de aceitar com a mesma normalidade que nos tempos anteriores e se dificulta a integração dos filhos dos prevaricadores. No entanto as legitimações continuam e D. Afonso V vai seguir na linha dos monarcas anteriores e legitimar ao mesmo tempo que se dedicava a outras tarefas governativas como a cunhagem de moeda e proteção da mesma, como refere Maria José Tavares (Tavares, 1981-83:10).

O estatuto de um filho legítimo era muito diferente de um ilegítimo, quer a nível social quer a nível jurídico, “A este respeito, note-se bem que o nascimento legitimava não só uma posição social, mas também um verdadeiro poder público sob a forma de poder senhorial.” (Mattoso, 2011: 3). Esta diferença jurídica é estabelecida e estudada desde cedo, como refere Baquero Moreno: “O código visigótico ocupa-se particularmente com os filhos incestuosos e dos filhos sacrílegos” (Moreno, 1967: 211), e no nosso estudo de caso, temos um exemplo de filhos incestuosos, ou seja, resultado da ligação de familiares até sexto grau. O Fuero Juzgo dedica vários capítulos aos filhos legítimos e ilegítimos e refere “Ninguno case con su parienta, ni haga adulterio é incesto con ella hasta el sexto grado, ni celebre bodas sino según la costumbre de los Cristianos, pena de ser castigado.” (Fuero Juzgo, 2015: 271).

As Partidas, de Afonso X definem os que são filhos legítimos e os que não são:

¹ Deixo o meu agradecimento à Dr.ª Alexandra Vidal, que, no início do meu percurso, foi minha colega nos cursos de Paleografia Castelhana e com quem muito aprendi.

Naturales y no legítimos llamaron los sábios antiguos a los hijos que no nacen de casamiento según ley, así como los que hacen en las barraganas; y los fornecino, que nacen de adulterio, o son hechos en parienta o en mujeres de orden, estos no son llamados naturales, porque hechos contra la ley y contra razón natural. (Alfonso X, el Sabio, Las Partidas: 69).

A realidade dos filhos ilegítimos, na Idade Média, reflete três fatores importantes que marcam a época:

O primeiro, o facto de a Igreja ter imposto o casamento como o sacramento obrigatório para se poder constituir família, e assim permitir, quer, as relações sexuais, quer, os filhos nascidos destas; pelo que quem nasce fora deste está maculado pelo pecado.

O segundo, que entra em choque com o primeiro, é o facto de o casamento ser encarado normalmente, como uma questão política, no caso dos reis e dos nobres; económica, no caso, por exemplo, na burguesia; ou para ascensão social, no caso da generalidade da população ou, todos estes fatores juntos, para todos os grupos sociais. Raramente era feito por uma questão de afeto ou sentimentos.

Desta forma, há uma contradição entre a concretização de um casamento e os sentimentos ligados a ele, desta contradição, (que podia durar toda uma vida, já que, só em raros casos se podia anular através de uma autorização papal), resulta que muitos procuravam o amor fora dele. (Araújo, 2021: 383-398).

O terceiro aspeto, é que muitos ingressavam na vida religiosa pela segurança e estatuto que fornecia. A importância dos cargos, ligados a ordens ou instituições religiosas, as cobiçadas rendas, bens e poder associados, faz que sejam entregues a jovens nobres, muitas vezes familiares diretos do monarca, que não tinham qualquer vocação religiosa. Também, muitos jovens, da população em geral, ao longo de séculos, ingressavam em mosteiros ou conventos, como uma forma de assegurar o seu bem-estar físico e económico, sem terem qualquer chamamento religioso, e sem qualquer desejo de seguir as regras conventuais ou monásticas.

Portanto quer religiosos quer religiosas, seculares ou regulares acabavam por conceber crianças que nasciam fora de qualquer relação institucional. O direito canónico proibia aos pais legarem bens de raiz aos seus filhos bastardos mas nos testamentos de membros do clero regular e secular, os bastardos recebem legados (Moreno, 1967: 212). Muitos procuravam remediar a situação através da legitimação e como refere Leontina Ventura

por intermédio das quais o monarca tornava legítimo alguém que era filho natural, permitindo-lhe que pudesse ser herdeiro dos bens de seus pais e parentes e ainda que usufruísse das honras e dignidades dos fidalgos, como se tivesse sido concebido e nascido de pai e mãe "lídimos". Estas cartas agraciavam, portanto, pessoas cujo nascimento fora irregular, pois acontecera fora do casamento (Ventura, 2013: 239).

Mas passemos às legitimações feitas por D. Afonso V em 1468, e temos em consideração que apenas representam uma ínfima amostra da quantidade de ilegítimos que nasciam, e que a grande maioria nunca foi legitimada. Mas, os pedidos de legitimação que ficaram registados nas chancelarias eram, maioritariamente, feitos por religiosos quer de regulares quer seculares.

Pedidos de legitimação, feitos por:

- dois Cónegos; o da Sé de Viseu, bacharel em decretos (ANTT, Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V, fol. 8); e o cónego da Sé de Coimbra, na igreja de Santa Maria de Alcobaça, Santarém (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 8);
- um abade (viveu segundo uma regra) do bispado do Porto que vai legitimar dois filhos; (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 23v);
- um clérigo de missa e raçoeiro na igreja de Santa Maria de Chaves, do arcebispado de Braga, que vai legitimar dois filhos da mesma relação (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 10v);

- dois priores, um da igreja da Marmeleira, termo de Mortágua, que legitima dois filhos, (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 24); e outro da igreja de Santa Maria, da vila d'Arronches. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 26);
- temos também, um fidalgo, da casa do monarca e comendador da ordem de cavalaria do mestrado d'Avis que pede a legitimação de uma filha (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 10v).
- o cozinheiro de dom Rodrigo de Noronha, tio do monarca, Rodrigo Afonso, que pede para seu filho Afonso (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 22);

E um caso bastante peculiar, de um casamento entre parentes. Foi o caso de Pero Diaz e da sua mulher que desconheciam esse parentesco, e é pedida a legitimação para a filha, Isabel. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 33).

Na maior parte das vezes, excetuando no último caso, as mães são solteiras, na altura do nascimento dos filhos, e alguns os relacionamentos geram mais do que um filho, o que revela serem de alguma duração. Vamos analisar caso a caso.

AS LEGITIMAÇÕES, UMA FORMA DE RECONHECER A DESCENDÊNCIA

Ponderámos se só os homens eram reconhecidos, mas depressa vemos que não, a legitimação é pedida para filhos e filhas da mesma forma.

A legitimada é Isabel, filha de Gonçalo Diaz, cónego na Sé de Viseu e bacharel em decretos e dona Margarida, que era uma mulher solteira, como aparece referido na documentação, e a legitimação da filha é aceite.

Quem efetuou o pedido foi o pai, que enviou uma carta por um instrumento publico feito por “*Ruy, tabelião em Lamego a 16 de Março do ano de 1466*”. A legitimação foi dada em Évora, em Janeiro do ano seguinte, segue a indicação que o Rei o mandou “per os doutores Pero da Silveira e Joham Teixeira anbos do seu desembargo e petições”. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 8);

No segundo caso, a legitimada foi Isabel, filha de Gonçalo Fernandez, clérigo de missa e raçoeiro na igreja de Santa Maria de Chaves do arcebispado de Braga e de Aldomça Fernandez, “mulher solteira ao tempo de sua nacemça de nosa certa ciencia poder abssoluto qu’avemos despenssamos com ella e legitimamolla e abilitamolla e fazemola legetima”. Dada em Santarém no dia 10 de Abril 1468. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 10v)

Segue-se a legitimação do seu irmão, Luís, filho do mesmo casal e datada do dia anterior.

Outro caso é o de Giomar (Guyomar) Vaz , filha de Fernão Vaz de Castelo Branco, fidalgo e comendador da ordem e cavalaria do mestrado d'Avis, e de Leonor Rodriguiz, mulher solteira pelo que o monarca . E esta dispensa foi feita a pedido do pai e mãe, através de um instrumento publico, que foi apresentado ao monarca, feito e assinado por Afonso Vaz, tabelião de Cabeça d'Avide, a 9 de Março de 1468. O requerimento é aceite e a legitimação é dada em Santarém no dia 8 de Abril de 1468. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 10v). Neste caso específico temos que ponderar a afirmação de Mattoso “A este respeito, note-se bem que o nascimento legitimava não só uma posição social, mas também um verdadeiro poder público sob a forma de poder senhorial.” (Mattoso, 2011: 3). Realmente a legitimação só no caso da nobreza permitia ascender ao estatuto social dos pais e como refere Baquero Moreno “porque os bastardos de filhos nobres reconhecidos pelos pais, obtinham a mesma condição social” (Baquero, 1967: 213).

Noutro caso, o legitimado foi Rodrigo Afonso, filho de Rodrigo Afonso, cozinheiro de D. Rodrigo de Noronha, tio do monarca, bispo de Lamego, e do conselho do rei. Este filho teve-o em solteiro, de Beatriz Afonso, mulher solteira, pelo que o monarca o legitima. O pedido foi feito pessoalmente pelo seu pai

ao monarca o que indica um elevado grau de proximidade (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 22).

Outra legitimação é a de Álvaro Vaz, filho de Álvaro Vaz, abade, do bispado do Porto que pede a legitimação do filho que teve, de uma mulher solteira, ao que o monarca acede, pois o pai que “nollo por elle envyou pedir e per huum estormento feito em Canaveses”, a 28 de Fevereiro de 1468. A legitimação foi dada em Santarém 19 de Abril de 1468. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 23v)

Segue-se a legitimação da sua irmã, Isabel Vaz, filha do casal referido anteriormente, pedida pelo pai, e dada em Santarém, a 19 de Abril de 1468 (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 23v).

Também, há a legitimação de Diogo Fernandez, morador em Almassa, termo de Pena Cova, filho de Jorge Fernandez, prior da igreja da Marmeleira e Mortágua, e de Ines Eannes, que era solteira na altura do nascimento do filho. Ao que o monarca responde "e esta despensaçom lhe fazemos ao pedir do dicto seu padre que nollo por elle envyou requerer segundo fomos certo per huum estormento feicto e asinado per Luys Alvarez tabeliam em o dicto logo de Mortagoa a 16 dias do mes d’Abrill deste anno IIIIcLXVIII". Foi dada em Santarém no dia 25 dias de Abril, feita por Pedro Alvarez. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 24)

Também o seu irmão, Joham Fernamdez, morador em Almassa, filho dos sobredictos (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 24) foi legitimado a pedido de seu pai, em Santarém, no dia 26 de Abril de 1468.

Temos também, o caso de Rodrigo Estevez, filho de Esteves Eannes, prior da igreja de Santa Maria, em Arronches, e de Beatriz Eannes, cujo pedido foi feito a 16 de Abril de 1468 (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 26).

A legitimação de Silvestre Luís, filho de Luís Estevez (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 31 v), cónego da Sé de Coimbra, na igreja de Santa Maria d’Alcobaça, em Santarém, e de Elena Annes, (...) cuja petição foi feita e assinada por Diego Vasquez, tabelião, a 4 de Janeiro de 1468 e foi dada a legitimação a 12 de Maio de 1468.

CASAMENTO ENTRE PARENTES

O caso mais incomum, é o de Isabel, filha de Pero Diaz e de Mor Diaz, moradores na vila de Tomar e já falecidos, que eram casados e participativos na Igreja, mas que após a sua morte, descobriu-se que eram parentes próximos pelo que não deveriam ter casado, do que resultou que a sua filha passou de legitima a ilegítima. Apesar de não aparecer referido quem fez o pedido de legitimação, o monarca legitima-a, a 18 de Maio de 1468. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 33).

O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO

Como podemos verificar há várias formas de se iniciar o processo de legitimação.

Geralmente o pedido era feito por um familiar, normalmente o pai, através de um pedido, “estormento publico” feito por um tabelião normalmente da zona de morada. Era entregue e analisada pelo rei, que acedia à legitimação, através de um documento oficial feito pelo desembargo e petições.

Refere Carla Teixeira, que as normas do Direito Civil para restituírem ao indivíduo que nasceu de uma ligação ilícita os seus direitos como pessoa e salienta que o Livro de Leis e Posturas "é o único a registar um formulário de carta de legitimação, criado pelo rei D. Dinis" que depois transcreve (Teixeira, 1996:11). Com o avançar dos séculos este formulário tende a ser simplificado e passar a referir só as

informações estritamente necessárias, como a identificação dos envolvidos, posição social, pedido feito por quem e através de que tabelião, e o exercer do o que foi pedido.

No caso de Isabel, filha de Gonçalo Diaz, cónego na Sé de Viseu, quem efectuou o pedido foi o pai, “que nollo por ella enviou poder segundo fomos certo per huum estormento puprico dado per Ruy, tabeliam em Lamego”. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 8).

O mesmo, se vê no caso de Silvestre Luís, filho de Luís Estevez, cónego da Sé de Coimbra, cuja “despensaçom lhe fazemos ao pedhir do dicto seu padre que nollo por elle enviou pedhir per huum puprico estormento” que foi apresentado Diego Vaasquez tabelião da dita cidade. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 31v).

Também Rodrigo Estevez, filho de Esteves Eannes, prior da igreja de Santa Maria, da de Arronches, cujo pedido foi feito pelo seu pai, “que nollo por elle enviou pedhir per huum estormento que parecia seer feicto e asinado per joham Martinz tabeliam em a dicta villa d’Arronches”. (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 26)

Também Diogo Fernandez, filho de Jorge Fernandez, prior da igreja da Marmeleira, é legitimado a pedido do pai, “que por ele envyou requerer ao rei, segundo um estormento feicto e asinado per Luys Alvarez, tabelião de Mortagoa” (ANTT, fol. 24). E trata de legitimar também o seu outro filho, Joham Fernandez, também morador em Almassa. “que o legitimamos a pedido do seu pai através do dito estormento.” (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 24).

Havia outras formas como pedindo diretamente ao monarca, como foi o caso de cozinheiro que Rodrigo Afonso. Ou, no caso de Giomar Vaz cujo pedido foi feito pelo pai e pela mãe. Mas por vezes não era referida a forma de como foi feito o pedido.

Ao que o monarca, usando do seu poder “de nossa carta ciencia e poder absoluto que avemos ... ella e legetimamolla” (ANTT, *Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 33) faz as legitimações, o que demonstra “o poder absoluto do “pastor” do reino terrestre. Ao pedido de legitimação, o rei anui, reforçando a ideia de mercê e graça por serviço de Deus, ou seja, transmite a ideia de que o acto de legitimação era um privilégio, para realizar o seu papel de mediador entre a Ordem Divina e o Povo Terreno”. (Teixeira, 1996: 11)

A disputa entre (e pelo) o poder temporal e espiritual está presente nesta documentação pois reflete as tentativas de insubmissão por parte dos monarcas portugueses face á crescente intromissão da Igreja. Em Portugal tal atinge o seu culminar já na época moderna, pois “A 5 de Dezembro de 1496, D. Manuel decretava a expulsão de judeus e de mouros forros que residiam, há séculos, em Portugal, em clima de convivência e tolerância com a maioria cristã. Portugal e a Espanha deixavam de ser os reinos das três religiões do Livro para se afirmarem seguidores de uma única religião, a cristã católica.” (Tavares, 2013: 16).

O tempo decorrido entre o pedido e a legitimação varia entre cerca de 10 dias a vários meses, não havendo explicação na documentação para a disparidade, mas que tinha haver, possivelmente, com a própria dinâmica da governança da época.

Constatámos que a escolha dos nomes dos filhos ilegítimos, no caso de serem varões, são, algumas vezes, repetições do nome paterno, mas tal nunca acontece com as filhas, cujo nome nunca é igual ao da mãe, como se o nome da mãe fosse o de um exemplo de vida a evitar.

Toda esta dinâmica do monarca de gerir o reino, das pequenas às grandes coisas, ocorre em simultâneo com os novos tempos, com a sociedade portuguesa aberta a novas influências e mudanças, mesmo económicas “com a empresa em África e a descoberta de novas Terras” (Tavares, 1997: 56).

EM CONCLUSÃO

A diferença entre a família idealizada pela Igreja e a prática dos casamentos feitos por questões políticas ou económicas levava em que houvesse uma diferença entre o ideal e a realidade. As reformas da Igreja no sentido de impor o casamento religioso não conseguem impedir o nascimento de filhos fora deste sacramento, pois a impossibilidade de divórcio e várias outras circunstâncias levavam a que muitos homens e mulheres encontrassem, fora do casamento, relacionamentos, dos quais resultavam filhos naturais. Também o ingresso na vida religiosa, por outros motivos, que não a fé, leva a relaxamento nos comportamentos e incumprimento de regras, o que se torna obvio através do nascimento dos filhos naturais. São estes aspetos da sociedade medieval, ainda que numa minoria, que encontramos nas chancelarias, já que refletem essa mesma realidade, através das legitimações de alguns dos filhos nascidos fora da legalidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALFONSO X, el Sabio, Las Partidas: Biblioteca virtual universal <https://biblioteca.org.ar/libros/130949.pdf>
- ARAÚJO, JULIETA (2021) – Mulheres portuguesas do séc. XVI- atuações na paz e na guerra. Mulheres en armas- Iacobus, Centro de Estudios del Camino de Santiago, Sahagún, pp. 383 a 398.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso V. Livro I, fl. 8, 10v, 22, 23v, 24, 26, 31, 33.
- FUERO JUZGO de Juan de la Reguera Valdelomar, 1798 (fac simile) (2015) Madrid; Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado.
- MATTOSO, JOSÉ, “ Introdução: Legitimação e linhagem ”, e-Spania [En ligne], 11 | juin 2011, URL : <http://journals.openedition.org/e-spania/20258>; DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.20258>
- MORENO, HUMBERTO BAQUERO (1967) – Subsídios para o estudo da legitimação em Portugal na idade média (D. Afonso III a D. Duarte). Lourenço Marques: Estudos gerais universitários de Moçambique.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1981-1983) – Subsídios para o estudo da história monetária do séc. XV (1448-1495). NVMMVS. Porto: Sociedade portuguesa de numismática. 2ª série. Vol. IV/V/VI pp 9- 59.
- TAVARES, MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO (1997) – O crescimento económico e o antijudaísmo no Portugal medieval. Actas III Jornadas Hispano-portuguesas de Historia Medieval La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492). Sevilla: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. pp. 51-67.
- TAVARES, MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO (2013) – Entre religiões e negócios, a sobrevivência. Lusitania sacra. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa XXVII, 1. pp. 15-34.
- TEIXEIRA, CARLA (1996) – Moralidade e costumes na sociedade de além-douro: 1433-1521 (a partir das legitimações). Porto: edição do autor.
- VENTURA, LEONTINA; MATOS, JOÃO DA CUNHA (2013) – As legitimações do reinado de D. Dinis. Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social. t. XLIV. pp, 237-256.
- VIEGAS, VALENTINO (1984) – Subsídios para o Estudo das Legitimações Joaninas: 1383-1412. Odivelas: Heuris.

13

O *REAL* E AS SUAS DOBRAS. NOTAS SOBRE O MARAVILHOSO NA LITERATURA MEDIEVAL

THE *REAL* AND ITS FOLDS. NOTES ON THE MARVELLOUS IN MEDIEVAL LITERATURE

Carlos F. Clamote CARRETO
ID: 0000-0002-9931-0476
[IELT – FCSH – UNL]
ccarreto@fcsch.unl.pt

RESUMO

O recente e renovado interesse pelo imaginário medieval promovido pela indústria cultural e a crescente afirmação do *medievalismo* como disciplina científica veio tornar particularmente opaco e flutuante um conceito em si mesmo polissémico e instável apesar de omnipresente no período áureo de emergência e expansão da literatura francesa medieval (1150 e 1250): o maravilhoso. Estas breves notas visam circunscrever, tanto quanto possível, os limites porosos das mirabilia nas quais se reflete, e através das quais se articula, a profunda e complexa relação entre o humano, o mundo e a linguagem.

Palavras-chave: Literatura Francesa Medieval (sécs. XII-XIV); Poética medieval; Maravilhoso.

ABSTRACT

The revival of interest in the medieval imaginary promoted by the cultural industry and the growing affirmation of medievalism as a scientific field has turned an expression (which is also a cognitive operator) – the marvellous – that is itself polysemic and unstable despite being omnipresent in the golden age of the Medieval French Literature (1150 and 1250) - particularly opaque and floating: the marvellous. These brief notes aim to circumscribe, as far as possible, the porous boundaries of the mirabilia in which a profound and complex symbolic relationship between humans, the world and language is reflected and articulated.

Keywords: Medieval French Literature (12th-14th Centuries); Medieval Poetics; Medieval Marvels.

Toujours un pli dans le pli, comme une caverne dans la caverne (...). Plis des vents, des eaux, du feu et de la terre, et plis souterrains des filons dans la mine (...). C'est que le Pli est toujours entre deux plis, et que cet entre-deux-plis semble passer partout : entre les corps inorganiques et les organismes, entre les organismes et les âmes animales, entre les âmes animales et les raisonnables, entre les âmes et les corps en général.
Deleuze, 1988, 9, 19.

“Or te pri et quier et demant,
Se tu ses, que tu me conseilles
Ou d'aventures ou de merveilles”.
Chrétien de Troyes, *Le Chevalier au Lion*, v. 362-364.

PENSAR O IMPENSÁVEL

Não será questão, no âmbito destas reflexões – demasiado breves, demasiado aproximativas – de reabrir o vasto e já muito estudado dossier sobre a natureza e o estatuto do maravilhoso na cultura medieval. São bem conhecidos os contributos, pioneiros pela sua sistematização e pela forma como inscreve o maravilhoso tanto no domínio do sensível como no da representação simbólica, de Jacques Le Goff, nomeadamente em *L'Imaginaire médiévale* (1985) cuja primeira parte procura justamente circunscrever o conceito de *mirabilia*¹, propondo várias tipologias (em parte herdadas dos estudos do antropólogo Jack Goody) e observando, a partir de diversas fontes que se estendem do séc. V ao séc. XIII, a sua progressiva estetização pela literatura cortês e a sua absorção (entenda-se: a sua neutralização) pelo imaginário cristão. Como bem conhecidos são os trabalhos de Jean-Claude Schmitt em que o maravilhoso surge como uma dimensão estruturante da ordem social unindo o carnal e o espiritual, o visível e o invisível, o individual e o coletivo, o sagrado e o profano, o *hinc et nunc* da existência terrena à esperança na eternidade ou, no campo específico da literatura – domínio privilegiado de expansão e de expressão do maravilhoso tanto do ponto de vista temático como lexical –, os estudos de Claude Lecouteux (2023) ou de Francis Dubost (1991, 2916).

Uma rápida consulta a bases de dados bibliográficas ou uma simples pesquisa em vários motores de busca mostra que a sedução exercida pelo maravilhoso medieval, reconstruído através das fontes coevas disponíveis ou puramente sonhado, está longe de estar esgotada, como evidencia o lugar que o lexema ocupa nos estudos sobre a receção, representação e usos pós-medievais da Idade Média (Besson e White-Le Goff, 2017), sob a suas mais diversas formas e modalidades de transposição (da *fantasy* ao cinema, passando pela banda desenhada ou a literatura experimental) e a sua importância para o surgimento e a expansão, entre cumplicidades, rivalidades académicas e tensões epistemológicas, do *medievalismo* como disciplina². Se este ressurgimento é em si mesmo positivo, voltando a trazer, mesmo que por vias oblíquas, para a literatura medieval públicos há muito distanciados da abordagem histórico-filológica, veio, no entanto, introduzir algumas confusões semânticas e metodológicas em torno de um conceito de maravilhoso que passa a coocorrer, em posição e com valor frequentemente quase sinonímico, com o fantástico, o mágico, o sagrado, o sobrenatural, o irreal.

Se é verdade que os limiares entre estas noções – ou operadores cognitivos – são, por vezes, instáveis, fluidos e permeáveis, fruto de tradições críticas e textuais distintas; se é igualmente verdade que existem importantes zonas de intersecção sémica que fazem com que alguns destes termos se

¹ Não deixa de ser interessante observar que o termo, tanto em latim como em francês antigo onde o substantivo feminino *merveilles* é atestado desde o séc. XI, se declina geralmente no plural, como se o domínio do maravilhoso nunca fosse redutível a uma realidade – ou a um experiência da realidade - una e homogénea, surgindo antes sob o signo de uma intrínseca diversidade/pluralidade que traduz a complexidade dos fenómenos assim designados e a perplexidade cognitiva perante a qual coloca o sujeito que os observa.

² O site *Modernités médiévales*. (<https://modmed.hypotheses.org>) mostra claramente a vitalidade desta abordagem teórico-metodológica com vasta produção bibliográfica. Entre nós, veja-se a obra organizada por Dias, Alpalhão, e Esperança Pina, 2020.

sobreponham ou alternem nos próprios textos (como o fantástico e o mágico, o sagrado e o maravilhoso, por exemplo), não é menos verdade que cada um deles veicula uma espessura semântica e cultural distinta, bem como uma forma distinta de olhar para o mundo e de aprender os fenómenos da natureza. Na impossibilidade de perscrutarmos estes vastos domínios na sua totalidade, limitemo-nos a tecer algumas observações, de cariz teórico-metodológico essencialmente, sobre as porosas fronteiras do *maravilhoso* omnipresente no período áureo do romance (entre 1150 e 1250, sensivelmente), e começando por uma constatação que todo o leitor que frequenta o texto medieval conhece bem, a saber que a categoria do maravilhoso não se opõe ao real. Reside, antes, na forma singular como este se manifesta no sujeito.

A etimologia da palavra é, de resto, reveladora: *mirari*, “causar admiração”, donde deriva *mirabilia*, substantivo plural que designa as coisas admiráveis, ou seja, dignas de serem olhadas atentamente (*mirare*). O maravilhoso define-se, por conseguinte, como uma experiência estética, radicalmente subjetiva, cuja autenticidade assenta precisamente no valor que a cultura medieval atribui ao testemunho individual (White-Le Goff, 2016). As palavras, citadas em epígrafe, de Calogrenant, (anti-) herói da narrativa confessional e traumática que inaugura *Le Chevalier au Lion* de Chrétien de Troyes, são duplamente reveladoras. Ao horrendo guardador de touros (figura da Alteridade por excelência na qual se esbatem os limiares entre o humano e o animal), Calogrenant pergunta o caminho que o poderá conduzir à aventura *ou* mundo das maravilhas. Para o cavaleiro, a partícula disjuntiva *ou* tem claramente um valor inclusivo, a experiência do maravilhoso sendo uma das condições necessárias da aventura que, por sua vez, enquanto irrupção – imprevisível e abrupta – da Diferença no *continuum* da existência que perturba a leitura do mundo, necessita do maravilhoso para se cumprir plenamente. Em contrapartida, para a guardador de touros, totalmente alheio à semiótica cavaleiresca, a mesma partícula tem um valor exclusivo, separando, enquanto universos culturalmente distintos, o conceito de aventura, de que nunca ouvira falar (“d’aventures ne sai je rien/ N’onques mais n’en oï parler”, v. 366-367), do de maravilha com o qual está perfeitamente familiarizado. E a realidade para a qual aponta (sendo este outro dos aspetos relevantes) não designa (o que não significa que, noutros contextos, tal não possa acontecer) nem fadas, nem gigantes, nem castelos que ora aparecem ora se desvanecem (como na aventura de Perceval no reino do Rei Pescador no *Conto do Graal* do mesmo Chrétien de Troyes), nem cavaleiros que saem dos seus túmulos para defrontar o herói (*L’Âtre Périlleux*) ou raptarem a sua amada (*Amadas et Ydoine*), entre muitos outros motivos narrativos que qualificaríamos de maravilhosos sem, contudo, causarem no herói medieval particular admiração. Trata-se, no caso do *Chevalier au Lion*, de uma fonte cujas águas fervem constantemente apesar de serem mais frias do que o mármore e que, quando derramadas sobre a pedra do fontenário, provocam uma terrível tempestade de contornos apocalípticos. Experienciando esta maravilha, Calogrenant confirma o testemunho do guardador de touros, tal como Yvain confirmará o testemunho na primeira pessoa de Calogrenant perante a corte de Artur quando inicia a sua própria aventura.

Mais do que uma experiência transcendental ou numinosa (embora sem a excluir), o maravilhoso é, por conseguinte, experiência fenomenológica da matéria. Traduz uma fissura que se abre no real por onde este perde momentaneamente a sua coerência ou consistência ontológica; fissura da qual emerge um excesso de sentido ou de forma que perturba os códigos hermenêuticos e suspende a ação; fissura por meio da qual o mundo se complexifica e pluraliza, dobrando-se e desdobrando-se ao infinito (Deleuze) e que aponta para o espaço-tempo em que o universo relativamente circunscrito dos signos se abre ao território ilimitado do simbólico.

O CENTRO E AS MARGENS

Nesta perspetiva, se a experiência do maravilhoso, intimamente ligada ao olhar, expressa uma apreensão subjetiva/sensível e estética do real, assume igualmente uma dimensão cognitiva. Com

efeito, enquanto fenómeno inesperado e ex-cêntrico³ que escapa à nossa compreensão das leis da natureza e desafia a lógica da causalidade, o maravilhoso rompe com a homogeneidade/unicidade do real e convida rasgar as fronteiras do conhecimento. Embora sobejamente conhecida, merece a pena revisitarmos a lúcida e rigorosa definição do conceito oferecida por Gervásio de Tilbury, um letrado da segunda metade do século XII oriundo das Ilhas Britânicas que frequentou a corte dos reis de Inglaterra e principalmente a de Henrique II Plantageneta, numa obra enciclopédica composta entre 1209 e 1214, as *Otia imperialia* (ou “Divertimentos para a corte”), que se distingue, todavia, de outros projetos similares contemporâneos por pretender recensar todas as maravilhas do mundo colhidas tanto na tradição literária como nas tradições orais. Ora, entre as *novitates* reivindicadas por Gervásio, destaca-se a maneira como distingue minuciosamente, no prólogo da terceira parte, a noção de maravilha da de milagre que um autor como Pedro o Venerável (*De miraculis*) utilizava, menos de um século antes, de forma quase sinonímica:

Deux choses en proviennent [des nouveautés], les miracles et les merveilles, qui ont les uns et les autres pour fin l'émerveillement. Pour miracles, nous entendons plus habituellement les faits n'obéissant pas à la nature, que nous attribuons à la toute-puissance divine (...). Par merveille, nous entendons ce qui échappe à notre compréhension, bien que naturel : ce qui fait la merveille, c'est notre impuissance à rendre compte de la cause d'un phénomène (G. de Tilbury, 2004: 20-22).

Seguindo uma longa e vasta tradição retórica que remonta ao séc. I a.C.⁴, Gervásio começa por exorcizar o espectro da fábula, ou seja, do discurso puramente ficcional associado à mentira e ao simulacro, abordando o maravilhoso sob uma dupla lógica da explicação racional e da abertura ao desconhecido, do desejo de saber e do reiterado espanto perante esses enigmas da natureza que teimam em desafiar a nossa capacidade hermenêutica. Tal como o maravilhoso não se opõe ao real, verificamos assim que também não surge como antítese da razão (Courcelles, 2019) que põe, decerto, constantemente à prova sem, no entanto, se identificar com um fenómeno irracional. Gervásio de Tibury escreve numa altura em que a matéria da Bretanha e um imaginário de fundo celta profundamente exógeno à tradição continental neolatina, conhecem um enorme sucesso, tendo o romance arturiano acabado por absorver ou por monopolizar totalmente o território do maravilhoso ao ponto de com ele se confundir. O seu distanciamento em relação a um conceito de *mirabilia* associado aos rumores da *fabula* que corrompe ou distorce a verdade e fragmenta a integridade da fonte narrativa⁵, estabelecendo uma relação constantemente (re)negociada com o real⁶, recorda-nos, por outro lado, que nem todos os poetas dos séculos XII-XIII partilharam idêntico fascínio pelo maravilhoso bretão. Contemporâneos de Chrétien de Troyes, tanto Gautier d'Arras (*Éracle, Ille et Galeron*) como Hue de Rotelande (*Ipomédon, Le Roman de*

³ A exegese do maravilhoso implica, por conseguinte, ter em conta quais as leis (da natureza e/ou divinas), normas, códigos, sistema de crenças e de valores que formam a *doxa* o horizonte de expectativa de determinada comunidade textual e os limites a partir dos quais se pode considerar que estes são transgredidos. O maravilhoso surge assim como um meio privilegiado para explorar as relações (sempre variáveis e assimétricas) entre o centro e as margens, inclusive no espaço do manuscrito medieval (ver Latimier, Pavlevski-Malingre e Servier, 2017).

⁴ Uma das primeiras manifestações da organização hierarquizada do discurso segundo uma lógica tripartida poderá, com efeito, remontar a Asclepiades de Mirlea que distingue os conceitos de *historia* (narração de coisas testemunhadas), *mythos* (narração de coisas falsas ou parcialmente falsas) e *plasma* (narrativa inventada embora verosímil). Este sistema virá a conhecer uma fortuna considerável, mantendo-se praticamente inalterado até ao fim da Idade Média e mesmo para lá. É assim adotado sucessivamente por Cícero no seu *De Inventione* (I, xix) através da distinção entre *historia*, *fabula* e *argumentum*, Quintiliano, Isidoro de Sevilha (*Etimologias*, I, 44, 5) e pelas artes poéticas medievais, nomeadamente por João de Garlande e Godofredo de Vinsauf.

⁵ A antologia crítica de prólogos e epílogos narrativos (retirados tanto de textos ficcionais como didático-moralistas) publicada por Ulrich Molk (2011) mostra quão recorrente é esta estratégia de legitimação retórica do discurso através da qual a ficção tem paradoxalmente de renunciar a si própria (à sua identidade de *fabula*) para construir a sua *auctoritas*.

⁶ Francis Gingras (2018) recorda que o termo *realis* (inexistente no latim clássico) se desenvolve essencialmente a partir do séc. XII associado aos domínios económico (então em plena mutação), jurídico e filosófico (contexto da querela entre realismo e nominalismo). Confirma assim a relação de isomorfismo existente entre o imaginário mercantil e monetário e o desenvolvimento deste novo sistema de representação que surge com a emergência das literaturas em língua vernácula (Carreto, 2014),

Pretheselaus) rejeitam-no, como também a ele renuncia o chamado do romance “realista” ou “gótico” do século XIII que, refletindo uma nova concepção da aventura humana, da razão e da linguagem poética influenciada pelo pensamento escolástico e aristotélico (Louison, 2004), prefere, em nome da verosimilhança, o princípio do acaso (a figura de Fortuna herdada da *Consolação da Filosofia* de Boécio e exemplarmente vulgarizada através do *Roman de la Rose* de Jean de Meun – circa 1275-1280) às vicissitudes semânticas e culturais do maravilhoso. Os romances de Jean Renart, compostos entre 1200 e 1215 (*L’Escoufle*, *Le Roman de la Rose ou de Guillaume de Dole*, *Le Lai de l’ombre* cujo prólogo coloca a aventura inteiramente sob o signo da sorte, em tudo preferível aos ilusórios e ténues laços tecidos pelas relações familiares e de amizade), são emblemáticos de uma mutação simultaneamente poética, filosófica e cultural que se prolonga, anos mais tarde (circa 1400,) em obras didático-morais como o *Livre des échecs amoureux moralisés* de Evrard de Conty⁷.

A expansão do racionalismo aristotélico aliada à desvalorização da oralidade num contexto ideológico que tende a subordinar a expressão da verdade e da *authoritas* ao poder da escrita, explica igualmente a reabilitação da *curiositas* como postura cognitiva que vem redesenhar os contornos semântico-pragmáticos do maravilhoso. Com efeito, se ainda no século V Santo Agostinho interpretava a *curiositas* como uma mácula designando a condição do homem corrompido pela “concupiscentia carnis” e a “concupiscentia oculis” (*Confessiones*, X, 35), já Alberto Magno e Tomás de Aquino, erguem esta qualidade em fundamento da ciência experimental moderna (Wolfzettel, 1996: 20)⁸. Das *marabilia descrita* (circa 1330) do bispo Iordanus Catalani às célebres narrativas viáticas de Jean de Mandeville (*Livre des merveilles du monde*), escrito em anglo-normando entre 1357 e 1371, e *Le Devisement du monde*, que Marco Polo terá ditado por volta de 1295 a um certo Rusticiano de Pisa (o célebre compilador da matéria arturiana!) enquanto esteve preso em Génova, passando pelos relatos do franciscano ao serviço do rei São Luís, Guilherme de Rubrouck (*Itinerarium ad partes orientales*, 1253), de Giovanni di Montecorvino, primeiro arcebispo de Pequim, em 1305, ou ainda de Giovanni di Pian del Carpine, enviado do Papa Inocente IV à Mongólia, entre 1245 e 1247, entre outros, multiplicam-se as tentativas de reformular a equação entre o real e o maravilhoso nos centro das quais se reafirma o primado do olhar e da experiência empírica, quer esta se processe de forma direta, ou seja, através de apreensão vivida do mundo observado, como em Marco Polo, ou indireta, ou seja, ainda fortemente filtrada pela inúmeras *imagines mundi* que circularam durante toda a Idade Média, como em Mandeville.

MARAVILHOSO E DINÂMICAS DE RENOVAÇÃO

O que não significa que o maravilhoso bretão tenha deixado de seduzir poetas, leitores e ouvintes de romances e canções de gesta. À medida que as visões distintas do homem, do mundo e da soberania que gravitam à volta destes dois cronótopos estruturadores da tradição narrativa (representados emblematicamente por Artur e Carlos Magno), também se esbate progressivamente a clivagem e o antagonismo poético entre as duas matérias narrativas e os dois tipos de *mirabilia* que incarnavam, a Matéria da Bretanha (subordinada ao paradigma da *fabula* e “maravilhoso de alteridade”, de matriz celta, de acordo com a terminologia de Dominique Boutet [Boutet, 2015] e a Matéria de França (subordinada ao *ethos* épico, à retórica da *historia* e ao “maravilhoso de transcendência”, de matriz predominantemente cristã). Daí assistirmos, entre os séculos XII e XIV, ao surgimento de várias experiências poéticas, não

⁷ “Nous devons savoir que des choses que nous veons advenir entre nous, les unes sont et se font par nature qui en est cause, comme les choses naturelles, les autres sont faites par art et par raison humaine qui en est cause, comme les choses artificielles, et aucunes adviennent par fortune, comme toutes manieres de gens confessent et accordent communément.” (Ms. Paris, BnF fr. 9197, f. 1v).

⁸ Decerto, na sua *Summa theologiae*, Tomás de Aquino ainda distingue a curiosidade nefasta (como instabilidade e dispersão da mente) da boa curiosidade (ou *studiositas*) que vê o mundo com um vasto campo de exploração para o homem (Wolfzettel, 1996: 20). Para Alberto Magno (*Super Danielelem* 14, 15), no entanto, a curiosidade surge como a facultade que verdadeiramente estimula a experiência, sendo o principal objetivo da filosofia “compreender a verdade de tudo o que é admirável” (“omnis admirabilis intendit comprehendere veritatem”, *Super Porphyricum* [apud Wolfzettel, 1996: 20]).

isentas de sublimes e subliminares tensões, que fazem viajar os seus heróis entre modelos textuais e ideológicos outrora incompatível, tornando então possível o impensável encontro entre Artur e Carlos Magno⁹.

No vasto e infinitamente expansível universo textual que caracteriza a tradição épica de Ogier le Danois¹⁰, por exemplo, a rivalidade ou concorrência entre as duas matérias sofre uma interessante inflexão simbólica e ideológica. Depois de uma tempestade no mar, Ogier naufraga na ilha Aymant na qual descobre um castelo maravilhoso. Combate vários monstros, cruza-se com uma alma penada e com um anjo antes de ser atingido pela lepra depois de ter comido uma maçã. Salvo por Deus que o conduz para junto de uma árvore benéfica, mata uma serpente. É então acolhido por Morgana e Artur que o põem novamente à prova antes de ser coroado e de desposar Morgue de quem terá um filho, Mervin. Passaram 200 anos e Ogier deseja regressar a França. A fada acede ao seu pedido, oferecendo-lhe a companhia dois adjuvantes: um companheiro, Benoît, e o cavalo mágico Papillon. Em Meaux, encontra uma terra devastada pelos pagãos e por intermináveis lutas intestinas. Quando revela a sua identidade, o seu corcel desaparece por encantamento, Ogier não deixando, mesmo assim, de ser salvo de vários perigos tanto por Deus como pelas artes mágicas de Morgana. Como se depreende deste abreviadíssimo resumo, as mil e uma peripécias de Ogier le Danois, nomeadamente na versão decassilábica do início do século XIV apresentada pelo ms. BNF fr. 1583 minuciosamente estudado por E. Poulain-Gautret (2005), caracterizam-se por um notável sincretismo: sincretismo entre imaginários culturais (celta, cristão, clássico) e sincretismo intertextual¹¹. Um dos aspetos mais relevantes deste sincretismo reside na (con) fusão entre o Éden e Avalon, situação que cria uma tensão insustentável ao longo do texto e que coloca, no final, o herói perante um impasse, obrigando a narrativa a imaginar um duplo desfecho. Um primeiro em que Ogier, que vê as suas forças definharem, morre na sua terra natal, como era seu desejo, sendo, no entanto, ressuscitado por Morgana e transportado para Avalon (à imagem do rei Artur de acordo com a tradição canónica inaugurada pela *Vita Merlini* [circa 1148 et 1155] de Geoffrey de Monmouth). Aí, consegue nova licença para regressar a França e socorrer os seus amigos em perigo. Um segundo em que, terminadas as provas, Morgue quer devolver a Ogier a sua juventude e conduzi-lo de volta para Avalon, sendo agora Deus quem resgata o herói para junto de si “avecques Morgue, ce dist l’auctorité” (*apud* Poulain-Gautret, 2005: 234).

Para lá das múltiplas interferências entre o registo épico e o registo romanesco, o que torna este e outros poemas épicos que exploram idêntica experiência poética, é a tensão entre matérias que aqui se cristaliza em torno da oposição entre imaginário cristão (no qual assenta o *ethos* épico tradicional) e um fundo mítico mais arcaico. Se a narrativa evidencia uma aparente submissão ao fascínio exercido pelo romance arturiano, corporiza também – através do conflito entre o incondicional amor de Ogier por Morgue e o irrecusável chamamento das armas em prol da defesa do *logos* feudal e cristão, mas sobretudo aquando da hora decisiva da morte – a resistência da canção de gesta face à sedução exercida pela *fabula* pagã que, por via da intervenção direta de Deus, acaba, no final, por ser absorvida (ou redimida) e assimilada pelo paradigma épico. Assim, a viagem ao Outro-Mundo do espaço arturiano é sempre, de uma forma ou de outra, uma viagem de ida e volta que implica necessariamente um regresso final à Ordem (textual e poética, cultural, ideológica e simbólica). Por mais sedutor que este universo seja, o maravilhoso de Avalon será sempre o ponto de fuga do desejo da canção de gesta.

⁹ É o caso de *La Bataille Loquifer* (finais do séc. XII, início do séc. XIII), *Maugis d’Aigremont* (início do séc. XIII) ou *La Mort de Maugis* (circa 1244), *Artus de Bretagne* (séc. XIII), *Sone de Nansay* (1270-1280), *Huon de Bordeaux* (1260-1268) e as suas continuações, *Le Roman d’Aubéron* (circa 1260-1311) e *Esclarmonde* (finais do séc. XIII-início do séc. XIV), a versão de *Ogier le Danois* composta em decassílabos no início do século XIV e os seus prolongamentos em verso e em prosa, *Lion de Bourges* (início do séc. XIV), *Le Bâtard de Bouillon* (primeira metade do séc. XIV), *Dieudonné de Hongrie* (1360-1365), *La Belle Hélène de Constantinople* (séc. XIV) ou ainda *Tristan de Nanteuil* (meados do século XIV).

¹⁰ Este ciclo épico conhece um enorme sucesso entre o século XIII e o início do século XX, altura em que continua a ser transmitido graças aos famosos e muito populares livrinhos da *Bibliothèque bleue*.

¹¹ Reconhecem-se claramente, por exemplo, a influência direta dos contos bretões e de crónicas como a *Conquête de Jérusalem*, bem como a presença de personagens e sequências narrativas diretamente herdadas de *Esclarmonde* e a *Bataille Loquifer*.

Tendo em conta a conaturalidade existente entre o romance arturiano e a Matéria de Bretanha, o discurso crítico interpretou recorrentemente a presença do maravilhoso na canção de gesta dita “tardia” ou como uma contaminação malsã da canção de gesta pela nefanda *fabula* pagã ou como característica resultante do desejo de a epopeia rivalizar mimeticamente com o romance enquanto género narrativo particularmente triunfante e influente a partir do século XII.

A tese da competição mimética apresenta, no entanto, algumas lacunas ou insuficiências. Em primeiro lugar, porque o maravilhoso não é, em si, um elemento estranho ao *ethos* e ao registo épico. Já na *Poética* Aristóteles admitia a sua como elemento constitutivo da epopeia¹², o maravilhoso inscrevendo, no seio da gramática épica, uma dimensão ficcional¹³ que perturba – ou suspende – momentaneamente o princípio de retidão com o intuito fundamental de criar prazer nos ouvintes. Este aspeto é particularmente relevante, uma vez que nos convida a relativizarmos certos juízos críticos anacrónicos sobre a canção de gesta tardia, nomeadamente quando tendemos a desvalorizar ou a desacreditar o maravilhoso épico à luz do seu tratamento no romance do século XII ou simplesmente à luz da nossa sensibilidade moderna, interpretando-o como uma pura mecânica narrativa paralisada numa tópica estereotipada. Ora, não constituirá, antes de mais, o maravilhoso das epopeias medievais mais tardias um fenómeno nuclear no processo de renovação dos sistemas literários, que reflete igualmente uma mudança na sensibilidade estética de novas, mais diversas e heterogéneas comunidades textuais ávidas destes recursos narrativos?

Por outro lado, apesar da concomitância entre maravilhoso arturiano e poética do romance, a sua inscrição na canção de gesta a partir de finais do século XII, não resulta forçosamente – ou, pelo menos, não exclusivamente – de uma atitude mimética de natureza intertextual. Com efeito, temas, motivos e esquemas narrativos pertencentes à Matéria de Bretanha integram o vasto reservatório narrativo da tradição oral disponível tanto para o romance como para a canção de gesta, a crónica, a hagiografia, o *exemplum* ou o discurso científico das enciclopédias. Como evidenciam poemas como *La Bataille Loquifer* ou *Tristan de Nanteuil*, a canção de gesta procura frequentemente transcender – ou dialetizar – a dualismo antagónico entre géneros, convidando ambos os registos a mergulharem em imaginários narrativos exógenos em relação ao próprio cânone textual. Neste sentido, apesar de cada tradição narrativa poder anexar e cristalizar, à volta de uma personagem tutelar (Artur, Perceval, Carlos Magno, Roland, etc.), um tipo de maravilhoso dominante (celta, oriental, cristão, etc.), o maravilhoso, enquanto categoria transficcional, dificilmente constitui, por si só, um marcador genológico.

Finalmente, a tese mimética pressupõe que a canção de gesta possuísse, no século XIII, um estatuto poético inferior (logo, de subalternidade) em relação ao romance. Ora, se é verdade que a canção de gesta, por ser o género poético mais antigo, sofreu indiscutivelmente o efeito concorrencial de géneros mais recentes (romance arturiano, gótico, *fabliaux*, etc.), como se depreende da leitura de muitos prólogos onde este surge como uma forma incessantemente ameaçada por jograis sem escrúpulo, tendencialmente falaciosa pela sua retórica artificial assente nos ecos distorcidos da transmissão moral, no verso e na rima (Mort Aymeri) ou frequentemente parodiada em epopeia satírico-burlesca (*Voyage de Charlemagne à Jérusalem et à Constantinople*), nada prova que se tenha tornado num género secundário e dotado de menor prestígio e *auctoritas*. Muito pelo contrário. Como afirma Jacques Merceron a partir de uma minuciosa análise das ocorrências do sintagma *chanter de geste* (e variantes) em vários contextos poéticos, “c’est [paradoxalement] à travers les récriminations et les attaques des clercs et des laïcs austères que l’on peut percevoir (...) l’influente persistante de la chanson de geste” (Merceron, 2015: 152). Bastaria, de resto, lançar um rápido olhar sobre os títulos publicados na célebre

¹² “Realmente nas tragédias deve-se criar o maravilhoso (*thaumaston*), mas na epopeia é mais possível o irracional (*alogon*), principal fonte do maravilhoso, já que não se está a ver quem pratica a ação (...). O maravilhoso dá prazer. A prova é que todos fazem narrativas acrescentando qualquer coisa de maneira a agradar” (*Poética*, 1460a). Na *Metafísica* (982a), Aristóteles volta a sublinhar a importância do maravilhamento como faculdade que liberta o homem da ignorância impulsionando a busca da inteligibilidade das realidades do universo; ideia, de resto, já expressa por Platão quando, no *Teeteto* (155d), relacionara o maravilhamento (*to thaumazein*) com o exercício da razão, situando-o na origem da própria filosofia (ver Courcelles, 2019: 9-10).

¹³ “Além do mais, Homero ensinou os outros poetas a dizer falsidades de maneira certa” (*Poética*, 1460a).

Bibliothèque Bleue para nos apercebermos da extrema popularidade deste género narrativo muito para lá das fronteiras cronológicas da Idade Média.

Nestas condições, por que razão um género narrativo tão prestigiado como a canção de gesta se iria sujeitar a deslocar-se para o universo duvidoso e poeticamente corrosivo da *fabula* e do maravilhoso bretão. Seja ele pontual (sob forma de interferência) ou estruturante (sob forma de confluência plena entre matérias), o hibridismo genológico que caracteriza algumas canções de gesta a partir de finais do século XII deve ser entendido não tanto como processo de degradação de uma forma poética, mas sim como uma homeostase através da qual o registo épico reage e responde, estrutural como semanticamente, às transformações sociais, ideológicas e epistemológicas do seio das quais emerge e se desenvolve, revelando assim a sua vitalidade polimórfica (Poulain-Gautret, 2005: 351). Face à extenuação semiótica e simbólica dos sistemas poéticos que afeta, de resto, tanto o romance arturiano como a canção de gesta, traduz um princípio e dinâmica de renovação e marca o desejo de a canção de gesta abrir, no espaço literário, “une *étendue* narrative illimitée (...) jusqu’aux frontières d’un monde dont on commence à entrevoir l’immensité” (Zumthor, 1993: 381-382). Por outro lado, num contexto marcado, não tanto por uma dessacralização do mundo ou por um enfraquecimento do pensamento simbólico, mas sim pela consciência de um distanciamento, ou hiato, cada vez maior entre o divino e o profano acompanhado de uma valorização/questionação da subjetividade, o recurso à Matéria de Bretanha e ao universo maravilhoso que convoca, permite à epopeia reencantar o mundo e colmatar a transcendência (ou seja, a perda de imanência com o sagrado), recuperando e reinvestindo estruturas (*topoi*, personagens, sequências narrativas) através das quais a voz antiga e profunda dos mitos continua a vibrar à *superfície do logos* feudal e cristão.

BIBLIOGRAFIA

- ARÍSTOTELES (2008) – *Poética*. Trad. Ama Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BESSON, ANNE ; WHITE-LE GOFF, MYRIAM (DIR.) (2017) – *Actes du colloque du CRELID – Fantasy, le merveilleux médiéval aujourd’hui*. Paris: Bargebonne.
- BOUTET, DOMINIQUE (2015) – Merveilleux et interférences génériques dans la chanson de geste de Tristan de Nanteuil. In GINGRAS, F. (dir.). *Motifs merveilleux et poétique des genres au Moyen Âge*. Paris: Classiques Garnier, p. 21-38
- CARRETO, CARLOS (2014) – “Contez, vous qui savez de nombre”. *Imaginaire marchand et économie du récit au Moyen Âge*. Paris: Champion.
- COURCELLES, DOMINIQUE DE (2019) – Introduction. In COURCELLES, D. (dir.). *La Raison du merveilleux à la fin du Moyen Âge et dans la première modernité. Textes et images*. Paris: Classiques Garnier, p. 9-16
- CHRÉTIEN DE TROYES (1994) – *Le Chevalier au Lion*. In *Chrétien de Troyes. Romans*. Paris: Le Livre de Poche.
- DELEUZE, GILLES (1988) – *Le Pli. Leibniz et le baroque*. Paris: Seuil.
- DIAS, ISABEL B.; ALPALHÃO, MARGARIDA; ESPERANÇA-PINA, MARGARIDA (DIR.) (2020) – *O medievalismo no século XXI*.
- DUBOST, FRANCIS (1991) – *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale (XIIe-XIIIe s.)*. *L’autre, l’ailleurs, l’autrefois*. Paris: Champion, 2 vols.
- DUBOST, FRANCIS (2016) – *La Merveille médiévale*. Paris: Champion.
- EVARD DE CONTY (1991) – *Livre des échecs amoureux moralisés*. Ms. Paris, BnF fr. 9197. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8426258c/f6.item>.
- GERVAIS DE TILBURY (2004) – *Le Livre des Merveilles*. Trad. Annie Duchesne. Paris: Les Belles Lettres.
- GINGRAS, FRANCIS (2018) – Fabuler et dire vrai: les réalismes et l’histoire des genres narratifs au Moyen Âge. *Cahiers ReMix* [em linha]. Montréal: Université du Québec. 7. Disponível em: <https://oic.uqam.ca/publications/article/fabuler-et-dire-vraies-realismes-et-lhistoire-des-genres-narratifs-au-moyen-age>

- LATIMIER, ADELINÉ; PAVLEVSKI-MALINGRE, JOANNA; SERVIER, ALICIA (DIR.) (2017) – *Merveilleux et marges dans le livre profane à la fin du Moyen Âge (XIIe-XVe siècles)*. Turnhout: Brepols.
- LECOUTEUX, CLAUDE (2023) – *Aux frontières du merveilleux. Appréhender le monde au Moyen Âge*. Textos reunidos por F. Bayard e A. Guillaume. Paris: Imago.
- LE GOFF, JACQUES (1985) – *L'Imaginaire médiéval. Essais*. Paris: NRF-Gallimard.
- LOUISON, LYDIE (2004) – *De Jean Renart à Jean Maillart. Les romans de style gothique*. Paris: Champion.
- MERCERON, JACQUES (2015) – Sur les syntagmes chanson de geste, chanter de geste et chanter de... + anthroponyme : contextes, usages et polémiques. In MARNETTE, S. ; LEVY, J de MORGAN, L (dir.). *Studies in the Text and Context of Old French Narrative in Honour of Joseph J. Duggan*. Oxford: The Society for the Study of Medieval Languages and Literature, p. 125-153.
- MÖLK, ULRICH (2011) – *Les Débuts d'une théorie littéraire en France : anthologie critique*. Paris: Classiques Garnier.
- POULAIN-GAUTRET, EMMANUELLE (2005) – *La Tradition littéraire d'Ogier le Danois après le XIIIe siècle. Permanence et renouvellement du genre épique médiéval*. Paris: Champion.
- WHITE-LE GOFF, MYRIAM (2016) – "Littérature médiévale : passer par la merveille pour dire l'expérience spirituelle". In RAVIEZ, F. (DIR.). *Poétique du Spirituel*. Arras: Artois Presses Université. Disponible en: <https://hal.science/hal-02960285>
- WOLFZETTEL, FRIEDRICH (1996) – *Le Discours du voyageur. Le récit de voyage en France du Moyen Âge au XVIIIe siècle*. Paris: PUF.
- ZUMTHOR, PAUL (1993) – *La Mesure du monde. Représentation de l'espace au Moyen Âge*. Paris: Seuil.

14

UMA VIAGEM PELAS QUINTAS ITALIANAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

A JOURNEY THROUGH ITALIAN FARMS IN PORTUGAL IN THE 16TH CENTURY

Nunziatella ALESSANDRINI¹
ID: 0000-0003-4340-7903
[CHAM – FSCH – UNL]
nunziatellaa@fsch.unl.pt

RESUMO

A redacção do percurso vivencial dos mercadores italianos que no século XVI se encontravam na capital portuguesa nos conduziu para caminhos que, ao longo dos anos, se tornaram pistas de investigação e de estudo sobre o território português. A viagem na descoberta das quintas italianas que aqui se apresenta não é certamente exaustiva, e é importante sublinhar, desde já, que de algumas destas quintas temos ainda património visível, sendo que a presença de outras apenas está detectada através de descrições em documentos variados.

Palavras-chave: século XVI; quintas; mercadores italianos; Portugal.

ABSTRACT

The writing of the experiential path of the Italian merchants who were in the Portuguese capital in the 16th century led us to paths that, over the years, became clues for research and study about the Portuguese territory. The journey to discover the Italian farms presented here is certainly not exhaustive, and it is important to highlight, from the outset, that some of these farms still have visible heritage, while the presence of others is only detected through descriptions in various documents.

Keywords: 16th century; farms; Italian merchants; Portugal.

¹ This work is funded by national funds through the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., under the Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0009. It also had the support of CHAM (NOVA FCSH – UAc), through the strategic project sponsored by FCT (UIDB/04666/2020 – <https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020>).

Ao investigar a presença italiana em Lisboa no século XVI, deparei-me com um *modus operandi* comum no percurso vivencial destes estrangeiros que criaram o seu próprio estatuto através duma política de casamentos com as classes mais destacadas da sociedade portuguesa. Refiro-me à instituição de morgadios, “um acto de regulamentação administrativo-jurídica de um património” (Rosa, 1995: 20), destinado à vinculação dos bens de modo a evitar a dispersão deles. Simultaneamente, outro aspecto deste acto jurídico reflectia-se no âmbito mais estritamente social, vindo a “impor um modelo de comportamento familiar” (Rosa, 1995: 132) para que o nome da família perdurasse. E, de facto, o nome de muitas famílias italianas está ligado a propriedades e terrenos que lhes foram entregues através de doações régias ou foram por elas adquiridos para investir o capital económico que, assim, se transformava em capital social. A posse de terras e de quintas, fossem elas cabeça de morgado ou fossem apenas quintas de recreio, tornou-se num *status symbol* das famílias italianas mais abastadas. Para confirmar a importância que a posse de terras significava, basta recordarmos, a título de exemplo, o caso conhecido do contrato redigido a 1 de Fevereiro de 1317 com o qual o rei D. Dinis doava ao genovês Miçer Emanuel Pessagna como contrapartida dos serviços dele o “meu lugar de Pedreyra per aquel lugar per hu foy devisado pera os Judeus, com casas e com térreo livre.”¹

Ainda no período anterior ao que está assinalado no título deste contributo, estamos no findar do século XIV, um decreto régio de 1399 concedeu ao prazentino Filippo Pallastrelli várias terras no termo de Torres Vedras onde foi criado, em 1402, um lugar chamado “o Hespanhol”, nome derivado da alcunha do proprietário. Dos descendentes de Filippo Pallastrelli, foi João Lopes Perestrello que instituiu morgado e o seu testamento merece uma atenta leitura. O morgadio instituído por João Lopes Perestrello estava constituído por “Esta minha quinta da Ribeira do Hespanhol com tudo o que lhe pertence e a vinha, lagar de azeite, e o casal do termo de Cintra onde chamao a Murteira freguesia da Igreja nova com todas suas pertenças o qual casal eu herdei do ditto Miguel Nunes meu Irmão, e as minhas cazas na cidade de Lisboa arriba da cruz do Catta que farás, e toda e qualquer outra fazenda que ao tempo do meu falecimento for achada”². (Alessandrini, 2012: 108). Num documento do século XIX, encontramos algumas descrições da Quinta do Hespanhol: “A quinta e Morgado de Hespanhol, he huma das maiores propriedades da comarca de Torres Vedras. Consta de grandes vinhas, terras de pão, muitas terças, azeite muitas frutas: a sua lotação he de duzentas pipas de vinho, quinze moios de pão e reduzidos os seus géneros pelos preços médios, rende três contos de reis livre de toda a despesa; tem mais este morgado outras propriedades pequenas que lhe são anexas”³.

A Quinta do Hespanhol manteve ao longo dos séculos o seu encantamento ao ponto de, em 2014, foi emitido requerimento à Direcção-Geral do Património Cultural para a classificação patrimonial do Solar da Quinta Velha do Hespanhol. Permito-me deixar aqui umas breves linhas que querem expressar simultaneamente saudade e tristeza: saudade pelo Sr. João Perestrello com quem tive o privilégio de privar há uns anos e que me mostrou a beleza da Quinta quer no exterior quer no interior; tristeza porque, ao passar pela Quinta há uns meses atrás neste ano de 2024, vi o fim do antigo esplendor, uma Quinta abandonada onde a vegetação está a tomar conta do construído.

Voltando ao tema destas páginas, veja-se que a Quinta do Hespanhol, envolvida no verde, em espaços abertos de dimensões importantes incorpora aquelas que eram as características peculiares das quintas dos italianos e não só. Eram sítios que primavam por peculiaridades naturais próprias, juntando os prazeres do recreio e do descanso e, nesse sentido, a localização da quinta devia contemplar amplos terrenos necessários para a sua sustentação uma vez que, regra geral, a distância dos sítios povoados, com mercados e lojas onde poder-se abastecer, era significativa. E a própria arquitectura

¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria D. Dinis, L. 3, fl. 108; transcrito por João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, vol. I, doc. 37, p. 28. No documento explicita-se que ele e os descendentes podiam fazer o que mais lhes agradasse dos terrenos “como de vossa propria herdade”. Transcrito por Alessandrini, 2012: 107-112.

² ANTT, *Desembargo do Paço, Corte, Extremadura e Ilhas*, Mç. 1475, n.10, fl. 13.

³ Idem. Agradeço ao Lourenço Correia de Matos a entrega de documentos pouco conhecidos referentes à Quinta do Hespanhol sobre a qual está pronto um texto que está à espera de ser publicado.

das quintas, que não será abordada nestas páginas, obedecia às necessidades da utilização por parte dos proprietários. A sustentação da quinta estava subjacente ao cultivo da terra, à presença de poços e de fontes, à criação de animais, á cura de pomares, laranjeiras e mais árvores de fruto. Elementos, estes, que iremos encontrar nas quintas dos italianos espalhadas em todo o País, numa altura em que a presença destes estrangeiros em Portugal torna-se substancial devido à abertura do caminho para o Oriente.

A viagem de Vasco da Gama e as notícias que rapidamente se espalharam em toda a Europa foram o gatilho que deu origem à vinda em força de mercadores italianos em Portugal. Muitos destes, já membros de famílias importantes em Itália e/ou feitores de companhias comerciais activas e financeiramente sólidas, enriqueceram notavelmente e rapidamente. O dinheiro era investido para criar um *status* que lhes permitia movimentar-se na alta sociedade e inserir os filhos nas esferas relacionadas com o poder. As ricas casas comerciais que se constituíram para lucrar com o comércio a longa distância com o Oriente eram chefiadas, principalmente, por florentinos e pelo mercador oriundo de Cremona, Giovan Francisco Affaitati⁴. Este último, vindo de Cremona por volta de 1494, residia no bairro da Sé, na Lisboa Oriental, sítio particularmente apreciado pelos mercadores porque estava directamente ligado às zonas mais frequentadas pelos homens de negócio, nomeadamente a Rua Nova dos Mercadores e a zona onde se encontravam os armazéns das especiarias. Não é objectivo destas páginas aprofundar a importante actividade comercial do Affaitati, apenas mencionar que, na altura do seu falecimento ocorrido a 27 de Abril de 1529, tinha acumulado um ingente capital líquido, 5 contos de reis, e de bens de raiz. Para que o capital ficasse na família, Giovan Francesco instituiu dois morgadios: um morgadio de bens de raiz adquiridos no reino de Portugal e que incluía “a quinta dobedos que he cabeça do dito morgado e o juro dalfandega desta cidade na rua das esteiras”. (Alessandrini, 2012: 45), e um segundo morgadio que era constituído pelos 5 contos de reis que deviam ser empregue para comprar bens de raiz. O que nos interessa agora é a chamada Quinta de Óbidos – uma vez que, na altura, o Carvalhal, a terra onde a quinta se erguia, pertencia a Óbidos. A presença de Giovan Francesco Affaitati no Carvalhal estava com toda a certeza relacionada com a mulher Maria Gonçalves de Carvalhães ou Carvalhosa, de quem teve quatro filhos, Cosme, Lucrezia, Magdalena e Inês. A terra envolvente à quinta pertencia ao Mosteiro de Alcobaça que a doara, em 1430, a João Annes Lourido, daqui o nome Quinta dos Lorigos. O solar veio depois a pertencer a João Francisco Affaitati e será de propriedade da família, através da descendência de D. Inês, filha de Giovan Francesco Affaitati, até metade do século XVII. Através de documentação variada, nomeadamente, sentenças cíveis, contratos, testamentos, entre outros, sabemos que a quinta tinha um feitor, que produzia trigo e cevada; que tinha grandes vinhas nas quais se gastavam muitos dias para a vindima. A Quinta dos Lorigos, actualmente, mantém a sua vivacidade no Carvalhal do Bombarral, e constitui um sítio de recreio e visitas no chamado Jardim da Paz Buddha Eden.

Mas não eram apenas os donos das companhias comerciais a enriquecer com os dividendos dos negócios. Entre eles, um dos procuradores de Giovan Francesco Affaitati, também oriundo de Cremona, de seu nome Cristóvão Bocolli, arrecadou avultadas quantias de dinheiro que investiu em bens de raiz, adquirindo casa em Lisboa e vivendo numa quinta na rua da Palma a Nova, termo da cidade de Lisboa. A quinta tinha uma cerca e “dous quintaes hum a entrada e o outro por detrás em que fiz hum poço com seu pombal e engenho de atafona”⁵, tinha uma horta com casa para o hortelão e estrebaria, e mais outras casas, poço, nora e tanque de agua, uma fonte e um pomar, uma vinha que produzia cada ano acerca de três tonéis de vinho. Mais, o mercador cremonês possuía outro pedaço de vinha a caminho de Benfica e um olival em Palma a nova que se presumia pudesse produzir acerca de uma pipa de azeite. Uma particularidade da Quinta do Bocolli era a presença de dezoito gatos de algália numa casa de madeira construída de propósito para os abrigar. O italiano preocupa-se que o administrador do morgadio devia sustentar e manter o número de dezoito gatos para sempre. Deixa disposições

⁴ Sobre Giovan Francisco Affaitati e o seu percurso em Lisboa e no Carvalhal do Bombarral, seguimos de perto o contributo de Nunziatella Alessandrini (2012)

⁵ ANTT, *Hospital de São José*, Livro 38, fl. 47v.

acerca da eventual morte de um dos gatos: dentro de quatro meses, o administrador estava obrigado a “comprar outro grande e muito bom e bem feito que ponha em o lugar do que for morto”⁶.

Como já adiantámos, nas primeiras décadas do século XVI, para além de Giovan Francesco Affaitati, residiam em Lisboa ricos mercadores florentinos, entre os quais Bartolomeo Marchionni, Luca e Nicolao Giraldi⁷, Giacomo de’ Bardi, entre os mais afamados.

Se Affaitati organizou a sua Quinta no interior do País, Bartolomeo Marchionni⁸ resolveu residir, apesar de ter casas em Lisboa, na outra banda do Tejo, no termo de Almada. Cidadão português desde 1482, o riquíssimo Marchionni encontrava-se em Portugal desde a segunda metade do século XV, tendo chegado a Lisboa por volta de 1468 como agente dos Cambini, e, como ele próprio afirma num documento de 1508 em que, devido a um processo intentado no tribunal de Génova, devia atestar a sua cidadania portuguesa: “há quarenta anos que sou em estes Reinos e aqui tenho bens de raiz, casas em esta cidade, e quintas em Caparica, e aqui tenho meus filhos.” (Morais do Rosário, 1980: 108). Marchionni viveu em Almada onde possuía as quintas da Lagoa Alfonsine e Vale da Torre, 25 vinhas, 4 olivais e muitas terras.

De facto, a documentação refere que o filho Pedro Paulo casado com Brites/Beatriz Arrais – pertencente a uma rica e importante família portuguesa – residia em Almada, na quinta do Vale da Torre na Caparica, onde ele tinha uma “casa opulenta com tratamento muito nobre” e aqui faleceu a 8 de Outubro de 1564⁹. Também o outro filho, Belchior, casou com uma mulher portuguesa de família abastada, Leonesa de Lima, e residiu na quinta da Lagoa em Almada, onde exerceu como juiz ordinário e dos órfãos, falecendo em 1546¹⁰.

As relações pessoais, de amizade e de confiança, entre estas famílias de mercadores italianos eram muito chegadas. Luca Giraldi, trabalhando na casa comercial de Giovan Francisco Affaitati, se tinha tornado amigo dos filhos do mercador de Cremona e frequentes eram as suas visitas na quinta do amigo Cosme de Lafetá (a adaptação portuguesa do apelido Affaitati), filho de Giovan Francesco Affaitati, chamada Quinta do Cosme, em Colares, um palácio renascentista de que hoje apenas resta o portão com o brasão dos Lafetá. Não se conhecem quintas pertencentes a Luca Giraldi, o que não deve suscitar maravilha, uma vez que o rico e afamado homem de negócio florentino era frequentemente recebido em quintas de amigos chegados, entre os quais D. João de Castro. Para além disso, a residência de Luca Giraldi em Lisboa era de todo o respeito, ao ponto de o seu palácio, no bairro da Sé, estar contíguo ao de Lourenço de Sousa da família dos Sousa *aposentadores mores*, precisamente “no Largo do Correio mor as quaes tem um letreiro que diz Giraldez de Florença”¹¹.

Ainda na zona de Sintra, há referência à quinta de Giacomo de’ Bardi, mercador florentino que muito colaborou com os Affaitati e com Luca Giraldi. Temos notícia da existência da quinta devido a uma licença para ser erguido um oratório. (Mesquita Mendes, 2016: 124). Não se conhece, por enquanto, a localização exacta, apenas menciona-se a presença de uma “Quinta de S. Pedro de Penafferim (Sintra)”.

Contrariamente ao irmão Luca, Nicolau Giraldi possuía uma quinta, a quinta de S. Pedro no termo de Arruda, declarando que estavam vinculados à dita quinta de S. Pedro “hum cazal no termo da villa de Alenquer, chamado de Santo Estevao, por ser foreiro à Igreja de Santo Estevao da mesma villa”, assim como “outro cazal chamado de Monte Agrao ou Aragão, sito no termo da villa de Arruda, e foreiro a Commenda do Mestrado de Santiago do Reguengo, era pertença da dita quinta de S. Pedro”¹².

⁶ Idem, fl.49

⁷ Sobre Luca Giraldi remete-se para o estudo de Alessandrini, 2011.

⁸ Sobre a figura de Bartolomeo Marchionni, remete-se para Alessandrini, 2010; Bruscoli, 2014.

⁹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cod. 1285, *letra M*, tomo II, *Familia de Marchionis*.

¹⁰ Idem.

¹¹ ANTT, Genealogias Manuscritas 21-E-4, fl. 268.

¹² ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra C, maço 526 caixa 6627, fl. 10 e fl. 39v.

No termo de Lisboa, a presença de quintas e de casas importantes era detectada por quem passava pela capital portuguesa, admirando e confirmando uma realidade que, de facto, era marcante. Principalmente, eram os estrangeiros que possuíam casas e quintas no campo, como se lê numa carta de um flamengo, Juan de Mayere, que, em Lisboa em 1539, escreve ao seu correspondente em Sevilha, Crisóstomo van Immerseel:

Por aqui viven los estranxeros en sus haziendas en el campo lo más a tres leguas de aqui donde tienen sus viñas, olivares, frutales, y otros muchos deleytes de rios y arroyos como en nuestra soberana patria, pero con mucho más llaneza que en ella, holgarame que vm lo viera y la quinta de un amigo mio, una legua de Sintra que la une por un lado un rio bien alegre y umbroso con todo lo que arriba digo y mucha tierra calma donde se puede apacentar libremente ganado vacuño, ovejuõ y cabruño y aun de cerda si auizieren y ei dicho amigo la arrendaria con harta comodidad a alguno que tubiesse caudal y se quiziesse retirar a vida angélica (Stols, 1971: 373)¹³.

Especificamente, ainda em finais do século XVI, a cidade de Lisboa possuía, na zona entre Belém e Alcântara, umas quintas que embelezavam esta área. Uma destas pertencia ao rico mercador milanês Giovan Battista Rovellasca¹⁴ que tinha vindo a Lisboa em 1577 participando, ao longo de 25 anos, no contrato da pimenta da Índia, da alfândega, do açúcar de S. Tomé, dos escravos e da Mina. A quinta de Rovellasca estava situada ao lado do Convento das Flamengas e apesar de não primar pela arquitectura, tinha belos chafarizes e jardins com canas de açúcar: “famosas cannas de açúcar que hum dia destes vi naquella nobre quintaã de loam Baptista de Revelasca gentil homem Milanês, que tem em Lisboa entre Alcãtara & o mosteiro de Bethlem”. (Leão, 1610: fl.61). Estava cercada por um muro e ruas de parreiras com pilares de alvenaria a atravessavam; havia 3 tanques com figuras que deitavam água, uma fonte com 3 figuras cobertas por um alpendre e, junto à fonte, um grande tanque com 3 sátiros. Não faltava um nicho e assentos de pedra e azulejos. Uma parte da quinta estava repleta de árvores de frutos com um muro que tinha 7 nichos com figuras de relevo, e da outra banda do pombal pelo poente ficava outra parede que tinha dez nichos e oito figuras de relevo e 3 capelas. No jardim havia um grande tanque, que tinha de comprimento 168 palmos, de largura 164 palmos, de altura 8 palmos e duas polegadas. (Castilho, 1960: 246). Em 1589 a moradia de Rovellasca foi assaltada pelos ingleses que, entre outras coisas, roubaram 5000 sacos que o mercador tinha para recolher a pimenta das naus da Índia. Em 1602 a quinta passou a fazer parte da fazenda real por problemas que Rovellasca teve com o contrato da Mina e nos reinados de Filipe II (1593-1621) e de Filipe III (1621-1640) foram efectuadas muitas obras para melhorar quer a quinta quer o palácio. Em 1603 Filipe II nomeiou Teodósio de Frias, mais tarde mestre das obras dos Paços da Ribeira, como arquitecto das obras e entregou a administração da quinta ao licenciado Molina de Medrano (1605-1606) a quem sucedeu D. Melchior de Teves. Durante o reinado de D. João IV a família real habitou o paço em várias ocasiões e foi o mesmo rei que anexou, em 1645, diversas terras que formavam a quinta da Ninfa e o casal do Rio Seco, anexados ao paço de Alcântara. É a partir desta altura que se constitui a real tapada de Alcântara caracterizada por espessas matas de zambujo em que se podia encontrar caça de todas as espécies. Atrás deste parque havia uma estacada, ou teatro, destinada às festas dos toiros. Os imóveis que faziam parte da quinta eram: casas sobradas com lojas por baixo e três tercenas. Mais, dez casas todas forradas e ladrilhadas com dois entres solhos e uma escada em pedra com casa de adega, cozinha e forno, estrebaria e palheiro e casa de moços com um corredor que era pegado às ditas casas. No que diz respeito ao palácio, descrições coevas mencionam algumas divisões como o quarto em que faleceram o príncipe D. Teodósio e o seu irmão D. Pedro II: a casa do dossel; uma grande sala de 70 palmos de comprimento e quase outro tanto de largura, em que se tinha preparado o catafalco.

A família real manteve o hábito, durante as primeiras décadas de 1700, de se deslocar para o paço de Alcântara, divertindo-se a caçar coelhos ou a assistirem às lutas entre javalis e touros. Em 1770 residia

¹³ Agradeço a informação a Rui Manuel Mesquita Mendes.

¹⁴ Sobre Giovan Battista Rovellasca veja-se, entre outros, Benedetta Crivelli (2017).

lá D. Luís da Cunha Manuel antigo enviado extraordinário ministro plenipotenciário de Portugal em Londres; a partir de 1775 ainda em vida o da Cunha, habitava no palácio Manuel Gomes da Silva oficial da secretaria do ministério dos negócios estrangeiros e da guerra. Acerca de 1796 até 1808 foi dado a Francisco José Dias que lá montou uma fábrica de chitas que ali funcionou durante alguns anos. O paço de Alcântara nunca foi restituído à sua antiga beleza depois do terramoto de 1755 e foi demolido em 1876.

No limite oposto da cidade de Lisboa, nesta segunda metade do século XVI, vivia na sua quinta “por cima do Convento de Chellas, lemite desta cidade” (Alessandrini, 2010: 248), Lucrezia Fantoni, irmã do conhecido e apreciado mercador florentino Raffaele Fantoni que provinha de uma família de nobres florentinos, tendo-se dedicado ao comércio com os seus irmãos. Em Lisboa, Raffaele Fantoni tinha uma sociedade com o florentino Giulio Nessi com quem mantinha comércios com o oriente, tornando-se num homem de negócio conceituado. Relacionado com o ambiente eclesiástico, o nome de Raffaele Fantoni aparece com frequência nos relatórios de Giovan Battista Confalonieri, secretário do colector Fabio Biondo em Lisboa nos anos de 1592 até 1596, que se tornou especialista nas questões portuguesas. E é nas informações que Confalonieri redige em 1601 destinadas ao colector Gaspare Paoluccio Albertoni que Raffaele Fantoni é mencionado como sendo “buono amico, e huomo leale.” (Demoulin, 1974: 160).

Esta breve panorâmica sobre algumas das quintas que os abastados mercadores italianos possuíam e nas quais viviam ou habitavam nos momentos de descanso com a família, evidencia a importância que tinha possuir propriedades para a comunidade de estrangeiros. Casas em Lisboa e a posse de propriedades maiores no termo da capital e nos arredores eram sinónimo de pertença a uma elite que se queria integrar na sociedade portuguesa de modo a assegurar a sua descendência e a manter vivo o nome da família de origem.

BIBLIOGRAFIA

ALESSANDRINI, NUNZIATELLA (2010) – *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, Tese Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta.

ALESSANDRINI, NUNZIATELLA (2011) – Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo”, in *Storia Economica*, ESI, (3), pp. 377-409.

ALESSANDRINI, NUNZIATELLA (2012) – Os Perestrello: uma família de Piacenza no império português (século XVI). In ALESSANDRINI *et alii* (coord.). *Di Buon Affetto e commercio. Relações luso-italianas na Idade Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além Mar, pp. 81-112.

ALESSANDRINI, NUNZIATELLA (2014) – Os italianos e a expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI). In CONTU, Martino *et alii* (coord.). *Tra Fede e Storia. Studi in onore di Don Giovannino Pinna*. Cagliari: Aipsa Edizioni, pp. 35-50.

BRITO, GOMES DE (1888) – Convento das Flamengas em Alcântara. Os arquitectos Frias, em *Revista Archeologica* (dir.), A.C. Borges de Figueiredo, Lisboa, Adolpho, Modesto & C. Impressores, 1888.

BRUSCOLI, FRANCESCO GUIDI (2014) – *Bartolomeo Marchionni “Homem de grossa fazenda” (ca.1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: Leo S. Olschki Editore.

CASTILHO, JÚLIO DE (1960) – *A Ribeira de Lisboa*, Revista e ampliada pelo autor e com anotações de Luís Pastor de Macedo, Lisboa, vol. III

CRIVELLI, BENEDETTA (2017) – *Commercio e finanza in un impero globale. Mercanti milanesi nella penisola iberica (1570-1610)*, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.

DEMOULIN, LOUIS (1974) – “Le Portugal, son économie et son trafic d'outre-mer vers 1600, vus par le Florentin Raffaele Fantoni”, in *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles-Rome, fascicule XLIV.

FREITAS, JORDÃO DE (1946) – Paço Real de Alcântara- sua localização. Elementos para a sua história desde o domínio filipino, Lisboa, separata de OLISIPO, n. 36, Outubro, pp. 3-26.

- LEÃO, DUARTE NUNEZ DE (1610) – *Descrição de Portugal*, Lisboa: Impresso com licença por Jorge Rodriguez.
- MENDES, RUI MANUEL MESQUITA (2016) – Câmara Eclesiástica de Lisboa: contributos para o estudo da presença dos italianos e famílias de origem italiana na região de Lisboa (séculos XVI, XVII e XVIII). In ALESSANDRINI, Nunziatella et alii (coord.). *Scrigni della memoria. Arquivos e Fundos Documentais para o estudo das Relações Luso-Italianas*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, pp. 115-150.
- ROSA, MARIA DE LURDES (1995) – *O Morgadio em Portugal sécs. XVI-XV*, Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSÁRIO, FERNANDO MORAIS DO (1980) – “O português Bartolomeo Marchionni no tribunal de Génova”, in: *História*, 22/23, pp. 106/113.
- STOLS, EDDY (1971) – *de Spaanse Brabanders of the Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld : 1598-1648*. Vol. 1. Brussel : Paleis der Academien.

15

PODER, DIPLOMACIA E CIRCULAÇÃO CULTURAL NO SÉCULO XVI

POWER, DIPLOMACY AND CULTURAL CIRCULATION IN THE 16TH CENTURY

Ana Isabel BUESCU
ID: 0000-0002-5938-8463
[CHAM – FCSH – UNL]
aib@fcsh.unl.pt

RESUMO

Este texto incide sobre aspectos da actividade diplomática da coroa portuguesa no século XVI, na convergência das dimensões política, cultural e simbólica. Analisaremos duas principais vertentes: em primeiro lugar, a forma como os actos diplomáticos serviram, de forma emblemática no caso da realeza manuelina, a propaganda e a afirmação da coroa portuguesa em palco europeu; em segundo lugar, como a actuação política e a interacção dos agentes e diplomatas régios e papais foram uma peça fundamental na circulação de objectos de distinção e, portanto, da transmissão cultural.

Palavras-chave: D. Manuel; D. João III; diplomacia; propaganda; transmissão cultural.

ABSTRACT

This text focuses on aspects of the diplomatic activity of the Portuguese crown in the 16th century, in its political, cultural and symbolic dimensions. We will analyse two main aspects: firstly, how diplomatic acts served, in an emblematic way by king Manuel's external political action, the propaganda and visibility of the Portuguese crown on the European stage; secondly, how the political interaction of royal and papal agents and diplomats were an important instrument of the circulation of objects of distinction and, therefore, of cultural transmission.

Keywords: D. Manuel; D. João III; diplomacy; propaganda; cultural transmission.

OS ANIMAIS NA “GRAMÁTICA” DO PODER

Em 1514, ano em que Mateus, embaixador do Preste João, era recebido na corte portuguesa, em que era impressa a edição completa das *Ordenações* do Reino e se iniciava em Belém a construção da Torre por Francisco de Arruda, entrava em Roma, a 14 de Fevereiro, a embaixada do rei D. Manuel ao papa Leão X, chefiada por Tristão da Cunha. Exceptuando porventura pelo fausto e maior proximidade cronológica algumas das embaixadas de D. João V, a embaixada de 1514 a Roma tornou-se, por um conjunto de razões em que a sumptuosidade casava com riqueza, exotismo, grandiosidade e exibição de poder, o paradigma de um insuperado fausto e aparato diplomáticos.

São conhecidas as descrições desta embaixada, pelo que recordaremos, de forma breve, o grandioso cortejo/procissão pelas ruas de Roma, encabeçado por Tristão da Cunha, acompanhado por extensa comitiva em que se contavam Diogo Pacheco, o doutor João Faria e Garcia de Resende como secretário, em que a imagem central acabou por ser a do elefante oferecido por D. Manuel a Leão X. Outros animais seguiam como oferta, como dois leopardos, uma pantera, papagaios, perus e “um cavallo Persio que lhe [D. Manuel] mandara el Rei de Ormuz”. Mas era o imponente elefante branco que se impunha, avançando lentamente pelas ruas de uma cidade que já tanto vira mas não deixava de mostrar o seu assombro, carregando no seu dorso um palanque de prata em forma de castelo, com um cofre com os presentes do monarca português. Entre estes, contavam-se paramentos bordados com pérolas e pedras preciosas e, talvez, moedas de ouro mandadas cunhar para assinalar a solenidade do momento. O cortejo foi recebido pelo papa, cardeais e embaixadores no Castelo de Sant’Angello. É conhecido o episódio em que o elefante, que o papa tomara como sua mascote dando-lhe o nome de Hanno, ajoelhou três vezes em sinal de reverência e depois “tomou agua na trôba de hũa grande dorna (...) ha lançou tão alta, que passando a cima da janella onde o Papa estava, foi dar nas outras em que por três vezes borrifou muitos Cardeaes, & outras pessoas de qualidade que nellas estavam”, fazendo depois o mesmo sobre a multidão, “que sahirão dali hos mais bem molhados” (Góis, 1955: 210).

O primeiro elefante asiático chegara a Lisboa em 1506 (Bedini, 1997), sendo instalado nas cavalariças do paço dos Estaus, no Rossio, com direito a guardador próprio (ANTT, P. I, CC., mç. 17, doc. 98, mç. 22, doc. 3). O rei D. Manuel fora “(...) o primeiro Rei cristão da Europa a que vieram Elefantes da Índia”, e o monarca comprazia-se em percorrer as ruas da Lisboa precedido de quatro ou cinco daqueles animais (Góis, 1955: cap. 84). Entende-se que o elefante fosse uma peça-chave da embaixada a Roma, que alcançou ressonância europeia (Góis, 1954: caps. 55-57)¹, cimentou o prestígio do rei na Europa e ecoou também em Lisboa e na corte de D. Manuel, que agraciou o embaixador Tristão da Cunha, no seu regresso, com uma importante tença de 250 000 reais (ANTT, CDM, liv. 24, fol. 31).

A presença de animais na embaixada era, em simultâneo, uma novidade e uma tradição. Alguns, como panteras e leopardos, eram de há muito conhecidos na Europa, e a sua posse estava reservada às elites, sendo sinónimo de distinção e poder. Na *Cappella dei Magi* do Palazzo Medici-Riccardi, em Florença, pode ver-se, na extraordinária composição a fresco da autoria de Benozzo Gozzoli (1459-62), no longo cortejo, a representação de vários animais exóticos, entre os quais dois leopardos, com coleira de pedras preciosas, um dos quais, seguro com firmeza por uma trela, olha o espectador de frente, parecendo interpelá-lo. D. João II mantinha leões no paço da Alcáçova, numa prática que vinha dos reis medievais (Münzer, 1932: 22. Gomes, 1995: 261), e eram objecto de oferta entre as cortes europeias. Em 1440 o duque Filipe de Borgonha, casado em 1430 com a infanta Isabel, filha de D. João I, tinha quatro leões, um dos quais oferecido por D. Afonso V; também o infante D. Pedro ofertou uma leoa ao mesmo duque (Paviot, 1995: docs. 235 e 237).

Voltando a D. Manuel, no dia 3 de Junho de 1515² os reis e infantes, a corte e muito povo assistiram a

¹ O último capítulo inclui a tradução de uma carta do cardeal Alberto Carpi ao imperador Maximiliano I (†1519) dando novas da embaixada e descrevendo as suas sumptuosidades. Republicado a partir de Góis por Sousa, 1947: 266-269. V. ainda Costa, 2005: 164-165.

² Góis escreve por lapso na *Crónica* (IV, 1955: cap. 18), onde descreve com minúcia o episódio, que este teve lugar em 1517, e não em 1515, quando efectivamente aconteceu.

uma inédita encenação pública. Cerca de quinze dias antes chegara a Lisboa um animal nunca visto na Cristandade: era um rinoceronte, oferecido pelo rei de Cambaia a Afonso de Albuquerque, que o enviou a D. Manuel (Costa, 1937: 9-10). Desde a Antiguidade que elefantes e rinocerontes eram considerados inimigos mortais e D. Manuel quis “ver por experiência a força, & manhas que cada uma delas tinha em se defender, & cometer a outra”. Um jovem elefante asiático e o rinoceronte foram postos num “terreiro cerrado”, diante da antiga Casa da Contratação, ao paço da Ribeira, para em combate à maneira dos “Romãos” se ver qual das duas “bravíssimas, & espantosas alimárias” sairia vencedora. O combate acabou por se gorar, mas nem por isso a sua presença na arena deixou de ter impacto (Góis, 1955: cap. 18).

Esta encenação evidenciava o poder de um rei que se jogava à escala do mundo e a sua potencial dimensão como instrumento político seria, uma vez mais, habilmente utilizada por D. Manuel. Tratou o monarca de oferecer a “*rinocerota*” ao papa, com outros presentes, como uma “mui rica baixella de prata dourada, laurada de bestiães [sic]” (Góis, 1955: cap. 18, 54) e outras peças de ourivesaria, além de pimenta, cravo, canela, gengibre e noz-moscada (ANTT, CC, P. I, mç. 19, doc. 2. Carneiro, 1937: 198-199). A nau, capitaneada por João de Pina, saiu de Lisboa em Dezembro desse ano. O rei de França quis ver o animal e em Marselha o rinoceronte foi levado a terra. Fez então João de Pina a oferta a Francisco I, da parte de D. Manuel, de “hum mui fermoso ginete, bem ageazado [sic]. Retomando viagem, na costa de *Génova a tormenta foi tal que* o rinoceronte, que viajava acorrentado no convés, morreu. O seu despojo foi recuperado e empalhado e assim oferecido ao papa Leão X (Góis, 1955: cap. 18). Mesmo morto e empalhado, sendo “cousa tão nova nestas partes nunca vista e quase não achada nos livros”, provocara admiração em Roma, como escrevia D. Miguel da Silva ao monarca em Agosto de 1516 (ANTT, CC, P. I, mç. 20, doc. 84. Simões, 2021).

A ARTE DA DIPLOMACIA

Este conjunto de acções, inserindo-se no contexto de afirmação europeia da realeza manuelina mostrava, também, como na viragem para os tempos modernos o momento era de afinação dos mecanismos diplomáticos e dos sistemas de informação como instrumento de acção política no concerto das nações (Bély, 2008). Este facto repercutia-se ainda num maior protagonismo da figura dos embaixadores (Molinié, 2010: 437-452). Uma importante alteração foi a generalização da figura do embaixador permanente e a utilização da cifra, conhecida há muito, difundia-se pela generalidade das chancelarias. Em carta ao rei, de 31 de Março de 1515, D. Miguel da Silva instava o monarca para a necessidade da sua utilização na correspondência diplomática portuguesa. Do teor da missiva podemos inferir que o embaixador terá tido papel de relevo na decisão em breve tomada por D. Manuel nesse sentido (CDP, 1862: 324).

O mundo da diplomacia, ancorada num conjunto formal e público de cerimoniais, cruzava-se com a actividade de bastidores e com o mundo mais secreto dos agentes, mercenários e espões que enxameavam, em relação directa com a importância das cortes, as grandes cidades europeias (Pérez, 2010). A obtenção de informação – política, religiosa e estratégica, alianças, encomendas artísticas – era matéria crucial para a Coroa. Para além das relações ibéricas, o principal foco de informação e circulação de notícias eram Roma e a cúria pontifícia. Uma Roma que, depois de ter sido o centro do império romano, registara um período de declínio para se reerguer, gloriosa, sobretudo a partir do século XV, como centro político, intelectual, espiritual e artístico (Delumeau, 2013).

No século XVI ser embaixador em Roma era um cargo de grande importância e distinção. Foi com D. Manuel que as embaixadas permanentes na Cúria tiveram início, com o doutor João Faria, que regressou a Portugal em 1514 (CDP, 1862: 267), seguindo-se D. Miguel da Silva no cargo. Não deixa de ser significativo observar as duas realidades evocadas através da sua embaixada: segundo representante permanente da Coroa portuguesa junto da Santa Sé, foi com ele que teve início o uso da cifra na correspondência diplomática portuguesa: a primeira carta da chancelaria a utilizá-la foi uma carta a D. Manuel, de 11 de Novembro de 1516 (Cruz e Lázaro, 2004: 601-620).

DIPLOMACIA, DÁDIVA E CIRCULAÇÃO CULTURAL

As embaixadas eram um mecanismo crucial de propaganda do poder político, que a realeza manuelina explorou inteligentemente na sua afirmação europeia. Mas eram também, desde tempos antigos, um poderoso veículo da circulação cultural. A oferta e a dádiva cerimoniais eram uma prática indissociável das embaixadas entre reis e senhores, laicos e eclesiásticos, fossem elas de simples cortesia ou declaradamente políticas. Assim, uma análise dos seus testemunhos pode revelar-se um importante instrumento para sondar as relações entre diplomacia e transmissão cultural.

Começaremos por analisar um importante *corpus* quinhentista: as *Relações* do secretário régio Pero de Alcáçova Carneiro (†1593). Muita da informação que coligiu reencontramo-la nas crónicas, mas também por lá anda o registo, lacónico, de embaixadores que vinham a Portugal e eram recebidos pelo monarca. E é aqui que encontramos informações que constroem um padrão dominante que desconhecemos se antes existia na monarquia portuguesa ou se se manteve depois de D. João III.

Ao receber um embaixador, os monarcas despediam-nos, por cortesia, com uma dádiva, de maior ou menor importância e valor. Mas com D. João III e D. Catarina essa dádiva consistiu, de forma dominante, num objecto específico: um colar ou corrente de ouro, de maior ou menor valor monetário que o secretário refere, como que assinalando a maior ou menor importância da embaixada e do seu protagonista. Assim aconteceu em 1558 com o embaixador Sancho de Córdoba, enviado do imperador, a quem a rainha D. Catarina mandou “dar uma cadeia de seiscentos a setecentos cruzados” (Carneiro, 1937: 454); em 1561 o embaixador de Filipe II recebeu uma “cadeia, que pesou quinhentos cruzados” (Carneiro, 1937: 454-455), e o representante do rei de França, no mesmo ano, foi despedido com uma cadeia valendo seiscentos e cinquenta cruzados; em Outubro de 1562, o embaixador de Sabóia recebeu também uma “cadeia de ouro, que pesava seiscentos cruzados” (Carneiro, 1937: 155). Temos indicações da encomenda e pagamento de algumas dessas correntes ofertadas pelos monarcas (ANTT, CC, P. I, mç. 100, doc. 3). Este adereço era usado por reis e senhores desde a época medieval e a pintura testemunha o seu uso por diplomatas e dignitários, num momento de afirmação dos embaixadores e do seu estatuto (Molinié, 2010). A tela de Hans Holbein, *Os Embaixadores* (1533), ou o *Retrato de um dignitário* (c. 1543), de Jan Cornelisz Vermeyen (c. 1543), representam estes diplomatas ostentando grossas correntes de ouro sobre as suas vestes.

Não há, no entanto, uma exclusividade na dádiva de despedida, diversidade que se relaciona com a importância da embaixada. Casos há, como sucedeu com o embaixador do Piemonte, recebido por D. João III em Junho de 1553, em que a dádiva consistiu em “dinheiro vivo” – a este embaixador fez o monarca “mercê de quatrocentos cruzados” (Carneiro, 1937: 155). Um dos casos mais relevantes relaciona-se com a vinda a Lisboa, também em Junho de 1553, de Rui Gomes da Silva, camareiro e favorito de Filipe das Astúrias, em missão relacionada com o projectado casamento da infanta D. Maria, irmã de D. João III, com o príncipe viúvo, que nunca se concretizou, pois este veio a casar, em segundas núpcias, com Maria Tudor, rainha de Inglaterra (Buescu, 2007: 309-310). A ocasião era solene e politicamente crucial e o secretário regista o acontecimento com maior ênfase e pormenor. Gomes da Silva permaneceu em Portugal várias semanas e por ocasião da sua partida, já em Julho, “Fez-lhe El-Rei, nosso Senhor, mercê dum balais³ com três diamantes e três pérolas”, e o príncipe herdeiro, D. João, “lhe fez mercê dum arreio de gineta, de pedraria e ouro”, valendo cada um dos presentes a elevada soma de quatro mil cruzados (Carneiro, 1937: 423-424). Dez anos mais tarde, em 1563, por ocasião da passagem da regência do reino de D. Catarina para o cardeal D. Henrique, Filipe II enviou o seu embaixador, Pedro Fajardo, a visitar o rei D. Sebastião e D. Catarina; à despedida, fez-lhe “El-rei, nosso Senhor, mercê dum firmal que valeria mil e quinhentos cruzados, e a Rainha, nossa Senhora, outro que valia outro tanto” (Carneiro, 1937: 457), havendo outros casos de oferta de firmas a embaixadores estrangeiros nas *Relações*.

³ Ernesto de Campos de Andrada identifica, em nota, “balais” como sendo um rubi cor-de-rosa.

A importância e o significado da embaixada faziam variar o valor das ofertas. Em 1539, por ocasião da morte da imperatriz D. Isabel, D. João III recebeu da parte do imperador viúvo a visita de condolências de Luís de Zúñiga, a quem o rei deu “um colar de pedraria com muitas pérolas, que foi avaliado em mais de dois mil cruzados – acrescenta Alcáçova Carneiro – para sua esposa” (Carneiro, 1937: 10). O mesmo se verificava com os embaixadores portugueses, como sucedeu em 1549⁴ com D. Constantino de Bragança, filho do duque D. Jaime e da sua segunda mulher Joana de Mendonça, enviado como embaixador extraordinário à corte de França por ocasião do nascimento de Luís (†1550), segundo filho varão de Henrique II e de Catarina de Médicis, em representação de D. João III, padrinho do príncipe. Recebido em França com todas as honras, foi D. Constantino quem levou o príncipe à pia baptismal no palácio de Saint Germain. Quando regressou a Portugal, recebeu do monarca francês uma baixela de prata dourada no valor de quatro mil cruzados “e aos fidalgos mandou [o rei] dar cadeas de ouro de cento e cinquenta cruzados”(Andrada, 1976: 977-978. Sousa, 1948: 352-355). Monsieur de Biron, o embaixador francês que viera a Portugal convidar o monarca para padrinho, viu-se presenteado por D. João III, quando regressou a França, com uma “cadeya de ouro de valor de mil cruzados” (Sousa, 1948: 352). Um século antes, em 1447, o duque de Borgonha Filipe o *Bom* ofereceu seis taças de prata dourada da autoria do ourives Jean Peutin e tecidos preciosos, no caso veludo carmesim, a um embaixador português chegado à Borgonha para tratar de “*choses et matièrres secrètes*”, exemplo de outras ofertas a outros embaixadores do rei de Portugal na Borgonha do século XV (Paviot, 1995: docs. 291 e 292, e doc. 76).

Outra fonte documental são as missivas trocadas entre os monarcas e os seus embaixadores. Retomando o caso de D. Miguel da Silva, numa longa missiva régia, de Novembro de 1523, muitos negócios de interesse para a Coroa são tratados pelo rei com o seu embaixador, num momento sensível para a Cristandade, dividida pela Reforma luterana e confrontada com o assalto, em Dezembro anterior, dos Turcos à ilha de Rodes, no coração do Mediterrâneo, até então governada pelos cavaleiros hospitalários de S. João, que os Otomanos tomaram depois de um longo cerco. Nesta carta, D. João III agradece “a pintura de Rodes que nos enviastes folgamos de ver mas foy causa de recebermos mayor sentimento da perda delle” (GTT, 1965: gav. XV, mç. 19, doc. 15, 271). Seria porventura um pano, tapeçaria ou tela com a representação da ilha? Respigando outros casos, a missiva do comendador-mor D. Afonso ao rei, de 18 de Agosto de 1551, gira toda ela em torno do valiosíssimo diamante oferecido pelo rei ao papa Júlio III “avaliado em cem mil cruzados por a mor parte destes lapidarios”, da satisfação do pontífice em recebê-lo, e das movimentações de vários mercadores em torno de tão magnífica pedra, comentando D. Afonso que “nom se falla em Roma noutra cousa” (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 15, 614-615).

E o mais antigo mapa de Portugal tem a sua história ligada aos meandros da diplomacia na Cúria pontifícia, num processo que remonta a 1557, quando D. João III morreu e D. Sebastião subiu ao trono. Na altura, preparou-se uma embaixada chefiada por Lourenço Pires de Távora (†1573), que entrou em Roma em Junho de 1559. Nessa ocasião Aquiles Estaço (†1581), prestigiado latinista aí residente, redigiu e proferiu a oração de obediência ao papa Pio IV. O cardeal encarregado dos negócios portugueses, Guido Sforza, recebeu de Estaço, “devido à protecção dispensada à nossa gente, a Lusitânia descrita pela arte de Fernando Álvaro Seco”, cartógrafo, matemático e geógrafo. É pertinente pensar que essa oferta foi suscitada e paga pela Coroa portuguesa.

Também em Roma os embaixadores recebiam “encomendas” como sucedeu com Baltasar de Faria, a quem o cardeal Santiquattro, encarregado dos negócios de Portugal, encomendou “hum fio de perlas” para oferecer a uma sobrinha que casara; o embaixador comentava em carta de 18 de Fevereiro de 1544 ao rei que iria encarregar o sogro dessa aquisição (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 32, 665). Na correspondência diplomática encontramos outras referências alheias à realeza portuguesa. Em missiva enviada a D. João III a 18 de Maio de 1548, dando notícias da Europa e do grão-turco, Baltasar de Faria referia o presente que Veneza, cujo doge fora padrinho de um filho do rei de França, enviara à corte

⁴ Sousa, 1948: 356, corrige Francisco de Andrada, sustentando que o nascimento e a embaixada tiveram lugar em 1548 e não em 1549, mas é Andrada quem está certo, pois Luís nasceu a 3 de Fevereiro de 1549.

francesa: uma medalha no valor de cinco mil cruzados “pera o menino e cheiros de toda sorte para a dalfina [sic] que valem 1000 cruzados, e outros 1000 em dinheiro pera a ama” (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 24, 631).

Nesta mesma carta, o embaixador descrevia os ecos do faustoso presente que o primogénito de Soleimão o *Magnífico* enviara da Anatólia ao pai, para celebrar uma vitória militar na Hungria: três leões, dois machos e uma fêmea, “hum liam pardo (...) todos cubertos mui ricamente”, nove cavalos “mui fermossos cubertos de mui ricas cubertas d’ouro”, quarenta casacas de pano de ouro ricamente lavradas e ainda “hum prato d’ouro todo lavrado de dentro e de fora com muitas jóias e lavores”, um “prato de dar augua [sic] às mãas e hum pote d’ouro lavrados com muitas jóias”. Perante tal ostentação de riqueza, o embaixador referia que quando recebeu o presente, Soleimão teria afirmado “pois que meu filho se lembra de mym eu me lembrarei delle” (GTT, 1960: gav. II, mç. 5, doc. 24, 632). Para lá da fé e das crenças, que condicionavam as características de certas ofertas, outras dádivas cerimoniais não diferiam muito entre o mundo cristão e a *Sublime Porta*.

A oferta do diamante por D. João III ao papa Júlio III, acima referida, prende-se com o contexto da construção do império português. Objectos exóticos e desconhecidos que agora chegavam com abundância à Europa passaram a ter um lugar especial nas ofertas dos reis portugueses e a ser um pouco a sua “imagem de marca”. Papagaios do Brasil, pedras preciosas, rubis e diamantes, esmeraldas e safiras, peças de mobiliário, joalheria e porcelanas do Oriente, tecidos sumptuosos, animais de grande porte, como os elefantes e outras raridades chegavam a Portugal suscitando interesse e curiosidade na Europa. A 23 de Junho de 1530, o embaixador castelhano na corte portuguesa, Lope Hurtado, escrevia a Carlos V referindo que um agente francês estivera em Lisboa para comprar “cosas (...) de la India”, e como D. João III, aquando da sua partida para França, “le dio treze o quatorze arcas de cosas de la India para la Regente [Luísa de Sabóia]” (Viaud, 2001: doc. LXVIII, 419).

A rainha D. Catarina tinha uma paixão muito particular por jóias, pérolas e outros objectos de luxo (Braga, 1990: 182-191. Jordan-Gschwend, 1994: 382-389. *Exotica*, 2001), talvez acentuada pela sua austera infância em Tordesilhas (Buescu, 2007: 15-103), e que havia de conceber um singular gosto pelo coleccionismo, encomendava com frequência objectos e pedras preciosas, artefactos de luxo e animais exóticos. A 30 de Dezembro de 1564, o vice-rei da Índia, D. Antão de Noronha, escrevia à rainha dando-lhe conta da encomenda de “diamantes sorteados e rubis e esmeraldas da mesma maneira e uma soma de pérolas (...) roupa muito fina (...) pedaços de cristal (...) e elefantes”, que, ou por dificuldades de fazenda, ou por não se poderem encontrar, o vice-rei tinha dificuldade em enviar para Lisboa (GTT, 1962: gav. XI, 8-13, 706-711). Muitas destas peças, para além de um uso pessoal e da sua casa, destinavam-se a ofertas que a rainha fazia, com destaque para os seus familiares da casa de Áustria.

Em 1551, D. João III ofereceu um elefante ao imperador Maximiliano II. Em 26 de Novembro de 1563, Francisco Pereira, embaixador em França, escrevia a Alcáçova Carneiro pedindo um elefante para o duque de Florença, já que, dos dois que existiam em Castela, um fora oferecido ao rei da Boémia e o mais pequeno morrera e fora empalhado: “se isto fosse cousa que pudesse ser mandá-lo Sua Alteza vir da Índia (...)”, muito satisfeito ficaria o duque, já que “era a cousa do mundo que mais desejava” e bem cotado ficaria quem pudera satisfazer-lhe o pedido (GTT, 1964: gav. XV, 18-21 e 199).

Também os presentes enviados pelos monarcas portugueses para reis de África e do Oriente surgem em várias fontes, mas deles não nos ocuparemos (*Letters*, 1931: docs. 140, 286, 293, 337). Ainda assim, evoquemos um episódio em que é também o jogo diplomático o intermediário entre um fabuloso diamante na posse da Casa de Bragança, cobiçado pelo rei de Marrocos. Em Abril de 1582, o monarca escrevia a D. Catarina de Bragança anunciando o envio de uma outra carta ao duque, no sentido de fazer chegar a Marrocos, para ser avaliada e eventualmente adquirida, aquela preciosíssima pedra, gabada pelo embaixador português na sua corte, D. Francisco da Costa, cujo valor ascenderia a cem mil ducados (Sousa, 1950: 480-481).

Interessa-nos agora explorar a correspondência dos nuncios permanentes em Portugal durante o reinado de D. João III (De Witte, 1980 e 1986)⁵, fonte documental de grande importância para o estudo das relações entre a Coroa portuguesa com a Cúria no crucial período da implantação da Inquisição em Portugal, e todas as “ondas de choque” em torno da questão dos cristãos-novos, bem como de muitos outros assuntos de natureza eclesiástica. Esta correspondência também ajuda a compreender a dinâmica de outros interesses e jogos de poder na corte portuguesa, para além dos estritamente ligados à Coroa, bem como ter uma visão mais próxima sobre os seus protagonistas e, até, tomarmos conhecimento de fracturas no seio da família real.

É o caso da pouco ventilada oposição de D. Afonso à concessão do barrete cardinalício ao irmão, D. Henrique, de que dava conta o nuncio Capodiferro ao cardeal Farnese, em carta cifrada de 13 de Abril de 1538, mas também os projectos de casamento do infante D. Luís (†1555) e da infanta D. Maria (†1577), irmã do rei, ou ainda documentos sobre D. Miguel da Silva anos após a sua fuga do reino (De Witte 1986: docs. 255 e 259). Destacaremos as figuras do cardeal D. Afonso (†1540), de D. Teodósio, duque de Bragança, e de D. Miguel da Silva. Para todos eles era crucial a relação com a cúria: o cardeal D. Afonso (Paiva, 2007: 127-174), porque acalentou o projecto de conseguir para si a legação permanente da Santa Sé em Portugal, para o que enviou a Roma o seu agente italiano Pierantonio Casulano, como escrevia o nuncio Marco Vigerio della Rovere em 16 de Maio de 1534 (De Witte, 1986: doc. 24, 96, e doc. 25, 98); depois, mais tarde, porque pretendeu partir para Roma para participar no concílio ecuménico agendado para 1538, desejo a que D. João III sempre se opôs, apesar do pedido expresso do papa em carta de 21 de Dezembro de 1538 (ANTT, CC, I, mç. 63, doc. 82). Não era segredo que o cardeal queria viver em Roma, como comentava o nuncio Capodiferro a Ambrogio Ricalcato, secretário do papa, dando conta das conversas com o cardeal-infante a propósito do seu firme desejo de “venire alla corte [di Roma]” (De Witte, 1986: doc. 65).

Quanto a D. Miguel da Silva, regressado a Portugal em 1525, a disponibilidade sempre demonstrada pelos assuntos romanos articulava-se com uma situação de crescente desconforto na corte, em particular perante D. João III. D. Miguel da Silva aspirava a regressar à Roma de Clemente VII, o que acabou por fazer, fugindo de Portugal no Verão de 1540 (Deswarte, 1989. Buescu, 2010). Finalmente, D. Teodósio, 5.º duque de Bragança († 1563), procurava cimentar uma autonomia na sua relação com a Cúria e, facto nunca evocado mas evidenciado na correspondência (doc. 127, 381-381, doc. 130, 389-390), na expectativa de estabelecer um vínculo matrimonial com a casa Farnese, através do seu casamento com Vittoria Farnese (†1602), irmã do cardeal, por sua iniciativa mas aparentemente com o acordo do rei.

Todas estas situações são trazidas a uma nova luz pelas cartas dos nuncios e é neste contexto que temos de entender várias das ofertas e presentes que, em diferentes momentos, todos eles fizeram seguir para Roma. Vejamos alguns exemplos destes instrumentos de persuasão e de poder. Já sob o pontificado de Paulo III, em missiva de Janeiro de 1538, o nuncio Capodiferro anunciava o envio para Roma de um “libro de una carta di navigazione universale”, oferta do duque de Bragança ao cardeal Farnese (doc. 91, 299). Por carta de 22 de Julho desse ano, o nuncio informava o cardeal da oferta pessoal do cardeal-infante D. Afonso de uma “carta de navigare” (doc. 91, 298-299), ao saber do seu desejo em obter uma. O mapa era de grandes dimensões, pelo que o nuncio informava que só seguiria em ulterior correio. O cardeal Farnese havia encarregado o nuncio de conseguir, em Portugal, cartas de navegação e mapas, para o que lhe confiara um pormenorizado memorial com as informações cartográficas que desejava obter, como uma “descrittione del mondo” (doc. 90, 296). O nuncio refere-se ainda a esse memorial em carta de 18 de Janeiro de 1538 (doc. 66, 226). Também D. Miguel da Silva, depois de ter tentado, junto de Clemente VII (†1534), o seu regresso a Roma (doc. 2, 9-11), cumulava em 1539, nas vésperas da sua fuga, o cardeal Farnese de presentes, como medalhas antigas de ouro

⁵ Foram seis os nuncios em Portugal até à extinção da nunciatura pedida e concedida a D. João III, em 1553: Antonio Pucci – 1513-1515 (papado de Leão X [Giovanni di Medici]); Marco Vigerio della Rovere – 1532-1536 (Papado de Clemente VII [Giulio di Medici]); Hieronimo Capodiferro – 1537-39; Luiggi Lippomano – 1542-1545; Giovanni Ricci – 1544-1550; (Papado de Paulo III [Alessandro Farnese]); Pompeo Zambecari – 1550-1553 (Papado de Júlio III [Giovanni Maria del Monte]).

e de prata, enviadas para Roma pelo seu secretário António Ribeiro, ou, ainda, encarregando-se em Portugal da compra de cavalos a pedido do cardeal (doc. 124, 378).

A correspondência dos embaixadores papais no reinado de D. João III permite ainda entrever, para lá das cartas geográficas e dos produtos exóticos como os tecidos da Índia (doc. 164), as pedras preciosas (doc. 247), animais e aves oferecidos pelo núncio Ricci ao cardeal em 1548 (doc. 242), quais os bens e objectos que de Portugal eram mais solicitados em Roma ou que os vários núncios consideravam constituir ofertas apreciadas, pelo que também eles tratavam de os adquirir e enviar. Os cavalos surgem com destaque na correspondência com o cardeal Farnese, o secretário de Paulo III e outros funcionários da Cúria (docs. 90, 246, 247). O cardeal lembrava, em carta de 26 de Abril de 1539, a promessa do núncio Capodiferro, que tardava em concretizar-se, de lhe enviar cavalos (doc. 117, 361-364). Outros produtos vão também aparecendo, como as barricas de vinho enviadas em 1537 por Capodiferro ao secretário do papa e a Pierluigi Farnese, duque de Parma e pai do cardeal (doc. 58), doces e marmeladas da ilha da Madeira, a que se refere o núncio Ricci em três das suas missivas a Alessandro Farnese (docs. 195, 200 e 201). Em 1552, o núncio Zambecari⁶ recebia do cardeal Marcello Cervini (†1555), futuro e efémero papa durante 22 dias, o original pedido de um desenho de todos os peixes que banhavam o reino de Portugal (doc. 311).

Como procurámos evidenciar, o jogo diplomático é, para além da sua função primeira, um instrumento de afirmação e propaganda do poder, se utilizados com a argúcia de D. Manuel, bem como uma fonte preciosa para o estudo de aspectos da circulação cultural nesta primeira modernidade.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

ANTT – *Corpo Cronológico (CC)*, P. I, mç. 17, doc. 98; mç. 19, doc. 2; mç. 20, doc. 84; mç. 22, doc. 3; mç. 63, doc. 82; mç. 100, doc. 3. *Chancelaria de D. Manuel (CDM)*, liv. 24, fol. 31.

FONTES IMPRESSAS

ANDRADA, FRANCISCO DE (1976) – *Crónica de D. João III*. Introdução e Revisão de ALMEIDA, Manuel Lopes de. Porto: Lello & Irmão.

CARNEIRO, PERO DE ALCÁÇOVA (1937) – *Relações de (...)*, revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORPO DIPLOMÁTICO PORTUGUEZ (= CDP) (1862) – SILVA, Luís Augusto Rebelo da (ed.). vol. I. Lisboa: Academia Real das Ciências.

DE WITTE, CHARLES-MARTIAL (1980 e 1986) – *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, edição crítica e notas por (...), 2 vols.. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

GAVETAS (AS) DA TORRE DO TOMBO (= GTT) (1960, 1962, 1965), vols. I, II, V. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

GÓIS, DAMIÃO DE (1954 e 1955) – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, vols. III e IV. Coimbra: Universidade de Coimbra.

LETTERS OF JOHN III KING OF PORTUGAL 1521-1557 (1931), texto português, com edição e introdução por FORD, J. D. M., Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

MÜNZER, JERÓNIMO (1932) – *'Itinerário' do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*. Introd., ed., trad. e notas de VASCONCELOS, Basílio de. Separata de *O Instituto*, vol. 80, 5.

⁶ Zambecari foi o último núncio permanente nesta fase em Portugal, já que o monarca português solicitou e obteve a supressão da nunciatura em 1553 (De Witte, 1986: 14).

- PAVIOT, JACQUES (ED.) (1995) – *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Édition présentée et commentée par (...). Lisboa-Paris: CCCG/CNCDP.
- SOUSA, ANTÓNIO CAETANO DE (1948) – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa (= HGCRP)*, vol. V. Coimbra: Atlântida Editora.
- SOUSA, ANTÓNIO CAETANO DE (1947 e 1950) – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa (= PHGCRP)*, II, P. I, IV, P. I. Coimbra: Atlântida Editora.
- VIAUD, AUDE (ED.) (2001) – *La Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530: Lope Hurtado de Mendoza*. Lisboa/Paris: CCCG e CNCDP.

ESTUDOS

- BEDINI, SILVIO A. (1997) – *The Pope's Elephant*. Manchester: Carcanet, Fundação Calouste Gulbenkian e CNCDP.
- BÉLY, LUCIEN (2008) – *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF.
- BRAGA, ISABEL DRUMOND (1990) – O 'deve' e o 'haver' da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557). *Arquivos do Centro Cultural Português*. vol. XXVIII, Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 137-211.
- BUESCU, ANA ISABEL (2007) – *Catarina de Áustria (1507-1578) Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- BUESCU, ANA ISABEL (2010) – D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, T. I, 141-168. Versão electrónica: http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10
- COSTA, ABEL FONTOURA DA (1937) – *Deambulações da Ganda de Modafar, Rei de Cambaia, de 1514 a 1516*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- COSTA, JOÃO PAULO OLIVEIRA E (2005) – *D. Manuel (1469-1521). Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CRUZ, MARIA AUGUSTA LIMA e LÁZARO, ANTÓNIO MANUEL (2004) – A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado. In CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur Teodoro de (coord.). *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, pp. 601-620.
- DELUMEAU, JEAN (2013) – *La seconde gloire de Rome XVe-XVIIe siècle*. Paris: Perrin.
- DESWARTE, SYLVIE (1989) – *Il 'Perfetto Cortegiano'. D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni.
- EXOTICA. *THE PORTUGUESE DISCOVERIES AND THE RENAISSANCE KUNSTKAMMER* (2001) – Catálogo da Exposição (Museu Calouste Gulbenkian e Kunsthistorisches Museum, 17 Outº 2001-6 Janeiro 2002). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOMES, RITA COSTA (1995) – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel.
- JORDAN-GSCHWEND, ANNEMARIE (1994) – *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen Household: Its Character and Cost*, diss. doutoramento em História de Arte e Arquitectura, polic., Universidade de Brown, P. III.
- MOLINIÉ, ANNE-SOPHIE (2010) – Portraits d'ambassadeurs à propos de quelques portraits vénitiens du XVIe siècle. In PEREZ, Béatrice (dir.). *Ambassadeurs, apprentis espions et maîtres comploteurs. Les systèmes de renseignement à l'époque moderne*. Paris: PUPS, pp. 437-452.
- PAIVA, JOSÉ PEDRO (2007) – Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 7, 127-174. Versão electrónica: http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_7
- PEREZ, BÉATRICE (DIR.) (2010) – *Ambassadeurs, apprentis espions et maîtres comploteurs. Les systèmes de renseignement à l'époque moderne*. Paris: PUPS.
- SIMÕES, CATARINA ANSELMO SANTANA (2021) – *Imagens de poder: animais exóticos na cultura de corte em Portugal no Renascimento*. Tese de doutoramento em História, espec. História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa: NOVA-FCSH.

16

A "FORTUNA" COMO SIGNO DE UM DISCURSO IMPERIAL NO PORTUGAL DO SÉCULO XVI

FORTUNE' AS A SIGN OF AN IMPERIAL DISCOURSE IN SIXTEENTH-CENTURY PORTUGAL

Ana Paula Menino AVELAR
ID : 0000-0003-0482-3832
[UAb / CHAM – FCSH – UNL /
CEC – CH – FL – UL]
ana.avelar@uab.pt

RESUMO

Ao longo deste ensaio analisa-se o modo como a Fortuna se constituiu no século XVI como signo construtor de um discurso imperial no Portugal de Quinhentos, atendendo, para além do conteúdo ontológico deste signo, aos conceitos de milenarismo e messianismo. Interpretar-se-á o discurso imperial consubstanciado nas Histórias gerais redigidas no século XVI sobre a presença portuguesa nos espaços extra-europeus.

Nesta análise discursiva atender-se-á à centralidade que ganhou no discurso historiográfico de Fernão Lopes de Castanheda, na impressão de 1554 do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, a tradição sibilina vertida na incorporação de um capítulo sobre a profecia de sibila Cumea, no momento em que Nicolau Coelho, que partira com Vasco da Gama para Portugal em 1498, noticia o sucesso desta viagem e informa D. Manuel da sua próxima chegada. Esta incursão discursiva demonstra como historiograficamente se expõe um desígnio dinástico.

Palavras-chave: Império; Fortuna; Renascimento; messianismo; milenarismo.

ABSTRACT

In this essay, we analyse how fortune was conceived in the sixteenth century as a conceptual sign of an imperial discourse in sixteenth-century Portugal, bearing in mind, as well as the ontological content of this sign, the concepts of both millenarism and messianism. The imperial discourse embodied in the Histories General written in the 16th century on the Portuguese presence in extra-European spaces will be interpreted. We proposes an analysis of the imperial discourse on the Portuguese presence in extra-European spaces, as embodied in the 16th-century General Histories.

This discursive approach will focus on the centrality of the Sibylline tradition in the historiographical discourse of Fernão Lopes de Castanheda, in the 1554 printing of the first book of the *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, with the chapter on the prophecy of the Sibyl Cumea, at the moment when Nicolau Coelho, who hade sailed on his way with Vasco da Gama in 1498, reported the success of this voyage and informed King Manuel of his oncoming arrival. This discursive incursion reveals how a dynastic design is historiographically exposed.

Keywords: Empire; Fortune; Renaissance; millenarism; messianismo.

Quando se analisa o modo como no discurso imperial do Portugal de Quinhentos a “Fortuna” é um dos seus signos construtor importa atender àquela que foi a tradição milenarista e messiânica que esteve presente em Portugal e que, tal como no espaço europeu, atravessou a conceptualização do exercício do poder ao longo dos séculos.

Como Jean Delumeau claramente teorizou: “O milenarismo, expectativa de um reino sobre esta Terra que seria uma espécie de paraíso terrestre reencontrado, está, pela sua própria definição, estreitamente ligado à noção de uma idade de ouro desaparecida.” (Delumeau, 1997: 13). Tal percepção interpretativa do fluir de um tempo vai correndo, nomeadamente nos escritos historiográficos, como acontece na obra de Gaspar Correia, um dos nossos cronistas da expansão portuguesa. Na sua História Geral sobre a presença portuguesa nos espaços asiáticos, intitulada *Lendas da Índia*, este autor não deixa de idealizar os primeiros momentos de um domínio, que vivenciou durante cinquenta anos (Avelar, 2016: 306-309) e descreveu, afirmando que:

Tomei este trabalho com gosto, porque os começos das cousas da India forão cousas tão douradas que parecia que não tinham debaixo o ferro que depois descobrirão; e proseguindo eu minha teima fui avante, porque não perdesse o que tinha trabalhado. Crecerão males, mingoarão os bens, com que quase tudo se tornou viuos males, com que o escritor deles com razão se pode chamar praguejador, e não bom escritor de tão ilustres feitos e acaecimentos no descobrimento e conquista de tantos reynos e senhorios, em que os feitos dos Portuguezes parecem mais milagrosos que per outra nenhuma razão, com tão gloriosas honras acabados, como Nosso Senhor por sua grande misericordia os quis dar em nossas mãos, acabados como hoje em dia aparecem. (Correia, 1975: 1-2).

Esta concepção de os portugueses terem sido “escolhidos” atravessou, por vezes, subliminarmente a escrita da cronística da Expansão, muito em particular os textos prologais destas Histórias gerais sobre uma presença portuguesa no espaço extra-europeu no século XVI. Nesta época a assunção de uma ideia de destino aparece a par tanto de um milenarismo como de um messianismo, entendido como a espera daquele que consubstanciará o regresso a uma idade do ouro desaparecida, e que visará edificar uma *Respublica Christiana* consubstanciada em: “l’unification politique de l’univers sous le sceptre d’un seul empereur, la propagation de la vraie foi sur l’ensemble de la Terre par la croisade, et l’établissement d’un âge d’or eschatologique.” (Haran, 2000:15).

Apesar de o milenarismo e o messianismo não serem duas concepções “intermutáveis”, frequentemente surgem como tal. Nalgumas expressões messiânicas, por vezes, depararmos com a espera indeterminada da vinda um messias, sendo igualmente possível encontrarmos expressões de um milenarismo que não a incorporam. Contudo, importa registar como frequentemente, ao longo dos séculos, e nomeadamente neste século XVI se expressaram concepções milenar-messiânicas as quais: “(...) têm geralmente um carácter terrestre. Anunciam uma mudança radical, uma salvação colectiva, iminente, total. Indicam o sentido da história. Fazem apelo ao agir humano. Muitas vezes profetizam um tempo de felicidade entre dois períodos de catástrofes.” (Delumeau, 1997: 14).

Intrinsecamente ligada à concepção messiânica do devir está a noção de destino, a qual foi claramente evocada por Gaspar Correia ao referir como Deus colocou nas mãos dos portugueses a presença e domínio por e de terras asiáticas. Este é um tempo em que o discurso historiográfico, nomeadamente tanto a cronística régia como a da expansão, em certa medida seguem o modelo ciceroniano, na prossecução essencial do seu valor Ético e Moral e constituem-se como factores legitimatórios da majestade imperial. Tal é tanto mais evidente quando analisamos os textos prologais das crónicas redigidas tanto por Damião de Góis, sobre o reinado de D. Manuel, e Francisco de Andrada, sobre D. João III, como por Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, sobre a presença portuguesa nos espaços asiáticos (Avelar, 2022: 20-21).

Como Agnes Heller esclarece: “(...) a noção de destino implica irrevogabilidade, imutabilidade, incapacidade do homem para alterar as coisas – e não, portanto, a sua impotência absoluta. (...) A categoria de “destino” separa um aspecto real da vida humana – a inevitabilidade e irrevogabilidade

– do tecido complexo da vida concreta, e coloca-o “acima” dos homens; manifesta-se numa pessoa ou num fenómeno natural (Deus, as estrelas.” (Heller, 1982: 293-295). Por vezes, brotando sinais, de como este se manifestará. É no seu seio que se formula a fortuna a qual é a matéria-prima, de que fazem parte a virtude e a coragem, e que permite o êxito. Atente-se como ecoa na sétima ode, dedicada a D. Manuel de Portugal, inclusa nas Rimas de Luís de Camões, o emblema de Alciato, *Virtuti fortuna comes*¹ (Leite de Vasconcelos, s.d.: 13):



(...)
*Sempre foram engenhos peregrinos
 Da Fortuna envejados;
 Que, quanto levantados
 Por um braço nas asas são da Fama,
 Tanto por outro a sorte, que os
 desama,
 Co peso, e gravidade,
 Os oprime, da vil necessidade.
 Mas altos corações, dinos de império, que
 vencem a Fortuna,
 Foram sempre coluna
 da ciência gentil: Octaviano, Cipião,
 Alexandre e Graciano, que vemos
 imortais;
 e vós, que nosso século dourais.
 Pois, logo, enquanto a citara sonora se
 estimar pelo mundo,
 com som douto e jucundo,
 e enquanto produzir o Tejo e o Douro
 peitos de Marte e Febo crespo e louro,
 tereis glória imortal,
 Senhor Dom Manuel de Portugal*

Fig. 1. *Emblemata* de Andrea Alciati (1548) e Ode de Luís de Camões (Camões, 1953: 294-295).
<https://ia801309.us.archive.org/32/items/emblemataandreae00alcia/emblemataandreae00alcia.pdf>

Mas prenúncios da fortuna régia plasmar-se-iam logo na empresa entregue por D. João II ao príncipe D. Manuel (Costa, 2007: 256-258). A “sphera mundi” manuelina seria, na crónica régia sobre este monarca escrita por Damião de Góis, inscrita na idealização dos matemáticos que assim:

(...) representam a forma de toda a máquina do céu, e terra, com todos outros elementos, cousa de espantar, e que parece que não careceu de mistério profético, porque assim como estava ordenado por Deus que ele houvesse de ser herdeiro del rei D. João, assim quis que o mesmo rei a quem havia de suceder, lhe desse uma tal divisa, per cuja figura se demonstrasse a entrega, e cessão que lhe já fazia, para como seu herdeiro prosseguir depois da sua morte, na verdadeira acção que tinha na conquista, e domínio de Asia, e África, como fez com muito louvor seu, e honra destes reinos. (Góis, 1949-1954: 14).

Tal identificação integra o frontispício desta obra.

Como assinala D. Jerónimo Osório: “(...) por divino aceno foi D. Manuel alçado à real grandeza; assim também delineou, quanto prefêz, quantas façanhas a seu mando se cumpriram, à benignidade de Deus se têm de referir; e em muitas coisas admiráveis é tão visível a Mão divina que as administrou, que entrara em suspeita de ímpio e pérfido quem lhes refusasse a sua crença.” (Osório, 1944: 12). A providência divina acompanha o governo régio. É a fortuna que se materializa. Mas a esta questão voltarei em breve.

A esfera é ao longo do seu reino um dos signos identificadores do monarca. Observe-se como a mesma é gravada no coxote esquerdo de uma das suas armaduras de aparato que se encontra no *Musée*

¹ A Fortuna é companheira da Virtude.

de *l'Armée* de Paris. Este é o monarca que corporiza o ideário de um messianismo imperial, que se encontrava amplamente enraizado no espaço ibérico e que, como defende Luís Filipe Thomaz, traçando a influência do ideário de Joaquim de Fiore nesta ideia de messianismo imperial, influencia o exercício do poder no espaço ibérico, ganhando particular relevo no reinado de D. Manuel. Como este historiador escreve: “Aparentemente, o Rei [D. Manuel] acreditou ser ele próprio o soberano predestinado por Deus para reformar a Igreja, remetendo-a, ao seu papel espiritual, destruir um Islão confundido com a “Babilónia, a Grande Prostituta” do Apocalipse e instaurar, por fim, o império cristão universal sobre a Terra.” (Thomaz, 2021: 23).

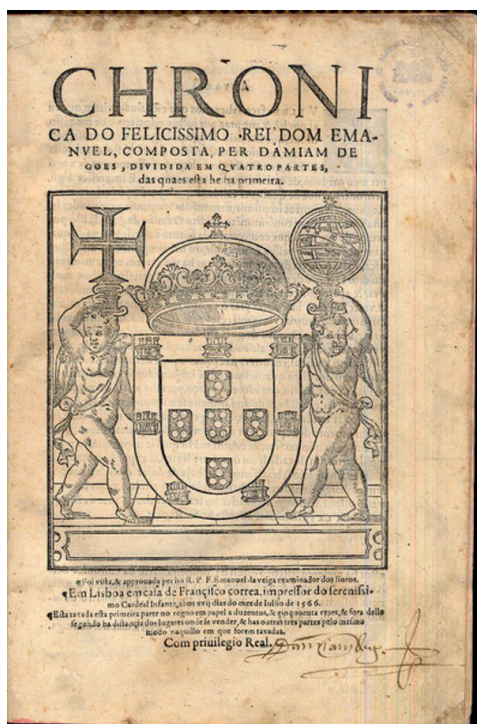


Fig. 2. Frontispício da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*.



Fig. 3. Esfera armilar no coxote esquerdo, Armadura de D. Manuel. <https://imaginariusbellica-remilitari.fcsh.unl.pt/default.aspx?lang=pt>

Importa assinalar que esta inscrição corria a par da de Carlos V. Egídio de Viterbo, superior dos agostinhos, exultara a 21 de dezembro de 1507, numa homilia proferida, a pedido do papa Júlio II na igreja de S. Pedro de Roma, os feitos portugueses na Índia e no Ceilão, tendo, como afirma, D. Manuel aberto uma “nova idade do ouro”, cujo um único pastor guardaria um só rebanho. É igualmente este mesmo autor que, na sua *Scechina*, obra encomendada por Clemente VII e dedicada a Carlos V (c. 1530), considerou que neste novo tempo em que os europeus cruzam outros mares e se estabelecem pelos espaços extra-europeus: “(...) Carlos V vai ser o rei da Terra e o príncipe dos príncipes. Vai reunir o rebanho de toda a humanidade sob a autoridade de um só pastor. Será em simultâneo, um novo Moisés e um novo David e continuará, à escala do mundo inteiro, a obra dos apóstolos. Vai revelar o sentido das escrituras.” (Delumeau, 1995: 83).

No seu estudo em torno do modo como a ideia de milénio foi sendo intuída pelo discurso da História, Maria José Ferro Tavares inscreve o desígnio manuelino face ao entendimento de se terem encontrado comunidades cristãs que teriam sido: “(...) catequizados por S. Tomé, gerava a consciência da universalidade do cristianismo e do início do império universal cristão para os messianistas(...). Ao milenarismo cristão ocidental, juntava-se agora o milenarismo da corte do Preste João ...” (Tavares, 2004: 19).

O próprio João de Barros na sua primeira Década da Ásia ... impressa em 1552 refere como parecera

que a “manifestação” de um novo mundo deveria acontecer exactamente quando el-rei D. Manuel herdasse o reino de Portugal, sendo a primeira viagem de Vasco da Gama protegida por Deus (Barros, 1988: 125). No entanto dever-se-á atender ao facto de um outro cronista da expansão, Fernão Lopes de Castanheda, que faz sair um ano antes, em 1551, o primeiro livro em que a presença dos portugueses nos espaços asiáticos é narrada, ao descrever na sua *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* esta primeira viagem não expõe claramente este messianismo manuelino. Todavia, quando em 1554 se reimprimiu este mesmo primeiro livro sob a protecção de D. João III, ele introduziu no capítulo em que assinalou o momento em que Nicolau Coelho noticia a D. Manuel a chegada de Vasco da Gama o achamento de umas pedras gravadas onde estava gravada uma profecia de Sibila Cumea. Atente-se exactamente no facto de: “Virgil uses and manipulates the myth of the Sibyl in the Aeneid to draw parallels between the poet and the prophet and thus define his place in the epic tradition.” (Miller, 2003: 38).

A evocação das palavras sibilantes de Cumea, repositório das revelações originais, e instrumento divinatório de uma visão imperial, reverberam, de certo modo, na evocação do oráculo, na visão do herói, da *Eneida* VI-784, de Virgílio:

Este é o herói, este é aquele que ouves muitas vezes ser-te prometido, César Augusto, estirpe de um deus, aquele que restaurará no Lácio a Idade de Ouro, através dos campos onde Saturno reinou outrora. E além disso alargará o império para além dos Garamantes e dos Indianos. Fica esta terra para lá das constelações, para lá do curso da órbita solar, lá onde Atlas que sustenta o céu faz girar aos ombros a esfera incrustada de estrelas cintilantes. Na expectativa da sua chegada tremem já agora, com as profecias, os reinos cáspios e a terra da Meónia e perturbam-se, trémulas, as sete embocaduras do Nilo. (Virgílio, 2003: 126).

Subliminarmente presentifica-se no texto historiográfico de Fernão Lopes de Castanheda a inscrição virgiliana, mas o destaque dado pelo cronista a esta evocação premonitória é a marca clara daquele que era um messiânico monarca: aquele que tinha sob o seu manto um *império onde o sol* nascia e morria. De novo, nas palavras proféticas ecoaria a celebração virgiliana do mundo governado por César Augusto: “A SOLIS ORTU AD OCCASUM”. Estas mesmas palavras se plasmarão na empresa imperial de Filipe II de Espanha de *Non Sufficit Orbis* que começará a ser usada a partir de 1580 (Lopez Poza, 2011: 451), após a união das coroas ibéricas, sendo incorporada, cerca de seis anos depois, nas armas reais (Parker, 2000: 11).

Mas analise-se a sibilante profecia referenciada por Fernão Lopes de Castanheda. Este descreve o facto de após tal inscrição ter sido descoberta numa praia em Sintra, D. Manuel teria incumbido Rui de Pina de a ler. O cronista transcreve-a no seu livro:

Sibile vaticinium occiduis decreto/Que na lingoajê Portuguesa quer dizer./Proficia da Sibila determinação aos do occidente./E abaixo desta regra estavam quatro versos latinos que dizião/Voluentur saxa literis & ordine rectis,/Cum videas oriens occidentis opes,/Ganges, Indus, Tagus erit mirabile visu,/Merces cōmutabit suas uterque sibi./Que querẽ dizer na nossa lingoa /Serão reuoltas as pedras com as letras dereytas & em ordem,/Quando tu occidente vires as riquezas doriente./Ho Ganges, Indo & ho Tejo sera cousa Marauilhosa de ver./Que cada hũ trocara cõ outro as suas mercadorias. /E ainda dizem alguũs que poucos dias antes de Niculao coelho chegar a sintra foram achadas estas colũnas. (Castanheda, 1979: 71-72).

Fernão Lopes de Castanheda expõe as suas fontes, referindo que teria sido na obra *Da Sagrada Antiguidade*, a qual corria em latim, que recolhera a sua informação. Segundo Fernandes Tomás, o primeiro investigador a se debruçar sobre alguns dos aspectos que considerou mais significativos da obra de Castanheda, este teria consultado a obra *Epitomen Thesauri antiquitatum* de Jacob Strada (1553) em que são referidos os textos de Apiano sobre esta profecia de Sibila Cumea. Em 1534, ele imprimira com Bartolomeus Amantius as suas *Inscriptiones sacrosanctae vetustatis, non illae quidem romanae, sed totius fere orbis*, as quais faziam parte de uma colecção de antiguidades que tinha pertencido a Raimundo Fugger. Após o sucesso do seu *Astronomicum* e no ano de 1541, Apiano foi

nomeado matemático imperial, sendo frequentemente chamado à corte de Carlos V para o aconselhar, lendo desígnios astrológicos.

Segundo Fernão Lopes de Castanheda, as inscrições romanas onde se encontrava a profecia teriam sido, segundo Valentim Morávio, impressor alemão estabelecido em Portugal, descobertas seis anos após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Outros autores defenderiam que tais inscrições tinham sido encontradas poucos dias antes de Nicolau Coelho ter chegado ao reino, noticiando ao monarca o sucesso da expedição gâmica. Na narrativa de Fernão Lopes de Castanheda, esta segunda versão ganha alguma prevalência, ainda que o autor não deixe de citar a hipótese avançada por Valentim Morávio, também conhecido como Valentim Fernandes (Anselmo, 1981: 151-152). Castanheda conhecia os seus trabalhos, cita algumas das suas impressões, e, recorde-se, o nosso cronista da expansão desde 1547 ocupara em Coimbra o lugar de guarda de livraria, estando nas suas incumbências a entrega do material de impressão aos impressores (Avelar, 2016: 261). Importa igualmente notar que este impressor, numa carta endereçada a Conrad Peutinger datada de Lisboa (6 de agosto de 1505), transcreveu a dita profecia². Neste mesmo ano, Peutinger deu à estampa a sua *Romanae vetustatis fragmenta*.

A ruína, a antiguidade, que se vão descobrindo, são relidas e manipuladas prosopopeicamente pelos homens do Renascimento. Essa é a atitude que flui neste tempo e é a inscrição humanista de Castanheda ao insculpir na reimpressão do seu primeiro livro este signo profético de Sibila Cumea. Estes vestígios perduram na memória dos que exercitam as Artes, dos que trabalham a palavra, entendendo o passado na construção de um novo presente. Como André de Resende assinala:

Tão antigo costume é estimar a memória antiga, que quase per um consentimento em todas as idades houve esta opinião: terem-se muitas cousas em preço, nom por a bondade delas, mas por antiguidade, e muitas vezes tanto sem razão, que foi tempo em que se estimavam mais os rudos e desconcertados versos de Enio que a delicada e limada musa de Virgílio, e não por mais que por aquele já seu antigo e este então moderno. (Resende, 1963: 8).

É igualmente este humanista que em 1593 transcreve as inscrições encontradas em Sintra no seu *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniæ* (Resende 1593: fls 39-40). Duarte Nunes de Leão reevoca e contextualiza na sua descrição do reino de Portugal, impressa em 1610 um ano após a sua morte estas inscrições. Ele afirmaria que as teria visto naquele que é um dos lugares mais conhecidos dos navegantes, descrevendo minuciosamente o lugar e a inscrição (Leão, 2002: 162). Este texto só seria impresso em 1610, um ano após a sua morte, mas temos notícia da sua presença na Universidade de Coimbra a partir de 1548 quando já era bacharel. Em 1553 obteve a licenciatura em Direito Civil e no ano seguinte já estaria em Lisboa na Casa da Suplicação. Nos anos em que esteve em Coimbra cruzar-se-ia com Fernão Lopes de Castanheda que teria ocupado vários cargos na universidade, para além dos já mencionados, nomeadamente o de bedel na Faculdade das Artes.

É através da sua notícia sobre o achamento da sibilante profecia (Leão, 2002: 163) que se confirma com uma maior certeza o facto de ter sido nas *Inscriptiones Sacrosanctae Vetustatis* de Petrus Apianus e Bartolomeus Amantius que Castanheda recolheria as suas informações sobre a sibilante profecia. Saliente-se que a referência à obra na língua vulgar como *Da Sagrada Antiguidade* decerto decorre de ser esta a expressão corrente ao tempo que designava os materiais, que eram avidamente colecionados. Como Erwin Panofsky afirma relativamente aos humanistas alemães, de que Pietrus Apianus é um insigne exemplo: “Os humanistas alemães sondaram a fundo a história e a mitologia antigas, escreveram latim clássico e um bom grego, traduziram os seus apelidos em latim ou grego, e colecionavam assiduamente os remanescentes materiais do que era denominado caracteristicamente como “Sacrosancta Vetustas””. (Panofsky 1989:165).

Enfim, se os signos de um desígnio imperial marcam a escrita de uma História da presença portuguesa

² José Manuel Garcia transcreve a referida missiva (Garcia, 2009: 11-12).

no espaço extra-europeu, a fortuna acompanha o devir dos monarcas portugueses. D. João III, o sucessor de D. Manuel, é o rei que para celebrar o seu casamento com D. Catarina de Áustria (1525) encomenda, em Bruxelas, um conjunto de tapeçarias que comemoram a união entre as casas ibéricas (Gomes, 2009: 125). Numa delas, os reis portugueses surgem a ladear o globo terrestre, sendo D. João, que aparece com um manto vermelho e apontando o seu ceptro para Lisboa, a capital do seu império, representado como Júpiter e D. Catarina como Juno (Buescu, 2008:182-191). Também Carlos V, na sua entrada em Nápoles a 25 de novembro de 1535, vê o seu poder imperial ser representado como Júpiter, enaltecendo-se uma ideia de império que superava o da Antiguidade Clássica (Kohler, 2001: 260-261). A D. Sebastião, o neto que subirá ao trono por morte de D. João III, depois de seu pai prematuramente ter falecido, é atribuído o cognome de “O Desejado”. Este: “(...) advém do dramático



Fig. 4. *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* (47).
de Jerónimo Corte-Real.

contexto político em que D. Sebastião foi gerado e em que nasceu. De facto, antes mesmo de vir ao mundo, ele é o depositário da última esperança de que o país não venha, a breve prazo, a ser governado por um rei castelhano. Não admira, pois, que ao seu nascimento seja, desde logo atribuído um carácter miraculoso.” (Cruz, 2009: 7).

D. Sebastião é o Cavaleiro-Cristão, defensor da cristandade. Aquele que, na iluminura que abre o poema épico sobre o *Sucesso do segundo Cerco de Diu*, escrito por Jerónimo Corte-Real (1574) e que lhe foi dedicado, está ladeado pelos deuses Marte (deus da guerra) e Minerva (patrona das Artes), investido da sua majestade imperial. Contudo, a fortuna abandonou-o ao falecer na batalha de Alcácer Quibir.

Como Baltasar Gracián y Morales no seu tratado sobre o Herói tão claramente enunciou, ela foi para os monarcas portugueses: “(...) rainha tão soberana, inescrutável, inexorável, risonha com uns, esquiva com outros, ora mãe, ora madrastra, não por paixão, mas pela arcanidade de inacessíveis juízos.” (Gracián y Morales, 2003:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSELMO, ARTUR (1981) – *As Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM.
- AVELAR, ANA PAULA (2016) – Fernão Lopes de Castanheda. In DOMINGUES, Francisco Contente (ed.). *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Vol. 1. Lisboa: Círculo dos Leitores, I, pp. 261-262.
- AVELAR, ANA PAULA (2016) – Gaspar Correia. In DOMINGUES, Francisco Contente, (ed.). *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Vol. 1. Lisboa: Círculo dos Leitores, I, pp. 306-309.
- AVELAR, ANA PAULA MENINO (1997) – *Fernão Lopes de Castanheda -Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*. Lisboa: Edições Cosmos.
- AVELAR, ANA PAULA MENINO (2022) – *Veredas da Modernidade. Escrevendo o Mundo no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri.
- BARROS, JOÃO DE (1988) – *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CAMÕES, LUÍS (1953) – *Rimas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASTANHEDA, FERNÃO LOPES DE (1979) – *História do Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Porto : Lello & Irmão-Editores .
- CRUZ, MARIA AUGUSTA LIMA (2009) – *D. Sebastião*. Lisboa Temas e Debates.

- BUESCU, ANA ISABEL (2008) – *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates.
- COSTA, JOÃO PAULO OLIVEIRA (2007) – *D. Manuel I – 1469-1521 Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates.
- CORREIA, GASPAR (1975) – *Lendas da Índia*. Porto: Lello & Irmão-Editores.
- DELUMEAU, JEAN (1997) – *Mil anos de Felicidade – Uma História do Paraíso*. Lisboa: Terramar.
- GARCIA, JOSÉ MANUEL (2009) – As Aras da Profecia e a Fundação do “Estado Português da Índia” por D. Manuel e D. Francisco de Almeida. In *500 Anos da Fundação do Estado Português da Índia 1505-2005*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, pp. 24-53.
- GOMES, P. FREIRE P. (2009) – Volta ao mundo por ouvir-dizer: redes de informação e a cultura geográfica do Renascimento. *Anais do Museu Paulista*, 17(1), 113-135. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27312362008> (Consultado a 27 de julho de 2024).
- GRACIÁN Y MORALES, BALTASAR (2003) – *O Herói*. Lisboa: Frenesi.
- HARAN, ALEXANDRE Y. (2000) – *Le Lys et le Globe – Messianisme dynastique et rêve imperial en France aux XVIe et XVIIe siècles*. Seyssel: Champ Vallon.
- HELLER, AGNES (1982) – *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença.
- KOHLER, ALFRED (2001) – *Carlos V-1500-1558. Uma Biografia*. Madrid: Marcial Pons.
- LÓPEZ POZA (2011) – “Nec spe nec metu” y otras empresas o divisas de Felipe II. In ZAFRA MOLINA, Rafael; AZANZA LÓPEZ, José Javier (coords.). *Emblemática trascendente: hermenéutica de la imagen, iconología del texto*. Pamplona: Sociedad Española de Emblemática, Universidad de Navarra, pp. 435-456. <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11765> (Consultado a 21 de julho de 2024).
- LEÃO, DUARTE NUNES DE (2002) – *Descrição do reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MILLER, NICOLE (2003) – Prophecy and Poetry: The Cumaean Sibyl as a Symbol in Virgil’s Aeneid. *Ephemeris* 4, pp.38-41. <https://digitalcommons.denison.edu/ephemeris/vol4/iss1/10> (Consultado em 21 de julho de 2024).
- PANOFSKY, ERWIN (1989) – *O significado nas Artes Visuais*. Lisboa: Editorial Presença.
- PARKER, GEOFFREY (2000) – *The World is Not Enough: The Imperial vision of Philip II of Spain*. Waco: Baylor University.
- RESENDE, ANDRÉ (1593) – *Libri Quatuor...* Évora: Martim Burgos. <https://purl.pt/15210> (Consultado em 21 de julho de 2024).
- RESENDE, ANDRÉ (1963) – *Obras portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- TAVARES, MARIA JOSÉ (2004) – *O Milénio e o Império*. Lisboa: Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4339> (Consultado em 21 de julho de 2024).
- THOMAZ, LUÍZ FILIPE (2021) – *A Expansão Portuguesa – Um prisma de muitas faces*. Lisboa: Gradiva.
- VASCONCELOS, JOSÉ LEITE DE (s.d.) – *Emblemas de Alciati – Explicados em Português – Manuscrito do Século XVI-XVII ora trazido a Lume*. Porto: Renascença Portuguesa.
- VIRGÍLIO (2003) – *Eneida*. Lisboa: Bertrand Editora.

17

'DAR ÁGUA PELA BARBA': ALGUMAS NOTAS SOBRE A FIGURA DO JUDEU NOS PAINÉIS DE S. VICENTE

'DAR ÁGUA PELA BARBA': SOME NOTES ON THE FIGURE OF THE JEW IN THE PANELS OF SAINT VINCENT

Pedro FLOR
ID: 0000-0002-1530-7465
[UAb / IHA – FCSH – NOVA /
IN2PAST]
pedro.flor@uab.pt

RESUMO

Partindo da análise do apelidado Judeu nos célebres “Painéis de São Vicente” de Nuno Gonçalves (c. 1460-1470), hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, mas outrora no retábulo dedicado ao Santo Mártir na capela-mor da Sé de Lisboa, o presente texto revisita em jeito de estado da arte essa identificação. Mais do que apresentar uma solução para um problema ainda em aberto, procurou-se sistematizar a informação em torno de uma das mais polémicas identificações.

Palavras-chave: Judeu; Painéis de São Vicente; Nuno Gonçalves; Iconografia.

ABSTRACT

Based on the analysis of the so-called Jew in the famous “Panels of Saint Vincent” by Nuno Gonçalves (c. 1460-1470), now housed in the National Museum of Ancient Art in Lisbon, but formerly part of the altarpiece dedicated to the Holy Martyr in the main chapel of the Lisbon Cathedral, this text revisits the identification in the form of a state-of-the-art review. Rather than presenting a solution to an unresolved issue, the aim was to outline the information encompassing one of the most controversial identifications.

Keywords: Jew; Panels of Saint Vincent; Nuno Gonçalves; Iconography.

Quando a comissão organizadora deste volume de homenagem à Professora Doutora Maria José Ferro Tavares lançou o repto aos colegas da Secção de História do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão da Universidade Aberta para nele colaborarem, não hesitei um minuto que fosse mesmo sabendo que o tempo era muito escasso e os afazeres que já tinha em mãos eram suficientemente árduos para enveredar em semelhante empreitada. O contributo de um texto para uma obra de comemoração da actividade profissional da ex-Reitora da minha Universidade e da minha co-orientadora da tese de doutoramento impunha-se obviamente, não ficando eu bem com a minha consciência se não o fizesse.

Se hoje pertença aos quadros da Universidade Aberta o devo ao voto de confiança que Maria José Ferro Tavares depositou em mim, no longínquo 1998. Na sequência das minhas provas de mestrado, prestadas em Junho desse ano, deu-se a coincidência de ter estado a assistir, sem que eu soubesse, a Professora que, no final das provas, se apresentou como sendo mãe de dois filhos do Colégio Sagrado Coração de Maria, onde ao tempo dava aulas.

Apercebi-me mais tarde de que a Professora quis de algum modo avaliar a minha prestação pública nessas provas, uma vez que andava em busca de um docente para a área da História da Arte que pudesse suprir não só a falta existente na Universidade Aberta, mas também a substituição de uma colega (Maria Alexandra Gago da Câmara) que iria usufruir de uma dispensa de serviço para a conclusão da sua tese de Doutoramento. O meu desempenho não deverá ter sido negativo pois, duas ou três semanas depois, tive a felicidade de receber um telefonema para uma entrevista sobre a possibilidade de iniciar uma colaboração académica com a Universidade Aberta, o que viria a transformar por completo a minha vida profissional.

Julgo que não cometi nenhuma inconfiância com esta nota mais pessoal, num texto de perfil científico, mas ela impunha-se para que fiquem registadas as circunstâncias de um tempo em que o recrutamento para as Universidades tinha, por vezes, momentos em que a avaliação do mérito e do perfil académico ainda pesava. A aposta que a Professora então fez na minha pessoa tinha um prazo de validade, uma vez que findo o ano de dispensa serviço de serviço docente da minha colega, arriscava-me a regressar ao Ensino Básico e Secundário que tanto prazer me dava. Todavia, essa aposta parece ter sido ganha quando, no final de 1999, a Professora me propôs um contrato com a condição de inscrever e realizar o meu doutoramento na Universidade, uma vez que o trabalho docente iria aumentar na área da História da Arte e os meus serviços eram muito necessários, numa fase de afirmação institucional e da área disciplinar da História.

O estudo da arte do Retrato em Portugal no final da Idade Média e no Renascimento foi o tema que indiquei, sob a orientação do Professor Doutor Vítor Serrão e sob a co-orientação da Professora. Foi um privilégio enorme ter trabalhado com ela. As reuniões de orientação foram apenas as necessárias. Não abundaram, porque a empreitada da Reitoria que a Professora abraçara em 1998 não facilitava e ela confiou sempre nas minhas capacidades para ultrapassar as dificuldades. No entanto, a Professora tinha sempre tempo para me receber e agendar encontros de trabalho, quando lhe solicitava. Dizia-me que eram momentos de alívio, uma vez que interrompia a burocracia reitoral para poder voltar a falar de História e, portanto, as sessões eram sempre profícuas e, para mim, muito motivadoras.

O conhecimento sobre história e cultura medieval era avassalador e o “saber de experiência feito” eram um excelente respaldo para mim que iniciava um desafio tão grande e exigente como um doutoramento. No essencial, fui confirmando ao longo dos anos aquilo que sempre em casa ouvira dizer aos meus pais sobre Maria José Ferro Tavares, uma vez que ambos com ela privaram na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na década de 70: uma pessoa exigente, competente, séria e sabedora. A título de curiosidade, registre-se que são características que vim a encontrar também tanto no Professor Doutor Augusto Tavares, como já encontrara no Paulo e na Fatinha.

O título do meu modesto contributo para esta miscelânea de homenagem tinha de forçosamente visitar a (eterna?) problemática da representação iconográfica do “Judeu” nos célebres painéis de São Vicente do Museu Nacional de Arte Antiga (c. 1460-70), dados ao pintor Nuno Gonçalves (act. 1450-1492) (Fig. 1). Sem a pretensão de querer resolver a longa contenda sobre a identificação da

personagem representada no denominado “Painel da Relíquia”, julgo antes ser importante deixar aqui sistematizadas as principais linhas condutoras do problema, considerando o enorme interesse e o extraordinário contributo prestado por Maria José Ferro Tavares, nomeadamente no que se refere aos estudos sobre os Judeus em Portugal.



Fig . 1 – Nuno Gonçalves, *Painéis de São Vicente*, c. 1460-70, óleo sobre madeira de carvalho, n.º inv. 1361-1366, Museu Nacional de Arte Antiga.
<https://g.co/arts/uUZ9aGEp3e876jKm6>

Logo na primeira publicação e estudo crítico no *Commercio do Porto*, dedicado aos “Painéis de São Vicente” à época ainda no Patriarcado de Lisboa no Mosteiro de São Vicente de Fora, Joaquim de Vasconcelos inaugurava uma extensa lista bibliográfica de trabalhos dedicados à mais enigmática e ao mesmo tempo interessante polémica da história da pintura em Portugal (Vasconcelos, 1895). Ao descobrir em conjunto com Ramalho Ortigão e José Queiroz as tábuas em bom estado de conservação numa das salas do complexo monástico, e partindo da suposta identificação do “Homem com chapeirão e bigode” como sendo um retrato do Infante D. Henrique (1394-1460), pelas inegáveis semelhanças fisionómicas existentes entre a figura pintada e a representada na *Crónica dos feitos da Guiné* de Zurara da Biblioteca Nacional de França (Paris), Joaquim de Vasconcelos esboçou no texto uma primeira tentativa de historiar as pinturas. Dada a relevância iconográfica que as tábuas evidenciavam, o autor julgou-as provenientes talvez do antigo Paço real da Alcáçova de Lisboa no Castelo de São Jorge e datáveis de 1450-1460, embora reportando-se a um acontecimento ocorrido no reinado de D. Duarte (r. 1433-1438).

Os painéis hoje estão dispostos da seguinte maneira: ao centro as tábuas de maior largura com a dupla figuração do Santo Mártir, diácono, São Vicente, ladeadas por duas tábuas de menores dimensões. No dizer de Joaquim de Vasconcelos, os quadros estavam na seguinte ordem:

Virando-se o visitante para a varanda, isto é, para o Tejo, tem à sua esquerda o n.º 1, Quadro do Príncipe, com 17 figuras; em seguida o n.º 2, Quadro dos Cavalleiros, com 17 figuras também. Segue o ângulo recto formado pela parede da varanda. Depois o n.º 3, Quadro dos Clérigos, como 11 figuras, em frente do n.º 2. Emfim o n.º 4, Quadro dos Pescadores, com 15 figuras em frente do n.º 1. (Vasconcelos, 1895: 14)

Importa registar que foi assim que Joaquim de Vasconcelos encontrou as pinturas em São Vicente de Fora, ou seja, as mais estreitas estavam agrupadas, formando, portanto, quatro quadros de dimensões idênticas. Só durante a intervenção de conservação e restauro realizada por Luciano de Freire entre 1909-1910 é que se percebeu que os painéis mais estreitos eram individuais e tinham sido emparceirados posteriormente (Figueiredo, 1910: 35-41). Seguindo o baptismo então proposto em 1910 por José de Figueiredo, os painéis ficaram conhecidos da seguinte maneira: “Painel dos Frades”, “Painel dos Pescadores”, “Painel do Infante”, “Painel do Arcebispo”, “Painel dos Cavaleiros” e “Painel

da Relíquia”. Por conseguinte, o “Painel dos Frades” foi então separado do “Painel da Relíquia” e o “Painel dos Pescadores do “Painel dos Cavaleiros”.



Fig. 2 – Nuno Gonçalves, *Painel da Relíquia* (detalhe), c. 1460-70, óleo sobre madeira de carvalho, n.º inv. 1362, Museu Nacional de Arte Antiga.
<https://g.co/arts/uUZ9aGEp3e876jKm6>

Joaquim de Vasconcelos considerou então que a dupla figuração nos painéis de maiores dimensões era a do rei D. Duarte, na figura do Santo, seu padrinho, rei de Inglaterra (c. 1003-1066) e antepassado de D. Filipa de Lencastre (c. 1360-1415). Entre outras identificações tentadas, procurando articular os dados biográficos das personagens mais relevantes na corte portuguesa do século XV com as idades e a aparência dos supostos retratos, o autor deste trabalho pioneiro, eu diria mesmo seminal, propõe identificar uma das personagens com maior destaque no então chamado “Painel dos Clérigos”, mais propriamente no actual “Painel da Relíquia”: a figura que segura um livro (Fig. 2). Joaquim de Vasconcelos começa por afirmar que personagem ilustra o título II do capítulo 86.º das *Ordenações Afonsinas* que, como bem lembra, foram publicadas pelo filho do rei, D. Afonso V, mas pertencem na verdade ao espírito e forma do tempo do pai, D. Duarte. Esta disposição derivava de tradição antiga, com algumas excepções, pelo menos desde o Concílio de Latrão de 1215, que exigia a marcação na roupa negra de um sinal exterior por parte da minoria (Tavares, 2008: 21).

Acrescentamos nós que se trata de uma disposição que já existia desde o reinado de D. João I (1391)¹. Diz-nos o texto legal:

No livro da nossa Chancelaria foy achada huua ley feita per el rey dom Joham meu avoo de gloriosa memoria de que o theor tal he: (...) os judeus do seu senhorio por a mor parte nam traziam synaees quaees deviam trazer E esses que traziam eram tam pequenas que se nam pareciam e outros os traziam de duas e tres pernas e mais nam e os traziam descositos e baixos em taes luguares que se nam pareciam e os cobriam de guisa que se nam estemaua nem devisauam dos xpaaos que era gramde periguo e dano ao pouo e o dito snnor estabelecção e pos por ley que todolos judeus do seu senhorio traguam sinaees vermelhos de seus pernas cada huum no peito acima da boca do estamaguo e que esses sinaees traguam nas roupas que troucerem em cima das outras e sejam os sinaees tam gramdes como o seu sello redomdo e que os traguam bem descobertos de guisa que pareçam E qualquer que o nam houver perca as roupas que trouuer vestidas e seja preso ataa merce del Rey e aquele que o trouuer mais pequeno que o dito selo ou o trouuer descosito ou a fumdo da boca do estamaguo ou o trouuer cuberto perca a roupa em que o touuer e jaça xb dias na cadela E destas roupas aja metade aquele que hos acusar e aoutra a metade de per as pomtees fomtes e calçadas do lugar homde forem achados.

Embora reconhecesse dez pontas na estrela (e não seis), Joaquim de Vasconcelos considerou que a lei das *Ordenações* assegurava a identificação da figura de negro que segura um livro. Acrescenta ainda: “Uma das figuras, toda de preto, opa e gorro, salienta-se no grupo da esquerda e ostenta a célebre “estrela vermelha” (...); aponta com gesto arrogante, todo elle vaidoso, enfatuado na sua sabedoria de rabino, para um livro de confusos caracteres fantasiados. É bem o typo da synagoga militante. Está no segundo plano (...)” (Vasconcelos, 1895: 21).

¹ Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas / Arquivo Nacional Torre do Tombo [DGLAB/ANTT]. *Leis e Ordenações*, Núcleo Antigo 5, Livro 2.º das Ordenações de D. Afonso V, fl. 176.

Só depois do restauro levado a cabo por Luciano Freire em 1910 e do levantamento de repintes grosseiros de épocas posteriores à execução quatrocentista dos painéis, é que se conseguiu perceber que a opa e gorra eram de verde-escuro e que a tal cruz de dez pontas era na verdade uma de seis (Figueiredo, 1910: 39-59). Depois da publicação da monografia escrita por José de Figueiredo ao pintor Nuno Gonçalves em 1910, a historiografia portuguesa tem aceitado a identificação da personagem, embora ainda não exista consenso nesta matéria. Com efeito, embora a figura debatida ostente uma estrela vermelha de seis braços no peito, folheie um livro (e não a Torah) da esquerda para a direita, cujos caracteres (indecifráveis) se assemelham ao hebraico, existem autores que têm questionado a autenticidade da estrela.

Todavia, os exames reflectográficos a infra-vermelho efectuados em 1994 parecem acusar a presença de algum desenho subjacente na zona da cruz, bem como a marcação bem definida do rosto e a reserva do espaço a ocupar na tábua (Abrantes, 1994) (Fig. 3). Trata-se de uma figura importante no contexto iconográfico dos Painéis que, cedo, foi pensada na concepção da totalidade de obra retabular. O desenho é quase imperceptível mas, a avaliar pelas imagens publicadas, talvez lá se encontre. Em qualquer dos casos, a cruz poderia ter sido sempre colocada na fase de execução pictural da tábua (ou no limite ser fruto de uma adição posterior) (Fig. 4).



Fig. 3 – Detalhe da reflectografia a infra-vermelho da figura do Judeu. [imagem reproduzida em ABRANTES, 1994, p. 179].



Fig. 4 – Imagem antes do restauro da figura do Judeu, publicada por Sir Herbert Cook em 1909 – reprodução retirada da obra de José de Figueiredo disponível em <https://purl.pt/1343>

Os defensores da “tese judaica” já procuraram identificar a figura como o rabino-mor da judiaria de Lisboa, o astrólogo Mestre Guedelha, conselheiro de D. Afonso V. Outros preferem ver a representação de Chantre Estêvão, narrador da trasladação das relíquias de S. Vicente, ou até os cronistas Fernão Lopes e Olivier de la Marche, ou por último Jean Jouffroy (Fig. 5), Deão de Vergy e embaixador de D. Isabel, duquesa da Borgonha, que solicitou ao rei D. Afonso V uma sepultura digna para o irmão, o malogrado Infante D. Pedro (ver tabela).

Não se tratando de um levantamento exaustivo sobre este assunto, deixamos esta tabela para melhor ilustrar a ideia de que a polémica é vasta e que todos os autores citados apresentam argumentos que, na sua lógica, são válidos para a correcta identificação. Esta oscila sempre consoante a obra no seu todo é situada na década de 40/50 do século XV ou, pelo contrário, na década de 60/70 da mesma centúria. Para a construção da tabela, socorremo-nos do trabalho de Paula Freitas e Maria de Jesus Gonçalves de 1987 presente na bibliografia final deste texto com a actualização efectuada recentemente por José Alberto Seabra Carvalho, que se encontra presente em linha no site do jornal Público².

ANO ³	AUTOR	PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO
1895	Joaquim de Vasconcelos	Rabino
1910	José de Figueiredo	Rabino-mor ou físico do rei D. Afonso V
1925	José Saraiva	Judeu
1926	José de Bragança	Mestre Josef, cirurgião judeu
1927	Marquês de Jácome Correia	Rabino-mor
1927	Armando Sousa Gomes	Mestre Guedelha, designado por Rosa Cruz
1927	Henrique Loureiro	Grão-rabino da Judiaria de Lisboa
1942	Georges Kaftal	Chantre Estêvão
1945	Garcês Teixeira	Jean Jouffroy, deão e embaixador
1955	Reynaldo dos Santos	Judeu
1957/1967	António Bélard da Fonseca	Cronista oficial da Borgonha (Georges Chastellain, Adrian de But ou Olivier de la Marche)
1959	V. Magalhães Godinho	Mestre Guedelha, astrólogo e físico da corte
1960 [1925-1926]	Jaime Cortesão	Judeu
1965	J. Santos Carvalho	Olivier de la Marche, cronista
1971	Charles Sterling	Isaac Abrabanel, conselheiro do rei D. Afonso V
1981	Conceição Silva	Olivier de la Marche, cronista
1990	António Leite	Chantre Estêvão (?)
1994	Teresa Schedel Castello Branco	Fr. João Álvares, comendatário beneditino de Paço de Sousa
2000	Jorge Filipe de Almeida	Mestre José, judeu, cirurgião servidor da casa de D. Fernando
2001	Fernando António B. Pereira	Chantre Estêvão
2003	Julietta Marques	Fernão Lopes, cronista
2007	Jacques Paviot	Médico e astrólogo
2010	Pedro Flor	Chantre Estêvão (?)
2013	Henrique Seruca	Fernão Lopes (?), cronista

² Cf. com a nota seguinte para o endereço de acesso a todo o manancial de informação reunido neste site sobre os "Painéis de São Vicente e a Casa do Restauo": <https://www.publico.pt/culturaipilon/paineis-sao-vicente> [consultado em 29/06/2024]

³ Consultar a página seguinte para apurar esta e outras identificações das personagens representadas nos painéis de Nuno Gonçalves: <https://www.publico.pt/culturaipilon/paineis-sao-vicente/quem-e-quem-nos-paines> [consultado a 29 de junho de 2024]

2012/2020	Clemente Baeta	Jean Jouffroy, deão e embaixador
2018	Fernando Branco	Mestre José, judeu e cirurgião
2020	António Salvador Marques	Representação do rigor

Sem resultados laboratoriais concretos que surgirão após a campanha de beneficiação e restauro dos Painéis de São Vicente que ora decorre no Museu Nacional de Arte Antiga, torna-se imprudente uma tomada de posição firme, considerando que o estudo da pintura antiga deve pressupor sempre que possível o apoio em exames complementares de diagnóstico. No entanto, existem alguns pontos que me parecem relevantes e que não deverão ser descurados nesta complexa problemática em torno da “figura do Judeu”.

A confirmar-se a autenticidade e a presença da cruz vermelha de seis braços, tornar-se-á difícil contestar a presença de um judeu no “Painel da Relíquia”, dada a existência de legislação quatrocentista que distinguia propositadamente os judeus com tal marca. Aponte-se que a imagem pintada por Nuno Gonçalves não foge de um certo estereótipo fisionómico dos judeus, o que não significa que a aparência, sublinhada pelo nariz característico, seja por si um elemento identificador da religião de seja quem for. Não esquecer que nem os cabelos nem os cantos das barbas são visíveis neste retrato, pormenores que não deixariam de marcar presença num judeu à época⁴. O uso desta tipologia de barba acabou por caracterizar a população judaica, transformando-se quase num atributo iconográfico (Vasconcelos, 1925: 114-116).

Se for possível comprovar de modo inequívoco a presença da marca vermelha de seis braços, será necessário também explicar / justificar a presença de uma figura judaica num retábulo sagrado e logo na capela-mor da Sé lisboeta. Não nos esqueçamos que a condenação de Cristo à morte e a recusa dos judeus em reconhecê-lo como Messias resultaram na associação dos judeus com o deicídio ao longo dos séculos, uma acusação reforçada pelos sumo-sacerdotes de Jerusalém e por Pilatos, perpetuada desde a antiguidade tardia com o fortalecimento do cristianismo, como bem nos lembra Maria José Ferro Tavares (Tavares, 2008: 10)⁵. Embora o sentimento antijudaico tenha sido quase contínuo durante toda a Idade Média, na Península Ibérica e na Itália parece ter surgido de forma menos intensa, onde judeus, cristãos e muçulmanos continuaram a circular e comerciar apesar das circunstâncias.

Tal não invalidou, como bem sabemos, que entre os séculos XIV e início do XVI, os judeus não tivessem sido expulsos de vários territórios, incluindo França (1309), a vizinha Espanha (1492) e Portugal (1496-97) e diversas cidades-estados italianas. Mesmo assim nestas, os judeus permaneceram mais tempo nessas localidades devido à sua importância como portos para o comércio levantino. Os judeus viviam sob a autoridade do rei, da cidade e da Igreja, que regulava a fé e as relações com os “infiéis” (Afonso, 2006: 108-109). O medo da apostasia e das relações entre comunidades, juntamente com as fortes rivalidades económicas, faziam com que esses poderes jogassem a sua posição conforme os interesses. O pecado da usura, vista como “perversidade judaica”, foi amplamente legislada em concílios e sínodos, adotada por cortes e pregada por dominicanos e franciscanos, associando o empréstimo judaico à perversidade de seu povo (Tavares, 2008: 31).

Além da residência em ruas e bairros próprios na malha urbana, as leis segregacionistas promulgadas desde o reinado de D. João I, a propósito da exibição de uma marca vermelha, eram por vezes transgredidas com a anuência da própria coroa. Na verdade, as exceções eram concedidas aos judeus cortesãos que frequentavam a corte, incluindo médicos. Estas prerrogativas estendiam-se por vezes à própria mistura de famílias judaicas entre os cristãos nos vários bairros da cidade, sendo apenas refreada na segunda metade do século XV (Tavares, 1995: 13-16).

⁴ Bíblia Sagrada, Lev. 19, 27: “Não cortem em redondo as pontas do cabelo nem rapem os cantos da barba.” [Edição da Difusora Bíblica – Franciscanos Capuchinhos, 4.ª ed., 1996.]

⁵ <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.230> [consultado em linha a 29/06/2024]

Todavia, os argumentos aduzidos para a identificação da figura como sendo a do chantre Estêvão da Sé de Lisboa, autor do mais antigo texto relativo ao acolhimento das relíquias de São Vicente justamente na Sé, o célebre *Miracula Sancti Vincentii*, anterior a 1185, continua a ter a uma enorme pertinência (Nascimento, 2011: 27). Sem termos de comparação, torna-se complicada a tarefa de identificar a personagem, mas a exclusão de partes face às hipóteses levantadas pelos autores da tabela reforça-nos a ideia de que poderá ser uma representação do referido chantre.

Tal como defendemos em 2006, seguindo a opinião de António Leite (Leite, 1994: 187) e Fernando Baptista Pereira (Pereira, 2001: 163-164), a personagem de opa e gorra verde-escuro pode aludir ao chantre Estêvão que registou os milagres atribuídos ao Santo Mártir, exibindo-os em códice. Tendo uma veste desta cor, não nos parece que se possa tratar de uma figuração do Deão de Vergy e embaixador do ducado da Borgonha em Portugal, Jean Jouffroy, (um retrato, a julgar pelo desenho subjacente) por este ter pertencido à ordem beneditina que, como se sabe, utiliza sempre vestes de cor negra e não verde. É assim, por exemplo, que aparece retratado na capela de Santa Cruz da Catedral de Santa Cecília de Albi.

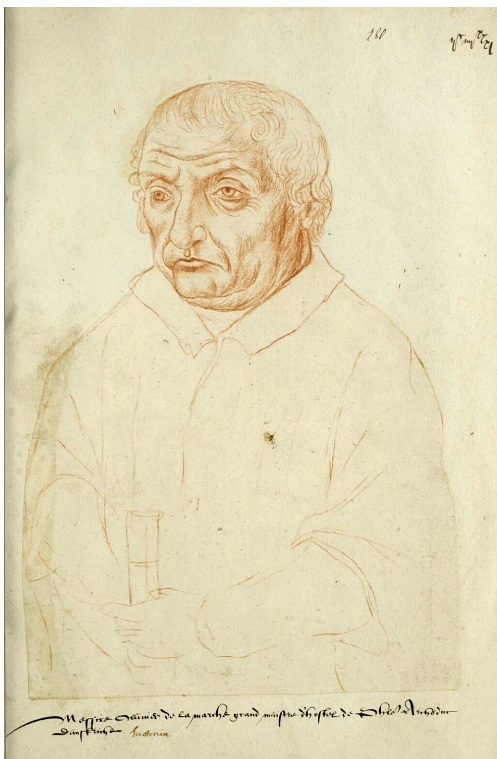


Fig. 5 – Retrato de Olivier de la Marche por Jacques Le Boucq na coletânea *Recueil d'Arras* (anterior a 1573).

Por seu turno, a simples comparação entre o rosto pintado por Nuno Gonçalves e o desenhado na célebre coletânea *Recueil d'Arras*⁶, atribuível a Jacques Le Boucq (1520-1573) parece inviabilizar também a identificação do “judeu” com o cronista e diplomata borgonhês Olivier de la Marche (1426-1502) (Fig. 5) que não se sabe ter estado em Lisboa pelos anos da execução do retábulo de São Vicente na Sé, faltando também o sentido iconográfico para aí surgir, quanto a nós.

Ao contrário do que sucede com Olivier de la Marche, onde felizmente temos iconografia (quase) de época para poder comparar e tirar conclusões quanto à sua versosmilhança e identidade, o mesmo não acontece com as hipóteses de identificação levantadas pelos autores que preferem ver na figura do judeu a representação de Fernão Lopes, Mestre Guedelha ou Mestre José (ver tabela). Por outras palavras, sem outros retratos seguros destas pessoas que sejam confrontáveis com a imagem pintada por Nuno Gonçalves é muito pouco seguro associar-lhe qualquer nome específico.

A questão da presença ou não de uma figura judaica com as suas características particulares (fisionomia, indumentária verde-escura com cruz vermelha de seis braços e livro de escrita indecifrável) promete nos próximos tempos manter-se viva. Por isso, pelas parcas linhas escritas agora se percebe melhor o sentido do

título do presente texto. Mas o gracejo entre a água pela barba e o atributo iconográfico habitual dos judeus (que como vimos teve excepções) é no sentido que tem na actualidade: algo que nos vai dar imenso trabalho no futuro próximo. Arredamos deste contexto o primitivo significado da expressão que, segundo o Pe. Rafael Bluteau (1712), nos remete para algo que “está em grande perigo”. Os esperados resultados dos exames de área e da intervenção de restauro dos Painéis irão dar certamente água pela barba, mas esperamos que tal não represente qualquer perigo.

⁶ Sobre este conjunto de desenhos, ver CAMPBELL, Lorne (1977) – The authorship of the *Recueil d'Arras*. In *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. vol. 40, p. 301-313 e mais recentemente CHÂTELET, Albert e PAVIOT, Jacques – *Visages d'antan: le Recueil d'Arras*. Lathuille: Éd. du Gui.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, ANA PAULA ET ALII (1994) – *Nuno Gonçalves – Novos Documentos. Estudo da Pintura Portuguesa do século XV*. Lisboa: IPM.
- AFONSO, LUÍS U. (2006) – Iconografia antijudaica em Portugal (séculos XIV-XV). *Cadernos de Estudos Sefarditas*. n.º 6, pp. 101-131.
- ALMEIDA, JORGE FILIPE E ALBUQUERQUE, MARIA MANUELA BARROSO DE (2000) – *Os Painéis de Nuno Gonçalves*. Lisboa: Ed. Verbo.
- BAETA, CLEMENTE (2018) – *Os Segredos dos Painéis de S. Vicente de Fora*. Bubok Publishing. Disponível em saovicentepainéis.blogspot.com
- BLUTEAU, PE. RAFAEL (1712) – *Vocabulário Portuguez e Latino*. vol. I. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- BRAGANÇA, JOSÉ DE (1926) – A Ínclita Geração nos Painéis do Museu Nacional de Arte Antiga. *Diário de Notícias*, Fev. s. num.
- BRANCO, FERNANDO (2018) – *Os Novos Painéis de S. Vicente*. Lisboa: Chiado Books.
- BRANCO, THERESA SCHEDEL DE CASTELLO – *Os Painéis de S. Vicente de Fora: as chaves do Mistério*. Lisboa: Quetzal Editores.
- CARVALHO, JOSÉ DOS SANTOS (1965) – *Iconografia e Simbólica do Políptico de São Vicente de Fora*. Lisboa: s/n.
- CORTESÃO, JAIME (1960) – A História nos Painéis de S. Vicente. *Os Descobrimientos Portugueses*. vol. I. Lisboa: Arcádia.
- CORREIA, MARQUÊS DE JÁCOME (1927) – *História Crítica dos Painéis de Nuno Gonçalves*. Lisboa: s/n.
- FIGUEIREDO, JOSÉ DE (1910) – *O Pintor Nuno Gonçalves, Arte portuguesa primitiva*, Lisboa: Typ. do Anuario Commercial.
- FLOR, PEDRO (2010) – *A Arte do Retrato em Portugal nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- FONSECA, ANTÓNIO BÉLARD DA (1957-67) – *O Mistério dos Painéis*. 5 vols. Lisboa: Ofic. Gráf. de Ramos, Afonso & Moita.
- FREITAS, PAULA E GONÇALVES, MARIA DE JESUS (1987) – *Painéis de S. Vicente de Fora – uma questão inútil?*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GODINHO, VITORINO MAGALHÃES (1959) – Os Painéis de Nuno Gonçalves: caminhos de pesquisa e hipóteses de trabalho. *Revista de História*. vol. 18, n.º 37. São Paulo.
- GOMES, ARMANDO SOUSA (LASSANCY) (1927) – *A Rainha Fada: breve notícia de uns famosos painéis*. Lisboa: Tip. do Comércio.
- KAFTAL, GEORGES (1942) – Essai iconographique sur les panneaux attribués à Nuno Gonçalves. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 2, fasc. 6. Lisboa, pp. 5-19.
- LEITE, ANTÓNIO (1990) – A Questão dos Painéis. *Brotéria: Cultura e Informação*. vol. 130, n.º 1, p. 22-35 e vol. 130, n.º 2, p. 177-189.
- LOUREIRO, HENRIQUE (1927) – *O Políptico do Convento de Santo Elói*. Lisboa: s/n.
- MARQUES, ANTÓNIO SALVADOR – *Painéis de S. Vicente de Fora: modo de utilização*. Disponível em painéis.org.
- MARQUES, JULIETA (2003) – *Outro Santo, Outro Infante: Contribuição para o Estudo do Políptico de Nuno Gonçalves*. Abrantes: s/n.
- NASCIMENTO, AIRES A. (2011) – *S. Vicente de Lisboa: lendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomediavais)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.
- PAVIOT, JACQUES (2007) – Le Polyptyque de Saint Vincent attribué à Nuno Gonçalves: essai d'interprétation. *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France*. Paris: Librairie de la Société. pp. 255-282.
- PEREIRA, FERNANDO ANTÓNIO BAPTISTA (2001) – *Imagens e histórias de devoção: espaço, tempo e narrativa na pintura portuguesa do Renascimento*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, REYNALDO DOS (1955) – *Nuno Gonçalves: pintor português do século XV e o seu retábulo para o Mosteiro de S. Vicente de Fora*. Londres: Phaidon Press.
- SARAIVA, JOSÉ (1925) – *Os Painéis do Infante Santo*. Leiria: Tip. Central.
- SERUCA, HENRIQUE (2013) – *Os Painéis de Nuno Gonçalves: as chaves do mistério*. Lisboa: Scribe.
- SILVA, JOSÉ LUÍS DA CONCEIÇÃO (1981) – *Os Painéis do Museu das Janelas Verdes*. Lisboa: Guimarães & C.^a
- STERLING, CHARLES (1971) – Os Painéis de S. Vicente e os seus enigmas. CAMON AZNAR, José et alii (eds.). *João Couto in memoriam*. Lisboa, pp. 191-238.

- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (2008) – A construção de um estereótipo. In BARROS, M. F. L. de e MONTALVO, J. Hinojosa (eds.). *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica*. Publicações do Cidehus.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1995) – *Os Judeus na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Ed. Elo.
- TEIXEIRA, F. A. GARCEZ – *O Significado dos Painéis de S. Vicente*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo.
- VASCONCELOS, JOAQUIM DE (1895) – Taboas da pintura portuguesa no século XV – retrato inédito do Infante D. Henrique. *O Commercio do Porto*, 27 e 28 de Julho, 11-22.
- VASCONCELOS, J. LEITE DE (1925) – *A Barba em Portugal – Estudo de Etnografia Comparativa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

18

JUDEUS E 'LÍNGUAS' - PAI E FILHO AO SERVIÇO DOS PORTUGUESES NO ORIENTE

JEWS AND 'TONGUES' - FATHER AND SON SERVING THE PORTUGUESE IN THE EAST

Carlos Castilho PAIS
[UAb]
carloscastilho@outlook.pt

RESUMO

Interessa-nos há já algum tempo a temática da comunicação oral na época dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Sempre estranhámos a carência de estudos sobre esta temática, por ser esta uma época de necessários contactos com gentes de línguas e culturas muito diferentes que, segundo Luís Filipe F. R. Thomaz (1996: 390), “acabaram por marcar visivelmente a nossa língua e a nossa cultura”.

Ocupamo-nos aqui, mais uma vez, do judeu Gaspar da Gama e do seu filho Baltasar, 'línguas' que, graças ao conhecimento e à experiência que possuíam do Oriente, foram de grande apoio na estratégia do domínio do Índico pelos portugueses.

Palavras-chave: Judeus; 'Línguas'.

ABSTRACT

For a long time, we have been interested in the theme of oral communication during the period of discoveries and Portuguese expansion. It is surprising the lack of studies on this subject as this was a time of necessary contacts with people of very different languages and cultures who, according to Luís Filipe F. R. Thomaz (1996: 390), “have ended up visibly marking our language and culture”.

We are dealing here, once again, with the Jew Gaspar da Gama and his son Baltasar, 'tongues' who owing to the that knowledge and experience they had of the East, were of great support in the strategy of domination of the Indian Ocean by the Portuguese.

Keywords: Jews; 'Tongues'.

1. Luís Filipe F. R. Thomaz (1994: XIII), referindo-se às suas três décadas de estudo sobre a expansão portuguesa, afirmava a convicção de que naquele campo “quase tudo” estava “por fazer” ou “por refazer”. Jean Aubin, nos anos 70 do século passado, e Vitorino Magalhães Godinho, nos anos 80 do mesmo século, indicavam a necessidade de dispormos de ‘boas biografias’ (Vitorino Magalhães Godinho), ou de ‘biographies raisonnées’, (Jean Aubin) dos dirigentes ou dos simples agentes dos descobrimentos e da expansão (Silva, 1996: 13-14). Não será oportuno nem possível, aqui, emitir opinião sobre todo o inventário do que, quer após a afirmação de Luís Filipe F. R. Thomaz, quer após as indicações de Jean Aubin e de Vitorino Magalhães Godinho, foi publicado sobre este período da nossa História. Quase tudo continua por fazer (em sentido amplo, de modo a incluir aí o trabalho de escrita biográfica) no que diz respeito aos ‘línguas’.

Maior relevo foi dado aos aventureiros, aos lançados e aos arrenegados. Evidentemente, daqui devemos excluir alguns estudos de Jean Aubin e de Geneviève Bouchon e os dos estudiosos dos judeus e cristãos-novos¹, que não ficaram indiferentes aos judeus que os portugueses encontraram na Índia naquela época (para não falarmos de outros espaços que aqui não nos dizem respeito), e ainda os dos investigadores que se dedicaram ao estudo da armada de Pedro Álvares Cabral².

Em todo o caso, parece que o século XX, no que diz respeito a Baltasar e a Gaspar da Gama, se contentou com as indicações que algumas obras, publicadas em finais do século XIX e no início desse século, difundiram sobre os dois ‘línguas’. Refiro-me à obra de Sousa Viterbo – *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*³ – e à obra de Jaime Cortesão – *A Expedição de Pedro Alvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*⁴.

A estes dois ‘línguas’ – Gaspar da Gama, ou Gaspar da Índia, ou Gaspar das Índias, ou Gaspar de Almeida, e Baltasar, (filho de Gaspar) – chamei um dia de ‘intérpretes famosos’ (Pais, 2005: 91-100). Famosos, se tivermos em conta as vezes que encontramos referidos pelas nossas fontes dos descobrimentos e da expansão, porque, hoje, apesar disso, nenhum deles possui sequer o seu nome de rua a lembrá-lo. Jaime Cortesão (1922: 11), na obra já mencionada, não deixará de atribuir a Gaspar da Gama “a importância e relevo devidos”, seguindo, segundo ele, o cronista Damião de Góis, na sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, que é quem, de todos os cronistas, maior importância atribui a Gaspar “nos primeiros anos da conquista da Índia”.

Porém, hoje, quanto mais avançamos na leitura das fontes, maior é a descoberta de novos nomes ou de anónimos, de ‘línguas’, gente que, sendo em grande número estrangeira, ao lado dos navegadores, capitães de armada, governadores e vice-reis, ajudou os portugueses no contacto, espontâneo ou planeado, com o *outro*, em missões de paz, de defesa, de conquista ou de negócio. Deviam estes homens saber línguas, mas também conhecer mentalidades; e, por vezes, deveriam saber movimentar-se em espaços geográficos mais ou menos maiores e, sempre, mostrar serem competentes e dedicados aos que serviam. Todos merecem a fama.

2. Muitos dos dados biográficos apontados pelas fontes sobre os nossos ‘línguas’ não são unânimes; outros nem sequer são referidos, embora eles sejam de interesse, se pretendemos traçar-lhes a personalidade ou descrever-lhes a coerência na fé ou ainda, simplesmente, determinar-lhes dados seguros sobre os factos de que se compõe qualquer vida humana: onde nasceram, onde e quando se tornaram cristãos, se faleceram na Índia ou em Portugal, se abandonaram o cristianismo, etc.⁵.

¹ *A História dos Judeus em Portugal* de Meyer Kayserling data de 1866 e já se refere a Gaspar da Gama.

² Veja-se a obra de Lipiner e a de João Paulo Oliveira e Costa, *Descobridores do Brasil*, publicada mais recentemente.

³ Obra publicada em 1890, tendo sido alvo de várias edições. Seguimos aqui a edição desse ano.

⁴ Obra publicada em 1922.

⁵ Coloco algumas destas questões em ‘Dois intérpretes famosos: Gaspar da Gama e o filho Baltasar’.

Em primeiro lugar, detemo-nos na questão da identidade de judeus destes dois ‘línguas’. Centremo-nos em Gaspar da Gama, pois o seu filho Baltasar só alguns anos mais tarde surge ao serviço dos portugueses, segundo as nossas fontes. O encontro de Gaspar com Vasco da Gama acontece em Angediva já na viagem de volta da Índia. Após a chegada a Lisboa da frota do Gama, várias podem ter sido as conversas de D. Manuel com Gaspar. Seguindo o relato que nos deixou Gaspar Correia, cronista que pode ter conhecido pessoalmente o nosso ‘língua’⁶, sobre o encontro havido entre o Rei e Vasco da Gama, após a chegada da frota deste a Lisboa.

E Dom Vasco deu conta a El-Rei do judeu que trazia, e os outros cativos que tomara em Angediva. El-Rei lhe disse que todos eram seus, que deles fizesse o que quisesse. Os quais todos se fizeram Cristãos, que Dom Vasco todos recolheu, e trazia bem tratados, e mormente o judeu que lhe pôs nome Gaspar da Gama, porque ele o tomou por afilhado no baptismo. Com o qual El Rei muitas vezes falava e folgava de lhe ouvir coisas que lhe contava, pelo que El Rei lhe fez muitas mercês, dando-lhe muitos vestidos de sua pessoa, e cavalos de sua estrebaria e servidores dos que se tornaram Cristãos que lhe deu Dom Vasco; e toda a gente lhe chamava Gaspar de las Índias, que assim queria ele que lhe chamassem. (Correia, 1858: 142)⁷

Lembremos que nesta altura (1499) ainda não estamos longe do édito da expulsão de judeus e mouros de 1496. Lógico será, pois, interrogar a recepção à chegada do judeu a Lisboa, tendo em conta um contexto que poderia não ser o mais favorável como resultado da publicação do édito. Neste sentido, pode considerar-se ‘arriscada’ a decisão de trazer o judeu para o reino por parte de Vasco da Gama. Ao risco, caso tenha sido equacionado, sobrepôs-se possivelmente o testemunho que o judeu e ‘outros cativos’ poderiam fornecer da chegada do Gama à Índia. Pelos vistos, em conformidade com as informações dadas por Gaspar Correia, mas também por outros cronistas, a chegada do judeu foi do agrado do Rei. Documento que atesta este ‘agrado’ é também a carta que D. Manuel envia para Roma a 28 de Agosto de 1499, dirigida ao cardeal D. Jorge da Costa (Rego, 1991: I, 6-11).

Essa carta anuncia o descobrimento da Índia, como anuncia a chegada do judeu, “já agora cristão tornado, (...) o qual havia 30 anos que tratava na Índia e a sabe assim esmiuçadamente toda e quanto nela há (...)”. E maior louvor não podia ser dado do que aquele em que o Rei afirma que “sem ele vir estivera ainda muitos anos todo o achado por se saber tão cumprida e intrinsecamente como agora de nós é sabido (...)”. O saber de Gaspar e o seu conhecimento de línguas, também referido por D. Manuel, “hebraico, caldeu, arábico e alemão, fala também italiano misturado com espanhol tão claro que se entende como um português, nem ele menos os nossos.”, estão certamente na origem do seu embarque na armada de Pedro Álvares Cabral com destino à Índia.

Ao reconhecer as qualidades de Gaspar, D. Manuel demonstra para com o judeu um comportamento similar ao que antes manifestara para com os judeus da comunidade judaica portuguesa após o édito de 1496⁸. Segundo Maria José Ferro Tavares (2023: 16), o Rei “não estava interessado em perder os conhecimentos e as riquezas que ela geria e gerava”. Ora, é de facto o que se passa com Gaspar da Gama; saberes e conhecimentos do judeu são aproveitados desde os primeiros tempos a seguir à chegada à Índia, o mesmo acontecendo, de resto, mais tarde, na grande armada da ‘tomada de posse’ do primeiro vice-rei da Índia (1505)⁹, para referir apenas ao que a responsabilidade do Rei diz respeito. Esta implica o retorno à Índia por parte de Gaspar e a sua participação no estabelecimento do Estado Português da Índia.

⁶ Gaspar Correia permaneceu na Índia de 1512 a 1529.

⁷ Actualização para o português da minha responsabilidade.

⁸ É a atitude do Rei que responde à questão colocada por Sousa Viterbo (1898: 14) em finais do século XIX: “É curioso como, sendo eles expulsos de Portugal, continuassem ainda prestando serviços ao país que tanto os perseguia.”

⁹ Gaspar da Gama, para além desta viagem, terá ainda participado na viagem de Pedro Álvares Cabral (1500), na 2ª viagem de Vasco da Gama (1502) e volta para a Índia na armada do Vice-rei D. Francisco de Almeida (1505).

Muitas informações de que dispomos sobre Baltasar se devem ao pai, Gaspar, inseridas nas cartas¹⁰ que este escreveu e enviou da Índia a D. Manuel. Essas informações não nos revelam o lugar onde nasceu, quanto tempo permaneceu em contacto com os portugueses, quando e em que circunstâncias recebeu o baptismo, como aprendeu português, etc.

Porém, numa carta (sem data) de Gaspar ao Rei, ficamos a saber que Baltasar chegou a Cananor em 1503, vindo talvez de Narsinga, segundo pode deduzir-se do que diz Gaspar (Pato, 1903: III, 200-204). Baltasar terá servido de 'língua' em Cananor durante oito meses, até ao momento em que Lopo Soares de Albergaria o leva para Cochim, onde permanece mesmo após a partida de Lopo Soares de Albergaria para Portugal em 1504. Em Cochim, não sabemos se está a habitar com a sua mãe na comunidade judia de Cochim. Em todo o caso, será na qualidade de 'língua' que a frota de D. Francisco de Almeida, e, por conseguinte, o seu pai Gaspar, o vai encontrar ao chegar a Cochim em 2 de Novembro de 1505. Terminava assim a separação entre pai e filho, que ocupara o tempo que medeia entre o encontro de Gaspar com os portugueses na primeira viagem à Índia de Vasco da Gama e a viagem à Índia, porventura definitiva, na armada de D. Francisco de Almeida (1505). Todavia, é possível que tenha havido algum encontro entre pai e filho durante as viagens que Gaspar da Gama realizou à Índia.

Como 'línguas', nas nossas fontes, pai e filho realizam tarefas a sós ou em conjunto, mais determinadas pelos acontecimentos ou circunstâncias, do que pelo saber linguístico de um ou de outro, que nunca são postos em causa. Assim, Baltasar, tal como o pai, conhecerá o árabe e o malaiala, pelo menos. A 22 de Agosto de 1506, quase um ano depois da chegada a Cochim do primeiro vice-rei, Baltasar é enviado em viagem a Malaca, com a finalidade de 'assentar trato', porque, segundo refere Gaspar, "não tinha D. Francisco de Almeida homem que fosse bom para assentar o trato e que soubesse a língua senão eu ou meu filho". E, nessa carta (Pato, 1898: II, 380), continua Gaspar dizendo que Baltasar "sabia também em muitas coisas tanto como eu". Nela ficamos a saber ainda que D. Francisco de Almeida considerava Gaspar "boa língua e bom homem".

3. O desempenho dos dois 'línguas' durante os primeiros anos do Estado Português da Índia deve considerar-se de continuidade. Pai e filho, como vimos, haviam realizado idênticas funções anos antes de D. Francisco de Almeida chegar à Índia enquanto governador ou vice-rei.

No entanto, esse desempenho, a partir de 1505, apresentava-se com contornos diferentes do realizado anteriormente. Esses contornos eram ditados pelas exigências do Estado da Índia em construção. Em carta não datada (Pato, 1903: III, 200-204), dirigida a D. Manuel, Gaspar informa, ainda no ano da chegada à Índia, que já se encontravam "feitos" os "quatro castelos", em Quiloa, Angediva, Cananor e Cochim. Mas, ao dar a notícia, não deixa de mencionar que, durante todo esse tempo, para além do seu desempenho do serviço de língua, se ocupou de outras tarefas – compras destinadas ao mantimento da frota e apoio aos construtores das fortalezas. Como se compreende, nestas tarefas, a interacção linguística era necessária.

A escolha de um lugar fixo para o vice-rei e respectivo séquito, significava também maior sedentarismo dos 'línguas' ao seu serviço. Como se sabe, com D. Francisco de Almeida, o Estado da Índia estava sediado em Cochim e, com Afonso de Albuquerque, passou a sediar-se em Goa, após a sua conquista. A estas mudanças, de lugar e de vice-rei/governador, correspondem também mudanças ao nível dos 'línguas'. Gaspar e Baltasar ainda prestam serviço a Afonso de Albuquerque nos primeiros tempos do seu governo, a partir de 1509, sendo, no entanto, preteridos logo em 1510 e substituídos por outros, de resto, também judeus¹¹.

¹⁰ Conhecemos 3 cartas de Gaspar da Gama, publicadas nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, 2 em Pato, 1898: III, 195-197, 200-204 e 1 em Pato, 1903: II, 371-380.

¹¹ Chamavam-se eles Alexandre de Ataíde e Francisco de Albuquerque.

Com o passar dos anos, e apesar de haver cada vez mais portugueses a falarem a língua da ‘gente da terra’¹², os ‘línguas’ continuaram a ser necessários no Estado Português da Índia. Com o tempo, essa necessidade ultrapassa o governador e atinge outras estruturas (Felner, 1868). O capitão, a feitoria, o ouvidor, a alfândega, e até ‘os frades’... podem ter o seu ‘língua’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

- FELNER, RODRIGO J. DE LIMA (1868) – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- CORREIA, GASPAS (1858) – *Lendas da Índia*. Livro primeiro. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- GÓIS, DAMIÃO DE (1949) – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Parte I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PATO, R. ANTÓNIO DE BULHÃO (1898-1903) – *Cartas de Afonso de Albuquerque*. T. II e III. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- REGO, ANTÓNIO DA SILVA (1991) – *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente*. Vol. I. Lisboa: Fundação Oriente – Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. pp. 6-11.

MONOGRAFIAS

- AUBIN, JEAN (1996-2000) – *Le latin et l’astrolabe – Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. Vol. I e II. Lisboa - Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian - Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises.
- BOUCHON, GENEVIÈVE (2002) – *Afonso de Albuquerque, o leão dos mares da Ásia*. Lisboa: Quetzal.
- CORTESÃO, JAIME (1922) – *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Paris - Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- KAYSERLING, MEYER (1971) – *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- LIPINER, ELIAS (1987) – *Gaspar da Gama: um converso na frota de Cabral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PAIS, CARLOS CASTILHO (2005) – *Apuntes de historia de la traducción portuguesa*. Soria: Universidade de Soria.
- SILVA, JOAQUIM CANDEIAS (1996) – *O Fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida*. Lisboa: IN – CM.
- THOMAZ, LUÍS FILIPE F. R. (1994) – *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL.
- VITERBO, SOUSA (1890) – *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional
- VITERBO, SOUSA (1898) – *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ARTIGOS EM REVISTAS

- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (1992) – Judeus, Cristãos-novos e o Oriente. *Estudos Orientais* III. Lisboa: Universidade Nova, 51-61.
- TAVARES, MARIA JOSÉ FERRO (2013) – Entre religiões e negócios, a sobrevivência, *Lusitânia Sacra*, n.º 27. Lisboa: Universidade Católica, 15-34.
- THOMAZ, LUÍS FILIPE F. R. (1996) – Estudos Árabo-Islâmicos e Orientais. *Povos e Culturas*. N.º 5. Lisboa: Universidade Católica, 389-414.

¹² O caso mais conhecido será o de Diogo Pereira, dito o *Malabar*, que viveu na colónia portuguesa de Cochim de 1505 a 1513 ininterruptamente. Diogo Pereira “falava na perfeição o malabar ou malaiala”. THOMAZ (1994: 459).

CONTRIBUIÇÕES EM ACTAS OU OUTRAS OBRAS COLECTIVAS

COSTA, JOÃO PAULO OLIVEIRA E (2000) – *Descobridores do Brasil, Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

19

ALGUNS ASPECTOS DA NOBREZA DO *PORTUGAL RESTAURADO* INTUÍDOS A PARTIR DE UM MANUSCRITO DE JOÃO NUNES TINOCO (C.1616-1690)

SOME ASPECTS OF THE NOBILITY OF *RESTORED PORTUGAL* INTUITED FROM A MANUSCRIPT BY JOÃO NUNES TINOCO (C.1616-1690)

Teresa Campos COELHO
ID: 0000-0002-1314-4105
[CHAM – FCSH – UNL]
teresacamposcoelho@gmail.com

RESUMO

No início do presente ano a Biblioteca Nacional de Portugal adquiriu um manuscrito inédito da autoria do arquitecto régio João Nunes Tinoco (c.1616-1690), intitulado *Tropheus Lusitanos por João Nunes Tinoco Architecto de SMag.de. Anno i650*. Composto no contexto do Portugal Restaurado, ele surge-nos como uma actualização da homónima obra de António Soares de Albergaria (*Tropheos Lusitanos. Parte I*) publicada ainda em período filipino (1632).

Neste primeiro ensaio tentaremos relacionar as duas obras, ainda que sumariamente, determinando as principais semelhanças e diferenças entre elas, bem como as alterações determinadas pela evolução dos contextos históricos em que foram produzidas, nomeadamente no que diz respeito à constituição dessa mesma nobreza.

Palavras-chave: Reino de Portugal; Restauração; Nobreza Lusitana; António Soares de Albergaria; João Nunes Tinoco.

ABSTRACT

At the beginning of this year, the National Library of Portugal acquired an unpublished manuscript by the royal architect João Nunes Tinoco (c.1616-1690), entitled *Tropheus Lusitanos por João Nunes Tinoco Architecto de SMag.de. Anno i650*. Composed in the context of Portugal Restaurado, it appears to us as an update of the homonymous work by António Soares de Albergaria (*Tropheos Lusitanos. Part I*) published in the Philippine period (1632).

In this first study we will try to relate the two works, albeit briefly, determining the main similarities and differences between them, as well as the changes determined by the evolution of the historical contexts in which they were produced, namely with regard to the constitution of this same nobility.

Keywords: Kingdom of Portugal; Restoration; Lusitanian Nobility; António Soares de Albergaria; João Nunes Tinoco.

1 - UM MESMO TÍTULO PARA DUAS OBRAS E DOIS AUTORES

Em Março do presente ano a Cabral Moncada Leilões colocou à venda o manuscrito inédito *Tropheus Lusitanos* por João Nunes Tinoco Architecto de SMag.de Anno 1650 (Tinoco, 1650) (Fig.1) o qual viria a ser comprado então pela Biblioteca Nacional de Portugal¹. Datado de 1650, o manuscrito é composto por 63 brasões aguarelados a cores e a ouro, referentes à nobreza que compunha o *Portugal Restaurado* de então².

João Nunes Tinoco (c. 1616-1690), autor e arquitecto identificado no próprio título da obra, pertenceu a uma das mais prestigiadas famílias de arquitectos régios que marcaram a arquitectura portuguesa dos séculos XVII e início do século XVIII³. Aprendiz de arquitectura em 1631 (Viterbo, 1922: III, 112-113), à data João Nunes Tinoco era já um arquitecto importante, deixando prever o que se revelaria uma longa e importante carreira (Coelho, 2014: 293-413); (Coelho, 2018: 227-310, 397-405, 519), tendo sucedido em Fevereiro de 1641 ao pai (Viterbo, 1922: III, 112-113), o arquitecto régio Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640) na direcção da obra de S. Vicente de Fora. Essa mesma carreira iria ter um dos seus pontos mais altos na sua nomeação para arquitecto da *Casa das Rainhas* em 1666 (Viterbo, 1922: III, 115-116), único arquitecto nomeado para esse cargo na segunda metade do século XVII.



Fig. 1 – João Nunes Tinoco, *Tropheus Lusitanos...* (1650), Frontispício. Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, IL 241.

Tropheus Lusitanos, título da obra de João Nunes Tinoco não é, no entanto, original. Em 1632, António

¹ Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, IL.241, C.F. Disponível em <https://purl.pt/41956>. Agradecemos ao investigador João Loureiro ter-nos informado sobre a presença deste manuscrito em leilão. Consultado por nós no período de exposição ao público, informámos então a Dr.ª Ana Cristina Santana da Silva da *Secção de Reservados* da Biblioteca Nacional de Portugal sobre o grande interesse do mesmo (e, também, do nosso interesse em estudá-lo na sequência dos estudos que vimos fazendo desde a nossa tese de doutoramento sobre esta família de arquitectos) a qual informou, por sua vez, a então Directora Dr.ª Inês Cordeiro sobre a importância em adquiri-lo. A ambas não quero deixar de expressar o agradecimento pelos esforços que evidenciaram para realizar esta aquisição. Embora sem um texto que o contextualizasse, este manuscrito integrou de imediato a exposição “1622. Pallazzi di Genova. No 4.º Centenário do projecto editorial de Rubens” comissariada pelo investigador Doutor José Monterroso Teixeira, exposição essa patente de Março e Junho deste ano no corredor da Biblioteca Nacional anexo à Sala de Referência. Agradecemos ainda à Dr.ª Helena Patrício a autorização para a publicação das imagens apresentadas.

² Dado que o manuscrito de João Nunes Tinoco não tem um índice dos brasões nele constantes, apresentamos no Anexo a listagem dos *Brasões da Nobreza do Reyno de Portugal* (e respectivas páginas), extraída da ficha de catalogação da *Biblioteca Nacional de Portugal* referente a esse manuscrito. O índice da obra de António Soares de Albergaria pode ser consultado na própria obra.

³ Oriundo de uma família de mestres pedreiros do século XVI, esta dinastia foi constituída pelos arquitectos Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640), pelos seus filhos André Ribeiro Tinoco (1611-1643), que entraria para a Companhia de Jesus) e João Nunes Tinoco (c.1616-1690), e ainda pelo filho deste último Luís Nunes Tinoco (1642/3-1719). Dos muitos cargos e projectos que executaram como arquitectos reais e para a nobreza, destaca-se a Direcção da obra do Mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa, então a mais importante obra do Reino desde 1624 até 1719, data do falecimento de Luís Nunes Tinoco. Sobre esta dinastia de arquitectos reais veja-se *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII* (Coelho, 2014; 2018).

Soares de Albergaria (1581-1639?)⁴ dera já à estampa uma obra assim intitulada (*Albergaria*, 1632) (Fig.2). Dedicada às armas e escudos dos *Titulares do Reyno de Portugal, e Outras Cousas Particulares do Mesmo Reyno* descreve, para além das armas dos membros da Família Real, as armas, títulos e cargos da nobreza lusitana, por ordem alfabética dos seus apelidos⁵.

Nas licenças concedidas para publicação da obra, Frei Thomás de S. Domingos é explícito sobre o valor da mesma, deixando adivinhar já os ideais que levariam à Restauração: “trazer à memória de todos os Grandes de Portugal as proezas de seus Progenitores, & exortando-os a que não degenerem donde trazem sua nobreza, dignidade & cargo (...) Pelo que o julgo mui digno de se estampar para honra dos Titulares, & Grandes da Monarchia Lusitana” (*Albergaria*, 1632: *Licenças*).

Consideramos interessante realçar também outro aspecto desta obra: a primeira imagem, da autoria do já citado Agostinho Soares Floriano representa *Nossa Senhora da Assumpção protectora do Reyno de Portugal* (Fig.3)⁶ a que se segue a imagem do *Anjo Custódio do Reyno de Portugal*.

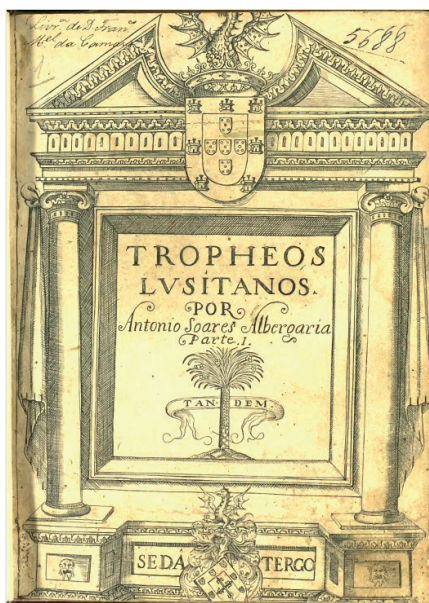


Fig. 2 – António Soares de Albergaria, *Tropheos Lusitanos. Parte I* (1632), Frontispício. Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, RES. 698/1 P.



Fig. 3 – António Soares de Albergaria, *Tropheos Lusitanos. Parte I* (1632), Imagem 1. Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, RES. 698/1 P.

⁴ *Tropheos Lusitanos. Parte I*. Nascido em Castelo Branco, viria a falecer em Almada. Beneficiado da Colegiada de Santo Estêvão em Alfama e capelão das Capelas de Santo Eutrópio e de S. Mateus também em Lisboa, distinguir-se-ia como genealogista, deixando-nos uma importante obra neste campo. Em 1634 António Soares de Albergaria publicaria *Resposta a certas objeções sobre os Tropheos Lusitanos* (Albergaria, 1634) que, como refere o autor, são as respostas dadas às objecções feitas por “um fidalgo muito curioso” que consultou quando tratava de publicar os *Tropheos*. Entre outras obras compôs ainda *Triunphos da Nobreza Lusitana* e *Origem de seus Brasões*.

⁵ A obra abre com as *Licenças* concedidas para publicação da mesma, dois sonetos dedicados ao autor da autoria de Pedro de Noronha Andrade e de Manoel Peixoto da Rocha, Familiar do Santo Ofício, bem como o texto introdutório “A Nobreza do Reyno de Portugal” da autoria do próprio António Soares de Albergaria. Segue-se a listagem das imagens. Estas incluem, ainda antes dos brasões da Nobreza do Reyno (estes por ordem alfabética dos apelidos), as seguintes imagens: Nossa Senhora da Assumpção, Anjo Custódio de Portugal, Armas Antigas do Reyno de Portugal, S. Pedro de Rates, São Damaso Papa Português, Santo António, Armas do Conde D. Henrique, Aparecimento de Christo a ElRey D. Afonso Henriques, Armas do Reyno de Portugal dadas a ElRey D. Afonso Henriques, Armas delRey D. Manuel e seus sucessores. A imagem *Aparecimento de Christo a ElRey Dom Affonso Enriques*, da autoria de Agostinho Soares Floriano (1619-1642), que assina também as outras imagens, tornar-se-ia o principal modelo para posteriores gravuras sobre o milagre da Batalha de Ourique (Xavier, 2016:11).

⁶ Em 1646, D. João IV proclamaria e coroaria Rainha e Padroeira de Portugal a Virgem Maria sob a invocação da *Nossa Senhora da Conceição* ou *Imaculada Conceição* que, a partir de então, passaria a ter esse título.

2 – PRINCIPAIS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS DUAS OBRAS⁷

As duas obras, a par do mesmo título (embora no manuscrito de João Nunes Tinoco ele seja completado como o nome, profissão do autor e a data em que foi escrito) partilham ainda da mesma organização e do mesmo conteúdo: heráldica das mais importantes famílias do Reino de Portugal.

As principais diferenças residem sobretudo no material de suporte – no caso de António Soares de Albergaria estamos perante um livro impresso e, na obra de João Nunes Tinoco, perante um manuscrito aquarelado a cores e a ouro.

Outras diferenças são ainda facilmente perceptíveis – o manuscrito de Tinoco não tem qualquer introdução, nem mesmo as primeiras figuras históricas constantes do livro de António Soares de Albergaria, começando logo nas Armas dos Reis de Portugal, seguidas das da Nobreza, todas acompanhadas dos Apelidos, possíveis cargos que lhes estavam atribuídos e títulos nobiliárquicos.

Neste manuscrito seria de esperar também uma menção a Nossa Senhora da Conceição, na época já nomeada por D. João IV, *Rainha e Padroeira de Portugal*, à semelhança da menção que António Soares de Albergaria fizera a Nossa Senhora da Assumpção.

Outro aspecto da máxima importância resulta da comparação entre a *Nobreza do Reino de Portugal* citada por António Soares de Albergaria (em 1632, ainda em período filipino) e aquela que consta da obra de João Nunes Tinoco em 1650: apesar das transformações resultantes da Restauração, muitas das famílias da “Velha” *Nobreza Lusitana* mantêm os seus títulos e cargos mesmo após 1640⁸. As principais alterações dizem respeito aos novos títulos dados aos que se salientaram e apoiaram a Restauração, nomeadamente daquelas famílias que tinham já títulos anteriores, juntando agora outros novos.

Entre a Nobreza que encontrámos nesta situação, referiremos apenas dois dos títulos mais importantes pelo papel que desempenharam no século XVII: o de *Duque de Cadaval* (Fig.4), e o de *Marquês de Alenquer e 4.º Duque de Hajar* (Fig.5).

O título de *Duque de Cadaval* seria dado por D. João IV, a 26 de Abril de 1648, a D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), no dia do nascimento do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II (1648-1706). Era filho de D. Francisco Manuel de Melo, 3.º Marquês de Ferreira, Conselheiro de Estado e uma das mais importantes figuras da Restauração, falecido em 1645. Quando D. Nuno Álvares Pereira de Melo recebe em 1648 o título de Duque de Cadaval, contava 10 anos de idade e herdara já do pai também os títulos de 4.º Marquês de Ferreira e de 5.º Conde de Tentúgal. Com *Honras de Parente* da Família Real (as armas da Casa de Cadaval são as antigas armas da Casa de Bragança); sabe-se que foi sempre acarinhado pela Rainha D. Luísa de Gusmão, e um fiel partidário do futuro rei D. Pedro II.

Mais curiosa é a representação do brasão do 4.º Duque de Hajar, Rodrigo Sarmiento de Silva de Villandrando y de la Cerda (1600-1664), também com o título de Marquês de Alenquer, título pertencente ao nobiliário português. Apesar deste título figurar no índice do livro de António Soares de Albergaria com o número 26, a respectiva página foi deixada em branco. Sabemos que em 1632 (data de impressão do livro) Rodrigo vence o processo que tinha em curso sobre a possessão do marquesado de Alenquer em Portugal pedindo, em 1634, o lugar de Conselheiro do mesmo. Talvez por essa razão, em 1632 não tenha tido ainda oportunidade de nele figurar, aparecendo apenas no manuscrito de João Nunes Tinoco. Frequentemente acusado de conspiração em Espanha, acabaria os seus dias preso na torre

⁷ Não sendo possível analisar aqui toda a obra, neste primeiro e breve estudo tentaremos caracterizar e contextualizar o manuscrito de João Nunes Tinoco, estabelecendo também a sua relação com a homónima obra de António Soares de Albergaria. Este ensaio não dispensa um estudo mais aprofundado, o qual pretendemos realizar mais tarde, nomeadamente em colaboração com um especialista em Heráldica

⁸ O que carece, também, de um estudo mais aprofundado.

da fortaleza de Léon em 1664⁹.



Fig. 4 – Nunes Tinoco, *Tropheos Lusitanos*...., Armas do Duque do Cadaval, Marquês de Ferreira, Conde de Tentugal... (fl.12). Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, IL 241.



Fig. 5 – Nunes Tinoco, *Tropheos Lusitanos*...., Armas do Marquês de Alenquer, Duque de Híjar... (fl.16). Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, IL 241.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve análise que acabámos de fazer às obras *Tropheos Lusitanos* da autoria de António Soares de Albergaria e de João Nunes Tinoco permite-nos concluir que ambas cumprem os mesmos objectivos: se, por um lado, informam sobre a nobreza de cada um dos períodos em que são produzidas, por outro destinam-se também a servir de modelo para utilizações futuras. Isso mesmo se infere dos brasões em que são deixados espaços em branco para serem preenchidos posteriormente. Estão neste caso o do Primaz de Braga, cujo ovalado central se destina a integrar as armas da família de que é oriundo, o da Rainha de Portugal, cujo lado direito do escudo fica em branco para nele se colocarem as armas da família de que é oriunda, ou o brasão das Infantas, no qual o lado esquerdo da lisonja fica vazio para ser preenchido com as armas da Casa dos respectivos esposos.

⁹ Rodrigo de la Cerda era filho de Diego de Silva e Mendoza (1560-1630) filho, por sua vez, de Rui Gomes da Silva (1516-1573), 1.º Príncipe de Éboli, português que na Corte espanhola atingiu os mais altos cargos. Diego seria nomeado por Filipe II (1578-1621) Vice-Rei de Portugal entre 1617 e 1621 – a par dos muitos títulos que possuía recebera já do monarca, em 1616, o de Marquês de Alenquer. Nem sempre Rodrigo de la Cerda aparece citado como Marquês de Alenquer (título usado pelo filho Rodrigo), talvez pelas suas posições políticas. Sobre ele veja-se a ficha bibliográfica publicada por Santiago Martínez Hernández (Hernández, 2018) no site da Real Academia de la Historia – *Rodrigo Sarmiento de Silva de Villandrando y de la Cerda*, com bibliografia sobre o mesmo. Disponível em: Rodrigo Sarmiento de Silva de Villandrando y de la Cerda | Real Academia de la Historia (rah.es). [consultado a 26/6/2024].

O manuscrito de João Nunes Tinoco permite-nos pensar ainda numa outra hipótese, ainda que remota: o minucioso trabalho aquarelado a cores e a ouro, sem as imagens iniciais constantes do livro de António Soares de Albergaria, e integrando apenas brasões, poderia destinar-se a um álbum especial produzido no contexto de um evento especial da Corte ou, até mesmo, como modelo para decoração de um importante espaço dessa mesma Corte.

De qualquer modo, este manuscrito não representa a primeira vez que João Nunes Tinoco desenvolve um trabalho no domínio da heráldica. Em 1637 ilustrara já com quatro desenhos seus (dois deles com pormenores de brasões) os documentos referentes ao *Morgado da Torre dos Coelheiros por Fernão Gonçalves Congominho* (veja-se Coelho, 2018: 403-404 e Figs. 124-125).

Embora produzidos em épocas diferentes – um em 1632, em período filipino e já de grande contestação ao domínio espanhol, como se depreende do subtil texto de Frei Thomás de S. Domingos que o integra, exortando a *nobreza lusitana* a não esquecer os grandes feitos dos seus antepassados – e o segundo em 1650, num período não menos difícil em que o Reino se organiza em torno da defesa do seu território, ambos têm objectivos comuns e completam-se, constituindo um importante testemunho da passagem para o *Portugal Restaurado*.

ANEXO

Listagem dos Brasões da Nobreza do Reyno de Portugal (e respectivas páginas) contidos no manuscrito *Tropheus Lusitanos por João Nunes Tinoco Architecto de S^{ma} Mag.^{de} Anno i650*

Brasões de: Rei de Portugal (f. 2 e 3); Rainha de Portugal (f. 4); Príncipe de Portugal (f. 5); Infanta de Portugal (f. 6); Casa de Bragança Antiga (f. 7); Duque de Bragança, Condestável de Portugal (f. 8); Duque de Aveiro e de Torres Novas (f. 9); Duque de Caminha, Marquês de Vila Real, seu apelido Noronha e Meneses (f. 10); Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas (f. 11); Duque do Cadaval, Marquês de Ferreira, Conde de Tentúgal, seu apelido Melo (f. 12); Marquês de Castelo Rodrigo, Conde de Lumiares, seu apelido Moura, Corte Real (f. 13); Marquês de Gouveia, Conde de Portalegre. Mordomo mor, seu apelido Silva (f. 14); Marquês de Porto Seguro, Comendador mor de Santiago, seu apelido Lancastre (f. 15); Marquês de Alenquer, Duque de Hajar e Franca Vila, Conde de Salinas e Ribadeu, seus apelidos Silva, Sarmiento, Avelaneda e Mendoça. Tem sua casa em Burgos, Valladolid e seu estado em Biscaya e Montanhas (f. 16); Marquês de Cascais, Conde de Monsanto, Coudel mor, Couteiro mor e Alcaide mor de Lisboa, seu apelido Castro (f. 17); Marquês de Niza, Conde da Vidigueira, Almirante da Índia, seu apelido Gama (f. 18); Marquês de Aguiar, Conde de Vimioso, seu apelido Portugal (f. 19); Marquês de Montalvão, Conde de Castelo Novo, seu apelido Mascarenhas (f. 20); Bispo de Coimbra, Conde de Arganil e Senhor de Coja (f. 21); Conde de Odemira, seu apelido Noronha (f. 22); Conde de Sortelha, Guarda mor de El-rei, seu apelido Silveira e Goes (f. 23); Conde da Atouguia, seu apelido Ataíde (f. 24); Conde de Linhares, seu apelido Noronha (f. 25); Conde de Castanheira, seu apelido Ataíde (f. 26); Conde de Cantanhede, seu apelido Menezes (f. 27); Conde da Feira, seu apelido Pereira, Forjaz (f. 28); Conde de Vila Nova, seu apelido Castelo Branco e Valente (f. 299); Conde de Faro, seu apelido Faro (f. 30); Conde de Vila Nova da Calheta, Capitão do Funchal, seu apelido Câmara (f. 31); Conde de Castro Daire, seu apelido Ataíde (f. 32); Conde de Torres, seu apelido Mascarenhas (f. 33); Conde do Redondo, Caçador mor, seu apelido Coutinho (f. 34); Conde de Tarouca, seu apelido Meneses (f. 35); Conde de Penaguião, Camareiro mor de El-rei, seu apelido Sá (f. 36); conde de Basto, seu apelido Castro (f. 37); Conde de Santa Cruz, Capitão dos Ginetes, seu apelido Mascarenhas (f. 38); Conde do Sabugal, Meirinho mor, seu apelido Castel Branco (f. 39); Conde de Atalaia, seu apelido Manuel (f. 40); Conde de Vila Franca, Capitão da ilha de São Miguel, seu apelido Câmara (f. 41); conde de Ficalho, Duque de Villahermosa, seu apelido Borja e Aragão (f. 42); Conde de Vila Flor, seu apelido Henriques (f. 43); Conde de São João, seu apelido Távora (f. 44); Conde de Castelo Melhor, seu apelido Vasconcelos (f. 45); Conde do Prado, seu apelido Sousa (f. 46); Conde de Ericeira, seu apelido Meneses (f. 47); Conde da Palma, seu apelido Mascarenhas (f. 48); Conde de Arcos, seu apelido Lima, Nogueira e Brito (f. 49); Conde de Vale de El-rei, seu apelido

Furtado e Mendonça (f. 50); Conde de Unhão, seu apelido Teles de Meneses (f. 51); Conde de Figueiró, seu apelido Vasconcelos (f. 52); Conde de Óbidos, seu apelido Mascarenhas (f. 53); Conde de Miranda, seu apelido Sousa (f. 54); Conde de Sarzedas, seu apelido Lobo e Silveira (f. 55); Conde Capitão, seu apelido Câmara (f. 56); Conde de S. Miguel, seu apelido Botelho (f. 57); Conde da Ilha do Príncipe, seu apelido Carneiro (f. 58); Conde de Serém, seu apelido Mascarenhas (f. 59); Visconde de Ponte de Lima, seu apelido Lima, Nogueira e Brito (f. 60); Visconde de Castelo Branco, seu apelido Castelo Branco (f. 61); Barão de Alvito, seu apelido Lobo (f. 62); Marechal de Portugal, seu apelido Coutinho (f. 63); Almirante de Poertugal, seu apelido Azevedo (f. 64).

In *Biblioteca Nacional de Portugal* [BNP], Ficha de Catalogação deste Manuscrito

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], Chancelaria de Filipe III, Mercês, L.º. 23, fl. 386v, *Nomeação de João Nunes Tinoco para aprendiz de arquitectura* (1631).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], Chancelaria de D. João IV, Doações, L.º. 13, fl. 70, *Nomeação de João Nunes Tinoco para o lugar de S. Sebastião e S. Vicente* (1641),

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], Casa das Rainhas, L.º. 1, fl. 19v, *Nomeação de João Nunes Tinoco para o lugar de arquitecto da casa da rainha D. Luísa de Gusmão* (1666).

FONTES MANUSCRITAS

TINOCO, JOÃO NUNES (1650) – *Tropheos Lusitanos*, Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Reservados*, Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], Manuscritos Reservados, IL.241, C.F. Disponível em <https://purl.pt/41956>. [Consultado a 23/4/2024]

FONTES IMPRESSAS

ALBERGARIA, ANTÓNIO SOARES DE (1632) – *Tropheos Lusitanos. Parte I*, Lisboa: por Jorge Rodriguez. Disponível em: <https://purl.pt/12179>. [Consultado a 25/5/2024]

ALBERGARIA, ANTÓNIO SOARES DE (1634) – *Resposta a certas objeçoens sobre os Tropheos Lusitanos*, Lisboa: Lisboa: por Jorge Rodriguez. Disponível em: <https://purl.pt/12177>. [Consultado a 23/4/2024].

ESTUDOS E OBRAS DE REFERÊNCIA

COELHO, TERESA MARIA DA TRINDADE DE CAMPOS (2014) – *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.]. Tese de doutoramento em História da Arte, especialidade História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/20258>.

COELHO, TERESA DE CAMPOS (2018) – *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*, Lisbon: Fundação Casa de Bragança/Sistema Solar/Documenta.

FRANCISCO, FILIPE CARMO (2015) – *Os Tropheos Lusitanos de António Soares de Albergaria – imagem final da nobreza filipina*. Disponível em (90) Os Tropheos Lusitanos de António Soares de Albergaria – imagem final da nobreza filipina | Filipe Carmo Francisco - Academia.edu. [consultado a 24/6/2024].

HERNÁNDEZ, SANTIAGO MARTÍNEZ (2018) – *Rodrigo Sarmiento de Silva de Villandrando y de la Cerda*. Disponível em: Rodrigo Sarmiento de Silva de Villandrando y de la Cerda | Real Academia de la Historia (rah.es). [consultado a 26/6/2024].

MENDES, RUI MESQUITA (2011) – *História de Almada: Figuras de Almada (2): Padre António Soares de Albergaria, Historiador e Heraldista*. Disponível em História de Almada: Figuras de Almada (2): Padre António Soares de Albergaria, Historiador e Heraldista (historiadealmada.blogspot.com). [consultado a 22/6/2024].

VITERBO, FRANCISCO MARQUES SOUSA (1922) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, Vol.III, pp.112-116.

XAVIER, ÂNGELA BARRETO (2016) – “Looking through the *Vizão Feita por Xpo a el Rey Dom Affonso Henriques* (1659). Franciscans in India and the legitimization of the Braganza monarchy”. *Culture & History Digital Journal*, 5 (2): e012. doi: <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2016.012>. [consultado a 22/6/2024]

20 FIALHO DE ALMEIDA: UM PATRIMONIALISTA SINGULAR

FIALHO DE ALMEIDA: A SINGULAR PRESERVATIONIST

Paulo Oliveira RAMOS
ID: 0000-0002-5707-0814
[IHA – FCSH – UNL / IN2PAST]
pauloliveiramos@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tenta iluminar o lugar do escritor Fialho de Almeida (1857-1911) no quadro da história dos Estudos do Património em Portugal tendo em conta que Fialho deixou-nos, há mais de cem anos, várias páginas relacionadas com o nosso património histórico-artístico, hoje em grande parte esquecidas.

Na primeira parte veremos como algumas das preocupações patrimoniais de Fialho de Almeida são, na sua maioria, as mesmas presentes em artigos de destacados patrimonialistas que escreveram nas últimas décadas de Oitocentos e primeiras de Novecentos. Na segunda parte juntamos passagens de escritos fialhianos que são diferentes porque são textos com uma linguagem particularmente corrosiva, como aquele em que faz um retrato dos que então tinham entre nós a “obrigação de regular entre si a polícia dos monumentos” ou abarcam temáticas patrimoniais muito pouco exploradas pelos seus contemporâneos como, por exemplo, os trechos dedicados à “Bric-à-bracomania”.

Palavras-chave: Portugal; Património; Fialho de Almeida; Évora; Século XIX.

ABSTRACT

This article reflects on the role of writer Fialho de Almeida (1857-1911) in the field of heritage studies in Portugal, taking into account the various writings authored by Fialho over a hundred years ago, and largely forgotten today.

Initially, this paper turns to some of Fialho de Almeida's heritage concerns which, for the most part, could also be found in articles by other Portuguese preservationists that were writing in the late 19th and early 20th century. Secondly, some of Fialho's writings will be collated, in that these texts are markedly different for their particularly corrosive language, such as when he portrays those bearing the “duty to regulate amongst us the heritage police”, or because they cover heritage topics not often addressed by his contemporaries, such as, for example, the pages devoted to “bricabracomania”.

Keywords: Portugal; Heritage; Fialho de Almeida; Évora; 19th Century.

E portanto, o que você fez, com a sua costumada veemência, foi *plonger le diable dans un bénitier*. Daí os berros e os coices.

Eça de Queirós, 8 de Agosto de 1888¹

INTRODUÇÃO

Com frequência, os escritos sobre património, museus, arqueologia e história da arte elencam os nomes de reconhecidos especialistas que se dedicaram anteriormente a esses estudos. Nessa linha devemos a Ramalho Ortigão (1836-1915) o mais completo *Who's Who* dos patrimonialistas portugueses de Oitocentos². Só n' *O Culto da Arte em Portugal*, de 1896, nomeou em dado momento trinta e três personalidades³ e, logo de seguida, ainda se lembrou, sem contudo estampar os nomes, de “quantos outros, tanto mais sympathicos quanto mais obscuros!” (Ortigão, 1896: 172).

Não constando da primeira listagem, estaria o nome de José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) incluído nesse segundo ramallete de anónimos patrimonialistas? Não cremos e, daí, não se ter encontrado na sua correspondência endereçada a Ramalho Ortigão uma missiva semelhante à que lhe dirigiu em 29 de Agosto de 1885 e onde se podia ler: “Obrigado por se haver lembrado de mim” (Borges, 2021: 165).

Contudo, Fialho deixou-nos, há mais de cem longos anos, várias páginas relacionadas com o nosso património histórico-artístico, hoje em grande parte esquecidas e que, sem dúvida, urge relembrar. Para o presente texto recorreremos sobretudo a três das suas obras. A saber:

- i) O conto “O Antiquário”, incluído no livro *O País das Uvas* publicado por M. Gomes, Lisboa, 1893. Usámos a edição da Book Cover de 2022⁴.
- ii) *Os Gatos*, cujo primeiro fascículo saiu em Agosto de 1889. Neste trabalho utilizámos sobretudo os volumes I, II e V da edição da Livraria Clássica Editora de 1945 e 1951⁵.
- iii) *Estancias d’Arte e de Saudade*, publicada postumamente pela Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Filhos, Lisboa, 1921. Socorremo-nos da edição do Círculo de Leitores de 1992⁶.

O nosso trabalho divide-se em duas partes. Na primeira – *Tal como os outros* – veremos como algumas das preocupações patrimoniais de Fialho de Almeida são, na sua maioria, as mesmas presentes em artigos de destacados patrimonialistas que escreveram nas últimas décadas de Oitocentos e primeiras de Novecentos. Em *Diferente dos outros* juntamos passagens de escritos fialhianos que são diferentes porque são textos com uma linguagem particularmente corrosiva, como aquele em que faz um retrato dos que então tinham entre nós a “obrigação de regular entre si a polícia dos monumentos” (Almeida,

¹ Carta de Eça de Queirós a Fialho de Almeida (Borges, 2020: 383).

² Ver, como exemplo dos nossos dias, o Dicionário *Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, disponibilizado *online*, que apresenta um conjunto alargado de biografias de museólogos portugueses desde o século XVIII até aos anos 60 do século XX (Edição: Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade Nova de Lisboa).

³ Joaquim de Vasconcelos, Martins Sarmiento, António Augusto Gonçalves, Gabriel Pereira, Sousa Viterbo, Luciano Cordeiro, Ferreira Caldas, Ribeiro Guimarães, Alberto Sampaio, Júlio de Castilho, Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos, Pinho Leal, Albano Belino, Teixeira de Aragão, Vilhena Barbosa, Conceição Gomes, Filipe Simões, Manuel de Macedo, José Pessanha, Fonseca Benevides, [José] Valentim [de Freitas], Vieira Natividade, Figueiredo da Guerra, visconde de Condeixa, Borges de Figueiredo, Marques Gomes, Rodrigo Vicente de Almeida, Zeferino Brandão, Possidónio da Silva, Freitas Costa, Avelino Guimarães, Freire de Oliveira.

⁴ “A última paixão de Vicente Prostres” foi originalmente dada à estampa em 1882 em dois números do *Jornal de Domingo*.

⁵ *Publicação mensal d’inquerito á vida portuguesa* viu a luz do dia no Porto através da Casa Editora Alcino Aranha & C.^a

⁶ Sabemos que o conto “Em Alvito – o Castelo” foi publicado em 1908 na revista *Serões*. Quanto ao conto “Em Évora”, que poderá, como sugeriu Palminha Silva, ter também sido “inicialmente publicado nalguma revista da época” (<https://aviagemdosargonautas.net/2014/12/01/dia-de-evora-em-evora-texto-de-fialho-de-almeida/>), foi parcialmente reproduzido num fascículo d’*Os Gatos* cuja 1.^a edição data de 1 de Julho de 1892.

1945a: 83), ou abarcam temáticas patrimoniais muito pouco exploradas pelos seus contemporâneos como, por exemplo, os trechos dedicados à “Bric-à-bracomania”.



Fialho d'Almeida. Autor: Celso Hermínio. Lisboa: Edição Rocha, 1903.

Tal como os outros

Consideremos todo o século XIX, tempo longo em que se publicaram n'O *Panorama* os quatro artigos pioneiros de Alexandre Herculano sobre os “Monumentos” (entre 1838 e 1839), por seu lado o general de engenharia Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque deu à estampa a *Memória Inédita acerca do edifício monumental da Batalha* (1854) e Joaquim Possidónio Narciso da Silva assinou o *Relatório apresentado na Sessão Solemne da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* em 22 de Novembro (1881). Nesses textos vamos encontrar algumas das questões que Fialho de Almeida também abordou, como a extinção dos conventos e o desbaratar dos seus bens. Olhemos, por exemplo, para o que escreveu em *Estâncias de Arte e de Saudade*:

Dissolvidas as ordens religiosas, saqueados os templos, as esculturas partidas e as telas arrancadas, começou o Governo a tomar conta dos mosteiros, e a Cartuxa de Évora seguiu a lei geral: nada escapou! (Almeida, 1992: 128-129).

E Fialho haveria de sugerir n'Os *Gatos* qual deveria ter sido a postura do Estado para pôr cobro a esses desmandos:

Bastar-lhe-ia ter organizado a fiscalização dos templos e dos claustros sob um regímen sério e implacável, de cuja prática fôssem desviados os salafrários que tôda a Lisboa conhece, e que mancomunados co'as freiras, desviaram das colecções nacionais o que acharam de bom, no espólio daquelas casas. O resultado da incúria, viu-se. Começaram a aparecer trípticos e cruces, baixos-relevos sacros e paramentos, oratórios e estatuetas, quadros, loiças da China, e vidrarias de carácter cultural, por todos os palácios de Lisboa, por todos os bric-à-bracs públicos da Baixa, nas mãos de todos os bispos, de todos os ministros, de todos os governadores civis, de todos os banqueiros, e de todos os arqueólogos. (Almeida, 1945b: 152)

Fialho esboçou ainda um rol das causas dos vandalismos patrimoniais entre nós⁷ – os mesmos que levaram Almeida Garrett a clamar que “aqui moram barbaros!” (Garrett, 1858: 200) – lembrando os “saques das guerras, [a] estupidez dos monges, e [os] latrocínios dos capelães e comissionados especiais de Belas-Artes” (Almeida, 1992: 119), bem como a acção dos “frades, que não foram dos estragadores somenos de preciosidades dos mosteiros” (Almeida, 1992: 106) a que somou a “selvajaria dos rústicos, que para construir seus antros derribaram fábricas preciosas” (Almeida, 1992: 180).

Como tantos autores, também Fialho de Almeida dedicou alguma da sua prosa a historiar demoradamente um monumento, no caso concreto o Castelo de Alvito⁸, trabalho que deu origem a um centenar de páginas enriquecidas por longas notas retiradas do cartório da casa de Alvito. Fialho cumpria, assim, a asserção de Ramalho Ortigão que nos dava conta que “em toda a parte, ainda nos mais abandonados recantos da província, há sempre, onde existe um monumento, um homem pelo menos que o ama, que o estuda, que o compreende” (Ortigão, 1896: 182).

Este Castelo de Alvito é hoje tipo único em terra portuguesa, pela manutenção quase integral da forma primeva, combalida o menos possível pelas construções ruins que lhe agregaram, e que

⁷ Este assunto foi desenvolvido em Ramos, 2015: 411-422.

⁸ Classificado Monumento Nacional por Decreto de 16-06-1910. Ver *Diário do Governo* n.º 136 de 23 junho de 1910.

em nada perturbam de resto a reconstituição que qualquer visitante *in mente* ouse fazer. É uma montanha de alvenaria em tudo típica, cuja máscara contrita diverge das dos castelos e solares chegados até nós (Almeida, 1992: 179-180).

Apesar do entusiasmo Fialho concluiria que

(...) os construtores e pedreiros do Castelo de Alvito seriam broncos e pouco destros artífices locais, sem prática de grandes fábricas, e rudimentarmente apegados a moldes grosseiros, sobre desamparados de lavrantes sabendo aparelhar a pedra com primor (Almeida, 1992: 164-165).

Nos seus textos, Fialho de Almeida assumiu abertamente a sua admiração por Évora – tal como aconteceria com o autor de *O Culto da Arte em Portugal* – cidade onde, escreveu Fialho, “A cada passo onde menos se espera, *remembers* de arquitectura e arqueologia evocando os ciclos de arte e história antiga mais flagrantes” (Almeida, 1992: 102).

Por toda a parte há coisas de álbum, fachadas de estranhos estilos, baldaquinos de granito por cima de pórticos, ruínas com ar de ópera, janelas manuelinas embutidas em paredes de casas modernas, claustros de ogiva, graciosas torrelas, palácios renascença, fortalezas romanas, muralhas fernandinas, inscrições, arcos, passagens medievais, que é um não acabar de surpresas históricas, de pressuposições românticas, de escapadas no sonho e de aerostações pelo irreal (Almeida, 1992: 96).

Crítico da certa modernização urbana, nomeadamente a que incluía as tarefas de talhar ruas e praças, cujas obras implicavam amiúde a destruição de partes antigas da cidade⁹, Fialho aduziu:

Entrando agora propriamente no ossuário da cidade, não é difícil talvez discrepar de entre os remendos e reconstruções de bastos edifícios, alicerces, muralhas, abóbadas, esculturas e decorações (...) Aqui os vestígios arquitectónicos dessa época não acabaram todos à mão do tempo, como nos campos, mas o ciúme e a ignorância dos homens, a precisão de utilizar materiais, desafrontar edifícios, abrir ruas¹⁰, levaram de rodilhão muitos bocados que hoje teriam a veneração de toda a gente (Almeida, 1992: 139).

Também – e como poderia ser de outra forma? –, Fialho criticou o uso de novos materiais no palácio de D. Manuel de raiz quinhentista:

À galeria antiga, de janelas floreadas, sobrepôs-se uma espécie de gaiola ou estufa, com colunas dóricas, pequenas pilastras de ferro, e por cima um vistoso coroamento de telha de Marselha, escarlate, ornado de rendinhas de ferro forjado, pintadas a óleo. Substituiu-se a antiga escada por uma outra, de fábrica de conservas, reservada por sua gradezinha da Fundição Colares (Almeida, 1992: 100)¹¹.

O paralelismo entre Fialho de Almeida e Ramalho Ortigão no campo do património prolongou-se no elogio da preservação da rica toponímia da cidade. Fialho escreveu a propósito:

Os nomes de certas ruas, torres, portas, são todo um elucidário para inquirir do passado desta terra. “*Rua da Alcárcova – Porta da Moira – Travessa de Burgos – Torre de Sisebuto – Rua dos Infantes – Arco de D. Isabel – Rua das Cozinhas d’el-Rei – Rua das Amas do Cardeal*”. (Almeida, 1951: 240-241)¹².

⁹ Já no século XVIII, D. Manuel Caetano de Sousa, inspirado pelo alvará joanino de 20/08/1721, dava conta que “nos queixamos dos estragos, que as obras novas vão fazendo nos monumentos antigos”. Cf. *Notícias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 28. de Junho de 1726*.

¹⁰ Ramalho, por seu lado, lamentava que Évora: “pica os seus historicos brazões para fazer passeios lisos de ruas novas aos seus janotas” (Ortigão, 1896: 80).

¹¹ Isto não significa que não considerasse os novos materiais de construção. Ver o que escreveu sobre “O antigo palacio da exposição agrícola [da “tapada d’Ajuda”], em vidro e ferro” (Almeida, 1933: 280-281).

¹² Na versão publicada em *Estâncias de Arte e de Saudade* acrescentou a “*Porta d’Alconchel*”, a “*Rua dos Mercadores*” e a “*Travessa de Espada e Dardo (!)*” (Almeida, 1992: 102).

Este apego a Évora de ambos os autores estendeu-se, com um algum pioneirismo, à valorização das tradições gastronómicas¹³, concretamente à doçaria regional conventual, saberes hoje acolhidos no âmbito do património cultural imaterial. Há em Fialho, na verdade, excelentes páginas sobre a questão:

Os doces do Paraíso são no Alentejo tão célebres, como entre Douro e Beiras, os de Celas; tão célebres como as rezas das suas freiras e milagres dos seus santos; tão célebres como a tradição dos seus bordados! Há-os de todas as frutas, massas, combinações, formas e espécies.

Grandes, enchendo prato, feitos duma espécie de pão de ló de amêndoa e ovos, ligeiro como esponja, olorante ao olfacto, e vaporoso e fresco ao paladar – coberto de pasta de açúcar, com granulações vermelhas e rosadas – e chama-se o bolo real, centro de mesa de todas as bodas ricas e pobres da província. Há-os pequenos, de amêndoa e açúcar, com um filão de compota, ou uma surpresa de licor escondida no bojo, e que imitam queijos (queijinhos do céu), presuntos, conchas, frutas, emblemas, ferramentas e edifícios. Com estas três drogas simples de açúcar, farinha e ovo, picadas dum ou outro extra de especiaria, ninguém sinfonisa o paladar mais finamente, ou sabe tirar desta efémera sensação, maior prodígio de delícias imortais (Almeida, 1992: 120)¹⁴.

Fialho de Almeida deixaria, outrossim, algumas linhas sobre uma tradição ancestral ligada ao património vinhateiro do Alentejo, a talha, lembrando as olarias de Reguengos “e algumas vilas mais”, mas, sobretudo, descrevendo de forma tão viva essas vasilhas feitas de barro: “As talhas primitivas eram de formato pequeno, barrigudas, cómicas, cor de saragoça como frades gordos, e sem pescoço, apopléticas, de bocal curtíssimo, levando entre vinte e cinco e trinta almudes” (Almeida, 1992: 104).

Quando em 1882 Rafael Bordalo Pinheiro escreveu n’*O Antonio Maria* a propósito da *Exposição D’Arte Ornamental* realizada nas Janelas Verdes, que “Sobre as industrias tradicionaes do povo é que principalmente devem recahir para esse fim as atenções dos investigadores. Ora são precisamente essas industrias que não vemos representadas na exposição d’arte ornamental”¹⁵, Fialho viria a constatar:

Não temos um museu d’artes decorativas, nem em embrião sequer, e é indispensável criá-lo (...) Não há colecções públicas d’estofos, de rendas, e de bordados, num país que tem as tecedeiras bárbaras e geniais das províncias do Minho e Trás-os-Montes, as rendilheiras de Peniche e de Setúbal, e as maravilhosas bordadoras das ilhas dos Açores e de certas povoações rurais do Alentejo. Nas nossas velhas olarias d’Estremoz e das Ilhas, onde a estagnação multi-secular dos processos de fabrico, produziu o milagre de se haverem mantido entre as mãos d’esses rudes louceiros, sem alteração, tôdas as linhas do etrusco, o mais correcto; nas velhas fábricas de faiança das Caldas-da-Rainha, que há duzentos anos davam o vidrado duma maneira única, hoje perdida; nas serralharias dos arredores de Guimarães, onde campónios broncos ainda hoje produzem à forja, sem instrumentos, ferragens comparáveis às melhores da Renascença francesa e italiana – em todos esses focos extintos da arte industrial portuguesa, não há um museu onde os artistas estudem a arqueologia das suas profissões. (Almeida, 1945a: 86)

Daí que, levado por tal preocupação, Fialho tenha sugerido a criação desse desejado museu:

A fundação dum museu desta ordem não é hoje um simples luxo em país nenhum, mas o repositório de motivos ornamentais d’inspirações d’arte prática supérflua ou familiar, simplesmente exótica

¹³ Se Ramalho escreveu “é talvez ainda a sua [Alentejo] tradicional cosinha, a doçaria famosa dos seus conventos, a sua honrada assorda de cuentros, e o seu bolo pôdre, de farinha de milho, azeite e mel, como o que se comeria talvez, entre os hebreus da Biblia, á mesa de Abrahão” (Ortigão, 1896: 81), Fialho defendeu “uma cruzada patriótica, destinando-se a reintegrar o País no usufruto das suas primitivas ucharias. Um povo que defende os seus pratos nacionais defende o território. A invasão armada começa pela cozinha” (Almeida, 1972: 331).

¹⁴ Fialho publicou esta mesma passagem em dois dos seus textos. Primeiro em *O País das Uvas* de 1893 e, depois, em *Estâncias de Arte e de Saudade* de 1921.

¹⁵ Rafael Bordalo Pinheiro, *O António Maria*, 02/03/1882, n.º 144, p. 67.

ou aplicada às indústrias, ao qual deva prender-se o ensino oficial¹⁶, que lança os povos no caminho da prosperidade e da fortuna. É necessário completar a obra das escolas industriais fundadas por Aguiar Pando Ihe por cúpula um museu daqueles, organizado segundo os planos do *South Kensington*¹⁷ (Almeida, 1945a: 74).

Quanto ao “Museu nacional” – que nasceu em 1884 com a designação de Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia a partir da exposição acima referida – mereceu várias referências a Fialho, como, por exemplo, reclamando que fosse dada “a entrada imediata, nas salas das Janelas Verdes, de todos os objectos de carácter artístico sobre que o Estado tivesse direitos reconhecidos, e que se achem disseminados hoje pelos edifícios públicos sem função.” (Almeida, 1945a: 88) já que antes “as Janelas Verdes não lograram dar guarida, nas suas vitrines, senão a frangalhos de casulas e a lavrarias amolgadas, que os ferro-velhos não quiseram!” (Almeida, 1945b: 152).

Escrevendo vários anos depois do marquês de Sousa Holstein ter estampado nas suas pertinentes *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal: a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia...* que “Temos pelo paiz vários grupos de collecções, mas não temos um só museu”¹⁸, Fialho deixou um olhar – sempre crítico – sobre o caso concreto do distrito de Évora:

Dos museus particulares e públicos do distrito de Évora, nenhum é rico, ou organizado segundo um programa etnográfico rigoroso. São colecções de cacos e ferros-velhos esquecidos¹⁹ para o fundo de caixotes, ânforas quebradas e lacrimários de grossa vidraria, que alternam nas salas de visitas provincianas, com bugigangas de rifa, e pequenos bonecos de louça e cestos de caroços (Almeida, 1992: 135-136).

Diferente dos outros

Fialho de Almeida foi, por vezes, muitas vezes, diferente dos outros patrimonialistas, tanto na linguagem usada como em algumas das questões patrimoniais abordadas, conforme se disse antes.

Sobre a linguagem de Fialho lembremos o aviso de Cruz Malpique a propósito da sua obra mais polémica e aqui várias vezes citada: “Não têm *Os Gatos* o valor pedagógico de *As Farpas*. Mas, de muito, excedem estas, no fulgor intelectual, na tonalidade artística, no atrevimento da crítica, na acidez do ataque. (...) Das *Farpas* para *Os Gatos*, vai grande diferença: enquanto naquelas se faz, geralmente, uma crítica de luva calçada, nestes, faz-se uma crítica de arranhões profundos.” (Malpique, 1957: 211). Estes “arranhões” de Fialho poderão ter provocado, como sugeriu Andréa Crabbé Rocha cansaço nos leitores e daí “o interesse pela sua obra se tenha perdido” como refere Emília Salvado Lopes (Lopes, 2020: 38). “Não há dúvida – escreveu Afonso Cautela – Estes *Gatos*, a que só faltou um volume para serem de sete fôlegos, sete valentíssimos fôlegos, são para cansar o mais pintado” (Cautela, 2011: 233).

Na sua crítica aos colecionadores nacionais, Fialho – que diz que “o bric-à-braquismo é uma expressão chinfrim da sumptuosidade” (Almeida, 1945b: 294) – chega mesmo a tentar uma definição: “O que é afinal de contas o *bric-à-brac*? O decadismo na arte da casa, a armadilha ao gôzo da pupila, por via do *exquis* de contrabando, que tira ao espírito a possibilidade do interesse pela obra d’arte sã, e pela obra-prima absoluta” (Almeida, 1945b: 294).

¹⁶ Na 1ª edição lê-se “ensino officinal” (p. 43) e na edição de 1945 lê-se “ensino oficial” (p. 74). Atendendo ao contexto optámos pelo termo da edição primeva.

¹⁷ Ao longo de três décadas, entre 1862 e 1893, um grupo de ilustres portugueses, entre os quais José Silvestre Ribeiro, o marquês de Sousa Holstein, Joaquim de Vasconcelos, Ricardo Guimarães (visconde de Benalcanfôr), Jacinto António de Sousa, Avelino da Silva Guimarães e Francisco da Fonseca Benevides, ao lado de algumas das maiores figuras da literatura portuguesa, nomeadamente Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Fialho de Almeida, escreveu sobre um tema comum: o *South Kensington Museum*, em Londres. Ver Ramos, 2017: 107-128.

¹⁸ Holstein, 1875: 27.

¹⁹ Na 1.ª edição lê-se “esquecidos” (p. 241) mas na edição de 1921 lê-se “escolhidos” (p. 136).

É assim que refere, ora n’*O País das Uvas*, que:

Toda a cidade tem o seu colleccionador ou antiquario, toupeira morosa que anda a furar na ruina das coisas, à procura de histórias eruditas ou preciosidades sepultas, quási sempre armada duns óculos que em verdade lhe não deixam ver melhor pelos problemas adentro. O da minha terra obedecia a este cliché dos antiquários de província, extáticos hoje perante o trevo bárbaro d’um pórtico, e loucos amanhã pela descoberta d’algum tryptico exilado no fundo d’alguma parochia entre as brenhas (Almeida, 2022: 134).

Com a ajuda de Fialho é possível distinguir o antiquário do colleccionador. Aquele (no caso Vicente Prostés, de Beja) era tido

(...) como cicerone das velharias pitorescas da cidade. Era ele o depositário de toda a história local, antiga e moderna, de toda a ciência e de toda a arte: ele a biblioteca, ele o catálogo, ele o bibliotecário, o guarda, o guia, o cicerone, que sem fadiga, sem hesitação, sem mau humor, estava pronto sempre a visionar a cidade diante dos que vinham compulsá-lo (Almeida, 1992: 135).

O antiquário ademais mantinha

A sua correspondência com sociedades sábias e contemporâneos inclinados à compulsão da ciência arqueológica, duas ou três missões para que fora indigitado, e a citação do seu nome em memórias de arqueologia artística, recentes, acabaram de o pôr de mal com todos os espertalhões da terra (Almeida, 1992: 136).

No seu vendaval de críticas ao(s) colleccionador(es), Fialho chegou a escrever que “Não raras vezes a paixão do *bibelot* é um aviso de liquidação de raça, e um primeiro alarme de loucura. Já o Dr. Charcot tinha dito: – A Salpêtrière regurgita d’antigos colleccionadores” (Almeida, 1945b: 296). Crítica que estende-se e adensa-se na passagem seguinte d’*Os Gatos*:

Por tôda a banda o colleccionador acorda, e os móveis desta selecção exótica que lhe aguça a sensibilidade, pôsto nem sempre venham filiar-se num fervoroso culto de arte pura, e muitas vezes se expliquem pelo amor do negócio, por vaidade burguesa, por emulações de família, ou por doença, não obstante convergem todos a um resultado nobre e salubérrimo, qual o de libertar da poeira e da ruína, quaisquer destroços, minúsculos que sejam, dessa divina arte com que o Portugal do velho tempo interpretou o confôrto, e soube poetizar os interiores – êsses refúgios de paz dos combates exaustos pela fadiga das viagens e das guerras.

De feito, não se sobe a uma residência de amanuense, de simples agente de leilões, ou de boticário, sem depararmos na sala, no gabinete de trabalho ou no *toilette*, em núcleo ainda, e mais ou menos risível pela prosápia d’*étalage*, a famosa, a lambida, a suspirada colecção.

Ventarolas e selos servidos, pratos das Caldas e oleografias, tudo serve a pôr nestes santuários do medíocre, a mancha de côr que faz entrar na casa o raio de alegria porque todos os olhos amortecidos suspiram, e a nota de bem estar que às vezes falta na manteiga das torradas, no roupão de *madame*, nas botinas tortas das crianças, e nos trezentos-e-cinquenta mil réis anuais de *monsieur* (Almeida, 1945a: 45-46).

Como escreveu Eça de Queiroz, em carta 27 de agosto de 1888, Fialho “nunca tomou a pena, que não fosse para cair sobre os homens e as coisas do seu tempo, com um vigor, uma veia, um espírito, um éclat que fazem sempre a minha delícia” (Borges, 2020: 385).

Sem dúvida que uma das críticas mais ferozes de Fialho de Almeida foi dirigida aos profissionais de instituições patrimoniais (digamos assim). Face à sucessão de casos em que os patrimonialistas a título individual ou em representação de instituições oficiais ou privadas, de um modo ou outro, fechavam os olhos, como, quando descreveu o que se passava “por Odivelas arrancando os azulejos do claustro, pelo Alentejo extorquindo baixos-relevos às freiras, e pela Beira-Alta fazendo mão baixa nos colonelos de talha dos santuários” (Almeida, 1945a: 83), o nosso autor lavrou estas linhas em linguagem bem fialhiana:

O govêrno decerto tem comissários esportulados para a fiscalização dos edifícios que lhe pertencem. Que diabo faz a chamada *Comissão dos Monumentos*? A chamada *Academia das Belas-Artes*? A *Sociedade Promotora das ditas*? A dos *Arqueólogos*? A dos *Arquitectos*? E a mirabolante *Comissão artística da Câmara Municipal*?

Com foros d'agregiações patrocinadas pelo Estado, ou com simples cédulas de sociedades particulares, aquelas enfermarias de sonâmbulos, de derreados, de preguiçosos e de pedantes, tinham obrigação de regular entre si a polícia dos monumentos, de lhes vigiar ciumentamente os valores, e de se auxiliarem no procurar dos objectos extraviados ou extorquidos – isto por dever de fundação ou por simples fervor de patriotismo – e nada fazem! Ninguém se importa. Naturalmente os das Belas-Artes fazem costas, enquanto os dos Monumentos fazem habilidades; e os da Arqueologia fazem escovinhas, enquanto os da Câmara Municipal fazem concursos de pintura histórica. – Súcia de mostrengos, acéfalos e inermes, cuja indiferença criminosa infunde uma tristíssima idéia da austeridade cívica, individual ou colectiva, dos funcionários do nosso país! (Almeida, 1945a: 83-84).

Sob o expressivo titulo *Ladrões, ladrões, ladrões, não devia haver, não devia haver!*... Fialho de Almeida, meio século depois de Alexandre Herculano ter publicado n'O *Panorama* o retrato-robô do vândalo patrimonial²⁰, apontou-o a dedo n'Os *Gatos*, só lhe faltando estampar o nome.

Todo o Alentejo baixo, na zona distrital dentre Évora e Beja, conhece um erudito mazorro, estúpido e rapace, que mais duma vez tem figurado em comissões de história e arqueologia. Ésse donato reles, que uma academia e um govêrno, mais reles ainda, se não envergonharam d'enviar ao desempenho de missões de confiança, como inquéritos d'alfaias em igrejas de província, constatações de relíquias mortuárias, relatórios d'arte e ciência histórica, etc., deixou pelos sítios de passagem a reputação dum homem sem escrúpulos, o mais cinicamente deshonesto de quantos monos fardados os governos costumam enviar ao encontro das coisas a que não dão importância.

De todos os inventários que ésse homem lá fêz, pelos conventos, revertia metade aos caixotins do seu museu particular (...) Tem um museu riquíssimo, êste mariola, que foi sempre pobre, e nunca esteve prêso, e possui a consideração de gregos e troianos (Almeida, 1945a: 78-79).

Se, em certa passagem d'Os *Gatos* Fialho escreveu que “O grande mal não vem agora dos compradores estrangeiros: vem dos gatunos indígenas, da cobardia e da ignorância dos ministros, incapazes de pedirem contas aos salafrários que nos defraudam, e enfim dos abusos da monarquia” (Almeida, 1945a: 83), no seu combate pela salvaguarda do património nacional, não deixa de alvejar “Os *grandes laráprios artistas [do] “South-Kensington” e outros mais*” por “vindimarem o país de todos os objectos d'arte que apareçam”:

De roda aos agentes do *South-Kensington* ponham-se os espertalhões que vêm explorar por conta dos grandes bazares da Europa... franceses que comprem para os judeus milionários de Paris... americanos enviados de Nova-Iorque e S. Francisco, por conta dos vendedores de cortumes, enriquecidos, e dos negociantes de toucinho monomaníacos de *bibelotage*... (Almeida, 1945a: 48-49).

PARA CONCLUIR

No final deste caminho, os textos estudados revelaram-nos aspectos da intervenção de Fialho de Almeida em defesa da nossa herança cultural que talvez mereçam alguma atenção. A impressão mais funda, estamos em crer, é que Fialho se posicionou, à sua maneira, se não na primeira fila, junto aos *grandes*, pelo menos pertenceu ao contingente dos amadores (no sentido de quem ama, naturalmente)

²⁰ Herculano, 1838: 275 e seguintes.

do nosso património e da sua salvaguarda²¹. Deixamos um derradeiro alvitre de Fialho que mostra o seu engajamento nessa nobre causa.

À imagem da *União Central das Artes Decorativas*, de Paris, Fialho sugeriu em 1889 a criação de uma lotaria “patrocinada pelo Estado” destinada a adquirir as coleções de D. Fernando – a quem acusa (entre outras coisas) de “confundir os museus públicos com as suas coleções particulares” (Almeida, 1945a: 61) – porque

(...) as colecções dêle pertencem-nos, são nossas; cumpre reivindicá-las para a posse do Estado, e fazer delas um núcleo de museu, indispensável não sómente à reconstituição da história portuguesa, e ao estudo da arte civil e religiosa dos nossos grandes séculos – o que é o passado – senão também à reorganização do ensino artístico e industrial, – o que é o futuro. (Almeida, 1945a: 73).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, FIALHO DE (1906) – Lisboa Monumental. *Ilustração Portuguesa*, n.º 39, (19 novembro): 497-509.
- ALMEIDA, FIALHO DE (1945a) – *Os Gatos*, vol. I. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- ALMEIDA, FIALHO DE (1945b) – *Os Gatos*, vol. II. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- ALMEIDA, FIALHO DE (1951) – *Os Gatos*, vol. V. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- ALMEIDA, FIALHO DE (1933) – *Os Gatos*, vol. VI. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- ALMEIDA, FIALHO DE (1992) – *Estâncias de Arte e de Saudade*. s/l: Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, FIALHO DE (2022) – *O País das Uvas*. Lisboa: Book Cover Editora.
- BORGES, EMÍLIA SALVADO (2018) – Fialho de Almeida: Olhares sobre a Arte. *Boletim da Associação Cultural Fialho de Almeida*, N.º 3. II Série: 15-31.
- BORGES, EMÍLIA SALVADO (2021) – *Fialho de Almeida Correspondência 1877-1911*. Lisboa: Edições Colibri.
- GARRETT, ALMEIDA (1858) – *Camões*. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos.
- HERCULANO, ALEXANDRE (1838) – Monumentos II. *O Panorama*, vol. II, N.º 70: 275-277.
- [HOLSTEIN, MARQUÊS DE SOUSA] (1875) – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal: a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da archeologia: oferecidas á comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 por um vogal da mesma comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MALPIQUE, MANUEL DA CRUZ (1957) – Aspectos da Obra Literária de Fialho. *Separata da Revista Ocidente*, N.º 220, Lisboa: Tipografia da Editorial Império: 209-223.
- ORTIGÃO, RAMALHO (1896) – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira.
- RAMOS, PAULO OLIVEIRA (2015) – Sobre as causas do martirólogo dos (nossos) monumentos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 22, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras: 411- 422.
- RAMOS, PAULO OLIVEIRA (2017) – Portugal e o Museu de South Kensington: a ‘Prodigiosa Galeria’. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, N.º 26, Lisboa: CETAPS: 107-128.
- RODRIGUES, MARIA INÊS MARTINS BIRRENTO DO NASCIMENTO (2010) – *Arte, Crítica e Sociedade na Obra de Fialho de Almeida*. Dissertação de Mestrado em Estudos Artísticos. Coimbra: Universidade de Coimbra.

²¹ Já entrados no século XX, Fialho “fazendo prevalecer o critério higienista sobre o histórico e artístico” (Borges, 2018: 29) escreveu na *Ilustração Portuguesa* isto: “Não devem os municípios dar ouvidos á archeologia piegas que em certos bestuntos confunde o respeito das coisas artísticas com a monomania idiota de conservar tudo o que é velho” (Almeida, 1906: 503).

José das Candeias SALES
ID: 0000-0003-1087-1478
[UAb / CEG – UAb]
Jose.Sales@uab.pt

RESUMO

No início de 1894 e na primeira metade de 1898, José de Souza Larcher visitou o Egípto, a convite do seu filho Alberto de Sousa Larcher, então juiz nos Tribunais Mistos do Egípto. Das duas viagens resultaram numerosas impressões que lhe forneceram abundante material, visto e ouvido, para um livro que viria a publicar em Lisboa, em 1901, com o título *Impressões de Viagem. O que vi e ouvi através do Egípto e da Velha Europa*. O conteúdo do 14.º capítulo desse livro é, a todos os títulos, surpreendente: a apresentação de uma memória descritiva ilustrada sobre a construção de um sistema de ponte-barragem no Nilo, datada e assinada de 5 de maio de 1898.

A surpresa desta memória não deriva propriamente do seu conteúdo técnico-científico (uma vez que o Autor era engenheiro), mas, essencialmente, por não ser de todo expectável esta incursão de carácter “profissionalizante” quando visitava o Egípto como mero turista e, ainda menos, que, na sequência da mesma, tivesse conseguido uma audiência particular com Sua Alteza o Khediva Abbas Hilmy II. Toda esta dimensão técnico-política está para lá do que seria de esperar no âmbito de umas “impressões de viagem”.

Neste texto, além de uma apresentação sumária de José de Souza Larcher, aludiremos ao conhecimento específico que detinha sobre o Nilo, sobre as suas regulares inundações e sobre os multisseculares processos de irrigação usados para conseguir a prosperidade do Egípto e enquadraremos a sua inesperada proposta técnica.

Palavras-chave: José de Souza Larcher; Abbas Hilmy II; Egípto; Nilo; ponte-barragem.

ABSTRACT

At the beginning of 1894 and in the first half of 1898, José de Souza Larcher visited Egypt at the invitation of his son Alberto de Sousa Larcher, who was then a judge in Egypt's Mixed Courts. Both trips resulted in numerous impressions that provided him with plenty of material, seen and heard, for a book that he would publish in Lisbon in 1901, entitled *Impressões de Viagem. O que vi e ouvi através do Egípto e da Velha Europa*. The content of the 14th chapter of this book is, in every respect, surprising: the presentation of an illustrated descriptive memoir on the construction of a bridge-dam system on the Nile, dated and signed 5 May 1898.

The surprise of this memoir does not derive from its technical-scientific content (since the author was an engineer), but essentially because this 'professionalising' incursion was not at all to be expected when he was visiting Egypt as a mere tourist, and even less so when, as a result, he managed to get a particular audience with His Highness Khediva Abbas Hilmy II. This whole technical-political dimension goes beyond what we would expect from 'travelling impressions'.

In this text, in addition to a brief presentation of José de Souza Larcher, we will allude to his specific knowledge of the Nile, its regular floods and the centuries-old irrigation processes used to achieve Egypt's prosperity, and we will frame his unexpected technical proposal.

Keywords: José de Souza Larcher; Abbas Hilmy II; Egypt; Nile; bridge-dam.

Logo que cheguei ao Egypto escrevi a alguns amigos sobre as coisas que ia observando no paiz que visitava; mas depois, reconhecendo que havia margem para largas considerações, deliberei-me a dar, ao que já tinha dito nas minhas cartas, maior desenvolvimento; tratando sucessivamente de diversos assumptos e estudos que tenho a satisfação de dedicar, cada um de per si, a alguns parentes, amigos e correligionarios, a quem peço vénia e bom acolhimento para o meu modesto trabalho.

É assim que José de Souza Larcher (1821-1913) introduz, numa nota designada “*Advertencia*”, logo a abrir, o primeiro tomo das suas *Impressões de Viagem. O que vi e ouvi através do Egypto e da Velha Europa*, publicado em Lisboa, em 1901, por Mello d’Azevedo, Editor¹. Expressivamente, acrescenta-se no frontispício, logo a seguir ao título e à menção ao tomo, “*Illustrado com numerosas e artísticas photogravuras*”. O livro é composto por dois tomos (o primeiro, de 17 cartas-capítulos, com 233 pp., e o segundo, de 15 cartas-capítulos – da 18^a à 32^a –, com 248 pp.) e ilustrado com 72 fotografias e desenhos (41 no Tomo I e 31 no Tomo II, sendo 31 sobre motivos directamente relacionados com o Egipto faraónico e 41 sobre o Egipto islâmico).

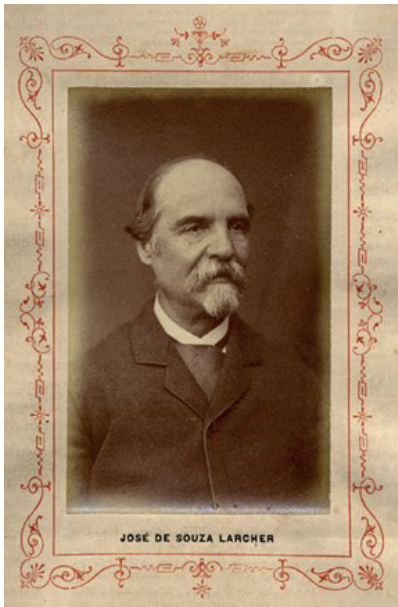


Fig. 1 – José de Souza Larcher (1821-1913). Galeria Republicana, n.º 30, Março de 1883.

As *impressões* resultam das duas viagens ao Egipto que o Autor realizou nos anos 90 de Oitocentos (a primeira no início de 1894 e a segunda na primeira metade de 1898), que lhe forneceram, assim, momentos e material, visto e ouvido, para o seu tratamento das “largas considerações” e dos “diversos assumptos e estudos” do seu livro. Ambas as viagens decorreram a convite do seu filho Alberto de Sousa Larcher (1848-1929), como se percebe pela 1^a carta do I Tomo, p. 1, e pela 27^a Carta, incluída no II Tomo, p. 144, que exercia então as funções de juiz nos tribunais mistos do Egipto².

José de Sousa Larcher, cuja biografia não está ainda devidamente elaborada, nascido a 5 de Maio de 1821, em Portalegre, localidade alentejana de onde era oriunda a sua mãe (Margarida Thomasia de Sousa) e onde a sua família paterna, de origem francesa, se fixara nos anos 70 do século XVIII³, é conhecido, essencialmente, pela sua vertente política, enquanto respeitado republicano, filiado no Partido Republicano (Fig. 1). De facto, foi um empenhado propagandista das ideias e dos ideais republicanos, designadamente no período que antecedeu a implantação do novo regime (foi, por exemplo, vereador republicano no município de Lisboa, antes de 1910,

¹ Além desta obra, foi autor de outras de carácter económico e político, de que se destacam as mais conhecidas: *Questões Económicas e Administrativas* (Lisboa, 1885); *A Questão colonial. O Maometanismo em África* (Lisboa, 1898).

² Alberto de Sousa Larcher, formado em Direito, já exercera o cargo de Procurador da Coroa e Fazenda junto à Relação de Nova Goa (Índia) e voltaria a ter nova Comissão no Tribunal Internacional do Egipto em 1910, como se pode constatar pelo Despacho do Ministério da Justiça – Direcção Geral da Justiça, de 28 de novembro de 1910, publicado no *Diário da República* n.º 59, de 14 de Dezembro de 1910, p. 762. Tal como o pai, nascido em Portalegre, ocuparia depois iguais funções na Relação de Coimbra e, mais tarde, veio a presidir ao Supremo Tribunal de Justiça. Foi também Comendador da Ordem de Cristo e ficou particularmente ligado à Misericórdia de Portalegre. Quando, em 1909, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), o fundador e primeiro director do Museu Nacional de Arqueologia, visitou o Egipto (mais especificamente o Cairo, para ir a um Congresso de Arqueologia, no qual presidiu à secção de Arqueologia Pré-Histórica, e depois, também, Luxor e Alexandria), Alberto de Sousa Larcher integrava ainda o Tribunal Misto de Alexandria e foi ele que ofereceu a Leite de Vasconcelos dois unguentários (um de terracota e outro de vidro) e uma lucerna de terracota do século III a.C.- Araújo, 2008: 12.

³ A família Larcher é caracterizada como sendo uma dinastia industrial em Portalegre (no ramo dos lanifícios), mas foi igualmente uma família arreadamente monárquica, liberal e cartista, com uma activa presença na vida política (Barata, 1997: 467-516).

mais concretamente entre 1893 e 1896)⁴.

Em 1834, com 13 anos de idade, mudou-se para Lisboa para estudar, primeiro na Academia Real da Marinha e, depois, na Escola Polytechnica. Nesta estadia na capital, em que residiu com os seus tios Joaquim Larcher (1797-1865), advogado, com grandes relações políticas, comerciais e culturais e que desempenhava importantes cargos políticos e administrativos, nomeadamente como par do reino vitalício e hereditário, e António Aloísio Jervis de Atouguia (1.º visconde de Atouguia, à época Ministro da Marinha, casado com a sua tia Cândida Larcher), frequentou reuniões com grandes nomes da época, reconhecidos e notáveis liberais que, certamente, ajudaram a moldar o seu espírito e carácter: nomes como Mouzinho da Silveira (estadista, jurista e político, uma das personalidades maiores da Revolução Liberal), Almeida Garrett (escritor, dramaturgo e político) ou, ainda, José Maria Grande (nome maior do Liberalismo, também par do reino, formado em Medicina e com interesses e actividades na agricultura e na política).

Alguns anos mais tarde, com vista a alcançar uma boa formação académica, mas também um conhecimento prático da indústria de lanifícios, José de Sousa Larcher foi estudar e estagiar em Paris na *École centrale des arts et manufactures*, onde se formou em Engenharia. Regressou a Portugal em 1842, com 21 anos, voltando para Portalegre para aplicar as suas aprendizagens no negócio da família, associando-se com o seu primo e cunhado José d'Andrade e Sousa na firma Andrade & Larcher.

Em 1849, com 28 anos, após a morte do pai, assumiu em Portalegre funções públicas e administrativas, juntamente com os cargos de gestão que tinha na fábrica da família e na agência do Banco de Portugal. Em 1866 e 1868 foi um dos directores da Companhia da Fábrica Nacional de Lanifícios de Portalegre (S.A.).

Por esta altura, era já casado com Domingas de Andrade e Sousa, sua prima (16 de Abril de 1844) e pai de Carlos de Sousa Larcher (n. 2 de Janeiro de 1845), Maria Cândida de Sousa Larcher (n. 14 de Junho de 1846) e do já mencionado Alberto de Sousa Larcher (1848-1929). Numa breve biografia sua escrita em 1883 (Souza Quintella, 1883), é dito que, em 1861, se mudou de Portalegre para Lisboa para acompanhar a educação dos filhos. Com 50 anos, em 1871, passa a dedicar-se em exclusivo à administração pública e à política, assumindo, em 1880, uma clara e oficial ligação ao ideário republicano ao aderir ao Partido Republicano.

No âmbito das Cartas-Capítulos que José de Sousa Larcher integrou no I Tomo das suas *Impressões*, a 14ª Carta (pp. 165-176), dedicada ao engenheiro “sr. João Veríssimo Mendes Guerreiro”⁵, é, a todos os títulos, surpreendente. Depois de ter consagrado a sua narrativa na Carta anterior ao rio Nilo (pp. 153-164), discorrendo sobre a causa da sua celebridade e influência para a constante prosperidade do Egipto, sobre a sua caudalosa corrente e periódica cheia, com alusões à sua orografia encastrada

⁴ Para assinalar e acentuar a vertente do profundo republicanismo de José de Souza Larcher e a sua importância no âmbito do movimento, menciona-se que o seu retrato figura no célebre quadro, hoje no Museu de Lisboa, *A Cidade de Lisboa elege a sua primeira Vereação (O Sufrágio)*, da autoria de Veloso Salgado (1864-1945), de 1913. Trata-se de uma pintura histórico-alegórica ao gosto oficial da época, destinada a assinalar a vitória do Partido Republicano Português nas eleições para a vereação da Câmara Municipal de Lisboa de 1908 (1 de Novembro). Além de Larcher, figuram diversos líderes do Partido Republicano, incluindo quatro futuros Presidentes da República Portuguesa (Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Bernardino Machado e António José de Almeida). Ao fundo, vê-se a fachada imponente da Câmara Municipal de Lisboa e, mais ao fundo, à esquerda, a Sé de Lisboa (na altura a sofrer obras de restauro). É também visível o pelourinho revivalista projectado por Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760), em mármore, cantaria e ferro, sob plataforma octogonal e encimado por uma esfera armilar de metal, edificado depois do terramoto de 1755 – <http://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?id=56651&ns=216000&Lang=PO&museu=2&IPR=365>, acedido a 21/03/2024) – Aldemira, 1940; Santos, Tavares, 1999; Gouveia, 2020.

⁵ Engenheiro, Inspector-Geral de Obras Públicas da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Portalegre, nascido em 1842 e falecido em 1911. Anos mais tarde, em 1907 e 1908, este engenheiro assinará vários textos subordinados ao título genérico “Notícia sobre a conservação dos monumentos egypcios dada em sessão d’assembleia geral de 6 de junho de 1900” publicados na 4ª Série. Tomo XI, do *Boletim da Real associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, números 3-8. Resultantes de visitas realizadas no Egipto, era sua intenção era também difundir as impressões que recolhera “ao contemplar os grandes edificios egypcios” (n.º 3, p. 200).

entre as cordilheiras arábica e líbica e sobre a incontornável questão das suas origens, Larcher retoma o assunto nesta 14ª carta, agora com a finalidade de, como diz, substituir a “inundação pela rega” (p. 165).

Para um cabal entendimento das suas propostas e até do inesperado teor do conteúdo final desta Carta, é necessário, em nossa opinião, processá-las em directa articulação com as descrições produzidas na carta anterior, designadamente quando discorre sobre o “tortuoso curso” do Nilo ao longo dos seus 1200 Km entre Assuão (“ponto onde começa o território propriamente egypcio” – p. 157) e o Delta, com as suas numerosas cataratas e os dois braços principais da foz (“um em Damietta e o outro em Roseta” – p. 157). Nesta sua abordagem, Larcher demonstra um profundo conhecimento sobre os aspectos associados quer à riqueza do solo pela acumulação de nutrientes, quer dos fenómenos da absorção e da evaporação das águas da inundação. As singulares passagens que deixou são esclarecedoras:

De princípio o rio sahindo do seu leito, derramando-se pelo extenso areal que o confrontava, e depositando na parte inundada o precioso nateiro transportado nas suas aguas, – deu origem á vegetação espontanea, que foi a grande atração que chamou áquelas paragens as primitivas tribus errantes e ali as fixou.

Cessando o período da cheia, absorvidas e evaporadas as aguas da inundação, logo a vegetação irrompia densa e vigorosa; os habitantes e os seus gados tinham farta mesa durante a maior parte do anno.

É provável que, na presença de taes condições, brotasse a idéa da seleção dos vegetaes mais apropriados á alimentação, bem como a da consequente preparação da terra e da sementeira das especies preferidas.

Seria por ventura este o primeiro e importante passo na senda do progresso agricola, origem de todos os outros que successivamente se derivam pela associação das idéas e dos factos, por essa mysteriosa lei dos antecedentes- inevitaveis productores dos consequentes. (p. 157)

Sensível às consequências das inundações anuais do Nilo e às necessárias obras associadas (aterros, diques, valas, canais), regista também:

No decorrer dos seculos estes contestantes trabalhos aperfeiçoaram-se, e já no tempo dos Pharaós tinham uma direção scientifica, que procurava quanto possivel attenuar o effeito natural e violento da inundação, levantando-lhe embaraços que a domavam e transformavam a sua ação, primitivamente caprichosa e destruidora, em regular e benéfica. (p. 158).

A permanente tensão sobre os impactos da inundação anual, isto é, cheia abundante, com a consequente destruição das infraestruturas preparadas para o seu integral e benéfico aproveitamento (o que significava um impacto nefasto e ruinoso) ou cheia escassa, com a consequente pobreza e miséria de pessoas e bens, é também muito bem captada por José de Sousa Larcher:

(...) quando a cheia subia além de um certo limite, acima do nivel propício, não havia trabalhos, nem cuidados, nem altos taludes que resistissem á invasão, e esta, qual razoura gigantesca, reduzia os campos a um nivel desconsolador, destruindo muitas vezes as aldeias; demorando sempre o labor das terras e as sementeiras, depois de um trabalho insano e demorado que para recompor tudo o que as águas haviam desmoronado. (p. 158);

Quando pelo contrário as aguas sobem além do ponto indicado então é a ruína que lhes bate á porta. (p. 160)

Quando o Nilo attingia a altura conveniente e não a ultrapassava, cessando portanto a do receio de excesso ou de falta d’agua para os campos, era enorme o regosijo publico; havia loucas demonstrações de alegria, e a noticia de tão auspicioso successo corria todo o Egypto com a rapidez de um rasilho de polvora, levando a toda a parte a satisfação mais jubilosa. (p. 159).

O “humor” do “sagrado Nilo” impele a “paciente resignação” dos servos da gleba que “longe de empregarem horripilantes pragas, como os europeus, contra a adversidade que os fere, só invocam o nome de Allah pedindo-lhe forças para a sua árdua tarefa!” (pp. 160, 161). É, de certa forma, a esta atitude de “plácida resignação” dos *fellás* egípcios que J. S. Larcher pretende responder – ou ajudar a responder – com a sua proposta, integrada na 14ª Carta-Capítulo, no I Tomo do seu livro.

Tendo conhecimento do processo hidráulico usado no Egito desde o tempo faraônico para medir “as variantes do nível do rio” e do aparelho indicador das mesmas, isto é, o nilómetro, o viajante português dá nota de conhecer também os que no final do século XIX ainda se encontravam em funcionamento “no Cairo, em Assouan e no Wadi-Halfa” (p. 161). Na página 161 inclui mesmo um esquema de um desses nilómetros (Fig. 2), legendado como “obra hydraulica do poço de José” e descreve o dispositivo existente no Cairo:

Esta construção é feita de cantaria e em parte consta de um largo poço cujas paredes assentam n’um fundo inferior ao leito do rio. Um canal subterraneo põe em communicação o deposito com o rio. A parte imergente do solo é uam espécie de torreão com a sua competente cúpula.

No centro do poço e assentando no seu fundo ha uma elevada columna polygonal, de pedra, onde está gravada a escala indicadora do movimento ascensional ou descendente das aguas.

A primeira divisão d’este aparelho começa no ponto mais baixo a que pode chegar o nivel do rio na época de estiagem. D’ahi para cima, até ao extremo da escala, contam-se 17 divisões principais – covados – subdivididos cada uma em 24 partes – kirats, – sendo a altura total equivalente a 9,18 metros. O ponto onde se concentram todos os desejos e aspirações de um povo inteiro, o indicador da abundancia e da prosperidade para o novo anno agricola que vae começar, é o grau de 15 covados e 16 kirats. Quantos milhões de preces são dirigidas a Allah n’esses ansiosos momentos! (pp. 161, 162).

Larcher não deixa também, ainda, na 13ª Carta, de mencionar “o desenvolvimento dos trabalhos hydraulicos” obtido pelos canais de derivação do Nilo que, ao represarem alguma da água, a podiam depois usar nas regas durante os períodos mais secos. A irrigação através da elevação da água por meios artificiais, atestada já nos monumentos do Egito antigo (“gravados ou pintados nas paredes dos grandes edificios”, como ele escreve na página 163), levou ao progressivo uso e desenvolvimento da nora e da cegonha *chaduf*⁶.

O visitante português desenvolve a sua narrativa sobre o Nilo, sobre as suas regulares inundações e sobre os multisseculares processos de irrigação para demonstrar que tem perfeita consciência da sua importância decisiva para a prosperidade do Egito e que esse assunto como engenheiro lhe interessava particularmente. É sobre esse signo que inicia a sua 14ª carta:

A substituição da inundação pela rega, sendo aquella impossivel no baixo nivel das águas, foi desde ha muito o sonho dourado dos imperantes do Egypto, e um faraó chegou a tentar a construção, proximo da primeira cataracta, de um vasto lago para armazenar a agua na época da cheia e servir mais tarde para alimentar os canaes e conserval-os n’um nível proprio a facilitar a irrigação na maior área possível (p. 165)⁷.

Embora a ideia não tenha tido a concretização material pensada (“porque (...) as convulsões politicas motivaram o abandono dos trabalhos”, como escreve na p. 165), ela não desapareceu (porque a necessidade também não...) e seria recuperada por Mehemet-Ali (1769-1849)⁸, com a colaboração de vários engenheiros franceses. Larcher alude ao impulso conferido à ideia por Lenan de Bellefonds que,

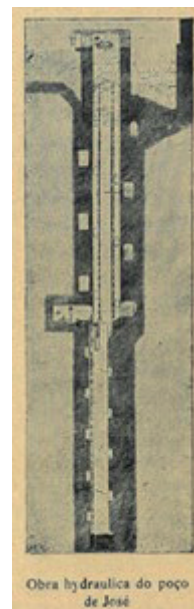


Fig. 2 – “Obra hydraulica do poço de José” (Tomo I, 13ª Carta, p. 161).

⁶ Anotamos a descrição que faz do *chaduf*, na p. 163: “Chadouf (...) é um vaso de madeira feito de uma pyramide truncada invertida, a cuja parte superior estão presas cordas por meio das quaes dois homens sustentam o vaso e o põem em movimento compassado, de vae-vem, enchendo-o d’agua n’um ponto inferior, e despejando-o n’outro superior, firmes nos pés, e só dobrando e endireitando o corpo com tal regularidade que parece um pendulo”.

⁷ Possível alusão a Senuseret III, faraó do início da XII Dinastia (1878-1839 a.C.) que terá sido o responsável pela construção de um canal na zona de Sehel, para facilitar a passagem dos rápidos da I Catarata.

⁸ Mehemet Ali é considerado o fundador do Egito moderno. Foi governador e governante do Egito *de facto* de 1805 a 1848.

no Delta, no ponto onde se dá a bifurcação do rio, construiu a *Barrage du Nil*. Na página 167 é incluída uma fotografia desta obra colossal, em dimensões, no traçado e em gastos, com a legenda “Vista geral da ponte Á Barrage no Delta do Nilo” (Fig. 3).

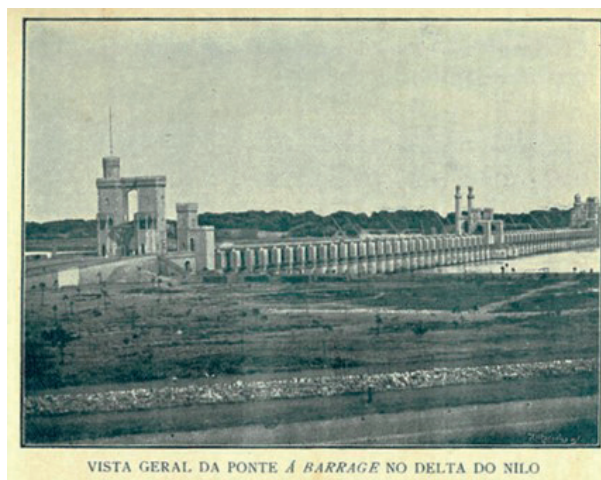


Fig. 3 – “Vista geral da ponte Á Barrage no Delta do Nilo” (Tomo I, 14ª Carta, p. 167).

Bem informado sobre o empreendimento, o nosso Autor descreve-o na sua Carta, nos seus contornos essenciais:

As duas pontes compõem-se de uma serie de arcos e de elevados torreões, do alto dos quaes se avista largo panorama. Solidas comportas fecham as aberturas dos arcos e movidas mecanicamente permitem, elevando-se, elevar as aguas a 6 metros acima do nivel normal do verão (p. 166).

Merece-lhe também uma referência o esforço do governo do Khediva Ismail Pachá (1831-1895), também conhecido como Ismail, o Magnífico⁹, para a execução da obra, com a conseqüente crise financeira que levaria à bancarrota egípcia, à sua deposição política e, como diz J. S. Larcher, à “inevitável suspensão dos trabalhos” (p. 169):

“Foi durante o governo de Ismail que as obras tiveram maior desenvolvimento, porque elle não era homem capaz de recuar em questões de dinheiro, e se não fosse a crise financeira por elle provocada e causa determinante da sua deposição, as obras teriam sido concluídas durante o seu governo” (p. 169).

No seu relato, o engenheiro português menciona ainda o “sentimento de rivalidade” dos ingleses em relação à *barrage* “francesa”, além de os criticar pelas soluções técnicas adoptadas para terminar o empreendimento:

Os ingleses movidos pelo intimo desejo de conseguirem os fins por meios diversos, e de exceder os francezes pela grandeza ou novidade dos seus projectos, fizeram adoptar o uso de grandes bombas movidas por locomoveis colocadas nas margens dos canaes. Se o resultado é eficaz, não deixa de ser um serviço dispendiosissimo para um paiz que não tem combustível. (p. 170).

O projeto inglês de abertura de um grande lago destinado a represar uma grande quantidade de água na ilha da Filae também não escapou à pena crítica de José de Sousa Larcher, denotando igualmente um aprofundado e detalhado conhecimento sobre o mesmo:

A mesma ordem de idéas os levou a apresentarem projecto de abertura de um grande lago

⁹ Ocupou o cargo de Khediva do Egipto e do Sudão durante c.16 anos, entre 1863 e 1879, quando foi destituído por ordem dos britânicos. Enquanto esteve no poder foi responsável por uma grande modernização do Egipto e do Sudão.

destinado a represar uma grande quantidade de d'água, com o intuito de neutralizar os efeitos de uma cheia além dos limites convenientes, e de satisfazer as necessidades da irrigação durante o estio. (p. 170, 171).

Contudo os engenheiros ingleses pretendem deslumbrar as gentes com o grandioso empreendimento de vastíssimas dimensões e de colossal orçamento.

N'este projecto não foram felizes, porque tendo escolhido a ilha de Philoé para ali abrirem o lago, a lembrança foi muito mal acolhida pelo publico, e não só no Egypto, mas na Europa inteira se levantaram clamores e protestos contra a idéa de sacrificarem as mais bellas e vastas ruínas dos antigos templos; e onde ainda se encontram, entre as construcções que povoam a ilha, algumas que em parte, senão no todo, estão muito bem conservadas.

Parece que tal projecto, emquanto ao local escolhido, ficou prejudicado, e que o lago, a construir-se, será n'outro sitio; no qual não haja os inconvenientes resultantes para o Egypto da supressão das ruínas mais attrahentes para os viajantes, o principal esímulo que os leva ao alto Egypto; e sobretudo pelo alto valor histórico e archeologico ligado a esses notáveis padrões do passado. (p. 171)

Toda esta problemática da constituição de um lago, com um enorme reservatório de água represada que permitisse o seu aproveitamento para irrigar áreas mais extensas e durante mais tempo, aliviando a pressão sobre a barragem do Delta, interpela de tal forma diretamente o viajante e engenheiro português (“Esta reflexão acudiu-nos naturalmente ao espírito” – p. 172), então, em 1898, no Egípto, por ocasião da sua segunda viagem, que, lógica mas surpreendentemente, deixando vir ao de cima o seu olhar técnico, incorpora na sua 14ª Carta as seguintes referências:

Estando nós no Egypto em 1898, quando se ventilava a questão da abertura do lago e de novas barragens, fomos levados a pensar demoradamente n'essas obras, até que a idéa brotou de aplicar ás barragens um novo systema de traçado e construcção.

Enthusiasmados um pouco com o plano concebido, reduzimos a idéa á representação gráfica, e escrevendo uma memoria descriptiva, tivemos o gosto de oferecer o nosso trabalho a S.-A. o Khediva, que para esse fim nos concedeu uma audiéncia particular. (p. 173).

Ato contínuo, acrescenta: “Em seguida transcrevemos a memoria e o desenho.” (p. 173). De facto, as quatro páginas seguintes do seu livro (pp. 173-176), objectivamente as quatro últimas páginas da sua 14ª Carta, são constituídas pela “MEMOIRE DESCRIPTIF D'UN NOUVEAU SYSTEME DE PONT-BARRAGE (Dédié à Son Altesse le Khédive)”. Datada e assinada no final (“Alexandrie, 5 Mai 1898. José de Souza Larcher” – no exacto dia em que fazia 77 anos de idade), a memória, escrita em francês, é acompanhada por três desenhos com texto (em francês) e legendas (em português): “Oval. Pont-barrage en coube. Longure du Nil” (p. 174); “Detalhe dos pilares” (p. 175) e “Detalhes das vannes” (p. 176) – Fig. 4.

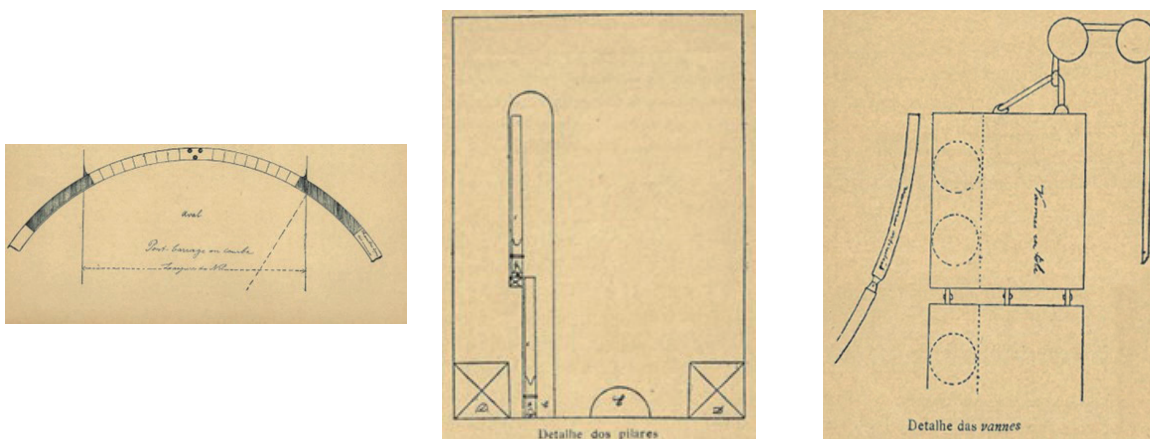


Fig. 4 – Os três esquemas da barragem de José de Souza Larcher, com legendas em francês (pp. 174, 175 e 176).

À data, o Khediva do Egípto, que recebeu em audiência particular o nosso engenheiro-viajante alentejano, era o jovem Abbas Hilmy II (1874-1944), que começara o seu governo cerca de seis anos antes, em 1892 (8 de Janeiro), ainda antes de completar 18 anos, sucedendo ao pai Mohamed Tewfik Pachá (1852-1892), também conhecido como Tewfik do Egípto, que assumira o governo do Egípto e do Sudão entre 1879 (depois da deposição de Ismail Pachá) e 1892 e que falecera inesperadamente. No seu livro, J. S. Larcher inclui uma fotografia de Abbas Hilmy, na p. 1 do II Tomo, a anteceder a Carta com que inicia o volume (a 18ª Carta) – Fig. 5. No I Tomo, a ilustrar a 12ª Carta (p. 148), há igualmente uma ilustração legendada “O Khediva Abbas Hilmy – a passeio”, onde se vê o jovem soberano, passeando, na parte traseira de uma carruagem puxada por dois cavalos¹⁰. Esta é a imagem que surge igualmente a ilustrar capa do I Tomo – Fig. 6.



Fig. 5 – O Khediva Abbas Hilmy – II Tomo, p. 1.

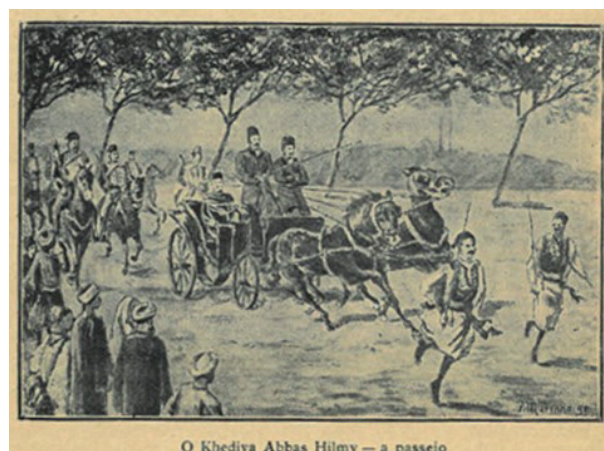


Fig. 6 – “O Khediva Abbas Hilmy – a passeio” – ilustração da Capa e da p. 148 do I Tomo.

A memória ilustrada de Larcher sobre a construção de um sistema de ponte-barragem no Nilo é surpreendente no âmbito desta narrativa de viagem, não propriamente pelo seu conteúdo técnico-científico (uma vez que o Autor, como engenheiro que era, denota competências e capacidades específicas no domínio em causa), mas por não ser de todo expectável esta incursão de carácter “profissionalizante” quando visitava o Egípto como mero turista e, ainda menos, que, na sequência da mesma, tivesse conseguido uma audiência particular com Sua Alteza, o Khediva. Toda esta dimensão técnico-política está para lá do que seria de esperar no âmbito de umas “impressões de viagem”.

O Khediva dera, todavia, prova de genuíno interesse no contributo de Larcher. O nosso Autor, no II Tomo (28ª Carta-Capítulo, pp. 157-178), quando comenta a variada, mesclada e elegante sociedade do Egípto e da Turquia de todas as proveniências (inglesa, francesa, grega, croata, etc.), com que contactara, em 1894 (1ª viagem) e em 1898 (2ª viagem), em Alexandria e no Cairo, sobretudo devido à sua participação nos Tribunais Mistos (“Tribunal mixto”, como os designa), volta a aludir, com muita modéstia, aos seus encontros com Abbas Hilmy:

O respeito e consideração pelas pessoas de maior idade é tão absoluto entre os arabes, que até o próprio Khediva não deixa de os manifestar, dentro de certos limites que a sua alta gerarchia lhe impõe. Por duas vezes eu pude verificar a exactidão d’este agradável modo de proceder: – a primeira, quando Sua Alteza me fez a honra de receber a minha visita; fazendo-

¹⁰ Anote-se que a ilustração não tem absolutamente nada a ver com o conteúdo textual da 12ª Carta.

-me assentar junto do seu divan, e depois de animada conversa, quando findou a audiência, ter ainda a delicadíssima atenção de me acompanhar até á porta do grande salão em que me recebeu, dirigindo-me á despedida algumas palavras da maior cortesia: – a segunda, quando n’uma reunião publica, vendo-me na ala das pessoas que lhe prestavam homenagem,– deu dois passos para me oferecer a mão.

Todas estas provas de apreço não eram só devidas á respeitabilidade das cans que me guarnecem a cabeça e a uma certa gloria que orna os velhos por terem resistido ás rudes campanhas da vida, mas em boa parte ao reflexo das honrarias judiciais de meu filho, as quaes no Egypto gosam de alto conceito. (p. 173).

Neste contexto das *Impressões* das suas viagens ao Egipto, é, pois, particularmente imprevista esta incorporação de uma memória descritiva, em francês, sobre um plano de construção de uma ponte-barragem no Nilo que o tempo viria demonstrar ser uma realidade: primeiro, no princípio do século XX, com a construção da Pequena Barragem de Assuão ou Antiga Barragem, construída pelos ingleses nas proximidades de Filae e inaugurada a 10 de Dezembro de 1902¹¹; depois, no final dos anos 60/ princípio dos anos 70, com a construção da Grande Barragem de Assuão (*Saad el-Ali*), inaugurada em 1970, a cerca de 6 Km mais a sul da primeira, ou seja, menos de um século depois do escrito de José de Souza Larcher. Como ele diz no final da sua memória (“Tout ceci n’est que l’exposition d’une idée, et c’est aux grands ingénieurs qu’incombe la tâche, bien plus importante, de la mettre à execution si, par bonheur, l’idée se trouve digne de leur approbation” – p. 176), a ideia acabou, realmente, por não desaparecer e de ser concretizada em prol da pretensa prosperidade agrícola, económica e financeira do Egipto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEMIRA, LUÍS VARELA (1940) – *Notas sobre a vida e obra do pintor José Veloso Salgado*. Lisboa: Bertrand (Irmãos), Lda.

ARAÚJO, LUÍS MANUEL DE (2008) – *Impressões do Oriente. De Eça de Queirós a Leite de Vasconcelos*. In *Impressões do Oriente. De Eça de Queirós a Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

BARATA, ANA MARIA DOS SANTOS CARDOSO DE MATOS TEMUDO (1997) – *Ciência, Tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Évora: Universidade de Évora.

GOUVEIA, BEATRIZ DO VALE NEVES (2020) – *Veloso Salgado: Estudo e Intervenção de Conservação e Restauro do Espólio doado ao Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado – Relatório de Estágio*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

LARCHER, FERNANDO OUDINOT (2019) – “Oficiais e Pares do Reino Jayme e Fernando Larcher” in *Comissão Portuguesa de História Militar. O Liberalismo e os Militares em Portugal – Actas do XXVII Colóquio de História Militar*: 59-107. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

“Larcher (José de Sousa)” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XIV: 702.

SANTOS, RUI AFONSO; TAVARES, CRISTINA AZEVEDO (1999) – *Veloso Salgado. 1864-1945*. Lisboa: Museu do Chiado.

QUINTELLA, SOUZA (1883) – José de Souza Larcher. *Galeria Republicana*, 2.º anno, n.º 30, 1-3.

¹¹ Esta Barragem é uma barragem de contrafortes em alvenaria, com várias comportas, que eram abertas todos os anos para deixar passar os ricos sedimentos da cheia. Foi construída, entre 1899 e 1902, pelos britânicos, na região da antiga primeira catarata do Nilo, sendo nessa altura a maior barragem de alvenaria do mundo. O projeto, extremamente inovador para a época, foi desenhado por Sir William Willcocks e envolveu vários engenheiros eminentes da época, incluindo Sir Benjamin Baker e Sir John Aird, cuja empresa, John Aird & Co., assumir a empreitada principal. O capital e o financiamento foram fornecidos por Ernest Cassel. A barragem foi concebida para armazenar as águas das cheias anuais (980.000.000 m³) e, assim, aumentar os fluxos na estação seca para apoiar um maior desenvolvimento da irrigação e o crescimento populacional no Baixo Nilo. Inicialmente mais limitada em altura, por questões de conservação, não permitiu alcançar a capacidade de armazenamento desejada e viria a ser elevada, posteriormente, entre 1907 e 1912 (5 metros) e novamente entre 1929 e 1933 (9 metros). Actualmente, com os seus 1950 m de comprimento e uma altura de 36 m acima do leito original do rio, a barragem constitui a principal via de tráfego rodoviário entre a cidade e o aeroporto de Assuão, tendo perdido a sua operacionalidade, não obstante continuar a contribuir para a produção de energia eléctrica.

22

HISTÓRIA, MEMÓRIA E AUTOBIOGRAFIA.
UMA LEITURA DE *ROBLES, DUELO AL SOL*, DE SONIA TERCERO RAMIRO

HISTORY, MEMORY AND AUTOBIOGRAPHY.
A READING OF SONIA TERCERO RAMIRO'S *ROBLES, DUELO AL SOL*

Mário AVELAR
ID: 0000-0002-3149-1741
[FL – UL / CEAUL – UL]
mcavelar@letras.ulisboa.pt

RESUMO

O ensaio analisa o documentário intitulado *Robles, Duelo al Sol*, realizado em 2014 por Sonia Tercero Ramiro, sobre a viagem a Madrid de John Dos Passos Coggin, neto do escritor modernista norte-americano John Dos Passos, com o objectivo de visitar os locais percorridos pelo seu avô, nos finais da década de 1930, em plena Guerra Civil, na tentativa de desvendar o que teria acontecido ao tradutor da sua obra para língua inglesa José Robels Pazos, entretanto encarcerado pelas forças republicanas. Ancorado teoricamente em Paul Ricoeur, o ensaio detém-se sobre o modo como História, memória – colectiva e individual – e autobiografia são utilizados de modo a tentar desvendar o que terá sucedido e de que modo isso afectou John Dos Passos e a sua relação com Ernest Hemingway.

Palavras-chave: Documentário; Robles; Dos Passos; História; Memória; Autobiografia.

ABSTRACT

The essay analyses the documentary entitled *Robles, Duelo al Sol*, made in 2014 by Sonia Tercero Ramiro, about the trip to Madrid by John Dos Passos Coggin, grandson of the American modernist writer John Dos Passos, with the aim of getting in touch with the places his grandfather visited at the end of the 1930s, in the midst of the Civil War, in an attempt to discover what happened to the translator of his work into English, José Robels Pazos, who had meanwhile been imprisoned by the Republican forces. Anchored theoretically in Paul Ricoeur, the essay dwells on how history, memory – collective and individual – and autobiography are used in an attempt to uncover what happened and how it affected John Dos Passos and his relationship with Ernest Hemingway.

Keywords: Documentary; Robles; Dos Passos; History; Memory; Autobiography.

O documentário intitulado, *Robles, Duelo al Sol*, realizado em 2014 por Sonia Tercero Ramiro sobre a amizade entre o escritor americano John Dos Passos e o intelectual espanhol José Robles Pazos, desaparecido em Espanha em 1937, combina uma narrativa autobiográfica, a do percurso realizado pelo neto de Dos Passos com o objectivo de desvendar o mistério daquele desaparecimento, testemunhos de pessoas ligadas aos intervenientes e de académicos ou investigadores, com fragmentos evocadores da História da Guerra Civil espanhola. Nesta exposição medito sobre a forma como uma estética ancorada no fragmento articula história e História na tentativa de preencher os vazios que o tempo nos legou.

Como prólogo à minha abordagem deste texto fílmico, devo, muito elipticamente, delinear o perfil do referente em causa, algo de relevante quando o objecto, um documentário, pressupõe uma explícita ancoragem no real e em registos factuais. O referente é aqui explicitado pelo título do filme, *Robles*, enviando o subtítulo – *Duelo al sol* – para um diálogo intertextual que adiante abordarei.

José Robles Pazos, Pepe, como era conhecido no espaço familiar e pelos seus amigos, nasceu em Santiago de Compostela nos derradeiros anos do século XIX, 1897, no seio de uma família de classe média próxima do universo intelectual coevo. O escritor Ignacio Mantínez de Pisón aborda os contactos familiares com nomes relevantes da cultura espanhola coeva, como Valle Inclán ou Alberti.

Contrariamente ao seu irmão Ramón, monárquico e adepto da falange, José cedo se afirmou como republicano de esquerda, ainda que não enquadrado politicamente nas narrativas dominantes que habitavam aquele espaço: socialistas, comunistas, anarquistas ou trotskistas. Na década de 1920, em parte devido ao seu conhecimento de várias línguas estrangeiras, rumou aos Estados Unidos onde iria leccionar no Romance Language Department da John Hopkins, em Baltimore; aí está, aliás, depositado o arquivo a ele dedicado e que, segundo Jim Stimpert, à data da realização do filme de Sonia Ramiro responsável pela Special Collections da University Archives, é composto por uma caixa e meia de materiais a ele referentes, cartas, artigos de jornais. Foi também aí que, em 1929, na sequência de tertúlias com escritores e universitários norte-americanos, entre os quais se encontrava John Dos Passos, surgiria a ideia de traduzir para espanhol a primeira grande obra daquele escritor de ascendência portuguesa, *Manhattan Transfer*.

Aquando do início da Guerra Civil em 1936, Robles encontrava-se de férias em Espanha, com a mulher, Márgara, e os seus dois filhos. Coerente com a sua formação ideológica, decide colocar-se ao serviço da causa republicana como tradutor. Começa, então, a trabalhar com a delegação soviética que, entretanto, chegara a Espanha e que, entre outros aspectos, iria tratar da transferência das reservas de ouro para Moscovo, como contrapartida do apoio a nível de armamento militar. Entre as figuras que formavam aquele círculo encontra-se Mijail Koltsov, correpondente do Pravda, o primeiro soviético a chegar a Madrid, precedendo o embaixador Marcel Rosenberg, e próximo de Stalin.

Posteriormente chegaram membros do NKVD, como Alexander Orlov, ou Vladimir Gorev, representante máximo do GRU – serviços de inteligência militar – de quem Robles será intérprete de inglês para espanhol, visto este ser fluente em inglês. Ainda que involuntariamente, Robles encontra-se no seio da inteligência política e militar soviética, ficando a par de todas as tensões existentes, não só com forças políticas espanholas como no seio da própria delegação.

Na segunda metade de 1936, Robles escreve a Henry Carrington Lancaster, o director do departamento em Johns Hopkins, insinuando já algumas tensões, ainda que não explicitadas. Entretanto, Ramon, o seu irmão, é preso. Aconselhado por Pepe, jura fidelidade à causa republicana para assim escapar a uma morte certa. Na sequência da sua libertação aproveita para fugir, sendo de novo detido alguns meses depois. Coincidindo com o avanço das forças falangistas sobre Madrid, Robles é enviado para Valência, sendo preso algum tempo depois sem que seja formulada qualquer acusação. Ficará encarcerado num estabelecimento destinado a desertores, a membros das brigadas internacionais e do corpo diplomático. Em data incerta será assassinado.

O seu assassinato esteve na base da ruptura de dois amigos de longa data, os escritores Ernest Hemingway e John Dos Passos. O autor de *Por quem os sinos dobram* considera esse evento uma

consequência colateral da guerra, enquanto Dos Passos vê nele um sintoma da falência da utopia que unira intelectuais por esse mundo fora, em particular nos Estados Unidos, em torno da causa republicana. Nunca mais se reconciliariam. Por seu turno, o autor de *USA* desenvolveria inúmeros esforços para saber o que realmente se passara; todos eles se revelariam infrutíferos, porém. A sua outra batalha foi no sentido de conseguir que o seguro de vida de Robles, cujo prémio Dos Passos continuou a pagar para que ele não caducasse, fosse atribuído à viúva que se debatia com graves dificuldades económicas.

O facto de não existirem registos nem da prisão de Robles nem de um qualquer julgamento, fez com que este processo fosse sendo protelado. Curiosamente, os registos da prisão republicana desaparecem. Uma outra coincidência: segundo Jim Stepart, responsável do fundo arquivos de John Hopkins, no espaço de um ano, desaparecem 700.000 pessoas na URSS. Recorde-se que o apagamento da História amiúde praticado pelo regime comunista tinha virtuosos precedentes no Édito de Nantes que pretendeu rasurar a memória dos eventos anteriores a Março de 1585 (Ricoeur, 2000: 587).

O encarceramento e o posterior desaparecimento de Robles coincide com o início da prisão de militares na URSS e de membros dos serviços diplomáticas. A persistência de Dos Passos e os movimentos de apoio à família de Robles, permitiram que o problema da ausência de registos acabasse por ser contornado e que o seguro fosse pago.

Este é, genericamente, o contexto que suscita o documentário. Como referi acima, o título deste designa Robles como seu objecto. No entanto, uma análise atenta, formalista, diria, do filme levamos a questionar a dimensão algo redutora que o seu enquadramento num género fílmico, com as consequentes implicações no encontro com o real, poderiam implicar. É neste contexto de um olhar que medita sobre a construção da narrativa fílmica que proponho a sua inserção num espaço entre o facto, a História, a memória individual e um percurso autobiográfico que compõem uma abordagem prismática do objecto, através de vários enfoques. Nesse sentido, socorro-me dos contributos delineados por Paul Ricoeur em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

Afirma Ricoeur que “[a] fenomenologia da memória [por ele] proposta estrutura-se à volta de duas questões: *o que há para recordar? de quem é a memória?*” (Ricoeur, 2000: 3) Ora, o início do filme, com uma sucessão de planos que nos aproximam de uma casa, gradualmente desvendando o seu interior, no qual emerge John Dos Passos Coggin, neto do escritor, para culminar na prateleira de uma estante onde é visível a lombada de um livro sobre a guerra civil espanhola, indicia a centralidade de uma presença e de uma afinidade: John Dos Passos e a sua relação com Espanha. Sugere-se assim que o documentário não se confina ao intelectual espanhol, configurando Dos Passos como seu objecto também.

Mas algo mais se insinua: o lugar de John Dos Passos Coggin, neto do escritor, neste contexto. Será ele apenas um, ainda que virtuoso, narrador de eventos pretéritos, ou algo mais? Com efeito, uma outra memória se impõe aqui, a do testemunho individual do neto sobre o percurso contra a corrente de Dos Passos. Este filme é, afinal, também uma narrativa autobiográfica, a de um neto revisitando a sua relação como o avô através de diferentes referenciais de memória. Com efeito, Ricoeur convoca Aristóteles para concluir: “*mémoire ... comme affection (pathos), ce qui la distingue précisément du rappel.*” (Ricoeur, 2000:18) Deste modo se justifica, como refere o pensador francês, a pertença da memória à esfera da interioridade, ao ciclo de inwardness, gramática proposta por Charles Taylor em “*Sources of the Self.*” (Ricoeur, 2000 :44)

Ora, na minha opinião, John Dos Passos Coggin dirige-se a Madrid motivado por um legítimo pathos autobiográfico – o tal impulso de inwardness – que vai entroncar no entendimento aristotélico de “*rappel comme une recherche*’...” (Ricoeur, 2000: 67) Eventualmente, estará aqui em causa prosseguir a demanda personalista iniciada pelo avô, a do “dever da memória enquanto imperativo da justiça” (Ricoeur, 2000: 107); da memória e dívida moral face à vítima (Ricoeur, 2000: 108): “*La mémoire, simple province de l'histoire.*” (Ricoeur, 2000: 503)

Sob a presença fantasmática do avô, impulsionado, portanto, pela circunstância autobiográfica, John Dos Passos Coggin protagoniza um percurso pelo espaço físico de Madrid que, através da montagem de Sonia Romero, intercala passado e presente, as cores de hoje, alternadas com o preto e branco das imagens de época: a memória perseguida pelo narrador é, em certa medida, prolongada, explicitada pela História. É aqui que, de algum modo, se inicia a narrativa e que ficamos a saber o objectivo da viagem de Coggin a Madrid: conhecer algo mais sobre o desaparecimento de Robles; em voz *off* Coggin lê um texto do avô sobre Madrid: história e memória literária, diferentes modulações do passado, convergem.

Posteriormente deslocar-se-á a outros espaços onde o avô havia desenvolvido projectos durante aqueles anos. É neste contexto que Sonia Romero recorre a uma metalinguagem, à estratégia do *texto dentro do texto*; neste caso, o *documentário dentro do documentário*. Refiro-me ao documentário intitulado *The Spanish Earth*, realizado pelo holandês Joris Ivens na aldeia Fuentidueña de Tajo. Refere o narrador que Dos Passos concebera a ideia desse documentário no Inverno como forma de apoiar a causa. Por seu turno, José Antonio Pérez Millán, historiador de cinema entrevistado por Coggin, esclarece a forma como o documentário foi concebido, nomeadamente o papel de Buñuel na compilação de documentação e no estabelecimento de contactos com o partido comunista. Este depoimento é “interrompido” por um fragmento relevante para a compreensão da identidade do documentário de Sonia Romero, visto introduzir Dos Passos Coggin, no local, hoje, debruçando-se sobre a terra, numa postura de absorção que irá expandir a acção para a sua convocação da memória do avô: a sua ligação à terra e ao ideal (jeffersoniano) da democracia como algo ligado à terra. A luta pela liberdade justapõe-se em Fuentidueña com a luta pela subsistência através da terra. Nos créditos faz-se referência a Ernest Hemingway. Já qualquer referência a Dos Passos foi eliminada. Assim se vai apagando uma presença na História, neste caso a do escritor norte-americano que criticara a estratégia republicana de eliminar fisicamente a dissidência.

O documentário exhibe, assim, registos distintos, não só no âmbito da História, como da memória. Através deles pretende-se resgatar o sujeito do esquecimento; de um esquecimento que uma narrativa política promoveu. O percurso de reencontro com a memória inicia-se num lugar mítico, o Hotel Florida, ele próprio, um lugar da memória, visto ser ali que ficavam os jornalistas estrangeiros durante a guerra civil; ali chegara Dos Passos a 10 de Abril de 1937, encontrando Hemingway que trabalhava como correspondente de guerra para a North American News Alliance. Aí inquiriria sobre o destino de Robles e seria informado por Carlos Posada que ele tinha “assassinado por uma célula comunista.” O ponto de vista, o olhar de Coggin sobre a cidade, justapõe-se aí com o de Dos Passos que chega até nós através dos seus registos textuais: “Everything is cut out of metal in steely brightening light.”

Coggin é recebido à entrada do hotel Florida pelo investigador Carlos García Santa Cecilia que esclarece o contexto em que vultos das Letras americanas alcançaram Madrid na época. Este depoimento corresponde ao horizonte de expectativas do género, como, entre outros, o do já mencionado Jim Stepart ou o de Katherine Newman, antiga professora de Johns Hopkins, que identifica o contexto de abertura desta universidade face aos estrangeiros, diferentemente do que era então hábito nas outras instituições universitárias americanas. Através deles é a interpretação rigorosa dos factos que deverá emergir. É ainda no contexto do arquivo factual que, para além das imagens de época, surgem os arquivos como o Centro documental de la causa histórica, de Salamanca, e o depoimento de Jesús Espinosa, do Archivo Causa General, ou o cabeçalho de uma notícia de jornal espanhol referindo a presença de Hemingway em Espanha, ou o manuscrito da carta de Coco, o filho de Robles em que noticia a sua prisão, ou ainda uma notícia de um jornal de Baltimore refere que Robles, professor de línguas românicas em Hopkins, é chefe das relações de imprensa do governo e que preconiza uma guerra longa com vitória para os republicanos. Como refere Ricoeur, o momento do arquivo é o momento de entrada na escrita operação historiográfica: o testemunho é originalmente oral; é escutado, ouvido. *O arquivo é escrita*; é lido, consultado. (Ricoeur, 2000: 209)

Numa estratégia prismática de encontro com o passado, o filme intercala estes registos com testemunhos, o que coloca em diálogo a História e a memória. Cito, de novo, Ricoeur: “... le témoignage

constitue la structure fondamentale de transition entre la mémoire et l'histoire.” (Ricoeur, 2000: 26) “Avec le témoignage s'ouvre un procès épistémologique qui part de la mémoire déclarée, passe par l'archive et les documents, et s'achève sur la preuve documentaire.” (Ricoeur, 2000: 201) O carácter autoreferencial (Ricoeur 204) deste testemunho, com o pathos que pode implicar, evidencia-se no filme através da voz de Carmen Robles, sobrinha de Pepe, que, entre diferentes aspectos relevantes envolvendo os dois irmãos, recorda que Dos Passos o conheceu num comboio a caminho de Toledo quando ele ia visitar Ramon, a Toledo. O exercício de recordação é aqui fundamental, pois “[l]e souvenir est une modification spécifique de la présentation...” (Ricoeur, 2000: 59)

Significativo a este nível é o depoimento de Lucy Dos Passos Coggin, a filha de Dos Passos, que recorda o momento em que o escritor toma consciência de que Robles morrera e que isso não se coadunava com o conceito idealista de como as coisas deviam acontecer; assinala-se que este depoimento é amiúde marcado pela expressão “I think that”. O discurso modalizante evidencia assim os limites referenciais destes testemunhos. Significativamente, o discurso modalizante predomina também nas palavras de John Dos Passos Coggin, evidenciando os limites destes testemunhos. “Maybe it was something that brought them together”, refere sobre o facto de ambos não serem alinhados politicamente. Ou ainda, sobre empatia de Robles face à revolução russa, “I think”. Já no domínio indiciático que pode justificar esses pontos de vista, emerge um artigo de jornal em que a notícia do desaparecimento de Robles pode ser presentida: “el genial autor de “Manhattan Transfer” apenas si despega los lábios”.

Ricoeur aborda o esquecimento num contexto da memória individual. Neste caso, o esquecimento corresponde a uma estratégia política, à rasura da História: o “esquecimento pelo apagamento de traços” (Ricoeur, 2000: 539); ele participa, afinal, do “labirinto do político” de que falava Rousseau (Ricoeur, 2000: 72). Deste modo, “L'oubli ... reste l'inquiétante menace qui se profile à l'arrière-plan de la phénoménologie de la mémoire et de l'épistimologie de l'histoire.” (Ricoeur, 2000: 536) Contra ele emerge este filme ancorado em diferentes tipos de registo, biográfico (Carmen Robles e Lucy Coggin), autobiográfico (Dos Passos Coggin), literário, histórico.

Resta mencionar o subtítulo, “Duelo al sol”. Neste subtítulo que ecoa o Western realizado em 1946 por King Vidor, ressoam vários “duelos”, o das forças políticas em confronto, o de dois escritores que colocam um ponto final a uma longa amizade, o de duas concepções do valor da vida humana, do passado e do presente, ou melhor, da persistência do passado no presente. É assim numa amplitude se diálogos e convocações que se configura o solo fluido, o *espacio entre*, do documentário de Sonia Tercero Ramiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RICOEUR, PAUL (2000) – *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil.

ROMERO, SONIA TERCERO (2014) – *Robles, Duelo al Sol*. Participação de John Dos Passos Coggin, Lucy Dos Passos, Ignacio Martínez De Pisón, Paul Preston, Luis Azcárate, Carmen Robles; Guião, Sonia Tercero Romero; Montagem, Victoria Oliver Farnier; Direcção de Fotografia, Ignacio Giménez-Rico; Banda Sonora, Juan Simón Aúz Alexandre; Produção, Televisión Española, S.A. (Andrés Luque), Time Zone (Miguel Munárriz, Palmira Márquez, Sonia Tercero Ramiro).

Carla Aurélia de ALMEIDA
ID: 0000-0003-1682-5106
[UAb / IS – UP]
calmeida@uab.pt

RESUMO

No quotidiano, os interlocutores põem em prática mecanismos linguístico-discursivos que contribuem para o trabalho colaborativo, isto é, para a *coconstrução do sentido* e o *envolvimento conversacional*. Os interactantes acionam um sistema de práticas discursivas, de convenções sociais e de regras de procedimento discursivo que organizam o fluxo temático das interações verbais. No presente texto, teremos como enfoque analítico as sequências humorísticas que ocorrem, regularmente, no discurso oral interativo em Língua Portuguesa. Demonstrar-se-á que o humor constitui uma estratégia de mitigação do conflito que os interlocutores acionam com o objetivo de manter e restabelecer a *ordem interacional* das trocas discursivas. Verificar-se-á que o funcionamento dos mecanismos indiretos da significação, característicos do discurso humorístico, permite aos interactantes distanciarem-se do que é dito com a reorientação dos rumos discursivos.

Palavras-chave: Linguística Interacional; mitigação; envolvimento conversacional.

ABSTRACT

In everyday life, speakers put into practice linguistic and discursive mechanisms that contribute to collaborative work, i.e. the co-construction of meaning and conversational involvement. Interactants activate a system of discursive practices, social conventions and rules of discursive procedure that organize the thematic flow of verbal interactions. In this paper, we will focus on humorous sequences that regularly occur in interactive oral discourse in Portuguese. It will be shown that humor is a strategy for mitigating conflict that interlocutors use to maintain and re-establish the interactional order of discursive exchanges. It will be verified that the functioning of indirect mechanisms of meaning, characteristic of humorous discourse, allows the interactants to distance themselves from what is being said by reorienting the discursive paths.

Keywords: Interactional Linguistics; mitigation; conversational involvement.

1. INTRODUÇÃO

No quotidiano, em contextos institucionais e mundanos, os usos *humorísticos*, juntamente com os risos, permitem ao locutor anti-orientar ameaças potenciais na comunicação: verificamos que, na *representação da vida de todos os dias* (Goffman, 1973), nas interações verbais, as sequências humorísticas são, regularmente, estratégias discursivas mitigadoras (ou atenuadoras) das ameaças da face dos interlocutores (Goffman, 1973)¹. Estas sequências humorísticas que irrompem nas interações do quotidiano apresentam mecanismos de mitigação que a Língua Portuguesa tem à sua disposição para atingir a eficácia interacional da comunicação, visando a futura acomodação intersubjetiva (Fonseca, 1996). A propósito dos usos humorísticos, Ricardo Araújo Pereira, a 7 de julho de 2016, no Brasil, aquando do lançamento do seu livro intitulado “A doença, o sofrimento e a morte entram num bar. Uma espécie de manual de escrita humorística” (edições da Tinta da China), disse o seguinte: “O que me interessa é o que o humor faz do ponto de vista filosófico. É uma estratégia para aguentarmos a dureza do mundo”. Compreendemos que o riso nasce de um cálculo interpretativo de um implícito conversacional: “De acordo com a teoria da incongruência, rimos quando percebemos um desfasamento entre aquilo que esperamos que as coisas sejam e aquilo que elas são realmente” (Pereira, 2016: 18).

Do ponto de vista linguístico-discursivo, o humor constitui uma estratégia discursiva que os interactantes têm à sua disposição para poderem lidar com dilemas no quotidiano, rompendo ou transgredindo com o que os autores da Pragmática Linguística, como John Austin (1962) e John Searle (1979), chamam de *convenção* da linguagem, jogando com os cálculos do implícito conversacional através da violação de “convenções de uso” (Morgan, 1978) prototípicas da Língua para subentender outras interpretações no jogo verbal (Goffman, 1974a). Assim, é frequente que os interactantes brinquem com “convenções de uso”, como a clássica sequência discursiva humorística: “Queriam um café, por favor!”/ “Queriam? Já não quer?” (risos).

Lembremos a este propósito o trabalho de Margarida Mouta sobre as estratégias humorísticas, trabalho aplicado ao Português Língua Não Materna (trabalho intitulado “Os jogos de linguagem e a aquisição de uma ‘competência humorística’ em PLE”), para verificarmos que as sequências humorísticas têm por base aquilo que a Autora chama de “(...) simbiose entre *transgressão* e *cooperação*” (Mouta, 2007: 79): “(...) o locutor humorista convida o interlocutor a seguir o seu jogo (...). Daí que, no convite tácito feito ao interlocutor (...), o locutor humorista convoque (...) a cumplicidade, a capacidade de inferência, a atenção aos pressupostos e subentendidos, a mobilização dos universos de referência que com ele partilha” (Mouta, 2007: 79).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO: CORPORA ORAIS E OBJETO DE ANÁLISE

Do ponto de vista linguístico, afigura-se-nos pertinente dar continuidade à pesquisa sobre as relações estreitas entre o humor e a realização de mecanismos linguístico-discursivos da mitigação com base em *corpora* orais diversificados. Para o tentar comprovar, o presente texto tem por objeto *corpora orais*: i) conversas na rádio em Português Europeu (Almeida, 2005; Almeida, 2010; Almeida, 2012a; Almeida, 2014a; Almeida, 2021), *corpus* extenso merecedor de renovada atenção científica; ii) *corpus* oral de entrevistas de investigação (Almeida, 2012b; Almeida, 2014b; Almeida, 2015; Almeida, 2019) e iii) *corpus* de exemplos em Português Europeu (PE) de sequências humorísticas realizadas por humoristas portugueses.

Com base neste material empírico, tendo como enfoque analítico o funcionamento dos mecanismos de mitigação que ocorrem em contextos interacionais diversificados, à luz de uma perspetiva sintático-semântica e pragmática de análise dos fenómenos linguísticos, analisaremos os *mecanismos*

¹ O presente texto retoma, com adaptações, a intervenção efetuada pela autora no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, realizadas no dia 6 de maio de 2024 na Universidade Aberta.

de *mitigação* presentes nas sequências humorísticas que possibilitam o cálculo de inferências e a transgressão das convenções de uso. Verificaremos que, em diversas fases da conversação, os interlocutores realizam estratégias humorísticas que constituem estratégias discursivas de mitigação do conflito (potencial), evitando que os participantes se sintam ameaçados por mais tempo nas suas faces (“face work”, segundo Goffman, 1974a), restabelecendo, discursivamente, o “equilíbrio interacional” (Norrick & Spitz, 2008).

A análise linguística do humor com os risos permite equacionar a relação entre mitigação e processos linguísticos de indireção, demonstrando-se que os mecanismos indiretos de significação, característicos do discurso humorístico, permitem aos interactantes distanciarem-se do que é dito com a reorientação dos rumos discursivos: trata-se de verificar como estas sequências organizam a *sintagmática conversacional* e, do ponto de vista semântico e pragmático, como elas possibilitam a coconstrução do sentido com o equilíbrio interacional, na linha dos estudos da chamada Pragmática Integrativa (Haugh & Culpeper, 2018).

Considerando que a *mitigação* constitui uma forma de redução de efeitos indesejados que atos ilocutórios possam ter nos interlocutores, modificando estes atos (Fraser, 1980: 341), as diferentes formas de mitigação são estratégias que atenuam e/ou suavizam: i) ora o conteúdo proposicional de um ato de discurso, ii) ora incidem na ilocução tanto internamente, na força ilocutória de um ato (Fraser, 2010: 15), ou, externamente, nas sequências discursivas como as justificações ou as pré-sequências, iii) ora incidem na *deixis* (Caffi, 1999), referência deítica estabelecida pelas coordenadas da enunciação, organizadas pela relação locutor e alocutário, possibilitando a distância do locutor em relação ao que é dito, evitando riscos desnecessários e responsabilidades, incluindo aqui o estudo dos “protetores de plausibilidade”, como, por exemplo, “penso que”, “parece-me que” e os “protetores de atribuição” como “dizem que”, “faz-se” e construções impessoais como “uma pessoa” através das quais as referências ao locutor e ao alocutário são apagadas (Caffi, 1999: 89; Caffi 2007; Almeida, 2019).

O enfoque teórico e metodológico do presente trabalho tem, assim, por base as contribuições da Linguística Interacional (Heller, 2001, p. 261) e da Sociolinguística Interacional (Gumperz, 2001), integrando conceitos, instrumentos de análise e problemáticas linguísticas desenvolvidas em diferentes correntes teóricas.

O desenvolvimento da análise implica, assim, a formulação das seguintes perguntas de partida: Como funcionam as sequências humorísticas nas interações? Quais os mecanismos de mitigação (Fraser, 2010; Caffi, 2007) realizados nos discursos humorísticos?

3. A ESTRATÉGIA CONVERSACIONAL DO HUMOR NA INTERAÇÃO: MECANISMOS DE MITIGAÇÃO AO SERVIÇO DA ACOMODAÇÃO INTERSUBJETIVA

Procurando potenciar respostas para estas perguntas, a análise toma por referência os *corpora* orais em Português Europeu (PE), anteriormente referidos.

Considerando o enquadramento teórico e metodológico apresentado sucintamente, o presente estudo pretende ser um contributo para a análise dos mecanismos de mitigação em sequências humorísticas. Convoca-se, assim, o estudo de um conjunto de aspetos linguístico-discursivos: (i) a cooperação e o conflito que coexistem em toda a interação verbal, uma vez que os atos de discurso variam em grau de maior ou menor ameaça da face (Kerbrat-Orecchioni, 2005); (ii) a relação entre mitigação (Caffi, 2007) e os efeitos interacionais de *vagueza*, *delicadeza* e *distânciação* (Fraser, 2010) ao serviço da transgressão em sequências humorísticas.

3.1. A MITIGAÇÃO QUE INCIDE NO CONTEÚDO PROPOSICIONAL DA ASSERTÃO HUMORÍSTICA: EFEITOS DE VAGUEZA

Os mitigadores podem incidir, internamente, no conteúdo proposicional de atos ilocutórios de asserção, criando efeitos de vagueza, como podemos observar no seguinte exemplo retirado de uma entrevista de investigação no Vale do Ave:

(1) Entrevista no Vale do Ave, 16 de julho 2010, às 19h30; na residência da entrevistada; E: entrevistadora; e: entrevistada

E: Era isso que eu lhe ia... Então ensinou a sua filha, ou ensinou-os a todos ou... Então ensinou à sua filha as tarefas domésticas?

e: Ensinei-os a todos, mas... o rapaz aprendeu um bocadito mal. (risos)

E: As coisas que sabemos! (risos) É verdade e agora diga-me, portanto, atualmente, está reformada? Como é a sua rotina diária? Descreva-me por exemplo um dia à semana, as tarefas todas que faz durante o dia. Portanto, levanta-se mais ou menos a que hora é que acorda?

e: Levanto-me com o sol.

E: Pois

Na interação (1), a entrevistada profere a seguinte asserção: “Ensinei-os a todos, mas... o rapaz aprendeu um bocadito mal [as tarefas domésticas]. (risos)”.

O uso do mitigador “um bocadito”, mitigação que incide no conteúdo proposicional (mitigação interna), constitui um marcador de *vagueza*, isto é, trata-se de “um diminutivo na marcação de *imprecisão* (*fuzziness*)” (Caffi, 2000: 96, tradução própria), reduzindo as obrigações epistémicas do locutor que os realiza e assim reduzindo o grau alto da qualificação negativa a dar à inaptidão do filho da entrevistada para as tarefas domésticas, tendo, por isso, efeitos humorísticos, implicando-se com o mitigador (que coocorre com o riso) o inverso do que é dito: “aprendeu muito mal as tarefas domésticas”. Daí que a entrevistadora faça um comentário avaliativo com um termo vago: o enunciado “As coisas que sabemos! (risos)” constitui um comentário avaliativo que, juntamente com os risos, expressa também a vagueza.

Observemos agora uma outra interação:

(2) Programa de rádio: Boa Noite, novembro de 1998; Tema: “O piropo”; Ouvinte nº. 460, sexo feminino, técnica de vendas

Ouvinte – Senti-me envergonhada, enfim cabisbaixa, e... Pronto não dei confiança, mas no momento em que eles se iam a cruzar comigo diz um pra o outro assim, com pronto uma frase muito com muita entoação: “e ainda dizem que as flores que não andam”. Pronto, realmente ia um pouquinho arranjada (riso)...

Locutora – Elegante, hã.

Na interação (2), vemos que, no enunciado “ia um pouquinho arranjada” (risos), o uso do mitigador “um pouquinho” permite que a mitigação incida no conteúdo proposicional do ato de autoelogio, cumprindo com a lei da modéstia e evitando o autoelogio exagerado, tendo efeitos humorísticos, pela implicatura conversacional (Grice, 1975) que é possível calcular, implicando-se, assim, o inverso do que é dito: “ia muito bem arranjada”.

3.2. A MITIGAÇÃO QUE INCIDE NA *DEIXIS*: PROTETORES DE ATRIBUIÇÃO E DE PLAUSIBILIDADE COM O USO DE EXPRESSÕES APROXIMATIVAS

No exemplo (2), há também o uso do *protetor de distanciamento* e/ou *desresponsabilização* que incide na *deixis*. Verifica-se o uso de “dizem que” no enunciado “Ainda dizem que as flores não andam” permitindo a distanciamento ou redução da responsabilidade do locutor ao atribuir a crença a outras

peessoas, a outras vozes do discurso. Este protetor coocorre com o uso do marcador discursivo “ainda” que possibilita o cálculo interpretativo de uma implicatura convencional que denota o contrário do que é dito: “afinal não é verdade, as flores andam”. Deste modo, o uso de “dizem que” faz parte de um mecanismo de mitigação que incide na *deixis* ou *referência deítica*: “dizem que” constitui um *protetor de atribuição* (Caffi, 2007) que permite o distanciamento/desresponsabilização do locutor. O locutor humorista convida o interlocutor a seguir o seu jogo, trata-se de um acordo tácito, que permite convocar a cumplicidade, a capacidade de inferência. A este propósito do uso do protetor de atribuição que incide na enunciação e do uso de mitigadores que se focam no conteúdo proposicional, o humorista Ricardo Araújo Pereira, no seu programa “Dizem que é uma espécie de Magazine”, convoca o protetor de atribuição “dizem que” que incide na *deixis* e o mitigador “uma espécie de” que incide no conteúdo proposicional, o primeiro desresponsabiliza o locutor e o segundo cria vagueza/indeterminação.

Atentemos neste outro exemplo:

- (3) Programa de rádio: Boa Noite; Data: 22/04/98; Tema: “Pequenos anúncios de jornal”; Ouvinte nº. 181, sexo feminino

Ouvinte – Hoje já estou com sessenta e três anos, mas dizem que eu tenho uma carinha muito engraçada.

Locutora – Que bom pra si. [risos]

Ouvinte – E as minhas colegas, na brincadeira, diziam-me por que é que tu e tal não arranjas tu tão jeitosa tão boa rapariga e tal, por que é que não arranjas! Eh pá, eu tive uma... uma fraca experiência, uma má experiência, e um mau...

Em (3), o uso de protetores como “dizem que” permite atribuir a crença a outra pessoa: “Dizem que eu tenho uma carinha muito engraçada” trata-se de um *protetor de atribuição* (Caffi, 2007: 70) que permite o distanciamento e a desresponsabilização do locutor, tendo efeitos humorísticos. Estamos perante um mecanismo que, incidindo na *deixis*, atribui a outros locutores a realização destes atos de discurso, citando-os. Daí o riso que provoca com a asserção avaliativa que acomoda intersubjetivamente o que está a ser relatado: “Que bom pra si. [risos]”. O recurso a *expressões aproximativas* como “e tal” integradas nos segmentos em discurso direto: “E as minhas colegas, na brincadeira, diziam-me por que é que tu e tal não arranjas tu tão jeitosa tão boa rapariga e tal, por que é que não arranjas!” são também formas aproximadas de relatar algo que aconteceu: como “(ser) tão jeitosa tão boa rapariga e tal”: “e tal”, neste contexto, implica uma asserção avaliativa geral que resume todas as expressões atributivas. O valor semântico de vagueza de “e tal” tem efeitos humorísticos: a propósito do uso de expressões mitigadoras aproximativas, lembremos “O tal canal” de Herman José (“adoro os teus botões/e etecetera e tal”) ou as falas da personagem “O Homem a quem parece que aconteceu não sei quê” de Ricardo Araújo Pereira, que usando uma linguagem vaga (“é que eu chego aqui e sou logo confrontado com certas e determinadas situações!”) refere “ai tal não, ai tal não”, repetindo as expressões aproximativas.

Também o uso repetido de protetores de plausibilidade como “parece-me”, “dá-me a sensação”, “penso que”, “suponho” são expressões de isenção epistémica que provocam o humor, como se pode observar na seguinte interação humorística do programa do Gato Fedorento:

- (4) Programa humorista: Gato Fedorento; Tema: “Um pouco de parvoíce em torno de sinónimos”:

Entrevistado – Foi uma descoberta que eu efetuei e que...parece-me...

Entrevistador – Parece-lhe ou dá-lhe a sensação?

Entrevistado – Não, parece-me. Parece-me que é uma descoberta importante na medida em que permite...

No exemplo (4), o uso reiterado de expressões mitigadoras sinónimas, como os diversos protetores de plausibilidade que fazem parte do reportório verbal de um falante, reforça a preocupação de o locutor

denotar o distanciamento ou a redução da sua responsabilidade em relação ao que é dito. De acordo com Tannen (1989), o humor é regularmente construído com a repetição de segmentos, repetição que denota o *envolvimento conversacional* (Tannen, 1989; Norrick, 2010).

3.3. A CONSTRUÇÃO DE UM *SCRIPT* OU *FRAME* HUMORÍSTICO: A MITIGAÇÃO DA ILOCUÇÃO

A construção de um *script* humorístico (Dascal, 1999: 69) obedece a uma ordem sintagmática na conversação, incidindo, regularmente, na mitigação da ilocução através da realização de sequências discursivas de comentário avaliativo e de justificação.

Observemos o seguinte exemplo:

(5) Programa de rádio: Boa Noite; Tema: “Pontualidade”; Data: maio de 1998; Ouvinte nº. 70, sexo feminino

Locutora: Tá certo. Olhe, não há nada a fazer, definitivamente.

Ouvinte: É, é só o tempo, só o tempo. Mas eu tento.

Locutora: Ainda bem que isso não é hereditário pelos vistos, ó C! [ato de ironia]

Ouvinte: Olhe mas eu tento, mas está a ver, eu para realmente estar em conversa com... com com vocês, não é, amanhã a que horas é qu’eu me vou levantar? [justificação como comentário de mitigação (externa)]

Locutora: Pois.

Ouvinte: É não é?

Locutora: Agora a culpa é nossa.

Ouvinte: Ai, não sei (...) (risos).

Na interação sobre o tema da pontualidade (5), ocorrem asserções avaliativas com a expressão da modalidade apreciativa de valor genérico: o enunciado “Ainda bem que isso [= não ser pontual] não é hereditário pelos vistos, ó C.” constitui um comentário avaliativo humorístico que conclui o que é relatado e se baseia no uso de referentes vagos “isso” e mitigadores, como “pelos vistos”. Estes mitigadores, associados ao *frame* (Goffman, 1974b) de que não ser pontual pode ser uma doença, mas que não se transmite por hereditariedade, permitem a construção de uma sequência humorística com a realização de outras sequências mitigadoras: as sequências de justificação (a ouvinte culpa o programa noturno para a sua falta de pontualidade), que constituem mitigadores externos da ilocução, seguidas do ato de acordo irónico “Pois” com a função de distanciação (= diz isso que eu faço de conta que acredito nisso) e dos atos de ironia – “Agora a culpa é nossa (risos)” e “Ai, não sei (...) (risos)” – constituem processos discursivos de indireção, isto é, mecanismos indiretos de significação que possibilitam aos interactantes distanciarem-se do que é dito com a construção de um espaço colaborativo de partilha.

4. CONCLUSÃO

As sequências humorísticas apresentam mecanismos de mitigação que (i) possibilitam a redução da responsabilidade epistémica do locutor em relação ao que é dito no conteúdo proposicional de atos ilocutórios, criando vagueza; (ii) modificam/atenuam a força de ilocução (Fraser, 1980; Fraser, 2010) com um *frame* humorístico (mitigação interna de atos indiretos e mitigação externa com justificações e comentários avaliativos); (iii) incidem na *deixis ou referência deítica* com o uso de *protetores de plausibilidade* (como expressões de isenção epistémica como “se não estou enganado”) e *de atribuição* (expressões genéricas que atribuem a crença a outras pessoas como “Dizem que...”; construções passivas como “Diz-se...” e construções impessoais como “Uma pessoa” através das quais as

referências ao locutor e ao alocutário são apagadas).

Estes mecanismos de mitigação possibilitam a distanciação do locutor, a sua desresponsabilização e a reorientação dos rumos discursivos da interação com a *acomodação intersubjetiva* das faces dos interlocutores, denotando o envolvimento conversacional dos interactantes no jogo verbal.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, CARLA (2005) – *Discurso radiofónico Português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas* (tese de doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa). Tomo I, II e III. Universidade Aberta, Lisboa.

ALMEIDA, CARLA (2010) – “(...) é um rapaz cheio de sorte, digo-lhe já (risos)”: o humor como estratégia discursiva de mitigação do conflito (potencial) em interacções verbais na rádio. In BRITO, Ana; SILVA, Fátima; VELOSO, João & FIÉIS, Alexandra (eds.). *Textos seleccionados, XXV encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, pp. 127-142.

ALMEIDA, CARLA (2012a) – *A construção da ordem interaccional na Rádio: Contributos para uma análise linguística do discurso em interacções verbais*. Porto: Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais/Plural.

ALMEIDA, CARLA (2012b) – “Que eu já nasci em Riba de Ave. (...) Sempre me conheci aqui em Riba de Ave (risos)”: a coconstrução do sentido em narrativas de experiência de vida no Vale do Ave.” In PEREIRA, Virgílio (ed.). *Ao Cair do Pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento, pp. 417-445.

ALMEIDA, CARLA (2014a) – Rituais verbais, envolvimento conversacional e ordem interaccional: a construção de trocas discursivas em programas de rádio. *Cadernos de Ciências Sociais*, 27. Porto: Afrontamento, 93-130.

ALMEIDA, CARLA (2014b) – O uso estratégico do ato de asserção num corpus de ‘histórias de vida’ realizadas em contexto de entrevista. In MORENO, António; SILVA, Fátima; FALÉ, Isabel; PEREIRA, Isabel & VELOSO, João (eds.). *Textos seleccionados, XXIX encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística em Coimbra*. Porto: APL, pp. 29-42.

ALMEIDA, CARLA (2015) – Estratégias discursivas de mitigação na sequência discursiva de pergunta-resposta: a justificação no contexto de entrevista. In MORENO, António; SILVA, Fátima & VELOSO, João (eds.). *Textos seleccionados, XXX encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística no Porto*. Porto: APL, pp. 65-76.

ALMEIDA, CARLA (2019) – Discourse strategies of mitigation in an oral corpus of narratives of life experience collected in interviews. In ROULSTON, Kathryn (ed.). *Interactional studies of qualitative research interviews*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 239-268.

ALMEIDA, CARLA (2021) – A construção do sentido em interacções verbais na rádio em Português Europeu: mecanismos discursivos em narrativas de experiência de vida, *Linha D'Água*, 34(1). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 44-59. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v34i1p44-59>

AUSTIN, JOHN (1962) – *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press.

CAFFI, CLAUDIA (2000) – Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In PLANTIN, Christian; DOURY, Marianne; TRAVERSO, Véronique (eds.). *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, pp. 89-104.

CAFFI, CLAUDIA (2007) – *Mitigation*. Amsterdam: Elsevier.

DASCAL, MARCELO (1999) – L'ethos dans l'argumentation: une approche pragma-rhétorique. In AMOSSY, Ruth (eds.) *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Paris: Delachaux et Niestlé, pp. 61-73.

FONSECA, JOAQUIM (1996) – O discurso de Corte na Aldeia de Rodrigues Lobo – o Diálogo I, *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Línguas e Literaturas*, Vol. XIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 87-145.

FRASER, BRUCE (1980) – Conversational mitigation. *Journal of Pragmatics*, 4 (4). Amsterdam: Elsevier, 341-350.

FRASER, BRUCE (2010) – Pragmatic competence: the case of hedging. In KALTENBÖCK, Günther; MIHATSCH, Wiltrud & SCHNEIDER, Stefan (eds.). *New approaches to hedging*. Bingley: Emerald Group Publishing, pp. 15-34.

GOFFMAN, ERVING (1973) – *La mise en scène de la vie quotidienne* (Vol. 1, 2). Paris: Les Éditions de Minuit.

GOFFMAN, ERVING (1974a) – *Les rites d'interaction*. Paris: Les Éditions de Minuit.

GOFFMAN, ERVING (1974b) – *Frame analysis*. New York: Harper and Row.

- GRICE, HERBERT (1975) – Logic and conversation. In COLE, Peter & MORGAN, Jerry (eds.). *Syntax and semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press, pp. 41-58.
- GUMPERZ, JOHN (2001) – Interactional Sociolinguistics: a personal perspective. In SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah & HAMILTON, Heidi (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford/ Massachusetts: Blackwell, pp. 215-228.
- HAUGH, MICHAEL, CULPEPER, JONATHAN (2018) – Integrative pragmatics and (im)politeness theory. In ILIE, Cornelia & NORRICK, Neal (eds.). *Pragmatics and its Interfaces*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 213-239.
- HELLER, MONICA (2001) – Discourse and interaction. In SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah & HAMILTON, Heidi (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford/ Massachusetts: Blackwell, pp. 250-264.
- KERBRAT-ORECCHIONI, CATHERINE (2005) – *Le discours en interaction*. Paris: Armand Colin.
- MORGAN, JERRY (1978) – Two types of convention in indirect speech acts. In P. Cole (Ed.), *Syntax and semantics*, vol. 9, Pragmatics. New York: Academic Press, pp. 261-280.
- MOUTA, MARGARIDA (2007) – Os jogos de linguagem e a aquisição de uma ‘competência humorística’ em PLE. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 2 (1). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 77-102.
- NORRICK, NEAL & SPITZ, ALICE (2008) – Humour as a resource for mitigating conflict in interaction. *Journal of Pragmatics*, 40. Amsterdam: Elsevier, 1661-1686.
- NORRICK, NEAL (2010 [2000]) – *Conversational narrative. Storytelling in everyday talk*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- SEARLE, JOHN (1979) – *Expression and meaning, studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TANNEN, DEBORAH (1989) – *Talking Voices: Repetition, dialogue and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.

OUTRAS FONTES

- JOSÉ, HERMAN (1983-1984) – Programa televisivo “O tal canal”, <https://arquivos.rtp.pt/programas/o-tal-canal/>
- PEREIRA, RICARDO (2003) – “O Homem a quem parece que aconteceu não sei quê”, sketch do Gato Fedorento <https://youtu.be/tKMENMyLzFE?si=H5cL4N9gNoLakFkQ>
- PEREIRA, RICARDO (2003) – “Parvoíce em torno de sinónimos”, Gato Fedorento, <https://youtu.be/8gumwImdYwU?si=mev6JXQ8qkP-R3MP>
- PEREIRA, RICARDO (2016) – *A doença, o sofrimento e a morte entram num bar. Uma espécie de manual de escrita humorística*. Lisboa: Edições Tinta da China.

24

ADESÃO ÀS ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS: INTERVENÇÃO DOS FATORES PSICOLÓGICOS MODIFICÁVEIS

ADHERENCE TO HEALTHY FOOD CHOICES: INTERVENTION OF MODIFIABLE PSYCHOLOGICAL FACTORS

Ana PINTO DE MOURA
ID: 0000-0001-9197-8183
[UAb / GreenUPorto / INOV4Agro]
apmoura@uab.pt

RESUMO

O presente trabalho visa debater, do ponto de vista do consumidor, os principais fatores psicológicos modificáveis que influenciam as escolhas alimentares individuais a favor de uma alimentação saudável, bem como os obstáculos inerentes à sua adesão, particularizando para a realidade portuguesa.

Palavras-chave: alimentação saudável; percepção do consumidor.

ABSTRACT

Considering the consumer's point of view, this study aims to debate the main modifiable psychological factors that influence individuals' food choices in favour of a healthy diet and the obstacles inherent to their adherence, particularly in the Portuguese context.

Keywords: healthy diet; consumer perception.

1. DEFINIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: VISÃO DOS ESPECIALISTAS E DOS CONSUMIDORES E CORRESPONDENTE ADESAO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde não apenas como a ausência de doença, mas também como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social (WHO, 2006). Na realidade, são vários os fatores que influenciam o estado de saúde das pessoas, resultando da combinação de fatores genéticos, fisiológicos, ambientais e comportamentais. Enquanto a idade, o sexo e a herança genética não são modificáveis, os fatores ambientais e os comportamentais são passíveis de serem modificáveis (WHO, 2003). Neste contexto, a prática de uma alimentação saudável assume-se como um determinante para a promoção e manutenção da saúde das pessoas, ao longo de todo o seu ciclo de vida, com influência direta no bem-estar físico e psicológico (WHO, 2003).

De igual modo, os consumidores consideram que a prática de uma alimentação saudável apresenta um efeito positivo na promoção da saúde e na prevenção de doenças, contribuindo, deste modo, para o bem-estar das pessoas. Num estudo qualitativo e *cross-cultural*, envolvendo cinco culturas/países, a saber, Brasil, Espanha, França, Portugal e Uruguai, ao pedir-se aos participantes para listarem quatro formas dos alimentos afetarem o bem-estar das pessoas, a dimensão “saúde” (caracterizada nomeadamente pelas categorias: “alimentação/alimentar”, “colesterol”, “controlo do peso”, “diabetes”, “doenças”, “pressão arterial”, “problemas cardiovasculares”, “problemas gastrointestinais”, “obesidade”, “saúde”) foi a mais valorizada para os participantes dos países em questão, seguida das dimensões “psicológica” (“alegria”, “ansiedade”, “estado de espírito”, “felicidade”, “humor”, “prazer”, “satisfação”, “vitalidade”) e “social” (“partilha”, “socialização”, “relações”) (Ares *et alii*, 2015). Por outro lado, os alimentos que segundo os participantes impactam positivamente no bem-estar pertencem às dimensões dos “produtos hortícolas”, “frutas” e “pescado”. Neste contexto, importa dizer que o “pescado” se assume como um alimento diferenciador na alimentação dos portugueses, na medida em que Portugal apresenta o maior consumo *per capita* na Europa e o terceiro a nível mundial de pescado (Cunha *et alii*, 2011). Por sua vez, os alimentos considerados pelos participantes como nefastos ao bem-estar apresentam características nutricionais específicas, nomeadamente alimentos com elevados teores de gordura, sal e açúcar, assim como produtos cárneos, produtos açucarados, alimentos *fast food* e alimentos fritos. De referir que o impacto negativo dos produtos cárneos para o bem-estar foi particularmente relevante para os participantes portugueses neste estudo (Ares *et alii*, 2015).

Estes resultados atualizam, em parte, os resultados anteriormente obtidos num estudo com representatividade à escala de Portugal continental (2004-2007), dado que os inquiridos reconheceram principalmente três benefícios associados à prática de uma alimentação saudável: “prevenção da doença”; “permanecer saudável”; “melhor qualidade de vida” (Alves *et alii*, 2005; Moura *et alii*, 2006). De igual modo, os inquiridos consideraram como prática de uma alimentação saudável: o “consumo de fruta e vegetais”, o “consumo de peixe”, a “redução de consumo de sal”, a prática de uma “alimentação equilibrada/variada”, a “redução consumo de álcool” em *ex-aequo* com a redução de “alimentos ricos em gordura” (Moura *et alii*, 2006). Resultados semelhantes foram identificados numa revisão contando com 38 estudos internacionais, dado que muitos dos consumidores associam a prática de uma alimentação saudável ao consumo de frutas e vegetais, redução do consumo de carne, baixo consumo de gordura sal, açúcar, alimentação equilibrada/variada e moderação no consumo (Paquette, 2005).

O entendimento dos consumidores sobre o que se entende por alimentação saudável vai ao encontro do estabelecido pelos especialistas: “Permite a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Proporciona a adequação, sem excesso, de nutrientes e de substâncias promotoras da saúde provenientes de alimentos nutritivos e evita o consumo de substâncias prejudiciais para a saúde” (Neufeld *et alii*, 2021, p. 3). Vai igualmente ao encontro das recomendações internacionais (U.S. Department of Agriculture and U.S. Department of Health and Human Services 2010; WHO, 2009) e nacionais (DGS, 2024), que tendem a ser comuns, e consubstanciadas nos diferentes guias alimentares relativamente à prática de uma alimentação saudável (FAO, 2024). Nesta continuidade, o padrão alimentar mediterrâneo caracteriza-se por um consumo elevado de alimentos de origem vegetal (produtos hortícolas, fruta, cereais pouco refinados, leguminosas secas e frescas, frutos secos e oleaginosos); consumo de

produtos frescos da região, pouco processados e sazonais; utilização do azeite como principal gordura para cozinhar ou temperar alimentos; consumo baixo a moderado de laticínios, sobretudo de queijo e iogurte; consumo frequente de pescado e baixo e pouco frequente de carnes vermelhas; consumo baixo a moderado de vinho, principalmente às refeições (Bach-Faig *et alii*, 2011; Willett *et alii*, 1995). Vários estudos confirmam que este padrão diário de alimentação está associado a maior longevidade no geral e à proteção face a doenças como o cancro, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, doença cardiovascular, obesidade e doenças neuro-degenerativas (Benetou *et alii*, 2008; Buckland *et alii*, 2009; De Lorgeril *et alii*, 1999; Estruch *et alii*, 2013; Fung *et alii*, 2009; Rees *et alii*, 2013; Sofi *et alii*, 2010).

A aparente apropriação do conceito de alimentação saudável por parte dos consumidores, em particular dos consumidores portugueses, pode justificar-se, por um lado, pela intensificação da difusão dos perigos nutricionais, tais como o consumo excessivo de sal e de gorduras, dado que os mesmos se encontram difundidos de uma forma continuada ao longo do tempo, nomeadamente pela imprensa profissional, eventualmente com o intuito de proporcionar ao leitor reflexão sobre a melhor maneira como gerir a saúde no seu quotidiano (Azevedo *et alii*, 2019; Moura & Cunha, 2009). Simultaneamente, a difusão dos perigos nutricionais, pode gerar medo/ansiedade à população em geral, em particular por estarem cientes dos perigos associados à sua ingestão excessiva (Cunha *et alii*, 2010).

No entanto, verifica-se, em particular nos países industrializados, um claro afastamento das recomendações/diretrizes/guias para a prática de uma alimentação saudável (Harika *et alii*, 2013; Krebs-Smith *et alii*, 2010). Esta alimentação é caracterizada por um elevado consumo de alimentos de origem animal, carnes vermelhas e processadas, cereais refinados, laticínios, açúcares, sal, e um consumo reduzido de frutas, vegetais e de cereais integrais (Cordain *et alii*, 2005), sendo que este padrão alimentar constitui um dos fatores de risco para as Doenças Crónicas Não Transmissíveis (DCNT) (Drake *et alii*, 2018; Popkin, 2006; Wirfält, Drake & Wallström, 2013).

Por exemplo, a comparação das estimativas do consumo alimentar nacional resultantes do Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física 2015-2016 (IAN-AF) (Lopes *et alii*, 2017) (em percentagem da quantidade total de alimentos consumidos), com o padrão alimentar preconizado pela Roda dos Alimentos Portuguesa (Rodrigues *et alii*, 2006) revela que os portugueses estão a consumir proporcionalmente mais 12% de “carne, pescado e ovos” e 6% de “laticínios”, e pelo contrário menos “Produtos hortícolas” (-8%), “fruta” (-7%) e “leguminosas” (-2%), verificando-se assim que Portugal está a afastar-se do padrão alimentar mediterrâneo (Lopes *et alii*, 2017).

Por outro lado, ao nível do estado nutricional, estima-se que, em 2022, a prevalência do excesso de peso ou obesidade ($IMC \geq 25$ kg/m²) na população adulta (≥ 18 anos), em Portugal, fosse de 62,6%, e da obesidade ($IMC \geq 30$ kg/m²) de 27,1%, contrapondo com uma prevalência a nível mundial de 44,0% e 16,0%, respetivamente (WHO, 2024). Aproximadamente, 21,3% das crianças e adolescentes (5-19 anos) portugueses tinham excesso de peso ou eram obesas ($IMC > 1$ desvios-padrão acima da mediana), sendo que 7,6% eram obesas ($IMC > 2$ desvios-padrão acima da mediana), contrapondo com a prevalência a nível mundial de 19,8% e 8,2%, respetivamente (WHO, 2024). O excesso de peso/obesidade associa-se a um maior risco de aparecimento de doenças crónicas, nomeadamente diabetes tipo 2, doença cardiovascular, doença respiratória, cancro, problemas osteoarticulares e problemas psicológicos (Anandacoomarasamy *et alii*, 2008; Bogers *et alii*, 2007; Guh *et alii*, 2009; Luppino *et alii*, 2010; McClean *et alii*, 2008).

2. INFLUÊNCIA DOS FATORES PSICOLÓGICOS NA PRÁTICA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

São vários os fatores psicológicos modificáveis, próprios do consumidor, que ajudam a explicar o nível de adesão em relação à prática de uma alimentação saudável.

Em geral, as pessoas realizam as suas compras de bens alimentares de um modo célere e automático. Esta eficiência resulta, em parte, da vasta experiência de compra no percurso de cada um. Neste

estado, a aprendizagem tende a ser feita de uma forma passiva e casuística, através das boas e más experiências de compra/consumo das diversas alternativas existentes no mercado, sendo que a experiência de compra acumulada proporciona ao consumidor uma “economia de ação” (Kahneman, 2012). Recorrendo a certas táticas heurísticas (p. ex.: “comprar a marca habitual”, “comprar o produto mais barato”, “comprar a marca mais conhecida”, “comprar a nova marca publicitada”, “comprar a marca que já existia em casa dos meus pais”), o consumidor escolhe os bens alimentares de um modo mais simplificado e com poucos riscos inerentes à aquisição dos mesmos: afinal conhece bem a marca que comprou e aprecia o seu desempenho e, mesmo que a escolha da opção não seja satisfatória, o descontentamento, embora existindo, não assombra o seu dia (Moura, 2000). Ora, quando as escolhas automáticas favorecem escolhas alimentares pouco saudáveis, porque as pessoas tendem automaticamente a preferir alimentos de elevada densidade energética, dado serem alimentos sensorialmente apelativos, os comportamentos alimentares adequados também tendem a ser menos preponderantes (de Ridder *et alii*, 2017). De facto, o sabor dos alimentos assume-se como um dos principais critérios de escolha alimentar, em diferentes países/culturas (Cunha *et alii*, 2018). Assim, uma das principais razões que leva o consumidor a não abandonar os produtos ricos em gordura (p. ex.: manteiga, margarinas, óleos) e/ou em açúcar (doces, refrigerantes) prende-se com o facto de os mesmos, regra geral, serem mais palatáveis, fazendo parte dos seus hábitos alimentares (Van’t Riet *et alii*, 2011) e jus ao aforismo de Oscar Wilde, aludido pela personagem Lady Windermere: “I can resist anything except temptation.”

De referir ainda que as pessoas tendem a adotar um comportamento demasiado otimista em relação à alimentação que praticam (o denominado “viés otimista”), dado subestimarem as consequências em relação a determinados perigos alimentares, devido, em parte, à “ilusão de controlo” que consideram ter sobre os alimentos que consomem. Ao serem excessivamente otimistas em relação aos perigos relacionados com a alimentação que praticam, nomeadamente os perigos nutricionais, porque sobrestimam o aspeto “saudável” dos alimentos que consomem (Sparks *et alii*, 1995), é menos provável que essas mesmas pessoas implementem mudanças na sua alimentação, dado considerarem que já praticam uma alimentação saudável. Assim, as recomendações a favor de uma alimentação mais saudável são dirigidas a outros indivíduos mais vulneráveis, não entendendo essas recomendações como relevantes para si mesmas (Shepherd, 1999; Sparks *et alii*, 1995). Este hiato entre o que é realmente ingerido (p. ex.: excesso de alimentos de elevada densidade energética, carência de vegetais e de fruta) e o que é percecionado como ingerido pelo consumidor (p. ex.: consumo das porções de alimentos de acordo com os guias nutricionais) dificulta a prática de uma alimentação saudável. Uma das principais razões que pode justificar esta “falsa perceção” deve-se à dificuldade de as pessoas conseguirem implementarem as recomendações nutricionais nas suas rotinas alimentares e por períodos prolongados, dado que, no seu dia a dia agitado, dificilmente contabilizam corretamente as porções de todos os alimentos que ingerem em consonância com as recomendações nutricionais (de Ridder *et alii*, 2017). Naturalmente, a situação é agravada quando se verifica um desconhecimento do que deve ser ingerido e do que deve ser evitado.

Por outro lado, as pessoas referem que não se sentem motivadas para alterar a sua alimentação em prol de uma alimentação saudável, uma vez que certos benefícios identificados como imediatos e gratificantes e associados a determinados comportamentos (p. ex.: gratificação sensorial, rapidez na confeção dos alimentos) poderem entrar em conflito com outros, eventualmente incertos, distantes e apenas perceptíveis a longo prazo (caso dos ganhos em saúde), logo mais facilmente secundarizados (Sparks *et alii*, 1995). Quer dizer, a escolha alimentar individual pode gerar avaliações contraditórias, com eventuais alterações nos motivos associados à própria escolha, ao longo do tempo. Por exemplo, muito embora Portugal seja um dos maiores consumidores *per capita* de pescado a nível europeu, como referido anteriormente, e os portugueses apreciem as características sensoriais do pescado e associarem o seu consumo a prática de uma alimentação saudável (Cardoso *et alii*, 2013), a dificuldade em conciliar diferentes preferências familiares foi o fator referido pelas mulheres com filhos (com idade inferior a 18 anos) como aquele que mais condiciona o seu consumo. Por outro lado, a perceção da falta de tempo e de aptidões culinárias para a compra e preparação/confeção do pescado foram fatores que

condicionam o consumo de pescado, referidos essencialmente pelas mulheres mais novas e inseridas no mercado de trabalho (Moura *et alii*, 2012). Em causa está o facto de o consumo alimentar incluir uma miríade de interações, havendo necessidade, nomeadamente no seio da família, em conciliar diferentes preferências alimentares.

Como principais barreiras à prática de uma alimentação saudável sentidas pelos portugueses, destacam-se, globalmente, os preços elevados dos alimentos classificados pelos mesmos como saudáveis (fruta, vegetais, azeite), os constrangimentos situacionais (oferta alimentar limitada na restauração, preocupação em ir ao encontro das preferências alimentares da família/amigos), os constrangimentos associados ao estilo de vida (perceção da falta de tempo) e a falta de força de vontade em alterar a alimentação a favor de uma alimentação mais saudável. Curiosamente, 75% dos portugueses consideraram que necessitavam de modificar a sua dieta a favor de uma dieta saudável e cerca de 53% afirmaram uma marcada necessidade em alterar a sua dieta (Moura *et alii*, 2006).

Face ao potencial conflito entre comportamentos automáticos e racionais nas escolhas alimentares, importa, pois, limitar os impactos dos comportamentos automáticos que incentivam o consumo de alimentos palatáveis e de elevada densidade energética. Uma das possibilidades visa recorrer a estratégias de autorregulação, nomeadamente ao nível do planeamento e da monitorização dos comportamentos alimentares individuais no contexto das rotinas diárias, em prol de uma alimentação saudável (“quando eu estiver a ver televisão, vou levar uma maça como *snack*”), o que simultaneamente exige motivação para atingir um determinado objetivo definido (“eu pretendo reduzir peso para ter mais saúde”) e capacidade de autocontrolo (“eu consigo comer sopa de vegetais nas duas principais refeições que faço diariamente”). A abordagem visa assim converter objetivos em ações produtivas e estratégias de manutenção que ajudam a sustentar as mudanças comportamentais conseguidas, tornando-as em novos hábitos alimentares, desta feita mais saudáveis (Bandura, 2005).

3. CONCLUSÃO

Face à inequívoca relação entre alimentação e saúde, também percebida pelo consumidor, e tendo em conta o seu crescente interesse pela prática de uma alimentação saudável, torna-se relevante uma melhor compreensão dos processos automáticos, frequentes nas escolhas alimentares, dado que estes nem sempre perfilam práticas alimentares saudáveis.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, HÉLDER; MOURA, ANA PINTO; LOPES, ZÉLIA; SANTOS, MARIA CONCEIÇÃO; COSTA LIMA, RUI & CUNHA, LUÍS MIGUEL (2005) – Principais benefícios e barreiras à prática de uma alimentação saudável. *Alimentação Humana*, 11. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação, 99.

ANANDACOOMARASAMY, ANANTHILA; CATERSON, IAN; SAMBROOK, PHILIP; FRANSEN, MARLENE & MARCH, LYN (2008) – The impact of obesity on the musculoskeletal system. *International Journal of Obesity*, 32. Londres: Springer Nature, 211-222.

ARES, GASTÓN; DE SALDAMANDO, LUIS; GIMÉNEZ, ANA; CLARET, ANNA; CUNHA, LUÍS MIGUEL; GUERRERO, LUÍS; MOURA, ANA PINTO; OLIVEIRA, DENIZE C.R.; SYMONEAUX, RONAN & DELIZA, ROSIRES (2015) – Consumers' associations with wellbeing in a food-related context: A cross-cultural study. *Food Quality and Preference*, 40. Londres: Elsevier, 304-315.

AZEVEDO, ROSA; MIL-HOMENS, ANA SOFIA; CUNHA, LUÍS MIGUEL & MOURA, ANA PINTO (2019) – Comunicação dos Perigos Alimentares pela imprensa escrita: um Estudo de caso para o milénio (2000-2017). *Acta Portuguesa de Nutrição*, 18. Porto: Associação Portuguesa de Nutrição, 32-37.

BACH-FAIG, ANNA; BERRY, ELLIOT M.; LAIRON, DENIS; REGUANT, JOAN; TRICHOPOULOU, ANTONIA; DERNINI, SANDRO; MEDINA, XAVIER F.; BATTINO, MAURIZIO; BELAHSEN, REKIA; MIRANDA, GEMMA; SERRA-MAJEM, LLUÍS (2011) – Mediterranean diet pyramid today. Science and cultural updates. *Public Health Nutrition*, 14. Cambridge:

Cambridge University Press, 2274–2284.

BANDURA, ALBERT (2005) – The primacy of self-regulation in health promotion. *Applied Psychology: An International Review*, 54. Indianápolis: International Association of Applied Psychology, 245-254.

BENETOU, VASSILIKI; TRICHOPOULOU, ANTONIA; ORFANOS, PHILIPPOS; NASKA, ANDRONIKI; LAGIOU, PAGONA; BOFFETTA, PAOLO & TRICHOPOULOS, DIMITRIOS T. (2008) – Conformity to traditional Mediterranean diet and cancer incidence: the Greek EPIC cohort. *British Journal of Cancer*, 99. Londres: Springer Nature, 191-195.

BOGERS, RIK P.; BEMELMANS, WANDA J.; HOOGENVEEN, RUDOLF T.; BOSHUIZEN, HENDRIEK C.; WOODWARD, MARK; KNEKT, PAUL; VAN DAM, ROB; HU, FRANK B.; VISSCHER, TOMMY L. S.; MENOTTI, ALESSANDRO; THORPE, ROLAND J. JR.; JAMROZIK, KONRAD; CALLING, SUSANNA; STRAND, BJØRN HEINE & SHIPLEY, MARTIN J. SHIPLEY (2007) – Association of overweight with increased risk of coronary heart disease partly independent of blood pressure and cholesterol levels: a meta-analysis of 21 cohort studies including more than 300 000 persons. *Archives of Internal Medicine*, 167. Chicago: American Medical Association, 1720–1728.

BUCKLAND, GENEVIEVE; GONZÁLEZ, CARLOS A.; AGUDO, ANTONIO; VILARDELL, MIREIA; BERENGUER, ANTONI; AMIANO, PILAR; ARDANAZ, EVA; ARRIOLA, LARRAITZ; BARRICARTE, AURELIO; BASTERRETxea, MIKEL; CHIRLAQUE, MARIA DORES; CIRERA, LLUÍS; DORRONSORO, MIREN; EGÜES, NEREA; HUERTA, JOSÉ MARIA; LARRAÑAGA, NEREA; MARIN, PILAR; MARTÍNEZ, CARMEN; MOLINA, ESTHER; NAVARRO, CARMEN; QUIRÓS, JOSÉ RAMÓN; RODRIGUEZ, LAUDINA; SANCHEZ, MARÍA-JOSÉ; TORMO, MARÍA-JOSÉ & MORENO-IRIBAS, CONCHI (2009) – Adherence to the Mediterranean diet and risk of coronary heart disease in the Spanish EPIC Cohort Study. *American Journal of Epidemiology*, 170. Cary: Oxford University Press, 1518–1529.

CARDOSO, CARLOS; LOURENÇO, HELENA MARIA; COSTA, SARA; GONÇALVES, SUSANA & NUNES, MARIA LEONOR (2013) – Survey into the seafood consumption preferences and patterns in the Portuguese population. Gender and regional variability. *Appetite*, 64. Londres: Elsevier, 20–31.

CORDAIN, LOREN; EATON, S. BOYD; SEBASTIAN, ANTHONY; MANN, NEIL; LINDEBERG, STAFFAN; WATKINS, BRUCE A.; O'KEEFE, JAMES H. & BRAND-MILLER, JANETTE (2005) – Origins and evolution of the Western diet: health implications for the 21st century. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 81. Rockville: American Society for Nutrition, 341–354.

CUNHA, LUÍS MIGUEL; CABRAL, DIVA; MOURA, ANA PINTO & DE ALMEIDA, MARIA DANIEL VAZ (2018) – Application of the Food Choice Questionnaire across cultures: systematic review of cross-cultural and single country studies. *Food Quality and Preference*, 64. Londres: Elsevier, 21-36.

CUNHA, LUÍS MIGUEL; PINTO DE MOURA, ANA; LIMA, RUI COSTA & FRIAS, ANA (2011) – Valorisation of menu labelling at fast food restaurants: exploring consumer perceptions. *Brazilian Journal of Food Technology*, 7. Editora Cubo: São Carlos–SP, 55-64.

CUNHA, LUÍS MIGUEL; PINTO DE MOURA, ANA; LOPES, ZULMIRA; SANTOS, MARIA DO CÉU & SILVA, ISIDRO (2010) – Public perceptions of food-related hazards: an application to Portuguese consumers. *British Food Journal*, 112. Yorkshire: Emerald, 522-543.

DE LORGERIL, MICHEL; SALEN, PATRICIA; MARTIN, JEAN-LOUIS; MONJAUD, ISABELLE; DELAYE, JACQUES & MAMELLE, NICOLE (1999) – Mediterranean diet, traditional risk factors, and the rate of cardiovascular complications after myocardial infarction: final report of the Lyon Diet Heart Study. *Circulation*, 99. Filadelfia: Lippincott Williams & Wilkins, 779-785.

DE RIDDER, DENISE; KROESE, FLOOR; EVERS, CATHARINE; ADRIAANSE, MARIEKE & GILLEBAART, MARLEEN (2017) – Healthy diet: Health impact, prevalence, correlates, and interventions. *Psychology & Health*, 32. Oxon: Taylor & Francis, 907-941.

DGS (2024) – A Roda dos Alimentos e a Dieta Mediterrânica. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/> (Acedido em: 30 de junho de 2024).

DRAKE, ISABEL; SONESTEDT, EMILY; ERICSON, ULRIKA; WALLSTRÖM, PETER & ORHO-MELANDER, MARJU (2018) – A Western dietary pattern is prospectively associated with cardio-metabolic traits and incidence of the metabolic syndrome. *British Journal of Nutrition*, 119. Nova Iorque: Elsevier, 1168-1176.

ESTRUCH, RAMÓN; ROS, EMILIO; SALAS-SALVADÓ, JORDI; COVAS, MARIA ISABEL; CORELLA, DOLORES; ARÓS, FERNANDO; GÓMEZ-GRACIA, ENRIQUE; RUIZ-GUTIÉRREZ, VALENTINA; FIOL, MIQUEL; LAPETRA, JOSÉ; LAMUELA-RAVENTOS, ROSA MARIA; SERRA-MAJEM, LLUÍS; PINTÓ, XAVIER; BASORA, JOSEP; MUÑOZ, MIGUEL ANGEL; SORLÍ, JOSÉ V.; MARTÍNEZ, JOSÉ ALFREDO; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, MIGUEL ANGEL (2013) – Primary

prevention of cardiovascular disease with a Mediterranean diet. *The New England Journal of Medicine*, 368(14). Waltham-MA, NEJM Group – Owned & Published, 1279-1290.

FAO (2024) – Food-based dietary guideline. Disponível em: <http://www.fao.org/nutrition/education/food-dietary-guidelines/home/en/> (Acedido em: 30 de junho de 2024).

FUNG, TERESA T.; REXRODE, KATHRYN M.; MANTZOROS, CHRISTOS S.; MANSON, JOANN E.; WILLETT, WALTER C. & HU, FRANK (2009) – Mediterranean diet and incidence and mortality of coronary heart disease and stroke in women. *Circulation*, 119. Filadelfia: Lippincott Williams & Wilkins, 1093.

GUH, DAPHNE P.; ZHANG, WEI; BANSBACK, NICK; AMARSI, ZUBIN; BIRMINGHAM, C. LAIRD & ANIS, ASLAM H. (2009) – The incidence of co-morbidities related to obesity and overweight: A systematic review and meta-analysis. *BMC Public Health*, 9. Londres: BMC, 1197.

HARIKA, RAJWINDER K.; EILANDER, ANS.; ALSSEMA, MARJAN; OSENDARP, SASKIA J. M. & ZOCK, PETER L. (2013) – Intake of fatty acids in general populations worldwide does not meet dietary recommendations to prevent coronary heart disease: A systematic review of data from 40 countries. *Annals of Nutrition and Metabolism*, 63. Basileia: Karger, 229–238.

KAHNEMAN, DANIEL (2012) – *Pensar, Depressa e Devagar*. Lisboa: Temas e Debates.

KREBS-SMITH, SUSAN M.; GUENTHER, PATRICIA M.; SUBAR, AMY F.; KIRKPATRICK, SHARON I. & DODD, KEVIN W. (2010) – Americans do not meet federal dietary recommendations. *Journal of Nutrition*, 140. Nova Iorque: Elsevier, 1832–1838.

LOPES, CARLA; TORRES, DUARTE; OLIVEIRA, ANDREIA; SEVERO, MILTON; ALARCÃO, VIOLETA; GUIOMAR, SOFIA; MOTA, JORGE; TEIXEIRA, PEDRO; RODRIGUES, SARA; LOBATO, LILIANE; MAGALHÃES, VÂNIA; CORREIA, DANIELA; CARVALHO, CATARINA; PIZARRO, ANDREIA; MARQUES, ADILSON; VILELA, SOFIA; OLIVEIRA, LUÍSA; NICOLA PAULO; SOARES, SIMÃO; RAMOS, ELISABETE (2017) – *Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, IAN-AF 2015-2016: Relatório de resultados*. Porto: Universidade do Porto.

LUPPINO, FLORIANA S.; DE WIT, LEONORE M.; BOUVY, PAUL F.; STIJNEN, THEO; CUIJPERS, PIM; PENNINX, BRENDA W. & ZITMAN, FRANS ZITMAN (2010) – Overweight, obesity, and depression: A systematic review and meta-analysis of longitudinal studies. *Archives of General Psychiatry*, 67. Chicago: American Medical Association, 2209.

MCCLEAN, KRISTY M.; KEE, FRANK; YOUNG, IAN S. & ELBORN, STUART (2008) – Obesity and the lung: 1. *Epidemiology. Thorax*, 63. Londres: BMJ Publishing Group, 64954.

MOURA, ANA PINTO (2000) – *O Comportamento do Consumidor face às Promoções de Vendas: Uma Aplicação para os Bens de Grande Consumo*. Lisboa: AJE.

MOURA, ANA PINTO & CUNHA, LUIS CUNHA (2009) – Understanding the role of printed media in the social amplification of food risk during the new Millennium. In KLEIN, Alexandra & THORESEN, Victoria W. (eds.) *Making a Difference: Putting Consumer Citizenship into Action. Proceedings of the Sixth International Conference of the Consumer Citizenship Network*. Noruega: Forfatterne, pp. 79-86.

MOURA, ANA PINTO; CUNHA, LUÍS MIGUEL; ALVES, HÉLDER; LOPES, ZÉLIA; SANTOS, MARIA CONCEIÇÃO & COSTA-LIMA, RUI (2006) – Attitudes and perceptions towards food and health eating: a new decade. In: IUFoST – *13th World Congress of Food Science & Technology. Food Is Life*. Nantes: INRA, 1789-1790, CD ROM.

MOURA, ANA PINTO; CUNHA, LUÍS MIGUEL; CASTRO-CUNHA, MAFALDA & COSTA LIMA, RUI (2012) – A comparative evaluation of women's perceptions and importance of sustainability in fish consumption: An exploratory study among light consumers with different education levels. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 23. Yorkshire: Emerald, 451-461.

NEUFELD, LYNNETTE M.; HENDRIKS, SHERYL & HUGAS, MARTA (2021) – *Healthy Diet: A Definition for the United Nations Food Systems Summit 2021*. A Paper from the Scientific Group of the UN Food Systems Summit. Nova Iorque: UN.

PAQUETTE, MARIE-CLAUDE (2005) – Perceptions of healthy eating. *Canadian Journal of Public Health*, 96. Cham: Springer – International Publisher, 15-19.

POPKIN, BARRY M. (2006) – Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 84(2). Rockville: American Society for Nutrition, 289-298.

REES, KAREN; HARTLEY, LOUISE; FLOWERS, NADINE; CLARKE, AILEEN; HOOPER, LEE; THOROGOOD, MARGARET & STRANGES, SAVERIO (2013) – Mediterranean' dietary pattern for the primary prevention of cardiovascular disease. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 8. Hoboken, NJ: Wiley, CD009825.

- RODRIGUES, SARA; FRANCHINI, BELA; GRAÇA, PEDRO & DE ALMEIDA, MARIA DANIEL VAZ (2006) – A new food guide for the Portuguese population: development and technical considerations. *Journal of Nutrition Education and Behavior*, 38. Nova Iorque: Elsevier, 189-195.
- SHEPHERD, RICHARD (1999) – Social determinants of food choice. *Proceedings of the Nutrition Society*, 58. Cambridge: Cambridge University Press, 807-812.
- SOFI, FRANCESCO; ABBATE, ROSANNA; GENSINI, GIAN FRANCO & CASINI, ALESSANDRO (2010) – Accruing evidence on benefits of adherence to the Mediterranean diet on health: An updated systematic review and meta-analysis. *American Journal of Clinical Nutrition*, 92. Rockville: American Society for Nutrition, 1189-1196.
- SPARKS, PAUL; SHEPHERD, RICHARD; WIERINGA, NICOLE & ZIMMERMANN, NICOLE (1995) – Perceived behavioural control, unrealistic optimism and dietary change: An exploratory study. *Appetite*, 24. Londres: Elsevier, 243-255.
- U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE & U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES (2010) – *Dietary guidelines for Americans* (No. 232 7th ed.). Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Disponível em: <https://health.gov/dietaryguidelines/dga2010/DietaryGuidelines2010.pdf> (Acedido em: 30 de junho de 2024).
- VAN'T RIET, JONATHAN; SIJTSEMA, SIET J.; DAGEVOS, HANS & DE BRUIJN, GERT-JAN (2011) – The importance of habits in eating behaviour. An overview and recommendations for future research. *Appetite*, 57. Londres: Elsevier, 585-596.
- WHO (2003) – *Report of a joint WHO/FAO Expert Consultation. Diet Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases*. WHO Technical Report Series, 916. Genebra: WHO.
- WHO (2006) – *Basic Documents: Forty-Ninth Edition*. Genebra: WHO.
- WHO (2009) – *Global Health Risks: Mortality and Burden of Disease Attributable to Selected Major Risks*. Genebra: WHO.
- WHO (2024) – *The Global Health Observatory*. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/indicators> (Acedido em: 30 de junho de 2024).
- WILLETT, WALTER C.; SACKS, FRANK; TRICHOPOULOU, ANTONIA; DRESCHER, GREGOR; FERRO-LUZZI, ANNA; HELSING, ELISABET & TRICHOPOULOS, DIMITRIOS (1995) – Mediterranean diet pyramid: a cultural model for healthy eating. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 61(6). Rockville: American Society for Nutrition, 1402S-1406S.
- WIRFÄLT, ELISABET; DRAKE, ISABEL & WALLSTRÖM, PETER (2013) – What do review papers conclude about food and dietary patterns? *Food & Nutrition Research*, 57. Lund: Swedish Nutrition Foundation, 20523.

25

A EDUCAÇÃO NUM QUOTIDIANO INSTÁVEL: DESAFIOS E TRILHOS DE INTERVENÇÃO

EDUCATION IN AN UNSTABLE DAILY LIFE: CHALLENGES AND INTERVENTION PATHS

Hermano CARMO
ID: 0000-0001-5972-997X
[ISCSP – UL]
hermano@iscsp.ulisboa.pt

RESUMO

A sociedade da terceira década do século XXI vive um quotidiano instável, com inúmeros desafios. Neste contexto, pretende-se fazer uma reflexão sobre os trilhos de intervenção educativa, em torno das questões educar para quê? Educar quem? Educar para desenvolver que competências? E educar como?.

Palavras-chave: Quotidiano instável; problemas complexos; cisnes negros; mudança; desigualdade; fibrilhação dos sistemas de poder.

ABSTRACT

Society in the third decade of the 21st century lives an unstable daily life, with countless challenges. In this context, the aim is to reflect on the paths of educational intervention, around the questions: Educate for what? Educate who? Educate to develop what skills? And educate how?.

Keywords: Unstable daily life; complex problems; black swans; change; inequality; fibrillation of power systems.

INTRODUÇÃO

Há já onze anos, num excelente ensaio sobre os direitos humanos, José Fontes¹ afirmava:

Se analisarmos os direitos fundamentais e, mais concretamente, os direitos, liberdades e garantias inscritos genericamente nas diferentes Constituições políticas dos Estados ocidentais podemos verificar que muitos, sobretudo os políticos, os económicos, os sociais e os culturais, visam a estabilidade da vida das pessoas como salvaguarda última da condição humana, nas suas múltiplas dimensões. Parece, portanto, que o direito ao quotidiano estável vai tendo alguma previsão, ainda que informal ou tácita, em grande número de textos normativos hierarquicamente marcantes. (Fontes, 2013: 20)².

Esta pretensão à *estabilidade como direito fundamental*, tem vindo a ser sistematicamente contrariada pela instabilidade da conjuntura com os efeitos globais conhecidos.

No campo da educação, quer olhada à escala *macro*, *meso* ou *micro*³, o desafio é gigantesco, exigindo um urgente *olhar para o mapa* para definir *novos rumos*.

O presente ensaio procura justamente contribuir modestamente para essa reflexão urgente.

O QUOTIDIANO INSTÁVEL DAS SOCIEDADES, NA TERCEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Gostaria de iniciar a minha reflexão com uma citação inquietante, de um conhecido autor:

(...) nem os ocidentais nem todos os seus numerosos adversários são capazes de conduzir a humanidade para fora do labirinto em que ela se transviou. (...) Se olharmos para o quadro geral, não podemos deixar de nos sentir angustiados por este *desvario* generalizado, este *esgotamento* do mundo, esta incapacidade das nossas diferentes civilizações para resolver os problemas tão espinhosos que o nosso planeta enfrenta. (Maalouf, 2024: 14).

Esta afirmação remete-nos para a noção de *quotidiano instável*, tanto pela *realidade* em si mesma como pelas *percepções* sobre ela. Expliquemo-nos: apesar da instabilidade evidenciada pelas guerras, tensões sociais e anomia reinante, não significa isto que em muitos aspetos não se tenham registado enormes avanços à escala planetária, em matéria de bem-estar e de segurança, como muito bem afirmava Hans Rosling (2019). O que significa é que, para além da realidade ser complexa e, por vezes ameaçadora, as percepções sobre essa realidade são habitualmente deformadas, pintando-a de cores mais negras e agudizando o sentimento de insegurança e de mal-estar.

O *NOVO NORMAL*: PROBLEMAS COMPLEXOS E CISNES NEGROS

O quotidiano instável que caracteriza a sociedade da 3ª década do século XXI, configura o que tem sido designado por *novo normal*, caracterizado antes de mais, por dois tipos de acontecimentos:

- Em primeiro lugar pela abundância de *problemas complexos* (*wicked problems*), que são problemas em que, dado o *número de variáveis*, de *protagonistas* e de *relações* em jogo, *não existe consenso*, quer quanto à sua *resolução*, quer mesmo quanto à sua *equação* (Marques, 2017; Carmo, 2022: 3).

¹ Atualmente professor catedrático da Academia Militar, José Fontes foi durante vários anos professor da Universidade Aberta.

² O *direito a um quotidiano estável* agrega um conjunto de direitos já consagrados (e.g. direito à vida, à alimentação, à habitação, a um emprego estável, etc.), integrando-os nos conceitos de *estabilidade* e de *qualidade de vida*.

³ À escala *macro*, em matéria de políticas públicas e de articulação dos setores público, privado e terceiro setor; à escala *meso*, no que respeita à gestão estratégica do sistema educativo; à escala *micro*, no que concerne à eficácia e à eficiência dos atos educativos em si mesmos.

- Em segundo lugar, pela emergência crescente de *cisnes negros*. O termo *cisne negro* foi sugerido, há uns anos, por um professor do Instituto Politécnico da Universidade de Nova Iorque, Nassim Taleb, para designar um *evento inesperado e de grande impacto social, caracterizado pela complexidade e pela incerteza e indutor de anomia*. (Taleb, 2016)⁴.

MACROTENDÊNCIAS EM 2019

Estes acontecimentos, não brotaram espontaneamente na história recente: emergiram num terreno social facilitador, criado por três processos ocorridos na passagem da sociedade industrial para a sociedade de informação.

O primeiro foi a *mudança acelerada*, observada a partir de meados do século XX, a um ritmo inédito, e com características de *transitoriedade, novidade e diversidade* nunca antes vislumbrados (Toffler, 1970, 1980; Taleb, 2016)⁵.

O segundo, registado sobretudo a partir do fim da guerra fria⁶, foi o *aumento da desigualdade*, daí resultando que, ainda que se tivesse reduzido o fosso entre os países menos desenvolvidos e os países mais desenvolvidos (Rösling, 2019), *a desigualdade tenha aumentado significativamente à escala estatal*, sendo percecionada com contornos revoltantes⁷.

O terceiro, resultante da combinação dos dois primeiros, foi a profunda desregulação dos sistemas de Poder às diversas escalas (micro, meso e macro), provocando a sua *fibrilhação*⁸. Entre 1950 e 1980, as políticas públicas resultantes do intervencionismo estatal haviam permitido reduzir significativamente a desigualdade (Piketty, 2020). Com a emergência das políticas conservadoras e neoliberais, a desigualdade aumentou e as classes trabalhadoras *deixaram de se sentir representadas*, constituindo um excelente *viveiro* para a emergência dos *fundamentalismos e populismos* conhecidos (Fukuyama, 2018; Piketty, 2020, 2022)⁹.

Os efeitos destes três processos foram devastadores e transversais: à *escala macro* causaram danos consideráveis na *coesão social* e na *orientação coletiva*; à *escala micro*, desnorream as gerações vivas, tanto as dos adultos e dos idosos¹⁰ como as das crianças e jovens¹¹. O resultado foi a emergência de um conjunto de *problemas sociais globais* que entre meados da década de 1990 e o final da primeira década do presente século, procuraram ser equacionados em vários estudos de natureza prospetiva (e.g. Pintasilgo, 2017; Gnesotto, 2008; Adler, 2009), que procuraram selecionar

⁴ Trata-se por consequência de um problema complexo inesperado, o que exige uma abordagem flexível, tanto na sua equação como na sua resolução. A ocorrência da pandemia de Covid 19 foi um caso paradigmático (Carmo, 2020).

⁵ Um dos indícios dessa mudança foi o *nevoeiro informacional* que dificulta o discernimento da realidade quotidiana, facilitando uma situação de *anomia* e dificultando a adaptação à mudança e o seu controle. Outro, foi a paradoxal incapacidade para comunicar olhos nos olhos, numa sociedade que se afirma (e é) de *informação*, característica que Goleman (2006) designou por *autismo social*.

⁶ Com o fim do sistema bipolar da guerra fria, observou-se um desequilíbrio do tripé doutrinário que havíamos herdado da revolução francesa, em favor da liberdade e em detrimento da igualdade e da fraternidade.

⁷ Sobre a questão da desigualdade, vale a pena ler os trabalhos recentes de Stiglitz 2013, 2018).

⁸ O efeito é semelhante a certas crises cardíacas, que impedem a normal contração (sístole) e dilatação (diástole) do coração, impedindo-o de bombear sangue para o resto do corpo e ameaçando a sua sustentabilidade.

⁹ Para esta situação, também contribuíram duas modas ideológicas vulgarizadas por outras tantas crenças: a moda do *transpersonalismo financeiro*, assente na crença da virtude autorreguladora do mercado e da racionalidade dos agentes económicos, que coloca o dinheiro como critério central e prioritário da tomada de decisões, acima de valores como o da dignidade da pessoa (Moreira, 2013); e a moda do *darwinismo social*, fundamentada numa errada leitura de Darwin, que considera a competição um valor claramente maior que a cooperação.

¹⁰ Levando-os a comportar-se como *migrantes no tempo* (Mead, 1969) confusos perante situações novas e contagiados de *relativismo*, o que os coloca com frequência numa situação de *cegueira moral* (Bauman, 2016).

¹¹ Várias crianças e jovens, vítimas de uma socialização também ela *líquida* (Bauman, 2016), alvos de mensagens contraditórias das diversas instituições socializadoras (e.g. família, escola, media), vêm-se na contingência de, como os *capitães da areia* de Jorge Amado, poderem apenas contar consigo e com os seus pais.

os problemas prioritários a enfrentar. Em síntese, afirmavam que a estrutura da população mundial se iria alterar significativamente, devido ao *crescimento demográfico*, ao *envelhecimento generalizado* e ao *aumento de migrações*, aumentando a carga sobre o ambiente e sobre a economia, acelerando o *esgotamento* do modelo de desenvolvimento então existente e conduzindo ao *agravamento de situações de exclusão social, de pobreza, de instabilidade e de violência* à escala global.

Para ultrapassar tais ameaças, os referidos relatórios apontavam claramente três rotas de intervenção: a necessidade de se *construir uma nova visão global* ancorada na ideia de *sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural*; a sua operacionalização em *novas políticas públicas* relativas ao ambiente, à população, à educação, ao trabalho, à saúde e à igualdade de género; e a *mobilização das forças sociais e dos recursos disponíveis na sociedade civil*, dada a complexidade dos desafios em presença.

De todo este quadro problemático, pareciam então perfilar-se *dois desafios prioritários pelas suas implicações sistémicas*: o da *transição climática (desafio verde)*, e o da *transição democrática (desafio azul)* (Carmo, 2011: 224). Como sabemos, quer um quer outro perfilava-se como *problema complexo*, dada a diferença de posições conhecidas tanto sobre a sua *equação* (causas, caracterização, efeitos) como sobre a sua *resolução*.

A PANDEMIA, AS NOSSAS APRENDIZAGENS E OS SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO

Em termos globais, era esta a situação quando o Mundo foi atingido pela pandemia de Covid 19. Para além das tragédias conhecidas, a resposta geral observada teve paradoxalmente três efeitos positivos: permitiu criar um *maior discernimento sobre a realidade*, assente em evidências científicas e numa participação esclarecida e não em preconceitos (pré-conceitos) alienantes; permitiu um *maior debate sobre os valores orientadores das decisões*, denunciando os falsos ídolos (ter, poder e parecer), apregoados pelas correntes fundamentalistas, populistas e autoritárias; e obrigou a um *maior escrutínio sobre as práticas individuais e coletivas*, constringendo-as a pautar-se por critérios de maior responsabilidade social.

Em jeito de síntese, gostaria de sublinhar uma lição que colhi da pandemia, e que se traduz nas palavras *respeito e solidariedade*¹²: sempre que a atitude básica dos seus protagonistas foi de respeito e de solidariedade, pela Ciência e pelas pessoas envolvidas, fossem elas, cientistas, doentes, cuidadores, cidadãos anónimos ou políticos, criou-se um clima de *empatia* gerador de *confiança*, com efeitos imediatos na *eficácia* e na *eficiência* do processo de prevenção e combate da doença; pelo contrário, *quando tal não aconteceu, os resultados foram trágicos*, traduzidos em milhares de mortes e de sequelas evitáveis. O *corolário* desta constatação, é que *a aprendizagem da empatia e da solidariedade têm de se assumir como práticas obrigatórias no processo educativo*.

Outro dos efeitos mais evidentes no que respeita à educação, foi ter evidenciado o EaD como *recurso indispensável* à continuidade do processo educativo em todos os setores de ensino¹³: no ensino pré-escolar, básico e secundário, anteriormente excluído, passou a ser usado como meio de comunicação educacional para crianças e adolescentes, tanto no ensino das Humanidades, das Ciências Sociais e das Ciências Físico-Naturais, como no da Música, da Educação Física ou do Ballet; no ensino Superior, adaptou-se com uma rapidez significativa à nova situação recorrendo, por exemplo, a *aulas síncronas online*, a propostas educativas assentes na *metodologia de projeto* e a *sistemas de avaliação suportados pelas plataformas digitais*.

¹² De acordo com a etimologia da palavra, o conceito de *solidariedade* significa *propriedade de quem é solidário*. Por sua vez a palavra *solidário* deriva de *sólido* (robusto), significando *aquele que tem robustez*, cujas partes são aderentes entre si, que tem coesão. (...). A solidariedade decorre, antes de mais, da ideia de *interdependência*, implicando uma responsabilidade recíproca decorrente da noção de interesse comum, assumindo-se como dever cívico. Carmo (2014: 74-75).

¹³ Peter Drucker há várias décadas (Drucker, 1986), sublinhara a importância dos acontecimentos inesperados na emergência da inovação. Com a pandemia, observou-se uma explosão de inovação no setor da educação, tanto no comportamento dos ensinantes e aprendentes como nos sistemas de comunicação educacional. O uso generalizado da EaD, impensável antes, foi um dos exemplos significativos.

Apesar da resposta globalmente positiva dos sistemas educativos, a crise emergente evidenciou a desigualdade de acesso ao ensino¹⁴ e de sucesso escolar¹⁵. Para a enfrentar, foram então implementadas diversas políticas públicas com sucesso variável¹⁶. No ensino superior, à exceção da Universidade Aberta, salientaram-se duas fragilidades evidentes:

- *por parte dos sistemas ensinantes*, registou-se uma clara falta de preparação para se adaptarem às contingências da pandemia, traduzida em decisões sinuosas, *assentes numa navegação à vista*¹⁷. A *insegurança* revelada, revelou *carências graves de formação do pessoal docente* quanto às boas práticas de ensino a distância.
- no que diz respeito aos sistemas aprendentes, vários estudantes, para além das *carências objetivas* atrás assinaladas revelou uma espécie de *stress pós-traumático* bloqueador¹⁸, dada a sua *falta de competências metacognitivas*¹⁹.

TRILHOS DE INTERVENÇÃO

Perante a realidade apresentada, voltemos à nossa questão inicial: *que desafios se colocam à educação nestes tempos de incerteza?* A resposta a esta questão pode ser, a meu ver, estruturada a partir da resposta a quatro questões intermédias: *educar para quê, quem, para que competências e como?*

EDUCAR PARA QUÊ?

Ao lerem-se, ouvirem-se e verem-se os abundantes debates em torno do tema da educação, observa-se que se encontram imersos num denso *nevoeiro informacional* (Morin, 1991), marcado muitas vezes por uma *sobreinformação* de indicadores, que muitas vezes simplificam a realidade complexa deformando-a, uma *subinformação* sobre os efeitos das decisões políticas na eficácia e na eficiência dos sistemas educativos e uma *pseudoinformação tóxica*, decorrente de uma retórica ideologicamente inquinada, chegando a explicitar-se em verdadeiro discurso de ódio (Williams, 2021).

Tal nevoeiro, tem prejudicado, o que deveria ser um diálogo sério sobre a *busca de um bem-comum*, numa *justaposição de monólogos em que a empatia é a grande ausente*, daí resultando visões deformadas da realidade²⁰.

¹⁴ E.g. condições diferentes de acesso à internet espaços exíguos de trabalho, falta de equipamento

¹⁵ Evidenciado no diferente capital cultural das famílias, espelhado no modo como os progenitores valorizavam ou não a educação formal e nos respetivos reflexos na motivação dos seus educandos.

¹⁶ E.g. programas de compra e empréstimo de computadores, programa *Estudo em casa* no canal RTP Memória, planos de contingência das escolas com soluções híbridas de ensino para pessoas saudáveis, doentes, grupos de quarentena e resposta a novos surtos.

¹⁷ E.g. sobre práticas mais adequadas de ensino, de tutoria e de avaliação, o que se entende, mas que será de evitar no futuro.

¹⁸ Traduzido em comportamentos depressivos e escapistas, obrigando a um esforço suplementar dos docentes, eles próprios muitas vezes impreparados, para evitar o insucesso e mesmo o abandono escolar.

¹⁹ Nomeadamente para gerir os recursos disponíveis e o processo de aprendizagem de forma mais autónoma e para lidar melhor com a solidão física a que estavam obrigados. Em Portugal, os estudantes da Universidade Aberta, única Universidade que lecionava em regime de EaD há mais de três décadas, eram alvo de uma formação propedêutica específica para aprender a distância, antes de começarem os programas letivos. É bom recordar que a maior parte dos estudantes do ensino presencial, estavam exclusivamente habituados a este modelo de ensino-aprendizagem, não tendo qualquer preparação para a nova situação que evidentemente lhes trazia uma responsabilidade acrescida.

²⁰ Dois exemplos apenas, para clarificar: A crença de que os programas escolares deveriam ser condicionados, apenas em função das necessidades do mercado, levou a retirar o ensino das Humanidades de várias universidades americanas. De acordo com Martha Nussbaum (2019), como efeito, tem vindo a observar-se um *decréscimo de pensamento crítico nos estudantes* e uma *consequente perda de competências para se adaptarem à mudança e para enfrentarem situações complexas*. A deformada valorização da meritocracia (Sandel, 2022), ignorando as circunstâncias exteriores facilitadoras dos êxitos individuais, tem levado a comportamentos de *arrogância* dos pretensos "vencedores" e de *ressentimento* e raiva crescente dos estigmatizados "vencidos", causando danos assinaláveis na coesão social.

Transpondo o pensamento da economista Mariana Mazzucato (2019, 2021)²¹ para a educação, penso que, para enfrentar os desafios da atual conjuntura, será indispensável *repensar com clareza a sua missão*, a fim de nela concentrar os limitados recursos disponíveis. Seguindo este procedimento lógico, a resposta à questão educar para quê? pode ser operacionalizada na sua principal missão que é contribuir ativamente para a construção e manutenção da Paz, definida como um *estado de bem-estar individual e coletivo, decorrente da satisfação das necessidades humanas, de forma sustentável* (Carmo, 2022).

A paz, antes de mais, enraíza-se num estado sustentável de *bem-estar pessoal*, decorrente da consciência das *necessidades satisfeitas*²² dos *direitos defendidos* e dos *deveres cumpridos*. Traduz-se em *sentimentos de harmonia consigo próprio*, alargando-se progressivamente em ondas concêntricas, à sociedade envolvente e à Humanidade em geral e conduz a *comportamentos de discernimento, de solidariedade, de empatia e de compaixão*, relativamente à Humanidade e à Natureza.

Por outro lado, em virtude da interdependência crescente, a *paz pessoal* tem de se replicar num *bem-estar coletivo sustentável*, sem o qual não pode existir. Esta segunda vertente, a *paz social*, decorre fundamentalmente da satisfação de dois tipos de necessidades coletivas: a necessidade de *coesão social* (assente nas ideias de equidade e de justiça) e a de *orientação coletiva* para metas consensualmente valorizadas pelo *querer comum* (Pintasilgo, 2017), no quadro de um *desenvolvimento sustentável*²³. A *Paz não é uma meta definitivamente alcançável, mas uma direção que se toma*, exigindo um continuado esforço quotidiano, tanto à escala pessoal como coletiva, em todos os setores da vida. E é aqui que entra a educação *como meio para qualificar essa tarefa permanente*. Por exemplo, num estudo sobre a propensão para perdoar por parte de antigos inimigos, feito após a longa guerra civil do Líbano, verificou-se que a capacidade para perdoar variava na razão direta do nível de instrução dos inquiridos (Mullet, Azar & Vinsonneau, 1999). Esta investigação evidenciou que a experiência educativa permite desenvolver a capacidade de *contextualizar* e de *avaliar criticamente situações complexas*, bem como de *entender o Outro*, permitindo o desenvolvimento da *empatia*.

Este ato de rever os problemas com outros olhos para inventar alternativas, que a educação estimula, remete-nos para um verbo fundamental na aprendizagem da Paz: o verbo *respeitar*. Etimologicamente, a palavra *respeitar*, vem do latim *re + specere*, o que significa justamente “*olhar de novo*”.

Construir a Paz pessoal ou coletiva exige, portanto, um esforço de *discernimento* que o processo educativo desenvolve, de *olhar de novo para si e para os vários outros*, de modo a encontrar caminhos criativos, sustentáveis e pacíficos de resolução dos problemas, promovendo a resiliência individual e coletiva (Laurent, 2020) para enfrentar os *cisnes negros* (Taleb, 2016).

EDUCAR QUEM?

De acordo com o que referi atrás, a resposta à segunda questão – *educar quem?* – só pode ser *todas as gerações vivas*, uma vez que, dada a novidade, a transitoriedade e a diversidade da mudança, nenhuma está completamente preparada para enfrentar os *problemas complexos* e os *cisnes negros* que, crescentemente, têm tornado o quotidiano altamente instável.

Trata-se de um desafio gigantesco, uma vez que *exige uma ressocialização global*, que começa na comunidade educativa envolvente (e.g. alunos, professores, outros agentes educativos e encarregados de educação) e alargando-se aos atores comunitários, aos decisores políticos, aos agentes da

²¹ Mariana Mazzucato (2019, 2021) defende a urgente reforma da Teoria Económica, exigindo a reconstrução da teoria do valor económico e a transformação da política económica tradicional numa *economia de missão*, à semelhança do que se passou com o programa Apolo, através do qual se colocaram os primeiros homens na lua no período de uma década, devido à definição clara da missão, o que permitiu estabelecer prioridades, criar os recursos necessários e concentrá-los na sua execução.

²² Necessidades de sobrevivência, de segurança, de sociabilidade, de autorrealização e existenciais.

²³ Assente em sociedades com um nível mínimo de capital material (e.g. rendimento económico), de capital humano (e.g. educação) e de capital social (e.g. índices elevados de confiança)

comunicação social e à sociedade civil em geral.

Uma tal tarefa só pode ser levada a cabo, a meu ver, a partir de um novo contrato social, inclusivo e solidário, através do qual *o setor público, o setor privado e o 3.º setor, considerem a educação como um imperativo comum de responsabilidade social*, ou seja, como um compromisso com o bem-comum²⁴.

EDUCAR PARA DESENVOLVER QUE COMPETÊNCIAS?

A educação não é um processo mágico de fazer a Paz: exige uma intencionalidade firme, que lhe retire a tentação manipuladora²⁵ e que a direcione para valores orientadores dos direitos humanos e dos deveres cívicos. Neste sentido, tem de se orientar no sentido de cada pessoa se transformar num verdadeiro *sujeito da sua própria história individual e coletiva* (Freire, 1972), ou seja, num verdadeiro *cidadão* (Carmo, 2014):

Para alcançar esse objetivo, é preciso que aprenda previamente a ser uma *pessoa de corpo inteiro* e não um mero indivíduo alienado e acrítico, facilmente manipulável: uma pessoa *autónoma*, com uma *personalidade equilibrada*, com inteligências desenvolvidas²⁶, valores sólidos e *capacidade de liderança* sobre si próprio e sobre os outros; por outro lado, uma pessoa não insularizada na sua individualidade narcísica, mas *solidária*, consciente da *interdependência* dos seres humanos e destes com o ambiente (Natureza e Casa Comum).

Para além destas duas aprendizagens, para se ser um cidadão de corpo inteiro é necessário também *aprender a ser socialmente responsável*, ou seja, *comprometido com o bem-comum*, o que exige duas outras aprendizagens complementares: primeiramente, a aprendizagem para *lidar com a diversidade* decorrente da mudança acelerada, do contexto multicultural, da complexificação do género e do aumento das gerações vivas; por outro lado, a aprendizagem para *viver numa sociedade democrática, com metas acordadas* de acordo com os *direitos humanos* e *deveres cívicos* universalmente aceites, e com *métodos eficazes para construir a democracia no quotidiano*, em matéria de *comunicação*, de *participação* e de *representação*.

EDUCAR COMO?

A educação, portanto, deve ser um meio de promoção de paz pessoal e coletiva, integrando aprendentes e ensinantes, formais e informais, a fim de ajudar a construir cidadãos interventivos. A última questão que se coloca é *como* é que o deve fazer, não descurando a *eficácia*, de modo a atingir os objetivos pretendidos, nem a *eficiência*, fazendo-o com a combinação mais adequada dos recursos disponíveis. Vejamos algumas pistas indispensáveis para alcançar esse desígnio:

²⁴ Este compromisso geral com a educação, parece fazer parte das preocupações de vários autores conhecidos (Toffler, 1991, 1994 e 2006; Rifkin, 2014 e 2016; Harari, 2018; Piketty, 2020 e 2022). Em contexto nacional, esta preocupação está explícita no DR, 1.ª série – N.º 67 de 5 de abril de 2013, sobre o *conceito estratégico de defesa nacional* nomeadamente no seu ponto 3.3. Desenvolver o potencial de recursos humanos: (...) “Neste sentido, identificam-se as seguintes linhas de ação estratégicas: – Valorizar o capital humano, através da continuada melhoria do sistema de educação e da atribuição de uma elevada prioridade à aprendizagem ao longo da vida; – Promover, através das instituições da educação e da segurança e defesa nacional, uma cultura de segurança e promover nos programas escolares os valores nacionais e a formação para um patriotismo democrático e cosmopolita” (...).

²⁵ Paulo Freire há já 50 anos, chamava a atenção para o perigo de uma educação manipuladora dominante, que designava por *educação bancária*, contrapondo-lhe aquilo que chamava *educação libertadora* ou *problematizadora*, assente numa relação paritária entre ensinante e aprendente, visando a construção comum do conhecimento (Freire, 1972).

²⁶ Definindo a *inteligência* como *capacidade de resolver problemas*, Gardner (1995) identificou a estruturação heterocrónica de diversas inteligências ao longo do processo de desenvolvimento humano, que podemos tipificar em dois conjuntos: umas que permitem adestrar-nos para raciocinar, comunicar e usar melhor os nossos sentidos (linguística, lógico-matemática, espacial, musical, cinestésica e ecológica); outras, para orientarmos adequadamente o nosso comportamento às situações, de acordo com certos critérios e guiados pela lógica e pela ética (emocional, social e existencial). Às primeiras, tenho chamado *inteligências instrumentais*. Às segundas, porque nos norteiam, *inteligências bússola*. Para enfrentar os desafios atuais, a *educação tem de visar o desenvolvimento de ambas*.

1. O processo educativo tem de ser assumido como um *projeto coletivo, em diálogo crítico, permanente e inclusivo*.
2. Deve ser cada vez mais *híbrido e flexível*, combinando os conteúdos e os processos clássicos com conteúdos e processos inovadores, que permitam *enfrentar problemas complexos*, particularmente os que se assumem como verdadeiros *cisnes negros*. Isto implicará, por exemplo, permitir *combinações flexíveis de geometria variável* consoante os desafios educativos concretos²⁷.
3. Finalmente, tirando partido das aprendizagens decorrentes da vivência da pandemia, os *currículos educativos* deverão ainda: valorizar a *prevenção da saúde física*, mas também da *saúde mental*, desenvolvendo *competências para o autocuidado e para a comunicação*, nos cuidados de saúde e nos cuidados psicossociais; revalorizar os *critérios de decisão* assentes em fundamentos científicos e democráticos²⁸; desenvolver tanto as *competências instrumentais* dos aprendentes²⁹ como as chamadas *competências bússola*³⁰; isto implicará, por exemplo, revalorizar disciplinas ligadas à educação física, musical e artística, bem como as Humanidades em geral, como parceiras efetivas das ciências físico-naturais e das línguas vivas; finalmente, a luta contra a pandemia evidenciou a vantagem das dinâmicas associativas³¹ sobre as dissociativas³² na resolução de problemas complexos, o que obriga ao enriquecimento curricular no domínio das *técnicas de negociação*, de trabalho coletivo e de *governança integrada* (Marques, 2017).

Em suma, *o sistema educativo terá de se assumir como laboratório de educação para a cidadania*, não só promovendo o desenvolvimento da *autonomia* e da *solidariedade* dos educandos e dos educadores, mas também desenvolvendo o seu *compromisso com o bem-comum*, através da aprendizagem de *competências para lidar com a diversidade, fazendo uso da democracia como meta e como método* (Carmo, 2019, 2020a).

Mas nada disto será possível, sem o cuidado ético constante de pautar o processo educativo pelo *valor da autenticidade, que obriga a uma convergência permanente entre o que se pensa, o que se diz e o que se faz*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, A. (2009) – *O novo relatório da CIA: como será o mundo em 2025?*. Lisboa: Bizâncio.
- BAUMAN, Z. (2016) – *Cegueira moral: a perda de sensibilidade na modernidade líquida*. Lisboa: Relógio d'Água.
- CARMO, H. (2011) – *Teoria da política social: um olhar da Ciência Política*. Lisboa: ISCSP.
- CARMO, H. (2014) – *Educação para a cidadania no século XXI: trilhos de intervenção*. Lisboa: Escolar Editora.
- CARMO, H. (2019) – Hipóteses sobre o contributo da educação para a cidadania na inclusão social, in NEGREIROS, F., & CARDOSO, J. R. (org.) (2019) – *Psicologia social: conexões Brasil-Portugal*. Piauí: UFPI-EDULPI, <http://hdl.handle.net/10400.2/8304>.
- CARMO, H. (2020a) – Competências para a Cultura Democrática: reflexões sobre o papel da Escola. In *Intervenção Social, Política e Desenvolvimento Comportamental Socius (1)*. Lisboa: Almaletra.

²⁷ E.g. educação presencial, e educação a distância em diversos suportes e canais procurando sempre alternativas redundantes; educação formal e informal; parcerias fortes entre o sistema educativo e os sistemas produtivo e social; estratégias comunicacionais diretivas e não diretivas.

²⁸ Com a pandemia, aprendemos a valorizar decisões políticas assentes em evidências científicas, como as medidas preventivas decretadas a partir do processo de investigação sobre o vírus. Por outro lado, aprendemos a desconfiar das abordagens preconceituosas à realidade. Os fracassos eleitorais de Trump e Bolsonaro foram provas dessa tomada de consciência.

²⁹ Competências comunicacionais, lógico-matemáticas, musicais, cinestésicas, espaciais e ecológicas.

³⁰ Competências emocionais, sociais e existenciais

³¹ E.g. trabalho colaborativo, relações solidárias, modelos *ganha-ganha*.

³² E.g. práticas competitivas e conflituais, jogos de soma zero (modelos *ganha-perde*)

- CARMO, H. (2020) – Efeitos da pandemia Covid 19 na educação para a cidadania. In *Reflexões sobre Psicologia e Educação no contexto da pandemia no Brasil e em Portugal*. Piauí: UFPI – EDUFPI.
- CARMO, H. (2022) – O debate sobre a Paz – algumas questões estruturantes, in CARMO, MARUJO & SERRA (2022, Coord.) – *Educação para a paz global sustentável: Complexidades e contributos*. Lisboa: Factor. ISCSP.
- CARMO, H. (2023) – A intervenção social e os direitos fundamentais: uma breve reflexão. In SERRÃO et al (coord.). *Humanismo e desafios da cidadania*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- DRUCKER P. (1986) – *Inovação e gestão, uma nova concepção da estratégia das empresas*. Lisboa: Presença.
- FONTES, J. (2013) – *O direito ao quotidiano estável: uma questão de direitos humanos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- FREIRE, P. (1972) – *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.
- FUKUYAMA, F. (2018) – *Identities: a exigência de dignidade e a política do ressentimento*. Lisboa: D. Quixote.
- GARDNER, H. (1995) – *Inteligências múltiplas: a teoria e a prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GNESOTTO N. & G. (2008) – *O mundo em 2025 segundo os especialistas da União Europeia*. Lisboa: Bizâncio.
- HARARI, Y. N. (2018) – *21 lições para o século XXI*. Amadora: Elsinore.
- LAURENT, E. (2020) – *De olhos postos no amanhã: valorizar o bem-estar, a resiliência e a sustentabilidade no século XXI*. Lisboa: Casa das Letras.
- MAALOUF A. (1999) – *As identidades assassinas*. Lisboa: Difel.
- MAALOUF A. (2024) – *O labirinto dos perdidos: o Ocidente e os seus adversários*. Lisboa: Presença.
- MAZZUCATO, M. (2019) – *O valor de tudo*. Lisboa: Temas e Debates.
- MAZZUCATO, M. (2021) – *Economia de Missão*. Lisboa: Temas e Debates.
- MEAD M. (1969) – *O conflito de gerações*. Lisboa: D. Quixote.
- MOREIRA, A. (2013) – *Memórias do outono ocidental: um século sem bússola*. Coimbra: Almedina.
- MORIN, E. (1991) – *Os problemas do fim do século*. Lisboa: Notícias.
- NUSSBAUM, M. (2019) – *Sem fins lucrativos: porque precisa a democracia das humanidades*. Lisboa: Edições 70.
- MARQUES, R. (2017) – *Problemas sociais complexos e Governação Integrada*. Lisboa: GOVINT.
- MULLET, E.; AZAR, F.; VINSONNEAU, G. (1999) – The propensity to forgive: findings from Lebanon. *Journal of Peace Research*. (36-2). London: Sage Publications.
- PIKETTY, T. (2020) – *Capital e ideologia*. Lisboa: Temas e debates. Círculo de Leitores.
- PIKETTY, T. (2022) – *Uma breve história da igualdade*. Lisboa: Temas e debates. Círculo de Leitores.
- PINTASILGO, M.L. (2017) – *Cuidar o Futuro: um programa radical para viver melhor*. Lisboa: Fundação Cuidar o Futuro.
- RIFKIN, J. (2014) – *A terceira revolução industrial*. Lisboa: Bertrand.
- RIFKIN, J. (2016) – *A sociedade de custo marginal zero: a internet das coisas, a comunidade dos bens comuns e o eclipse do capitalismo*. Lisboa: Bertrand.
- ROSLING, H. O. & A. (2019) – *Factfulness (Factualidade): 10 razões pelas quais estamos errados acerca do mundo-e porque as coisas estão melhor do que pensamos*. Lisboa: Bertrand.
- SANDEL, M.J. (2022) – *A tirania do mérito: o que aconteceu ao Bem Comum?*. Lisboa: Presença.
- STIGLITZ, J. (2013) – *O Preço da Desigualdade*. Lisboa: Bertrand.
- STIGLITZ, J. (2018) – *O Fim da Desigualdade*. Lisboa: Bertrand.
- TALEB, N. (2016) – *O cisne negro*. Lisboa: D. Quixote, 8ª edição (1ª de 2007).
- TOFFLER, A. (1970) – *Choque do futuro*. Lisboa: Livros do Brasil.
- TOFFLER, A. (1980) – *A terceira vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.
- TOFFLER, A. (1991) – *Os Novos Poderes*. Lisboa: Livros do Brasil.
- TOFFLER, A. & H. (1994) – *Guerra e anti-guerra*. Lisboa: Livros do Brasil.
- TOFFLER, A. & H. (2006) – *A revolução da riqueza*. Lisboa: Actual.

WILLIAMS, M. (2021) – *A ciência do ódio: como o preconceito se transforma em ódio e o que podemos fazer para travá-lo*. Lisboa: Contraponto.

26

ELEMENTOS DE UM TRABALHO BEM FEITO: A ARTE DE SER PROFESSOR

ELEMENTS OF A JOB WELL DONE: THE ART TO BE A TEACHER

Ana NOBRE
ID: 0000-0002-9902-1850
[UAb / LE@D – UAb]
Ana.Nobre@uab.pt

RESUMO

O presente trabalho resulta da nossa experiência no Curso de Profissionalização em Serviço (CPS), dirigido a professores do ensino básico e secundário, permitindo a obtenção de um certificado de habilitação profissional para a docência. Nossa reflexão analisa o paradoxo da profissão docente, que se torna simultaneamente mais profissionalizada e mais individualizada. Consideramos que deve haver uma mudança na forma como os professores concebem as suas identidades, incentivando-os a construir e a recompor os seus suportes e filiações identitárias.

Palavras-chave: Ser Professor; Profissão Docente; Profissionalização.

ABSTRACT

This paper is the result of our experience on the Professionalisation in Service Course (CPS), which is aimed at primary and secondary school teachers and allows them to obtain a certificate of professional qualification for teaching. Our reflection analyses the paradox of the teaching profession, which is simultaneously becoming more professionalised and more individualised. We believe that there needs to be a change in the way teachers conceive of their identities, encouraging them to construct and recompose their identity supports and affiliations.

Keywords: To be teacher; Teaching profession; Professionalisation.

INTRODUÇÃO

Por ocasião do Dia Mundial do Professor, que se celebra a 5 de outubro, a UNESCO recordou mais uma vez, em 2023, que o mundo enfrenta uma grande escassez de professores: “É necessário recrutar mais 44 milhões de professores para atingir o ensino primário e secundário universal até 2030, incluindo 15 milhões na África subsariana”. Segundo a UNESCO e confirmado por numerosos estudos, esta situação deve-se a dois fatores: por um lado, a diminuição da atratividade da profissão de docente e, por outro, os elevados níveis de desgaste entre os professores já em exercício.

A profissão docente está cheia de incertezas que residem, antes de mais, naquilo que os professores consideram ser o cerne do seu ofício: ensinar os alunos e transmitir conhecimentos. As dificuldades e dúvidas que experimentam são inerentes à profissão, à sua complexidade (Perrenoud, 1996), e fazem parte de uma certa permanência. Representam os “inválidos” da relação pedagógica, ligados à dimensão humana da conexão com os alunos, ao compromisso profissional e pessoal que ela implica, ao sentimento de impotência e de fracasso perante os alunos em dificuldade, à responsabilidade de fazer um julgamento académico... Para alguns profissionais, estas incertezas dão origem a um sofrimento no trabalho (Lantheaume & Hérou, 2008), ou a um mal-estar (Barrère, 2017), sobretudo quando se conjugam fatores externos, quer sejam gerais (sentimento de falta de reconhecimento social, de apoio institucional) ou específicos (contexto de prática considerado difícil, relações complicadas com os colegas, etc.).

Ser professor parece ser cada vez mais difícil de descrever e analisar, tanto no que diz respeito aos contornos e ao conteúdo da atividade como no que se refere à identidade daqueles que a exercem. As razões para tal são várias: a perda de unidade de uma atividade docente que se fragmentou em diferentes subgrupos; o desfazamento entre os modelos de ação transmitidos e a experiência adquirida na sala de aula; a crescente heterogeneidade dos públicos e dos contextos de ensino.

A dificuldade de forjar uma representação coerente e partilhada da identidade profissional dos professores mantém a ideia de “crise” ou de “perda” relacionadas com as referências anteriores idealizadas no imaginário coletivo, as da figura republicana do “mestre” para o ensino primário e do “homem culto” para o ensino secundário. A ideia de uma profissão já estabelecida muitas vezes impede a compreensão de como ela se apresenta na atualidade. Em vez de ver a profissão como algo fixo, é necessário entender que ela está envolvida em um processo contínuo e diversificado de socialização. Esse processo constrói identidades que são múltiplas, contextuais e temporárias, adaptando-se às mudanças e diferentes circunstâncias ao longo do tempo. A profissão docente não é algo estático, mas sim dinâmico e em constante evolução, moldando-se conforme novas influências e exigências surgem.

Rompendo com a lógica de um património profissional cuja transmissão assegurava a estabilidade e a durabilidade da identidade, a profissão docente de hoje caracteriza-se pelas tensões e incertezas que a atravessam. A socialização profissional é, portanto, menos a adoção de uma identidade pré-estabelecida, baseada num património reconhecido ou numa formação “comum”, e mais uma realidade em construção. De certa forma, é a própria mudança que caracteriza o processo de integração profissional e de construção da identidade dos professores, cada vez menos “herdeiros” e mais diretamente implicados na definição da sua atividade e do seu papel.

Com base na nossa experiência no Curso de Profissionalização em Serviço (CPS), ministrado na Universidade Aberta, dirigido a professores do ensino básico e secundário, que permite a obtenção de um certificado de habilitação profissional para a docência, tentaremos analisar o paradoxo que esta perspetiva levanta: a de uma profissão simultaneamente mais profissionalizada e mais individualizada. Profissionalizada, através da formação num corpo de conhecimentos, de competências, de gestos e de técnicas suscetíveis de valorizar a competência docente, mas que, apesar disso, não parece estar em sintonia com os constrangimentos e as dificuldades encontradas na prática.

UM PATRIMÔNIO PROFISSIONAL REVISITADO

Vários elementos, entre os quais a ideia de vocação e de monopólio do saber, que contribuíram largamente para a reprodução e legitimação histórica e política da figura do professor, são hoje objeto de uma forma de inventário crítico. Sem serem radicalmente apagadas, a transmissão e a apropriação deste patrimônio estão a desmoronar-se e a dar lugar a uma nova estrutura identitária que se manifesta na lógica de acesso ao emprego e no sentido dado à profissão (Périer, 2013).

Durante muito tempo, a vocação foi um dos fundamentos de uma representação ideal da profissão e das pessoas destinadas a exercê-la, ou melhor, a realizá-la. A vocação constituía uma forma de reconhecimento e de valorização dos seus representantes, eleitos pelo seu “dom” e dedicação. Constitui um quadro simbólico para dar sentido ao compromisso na profissão, justificar a “escolha” e forjar a identidade dos seus representantes (Périer, 2004). Trata-se de um modelo essencialista de identidade que, por um lado, tende a ignorar os mecanismos sociais que moldam as disposições e as aspirações que preparam as pessoas para se tornarem professores e, por outro lado, dispensa a formação ao enaltecer o valor e as qualidades morais ou intelectuais dos indivíduos que associam tão intimamente o seu desejo e o seu papel (Schlanger, 1997). Deste ponto de vista, o recurso à ideia de vocação pode ser interpretado como uma forma de resistência à racionalização e à profissionalização de certas profissões (Dubet, 2002).

Na sua forma atual, a ideia de vocação confunde-se frequentemente com uma paixão pela profissão ou com uma ligação biográfica precoce ao trabalho através de uma identificação positiva com um professor ou uma disciplina. Este trabalho de racionalização *a posteriori* constrói uma identidade subjetiva na qual o indivíduo se reconhece, mas não basta para esgotar as razões da “escolha” da profissão (Périer, 2001). Estas assentam num conjunto de critérios objetivos baseados na origem social, no percurso escolar ou nas expectativas profissionais (estatuto, integração no mercado de trabalho, etc.) daqueles que estão “destinados” a seguir a carreira. Ser professor por razões e não por vocação não é, no entanto, uma escolha de carreira por defeito, mas antes o resultado de uma abordagem mais pragmática num contexto de acesso incerto ao emprego. Além disso, a via de acesso à docência é atualmente diversificada, nomeadamente através do recrutamento externo de candidatas não-estudantes.

Indivíduos mais velhos, com uma trajetória profissional fora do campo do ensino ou do sistema educacional nacional desenvolveram as suas carreiras em áreas distintas do ensino ou da educação dentro do contexto nacional. Estes perfis de futuros professores entram na profissão docente com motivações e representações da profissão significativamente diferentes. A confirmar-se, poderá este alargamento do espectro social do recrutamento contribuir para uma maior diversificação das conceções da profissão e das formas de forjar uma identidade?

Para além da diminuição do apego à ideia de vocação como fundamento da profissão docente, a função de transmissão de conhecimentos evoluiu para uma lógica de aprendizagem e de pedagogia centrada no aluno. Na escola, a autoridade simbólica do saber e dos seus legítimos detentores está a desmoronar-se e já não é suficiente para legitimar identidades historicamente definidas pelo monopólio do saber disciplinar. De uma forma mais geral, esta mudança inscreve-se num contexto em que o estatuto do saber e dos seus portadores e produtores na sociedade foi profundamente reavaliado (Lahire, 2004). Os saberes escolares são questionados, ou mesmo postos em causa, porque são julgados em função da sua suposta utilidade ou investidos em função dos resultados académicos esperados. Alguns consideram que o próprio ato de transmissão coloca um problema na medida em que impõe uma verticalidade cada vez mais contestada à relação pedagógica. Na sua forma tradicional, simboliza a arbitrariedade de um poder ao serviço de uma forma de elitismo. O enfraquecimento destes meios históricos de identificação, constituídos em “pequenas mitologias” da profissão, afeta a imagem e o estatuto dos professores.

Este estatuto tornou-se mais frágil, uma vez que as escolas têm menos capacidade para impor o seu programa e, nomeadamente, os valores e os princípios que permitem a formação e a integração dos indivíduos. Tendo perdido a sua posição de monopólio, os professores e as escolas procuram agora

legitimar-se.

Confrontados com a extensão e a diversificação das suas missões (Gelina *et alli*, 2007), os professores desenvolvem diferentes modelos de profissionalidade, baseados em princípios heterogêneos de justificação da ação. Muitos docentes procuram reunir numa atividade e numa identidade coerentes que façam sentido para eles, individual ou coletivamente. Para muitos, especialmente aqueles que buscam mais segurança, assumir o controle da própria vida é uma tarefa desafiadora. Quer se trate da competência disciplinar baseada na postura do magistério, da eficácia em nome do desempenho e dos resultados, da formação para o acesso à autonomia, do acesso a uma qualificação para a integração profissional ou da transmissão de valores para a construção de um mundo comum (viver juntos), cada uma destas orientações ou objetivos de ação cobre várias facetas da profissão, mas nenhuma delas se impõe como ponto de referência comum.

Além disso, esta multiplicidade de tarefas e papéis mergulha os professores num regime de incerteza, se não mesmo de desorientação normativa. Torna mais difícil a formação de uma identidade partilhada e coerente (Tardif & Lessard, 1999). Esta indeterminação não cria, portanto, uma identidade plural, rica nas suas componentes, mas uma identidade fragmentada (Descombes, 2013). Podemos perguntar-nos se isso não é um sintoma da dificuldade que a instituição enfrenta para propor objetivos partilhados e suportes de pertença comum.

Finalmente, a profissionalização dos professores esbarra na dificuldade de obter o reconhecimento externo das novas competências. A desvalorização das antigas referências não parece ser compensada pela valorização das exigências de formação e de especialização dos professores. Assiste-se não só a uma forma de banalização e dessacralização da profissão docente, mas também a um forte sentimento de desvalorização social ligado à falta de reconhecimento (por parte dos políticos, da opinião pública e dos pais e mesmo do estabelecimento de ensino).

IDENTIDADES DOS PROFESSORES: UM RECURSO E UM RISCO

IDENTIDADES CONTEXTUAIS

A estruturação local das políticas educativas e o aumento das disparidades entre os alunos, as condições de ensino e, conseqüentemente, os resultados, reforçaram o nível contextual da profissão. A profissão está cada vez mais enredada nas configurações singulares das escolas e dos estabelecimentos e sujeita a regulamentações locais que a obrigam a desempenhar tarefas ou a assumir papéis que alguns consideram afastados da missão tradicional do professor. Confrontados com desafios que dificilmente tinham antecipado, os professores, sobretudo os principiantes em contextos difíceis, esforçam-se por reduzir o fosso entre o trabalho que tinham imaginado e o trabalho real que descobriram *in situ* e por adaptar as suas práticas em conformidade. Os descritores utilizados nas entrevistas para descrever a sua experiência, em que se fala de “desenrascar”, de “mexer” e de verificar se “funciona”, testemunham esta necessidade de ajustamento, que conduz a compromissos, a revisões e, por vezes, a perdas (Barrère, 2002). Nesses contextos, os professores dão prioridade a uma abordagem prática, baseada mais nos resultados observados de suas ações do que em uma racionalidade pré-estabelecida.

A sua pertinência exige uma experiência, de duração variável, que, através de sucessivas tentativas e erros, pode conduzir a uma maior eficácia e a uma menor incerteza. Mas os professores raramente estão isolados na sua profissão, podendo também apoiar-se nos seus pares e na solidariedade dos grupos de afinidade. Através desta socialização informal, constroem progressivamente identidades profissionais situacionais (Reynaud, 1992). Sem projeto nem memória, estas identidades são construídas no interior de uma escola ou de um estabelecimento e constituem um meio de pertença necessário, mas efêmero. Em contraste com a cultura da “sala de aula fechada” que dominou durante muito tempo o mundo do ensino, o trabalho em grupo (por exemplo, o interesse suscitado pelo esquema “mais professores do que turmas”) e, de um modo mais geral, a inserção da ação individual num quadro coletivo representam

hoje um desafio, se não mesmo uma “estratégia de sobrevivência” para os professores, nomeadamente em contextos difíceis. Constatou-se que o trabalho em equipa é mais desenvolvido e mais orientado para as questões decisivas da profissão quando os professores enfrentam dificuldades na gestão da turma ou no comportamento dos alunos (Barrère, 2002).

No entanto, no mundo fechado da sala de aula, a imprevisibilidade do trabalho cria uma forma de insegurança pedagógica que mobiliza a dimensão pessoal envolvida na interpretação e negociação das situações. Quando o papel passa para segundo plano em relação à pessoa, a componente individual constitui simultaneamente um recurso espontâneo e um risco. Nalguns casos, pode ser um recurso na “arte” de ensinar e de estabelecer autoridade. Enquanto sujeitos da sua socialização profissional, os professores revelam novas facetas da sua identidade (Blanchard-Laville, 2001), com as quais aprendem a lidar. Perante a urgência, a mobilização da subjetividade comporta também um risco de exposição, de erro ou de auto-teste. Como diz um professor de história:

Dado que se trata de uma turma bastante difícil, é muito irregular. Algumas aulas correm muito bem, ninguém sabe porquê, mas no dia seguinte não funciona nada, a história corre bem e na hora seguinte em francês é um desastre. No dia seguinte é a matemática que corre bem e a história que corre mal, por isso estamos realmente desamparados quando se trata disso, porque todos os dias é uma surpresa...

Um maior envolvimento nas interações com os alunos é / pode ser desestabilizador, trazendo provações subjetivas e emocionais, além de causar diversos tipos de sofrimento (Lantheaume *at all*, 2008). Por vezes chamados aos limites da sua competência e da sua ética profissional, os professores são confrontados com dilemas frequentes e com uma forma de vulnerabilidade que pode alimentar resistências à mudança ou mesmo atitudes de tensão ou de retração. Embora sejam minoritárias, essas posturas em resposta a uma forma de desprofissionalização destacam a natureza mais complexa da função docente. Os professores passam a assumir, em diferentes graus e combinações, os “novos” papéis de educador, facilitador, psicólogo e até mesmo de “policia” (Périer, 2013).

IDENTIDADES DIFERENCIADAS, CONSTANTEMENTE REDEFINIDAS

O empenho na profissão docente não segue um percurso linear nem se baseia na reprodução de modelos antigos de uma suposta “idade de ouro” do ensino. A diversidade dos contextos de prática, das tarefas e dos papéis intensifica o trabalho dos professores e multiplica as oportunidades de mudança. A construção da identidade do professor é um processo dinâmico, sujeito a sucessivas reconstruções e reinterpretações, especialmente acelerado nas fases iniciais da carreira.

Este processo incessante de reformulação identitária tem um carácter biográfico e relacional. Ele reúne ruturas e continuidades numa mesma trajetória (Strauss, 1992) e permite produzir novas definições da profissão.

No ensino secundário, a ancoragem dos saberes disciplinares continua a estar no centro do acesso à profissão: “O ensino secundário é uma escolha em que hesitei muito, mas que me permitiria ensinar e cativar os alunos através do fascinante domínio da história, domínio pelo qual tenho uma devoção particular”, disse um estudante do Curso de Profissionalização em Serviço da Universidade Aberta. No entanto, o desafio da transmissão de conhecimentos rivaliza atualmente com a ideia de formar as gerações mais jovens, preparando-as para o mundo de amanhã e para a convivência em sociedade. Assim, entre as várias motivações para exercer a profissão, os jovens professores (com cinco anos de experiência) mencionam com muito menos frequência o objetivo de fazer com que os alunos se interessem pela sua disciplina, em comparação com seus colegas mais experientes (com pelo menos 10 anos na profissão).

A pluralidade de modelos está a fragmentar a profissão docente desde o seu interior, tornando-a mais dividida e segmentada. Esta diversificação interna é acompanhada por uma erosão das lealdades coletivas, das filiações e das pertenças ao “mundo do ensino”. Este aspeto da desprofissionalização

afeta não só a autonomia do grupo profissional, mas também a sua capacidade de resistência e de inovação. Conseqüentemente, esta tendência levanta a questão de saber como desenvolver e redefinir a identidade docente para acompanhar as mudanças e permitir que os profissionais “perdurem” na profissão.

CONCLUSÃO

A questão de como os professores constroem a sua identidade profissional levanta o paradoxo de uma profissão que se torna simultaneamente mais profissionalizada e mais individualizada. Surge uma discrepância entre, por um lado, uma lógica de racionalização das posturas, dos gestos ou das competências pedagógicas e relacionais para a prática e, por outro lado, as provas subjetivas e profissionais de uma atividade que exige uma “arte de fazer” e um empenho pessoal para dirigir a turma, lidar com a diversidade dos alunos, organizar tarefas mais heterogêneas, justificar as suas ações ... A imprevisibilidade das situações acentua as tensões e as contradições entre estas duas lógicas, cabendo ao ator, sujeito às exigências da reflexividade, combiná-las numa identidade coerente e constantemente renovada. O mal-estar docente, tantas vezes evocado sem ser caracterizado com exatidão, encontra provavelmente neste paradoxo um terreno propício para se expressar e se difundir no seio do grupo profissional.

As resistências, algumas geracionais, à adoção de um novo modelo de profissionalismo ou a fragmentação das identidades dos professores, que enfraquecem a autonomia do corpo e a sua capacidade de influenciar as políticas que o afetam, sugerem uma hipótese. A de uma mudança nas formas de socialização profissional e no modo como os professores constroem as suas identidades. Não se trata de uma suposta “perda” ou “crise” de identidades baseadas em referências e lógicas anteriores, mas de uma mudança na forma da identidade. De coletiva, corporativista, estável, perene e reconhecida, a identidade docente evolui para formas plásticas, provisórias, contextuais e individuais. A individualização não significa que os professores só existam isoladamente, pois formam grupos parciais e instáveis que compõem e recompõem os seus suportes e filiações identitárias.

Esta perspectiva sugere, numa inversão de abordagem, que a identidade profissional dos professores deve ser compreendida menos em termos de entidades abrangentes, definidas de acordo com divisões e categorizações formais, e mais com base nos indivíduos e nas suas interações que constroem localmente, na rede e no contexto da organização institucional, as figuras renovadas da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLANCHARD-LAVILLE, C. (2001) – *Les enseignants entre plaisir et souffrance*, Paris: PUF.
- BARRÈRE, A. (2002) – *Les enseignants au travail. Routines incertaines*. Paris: PUF.
- DESCOMBES, V. (2013) – *Les embarras de l'identité*, Paris: Gallimard.
- DUBET, F. (2002) – *Le déclin de l'institution*, Paris: Seuil.
- GELIN, D., RAYOU, P., RIA, L. (2007) – *Devenir enseignant: parcours et formation*, Paris: Armand Colin.
- LAHIRE, B. (2004) – *La culture des individus*, Paris: La Découverte.
- LANTHEAUME F., HÉLOU, C. (2008) – *La souffrance des enseignants. Une sociologie pragmatique du travail enseignant*. Paris: PUF.
- PERIER, P. (2001) – “Devenir professeur des écoles”, ministère de l'Éducation, direction de l'Évaluation, de la Performance et de la Prospective. *Les dossiers*, n.º 123, Marseille.
- PERIER, P. (2013) – Crise et / ou recomposition identitaire des professeurs débutant du secondaire? Entre héritage et incertitudes professionnelles. *Recherche et formation*, n.º 74, p. 17-28. Lyon – DOI : 10.4000/rechercheformation.2117
- PERIER, P. (2004) – Une crise des vocations ? Accès au métier et socialisation professionnelle des enseignants du secondaire. *Revue française de pédagogie*, n.º 147, p. 79-90, Lyon – DOI : 10.3406/rfp.2004.3122

- PERRENOUD, P. (1996) – *Enseigner. Agir dans l'urgence, décider dans l'incertitude*, Paris: ESF.
- REYNAUD, E. (1996) – Identités collectives et changement social: les cultures collectives comme dynamique d'action. *Sociologie du travail*, vol. 24, n.° 2, p. 159-177.
- SCHLANGER, J. (1997) – *La vocation*, Paris: Seuil.
- STRAUSS, A. (1992) – *Miroirs et masques*, Paris: Métailié.
- TARDIF, M., LESSARD, C. (1999) – *Le travail enseignant au quotidien : interactions humaines et dilemmes professionnels*, Bruxelles: De Boeck université (Perspectives en éducation et formation).

TÁBULA GRATULATÓRIA¹

António Camões Gouveia
FCSH – Universidade Nova de Lisboa

António Dias Farinha
FL – Universidade de Lisboa

Amélia Aguiar Andrade
FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Artur Teodoro de Matos
FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Bárbara Maria Granés Gonçalves Bäckström
DCSG – Universidade Aberta

Carlos Reis
FL – Universidade de Coimbra

Carla Alexandra Gonçalves
DCSG – Universidade Aberta

Carlos Rafael Branco
DCSG – Universidade Aberta

Cristina Maria Carapeto Pereira
DCeT – Universidade Aberta

Dionísio Dagoberto Menezes Vila Maior
DH – Universidade Aberta

Filipa Isabel Barreto de Seabra Borges
DCeT – Universidade Aberta

Glória Maria Lourenço Bastos
DEED – Universidade Aberta

Glória Marina Sousa de Almeida Évora
DCSG – Universidade Aberta

Hermenegildo Fernandes
FL – Universidade de Lisboa

Hermínia Vasconcelos Vilar
DH – Universidade de Évora

Isabel Cristina F. Fernandes
GESOS – Município de Palmela

Isabel Maria dos Santos Falé
DH – Universidade Aberta

Isabelle Simões Marques
DH – Universidade Aberta

Ivone Gaspar
DEED – Universidade Aberta

João Luís Fontes
IEM – Universidade Nova de Lisboa

João Miguel Almeida
DCSG – Universidade Aberta

José António Porfírio
DCSG – Universidade Aberta

José Augusto Martins Ramos
FL – Universidade de Lisboa

José Eduardo Franco
CEG – Universidade Aberta

José Fontes
AM – Instituto Universitário Militar

Leonel Morgado
DCeT – Universidade Aberta

Luís Carlos Amaral
FL – Universidade do Porto

Luís Carlos Pimenta Gonçalves
DH – Universidade Aberta

Manuel Mouta Lopes
DCSG – Universidade Aberta

Manuela Mendonça
Academia Portuguesa da História

Margarida Garcez Ventura
FL – Universidade de Lisboa

Maria de Fátima Reis
FL – Universidade de Lisboa e Cátedra de Estudos Sefarditas
Alberto Benveniste

Maria Helena da Cruz Coelho
FL – Universidade de Coimbra

Maria de Jesus C. Relvas
DH – Universidade Aberta

Maria do Céu Marques
CEMRI – Universidade Aberta

Maria Natália Pereira Ramos
DCSG – Universidade Aberta

Maria do Rosário Morujão
FL – Universidade de Coimbra

Maria José Azevedo Santos
FL – Universidade de Coimbra

Mário Fernando Carrilho Negas
DCSG – Universidade Aberta

Monique Benveniste
Mecenas da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste

¹ Os Departamentos, Centros de Estudo e Faculdades são indicados através de abreviaturas.

Paulo José Tente da Rocha Santos Osório
DH – Universidade Aberta

Paulo Nunes da Silva
DH – Universidade Aberta

Rosana de Lemos de Sousa Albuquerque
DCSG – Universidade Aberta

Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro
DCeT – Universidade Aberta

Susana Paula de Magalhães Oliveira
DH – Universidade Aberta

Teresa Margarida Loureiro Cardoso
DEED – Universidade Aberta

Vítor Luís Gaspar Rodrigues
CH – Universidade de Lisboa

Vítor José Crespo Cardoso
DCeT – Universidade Aberta

Composto e paginado
na **UNIVERSIDADE ABERTA**

Impresso e acabado
na Gráficas, Lda

1.^a edição - 250 exemplares

Lisboa, novembro de 2024

ISBN: 978-972-674-976-9

